

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLin)**

PATRÍCIA SOUZA LEMOS

**ESCRITA ACADÊMICA E REVISÃO TEXTUAL: A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO
EM TESES DE DOUTORADO**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2017

PATRÍCIA SOUZA LEMOS

**ESCRITA ACADÊMICA E REVISÃO TEXTUAL: A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO
EM TESES DE DOUTORADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Texto, Significado e Discurso

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Márcia Helena de Melo Pereira.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2017

Lemos, Patrícia Souza.

L578e Escrita acadêmica e revisão textual: a construção do sentido em tese de doutorado. / Patrícia Souza Lemos, 2017. 211f.

Orientador (a): Dra. Márcia Helena de Melo Pereira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin.
Vitória da Conquista, 2017.
Inclui referência F. 202 – 207.

1. Tese doutorado – Etapa de revisão. 2. Revisão textual – Construção de sentidos. 3. Tese Doutorado – Textualização. I. Pereira, Márcia Helena de Melo. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin. T. III.

CDD: 410

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Academic writing and textual review: the construction of meaning in PhD dissertation.

Palavras-chave em inglês: Textual review. Academic genre. PhD dissertation. Sense. Textualization. Interaction.

Área de concentração: Letras e Linguística.

Titulação: Mestre em Linguística.

Banca Examinadora: Prof^a Dr^a Márcia Helena de Melo Pereira (Presidente - Orientadora); Prof^a Dr^a Maira Avelar Miranda (UESB); Prof^a Dr^a Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues (PUC-MG).

Data da Defesa: 13 de dezembro de 2017.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

PATRÍCIA SOUZA LEMOS

**ESCRITA ACADÊMICA E REVISÃO TEXTUAL: A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO
EM TESES DE DOUTORADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

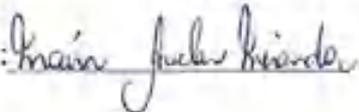
Data da aprovação: 13 de dezembro de 2017.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Márcia Helena de Melo Pereira
(Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Maira Avelar Miranda
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues
Instituição: PUC-MG

Ass.: 

À Maria do Carmo (minha mãe) e Cláudia (minha irmã),
companheiras nesse e em outros momentos especiais.

Às colegas e aos colegas revisores, com todo o meu
respeito, carinho e admiração.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Zenildo e Maria do Carmo. Meu pai, por ser esse homem a quem admiro mais do que qualquer outro homem: paciente, carinhoso com a esposa e dedicado à família, que sempre educou os filhos por meio do bom exemplo... Minha mãe, primeiro por ter cuidado de mim a vida inteira (e ainda estar cuidando), e por acreditar em mim, incentivando-me a prosseguir na conquista desse mestrado. Sem seu apoio eu não teria chegado aqui. Obrigada. Amo vocês!

À minha irmã Cláudia, a quem também dedico este trabalho. Assim como em todos os outros momentos de minha vida, você sempre esteve ao meu lado na vida acadêmica, caminhando comigo, incentivando-me, torcendo por mim (e eu por ti)... agradeço de todo o meu coração por sua imensa amizade e por me ensinar, a cada dia, o que significa o respeito, a bondade e o amor – não como são descritos nos dicionários, mas, sim, na prática. Amo você!

Também agradeço aos meus irmãos Josenildo, Danilo e Leonardo – aprendemos muito juntos, até aqui.

À Prof^a Dr^a Márcia Helena, a quem tenho imenso orgulho e grande alegria de chamar ‘minha orientadora’. Agradeço muitíssimo por todo o conhecimento compartilhado, pelas conversas agradáveis, pelos momentos de descontração (os maravilhosos cafés de fim de tarde), ao longo deste mestrado, e, principalmente, pelo acompanhamento a cada passo da construção desta dissertação. Durante todo esse processo, aprendi contigo que sempre podemos mais, que podemos ser bons, mas, com um pouco mais de esforço, podemos ser excelentes, ao oferecer o nosso melhor, com dedicação, competência, responsabilidade, compromisso e amor pelo que fazemos – você é assim. Mais uma vez, obrigada!

À Prof^a Dr^a Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues, pela leitura desta dissertação e, especialmente, por ter aceitado compor a banca examinadora. Agradeço, ainda, pelas importantes observações e contribuições, na ocasião da defesa, realizadas de forma cuidadosa, minuciosa e respeitosa, demonstrando conhecimento teórico-conceitual, além de uma educação admirável, no relacionamento com os membros da banca, com a então mestranda e com todos que se encontravam presentes.

À Prof^a Dr^a Maíra Avelar Miranda, também revisora, a quem admiro bastante. Agradeço pela entrevista concedida, logo quando iniciei minha pesquisa, pois colhemos informações muito valiosas; pela leitura minuciosa da versão desta dissertação na qualificação, uma vez que suas considerações, naquele momento, foram cruciais para a

organização de nossas análises; e por fazer parte da banca de defesa, contribuindo ainda mais com esta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Adilson Ventura, pelas relevantes contribuições fornecidas, no exame de qualificação, pois, ao revelar um ponto de fragilidade em minha pesquisa, apresentou, também, a solução, cedendo, ainda, o material teórico.

À Tatiane, à Idelma, à Elma Karine e a Yuri. Vocês me socorreram, quando necessitei proceder a uma mudança decisiva para minha pesquisa. Agradeço muito mesmo.

À minha gata Guinha, a quem tento ler as emoções e atitudes. Ainda que não consiga decifrá-la, aprendo com ela o significado do amor próprio, do respeito e da responsabilidade por nós mesmos (e pelos outros).

Às colegas de mestrado e amigas Graciete e Jokasta. Com vocês, parceiras nos estudos, nas participações em eventos, nos maravilhosos ‘encontros para um café’ com a orientadora, o curso de mestrado tornou-se mais leve, mais agradável, mais divertido, mais humano.

A todos os funcionários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), onde cursei a graduação em Letras Vernáculas e onde tive a oportunidade de atuar como revisora de textos, na editora da instituição.

À Dyuana, minha querida amiga dos tempos da graduação e de hoje em dia. Sempre serei grata, pois tomei conhecimento do estágio na editora através de você, que, além disso, me incentivou a enfrentar esse desafio.

Aos amigos que conquistei na Edições UESB – editora da universidade: Romildo, Dalva, David, Cris, Luciana, Elma, Yuri, Paula, Leila, Martina. Guardo as lembranças desse período maravilhoso no coração.

Ao colega revisor Wildson Confessor, a quem conheci em um curso para revisores. No início de minha pesquisa, havia tão pouco referencial teórico sobre revisão, para embasar minhas considerações, e quando lhe solicitei ajuda, ela não faltou. Obrigada pelo livro cedido.

Às queridas colegas – integrantes da chamada “gangue do discurso” – Hayat, Anna, Poliana, Thaianne, Tatiane e Milca. Compartilhamos momentos muito bons, momentos que deram leveza ao curso, pois sempre estivemos dispostas a ajudar umas às outras. Obrigada e parabéns a vocês, minhas queridas.

Ao Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGLin): primeiramente à coordenação anterior, composta pelas professoras Nirvana Sampaio e Edvania Gomes (a quem, de modo especial, agradeço pelo grande auxílio, na submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa). Parabéns pelo trabalho de vocês.

À coordenação atual do PPGLin, representada pelas professoras Maria da Conceição Fonseca-Silva e Vera Pacheco. Desejo sucesso, para que o programa cresça ainda mais.

Agradeço, ainda, aos secretários do programa: Jonathan Lopes e Vanêide Ribeiro, por serem sempre atenciosos e prestativos.

A cada autor de artigo, monografia, TCC, dissertação de mestrado, tese de doutorado, dentre outros trabalhos acadêmicos, que tive o prazer e o trabalho de revisar os textos por eles produzidos, pois, por meio de seus acertos e desacertos, aprendi minha profissão; por meio de suas preocupações e queixas, aprendi a ouvir e a tranquilizar os autores aflitos; por meio da experiência adquirida com os seus textos, tive condições de escrever esta dissertação, com todo o prazer, dedicação, responsabilidade e alegria de meu coração – compromisso que assumi e que, agora, está se cumprindo.

Finalmente, mas estando em primeiro lugar em minha vida, ao meu Deus. Obrigada pela vida, pela família, pelos amigos, pelo estudo/educação que recebi dos meus pais e dos meus mestres, os professores. Foi com o Senhor, principalmente, que aprendi (e estou apreendendo) a enxergar e a reter o melhor que me é ofertado por cada uma das pessoas que passam, que vão, que ficam e que marcam a minha história.

Muitíssimo obrigada!

O acontecimento da vida do texto, isto é, a sua verdadeira essência, sempre se desenvolve *na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos*.

(BAKHTIN, 2011, p. 311)

RESUMO

Em seu processo de escrita, um texto pode passar por várias etapas, sendo a revisão textual uma delas, a fim de torná-lo adequado para ser levado a público. Assim, neste estudo, nos debruçamos sobre o gênero acadêmico tese de doutorado em etapa de revisão textual, procurando investigar se os procedimentos e intervenções realizados pelo revisor podem interferir no sentido, seja comprometendo-o ou ampliando-o, analisando, principalmente, a interação entre autor e revisor. O profissional que lida com a revisão de trabalhos acadêmicos, quase sempre em caráter *freelancer*, costuma possuir formação em áreas do conhecimento como Letras e Comunicação, por exemplo, no entanto, trabalha com produções de variadas áreas de saber: humanas, exatas, médicas etc. Diante disso, tivemos o interesse de refletir sobre o modo como o revisor constrói sentido(s) ao se relacionar com uma produção, ainda que não faça parte, necessariamente, de seu público-alvo, buscando, ainda, abordar a relevância da revisão para a boa apresentação do texto; refletir sobre a construção do sentido, mediante as intervenções e questões colocadas pelo revisor; verificar a possibilidade de os questionamentos do revisor apontarem para a autoria em textos acadêmicos, nesse processo de revisão. Para tanto, apresentamos nossas considerações sobre a revisão textual e sobre o revisor, ancorando-nos especialmente em autores que versam sobre esse assunto, em âmbito nacional, como Oliveira (2016), Ribeiro (2009; 2016), Salgado (2010; 2017), dentre outros. Além disso, tornou-se necessário delinear o gênero acadêmico tese de doutorado, com base, principalmente, nas contribuições de Bakhtin (1997; 2011), uma vez que estamos lidando com um gênero primordialmente escrito – secundário –, abordando seus três pilares, a saber: estilo de linguagem, estrutura composicional e conteúdo temático, tocando, ainda, em seu caráter dialógico e interacional. Quanto à construção de sentido, na etapa de revisão, passamos a considerá-la numa perspectiva linguístico-discursiva, visto que o revisor, para processar sua compreensão do texto, bem como para ‘negociar’ o sentido com o autor, norteia-se pelos recursos linguísticos, recorrendo a fatores como a coesão, coerência, e/ou ativação do fator aceitabilidade, por exemplo, permitindo-nos observar a relevância dos fatores de textualização em sua relação com o autor. Sobre este, o autor, no intuito de caracterizá-lo como uma instância presente no texto, nos embasamos em Bakhtin (2011), Barthes (1984), Foucault (2002) e Possenti (2001; 2002), ressaltando os indícios, como propõe Possenti, que apontam para sua presença no texto. Em aspectos metodológicos, selecionamos duas teses de doutorado em etapa de revisão, tendo sido revisadas por profissionais distintos, apresentando balões interativos, por meio dos quais o revisor ‘negocia’ com o autor, e, também, a versão

finalizada, após ajustes, no intuito de compará-las, para verificar qual foi a atitude do autor em resposta às propostas, sugestões e questionamentos do revisor. Nesse sentido, a fim de promover a organização de nossos dados, estabelecemos categorias de análise para as interações e, com base nelas, verificamos que imprecisões na comunicação de problemas, pelo revisor, ao dizer apenas “não entendi” ou “trecho confuso”, sem maiores comentários ou sugestões, podem comprometer a construção do sentido(s) nessa etapa de produção do texto.

PALAVRAS-CHAVE

Revisão textual. Gênero acadêmico tese de doutorado. Sentido. Textualização. Interação.

ABSTRACT

In its writing process, a text can go through several stages, being textual review one of them, in order to make it appropriate to be taken at the public. Thus, in this study, we focus on academic genre: PhD dissertation in the stage of the textual review, we aim to investigate if the procedures and interventions that have been performed by reviewer may interfere in the meaning, be committing it or expanding it, by analyzing, mainly, the interaction between the author and the reviewer. The professional who works with the review of the academic texts, almost always in freelance ways, usually has professional training in areas such as Literal Arts and Communication, for example, however, he works with productions in different areas of the knowledge: Human Sciences, Exact Sciences, Medical Areas etc. Based on that, we had the interest to reflect about the way such as the reviewer build meanings in his relationship with a production, even if he is not part, necessarily, of his target audience, we aim also to work on the relevance of the review to the proper presentation of the text; we aim to reflect about the construction of meaning, through the interventions and its issues applied by reviewer; we seek to verify the possibility of the reviewer questions point to the authorship in academic texts, in review process. Therefore, we present our considerations about the textual review and the reviewer, based especially on authors who deal with this issue, at the national level, such as Oliveira (2016), Ribeiro (2009; 2016), Salgado (2010; 2017), among others. Besides that, it was necessary to define the academic genre PhD dissertation, based mainly on Bakhtin's contributions (1997; 2011), since we are dealing with a genre mainly written- secondary-, addressing its three pillars, that are: language style, compositional structure and subject content, touching, still, in its dialogic and interactional character. Regarding to the construction of meaning in the review stage, we have been considered it from a discursive linguistic perspective, since the reviewer, to process his comprehension of the text as well as to "negotiate" the meaning with the author, is guided by linguistics resources, using factors such as cohesion, coherence, and/or activation of the acceptability factor, for example, allowing us to observe the relevance of the factors of textualization in its relationship with the author. About this, the author characterizes it as an instance in the text, we based on Bakhtin (2011), Barthes (1984), Foucault (2002) and Possenti (2001; 2002), and we highlight the signs, according to Possenti, that estimate its presence in the text. In methodological aspects, we select two PhD Dissertation which are under review; that have being reviewed by two different professionals, by presenting, interactive balloons, whereby the reviewer negotiate with the author, and, also the final version, after adjustments, in

order to compare them, to verify what was the author attitude in reply to the reviewer suggestions and questions. Thus, in order to promote the organization of our data, we establish analysis of categories for interaction and based on them, we verify what inaccuracies in communicating problems, by the reviewer, when he says “I did not understand” or “confusing stretch”, without further comments or suggestions, which may jeopardize the meaning construction (s) of the text in this stage of the text production.

KEYWORDS

Textual review. Academic genre. PhD dissertation. Sense. Textualization. Interaction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Texto escolar em processo de revisão.....	40
Figura 2 - Revisão de originais de José Saramago	41
Figura 3 - Trecho de tese de doutorado (1) em processo de revisão	42
Figura 4 - Trecho de tese de doutorado (2) em processo de revisão	42
Figura 5 - Trecho de tese de doutorado (1) com exemplo de revisão temática.....	43
Figura 6 - Trecho de tese ilustrando o dialogismo	49
Figura 7 - Elementos que compõem a tese de doutorado	70
Figura 8 - Trecho de tese indicando ajustes técnicos	73
Figura 9 - Trecho de tese apresentando ajustes de estilo.....	74
Figura 10 - Tese do Autor 1 com intervenções do Revisor 1	81
Figura 11 - Menu de ações do Word – aba Revisão.....	81
Figura 12 - Tese do Autor 2 com intervenções do Revisor 2.....	82
Figura 13 - Exemplo de uso de ferramentas do Word na revisão.....	92
Figura 14 - Normalização: ajuste de margem I	93
Figura 15 - Normalização: ajuste de margem II.....	94
Figura 16 - Normalização: aspas em citação direta.....	94
Figura 17 - Correção de paralelismo	95
Figura 18 - Ajuste de paralelismo	95
Figura 19 - Correção de vocábulo I.....	96
Figura 20 - Ajuste de vocábulo.....	96
Figura 21 - Correção de forma verbal	97
Figura 22 - Ajuste de forma verbal.....	97
Figura 23 - Correção de vocábulo II.....	98
Figura 24 – Figura 24 - Correção de forma pronominal.....	98
Figura 25 - Ajuste de forma pronominal	99
Figura 26 - Repetição de vocábulos I.....	100
Figura 27 - Ajuste de repetição de vocábulos I	100
Figura 28 - Repetição de expressão I	101
Figura 29 - Ajuste de repetição de expressão I.....	102
Figura 30 - Repetição de vocábulos II.....	102
Figura 31 - Ajuste de repetição de vocábulos II.....	103
Figura 32 – Figura 32 - Repetição de vocábulos III	103

Figura 33 - Ajuste de repetição de vocábulos III	104
Figura 34 - Repetição de Expressão II	104
Figura 35 – Figura 35 - Ajuste de repetição de expressão II.....	104
Figura 36 - Repetição de expressão III.....	105
Figura 37 - Repetição de expressão IV.....	105
Figura 38 - Ajuste de repetição de expressão IV.....	106
Figura 39 - Repetição de vocábulo IV.....	106
Figura 40 - Ajuste de repetição de vocábulo IV.....	107
Figura 41 - Repetição de vocábulo V	107
Figura 42 - Repetição de vocábulo VI.....	107
Figura 43 - Ajuste de repetição de vocábulo VI.....	108
Figura 44 - Terminologia: plural	109
Figura 45 - Ajuste de terminologia: plural	109
Figura 46 - Terminologia: sinônimo.....	110
Figura 47 - Terminologia: confusa	111
Figura 48 - Terminologia: verificação I	112
Figura 49 - Terminologia: relação com outros termos	112
Figura 50 - Terminologia: sugestão de substituição.....	113
Figura 51 - Ajuste de terminologia: sugestão de substituição.....	114
Figura 52 - Terminologia: verificação.....	114
Figura 53 - Reformulação de período I	115
Figura 54 - Ajuste de reformulação de período I.....	116
Figura 55 - Reformulação de período II.....	116
Figura 56 - Ajuste de reformulação de período II	117
Figura 57 - Reformulação: vocábulo	117
Figura 58 - Reformulação: complementação de ideia.....	118
Figura 59 - Ajuste de reformulação: complementação de ideia	118
Figura 60 - Reformulação: sugestão I	119
Figura 61 - Ajuste de reformulação: sugestão I.....	119
Figura 62 - Reformulação: sugestão II	120
Figura 63 - Ajuste de reformulação: sugestão II	121
Figura 64 - Reformulação: evitar ‘eco’	121
Figura 65 - Exclusão de fragmento	123
Figura 66 - Exclusão de informação.....	123

Figura 67 - Especificação de informação I.....	125
Figura 68 - Índícios de autoria na tese de doutorado.....	126
Figura 69 - Especificação de informação II.....	127
Figura 70 - Ajuste de especificação de informação II.....	127
Figura 71 - Especificação: exemplificação.....	128
Figura 72 - Especificação: preenchimento de lacunas I.....	128
Figura 73 - Ajuste de especificação: preenchimento de lacunas I.....	129
Figura 74 - Especificação: retomada de sujeito.....	130
Figura 75 - Ajuste de especificação: retomada de sujeito.....	130
Figura 76 - Especificação: verificação de expressão.....	131
Figura 77 - Especificação: esclarecimentos.....	131
Figura 78 - Ajuste de especificação: esclarecimentos.....	132
Figura 79 - Especificação de informação III.....	132
Figura 80 - Ajuste de especificação de informação III.....	132
Figura 81 - Especificação: preenchimento de lacuna II.....	133
Figura 82 - Especificação: preenchimento de lacuna III.....	133
Figura 83 - Especificação: preenchimento de lacunas III.....	134
Figura 84 - Especificação: questionamento.....	134
Figura 85 - (In)Compreensão: palavra com conotação negativa.....	135
Figura 86 - Ajuste de (in)compreensão: palavra com conotação negativa.....	137
Figura 87 - (In)Compreensão: dificuldade de entendimento I.....	137
Figura 88 - Ajuste de (in)compreensão: dificuldade de entendimento I.....	138
Figura 89 - (In)Compreensão: fragmento confuso.....	138
Figura 90 - Ajuste de (in)compreensão: fragmento confuso.....	139
Figura 91 - (In)Compreensão: verificação de vocábulo.....	139
Figura 92 - Ajuste de (in)compreensão: verificação de vocábulo.....	140
Figura 93 - (In)Compreensão: período confuso I.....	140
Figura 94 - Ajuste de (in)compreensão: período confuso I.....	141
Figura 95 - (In)Compreensão: período confuso II.....	141
Figura 96 - Ajuste de (in)compreensão: período confuso II.....	142
Figura 97 - (In)Compreensão: dificuldade de entendimento II.....	143
Figura 98 - Ajuste de (in)compreensão: dificuldade de entendimento II.....	143
Figura 99 - (In)Compreensão: outra possibilidade de interpretação.....	144
Figura 100 - Ajuste de (in)compreensão: outra possibilidade de interpretação.....	145

Figura 101 - (In)Compreensão: palavra com sentido negativo	145
Figura 102 - Ajuste de (in)compreensão: palavra com sentido negativo	146
Figura 103 - (In)Compreensão: trecho confuso.....	146
Figura 104 - Ajuste de (in)compreensão: trecho confuso.....	147
Figura 105 - (In)Compreensão: dificuldade de entendimento III.....	148
Figura 106 - Ajuste de (in)compreensão: dificuldade de entendimento III.....	148
Figura 107 - (In)Compreensão: dois registros para a mesma ideia	149
Figura 108 - (In)Compreensão: período confuso III	150
Figura 109 - Ajuste de (in)compreensão: período confuso III	151
Figura 110 - (In)Compreensão: verificação de sentido	151
Figura 111 - Ajuste de (in)compreensão: verificação de sentido	152
Figura 112 - (In)Compreensão: possibilidade para várias interpretações	152
Figura 113 - Ajuste de (in)compreensão: possibilidade para várias interpretações	153
Figura 114 - (In)Compreensão: construção confusa.....	153
Figura 115 - (In)Compreensão: trecho incompleto	154
Figura 116 - Ajuste de (in)compreensão: trecho incompleto	155
Figura 117 - (In)Compreensão: falta de unidade de sentido	155
Figura 118 - Exemplo de uso de ferramentas do Word na revisão.....	158
Figura 119 - Normalização de citação I.....	159
Figura 120 - Ajuste de normalização de citação I	159
Figura 121 - Normalização de referência I.....	160
Figura 122 - Ajuste de normalização de referência I.....	161
Figura 123 - Normalização de citação II	161
Figura 124 - Ajuste de normalização de citação II.....	162
Figura 125 - Normalização: ausência de nota de rodapé.....	162
Figura 126 - Ajuste de normalização: ausência de nota de rodapé	163
Figura 127 - Normalização de referência II.....	163
Figura 128 - Normalização de Tabela	164
Figura 129 - Normalização de referência III	165
Figura 130 - Ajuste de normalização: referência III.....	166
Figura 131 - Normalização de referência IV	167
Figura 132 - Ajuste de normalização: referência IV	167
Figura 133 - Correção de paralelismo	168
Figura 134 - Ajuste de correção: paralelismo.....	169

Figura 135 - Correção de nome de autor I.....	169
Figura 136 - Ajuste de correção: nome de autor I.....	170
Figura 137 - Correção de nome de autor II.....	170
Figura 138 - Ajuste de correção: nome de autor II.....	171
Figura 139 - Repetição de ideia.....	172
Figura 140 - Ajuste de repetição de ideia.....	172
Figura 141 - Repetição de citação/ideia.....	173
Figura 142 - Ajuste de repetição de citação/ideia.....	173
Figura 143 - Reformulação de informação.....	174
Figura 144 - Ajuste de reformulação de informação.....	175
Figura 145 - Reformulação de nota de rodapé.....	175
Figura 146 - Exclusão de informação.....	176
Figura 147 - (In)Compreensão: trecho desconexo I.....	178
Figura 148 - Ajuste de (in)compreensão: trecho desconexo I.....	179
Figura 149 - (In)Compreensão: trecho desconexo II.....	179
Figura 150 - Ajuste de (in)compreensão: trecho desconexo II.....	180
Figura 151 - (In)Compreensão: trecho sem sentido I.....	181
Figura 152 - Ajuste de (in)compreensão: trecho sem sentido I.....	182
Figura 153 - (In)Compreensão: citação incompleta.....	182
Figura 154 - Ajuste de (in)compreensão: citação incompleta.....	183
Figura 155 - (In)Compreensão: trecho sem sentido II.....	183
Figura 156 - Ajuste de (in)compreensão: trecho sem sentido II.....	184
Figura 157 - (In)Compreensão: trecho incompleto I.....	184
Figura 158 - Ajuste de (in)compreensão: trecho incompleto I.....	185
Figura 159 - (In)Compreensão: trecho incompleto II.....	185
Figura 160 - Ajuste de (in)compreensão: trecho incompleto II.....	186
Figura 161 - (In)Compreensão: trecho incompleto III.....	186
Figura 162 - Ajuste de (in)compreensão: trecho incompleto III.....	187

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 A REVISÃO TEXTUAL: PERCORRENDO SEUS CAMINHOS.....	25
2.1 UM BREVE HISTÓRICO DA REVISÃO TEXTUAL.....	25
2.2 A FIGURA DO REVISOR	31
3 A PARCERIA AUTOR-REVISOR E A CONSTRUÇÃO DO(S) SENTIDO(S) NO TEXTO	37
3.1 A INTERVENÇÃO EM TEXTOS DE OUTREM: COMO COSTUMA SER FEITA? ...	37
3.2 A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO(S) E A ETAPA DA REVISÃO	44
3.3 SOBRE A (CO)AUTORIA EM TEXTOS ACADÊMICOS	53
4 DESCRIÇÃO DO GÊNERO TEXTUAL TESE DE DOUTORADO	66
4.1 O GÊNERO ACADÊMICO TESE DE DOUTORADO.....	72
4.2 A TEXTUALIZAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DO GÊNERO TESE DE DOUTORADO	76
5 METODOLOGIA – OS PASSOS PERCORRIDOS.....	80
6 TESES DE DOUTORADO EM ETAPA DE REVISÃO – ANÁLISES.....	85
6.1 O REVISOR PROFESSOR E CORRETOR.....	91
6.2 O REVISOR TÉCNICO E RESOLUTIVO	156
6.3 BREVES CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE R1 E R2.....	187
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
REFERÊNCIAS	202
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	208

1 INTRODUÇÃO

Para o exercício da escrita, é necessário mais do que a reprodução de códigos linguísticos, ou seja, precisamos saber porque escrever, o que escrever, para quem escrever etc. Assim, quando afirmamos ser necessário saber porque, o quê e para quem escrever, além de quem escreve e de onde se escreve equais são os objetivos, nos referimos, obviamente, a uma perspectiva de texto na condição de processo, em que é levado em consideração seu contexto pragmático, entendendo contexto como o “conjunto de condições externas da produção, recepção e interpretação dos textos” (BENTES, 2001, p. 265). Lembrando que, a partir da Virada Pragmática, os estudos em Linguística Textual, na década de 1970, passaram a ter um novo caráter, isto é, quanto ao estudo da língua, esta passou a ser vista não como um sistema autônomo, mas, sim, como o funcionamento de processos comunicativos na sociedade (KOCH, 2006).

A comunicação verbal se concretiza mediante interação. Quando os indivíduos interagem entre si verbalmente, eles produzem textos, podendo ser orais ou escritos. Esses textos produzidos são materializados mediante os gêneros textuais – modelos de textos que estão à nossa disposição conforme a necessidade da situação comunicacional (MARCUSCHI, 2008). Assim, refletindo, aqui, sobre o texto escrito e, mais especificamente, sobre os textos que são produzidos e que circulam no meio acadêmico (os gêneros acadêmicos), passamos a considerar o processo de construção do texto, levando em consideração a interação entre os interlocutores.

Nesse sentido, identificamos a figura de quem escreve, que chamaremos autor¹, e vemos também a figura do leitor, ressaltando que o texto não se encontra acabado a partir de sua escrita, mas produz sentidos com base nela (a escrita) e, também, permite a construção de sentidos por parte do leitor, sua compreensão/interpretação. Curiosamente, na produção de textos acadêmicos escritos, que circulam em um ambiente onde a escrita deve primar pela variedade formal da língua, científica, surge a figura do revisor e, portanto, a atividade de revisão textual, visto que os textos produzidos na academia, principalmente os que visam à publicação, precisam apresentar adequação linguística e, também, adequação a normas de publicação (ABNT, APA, Vancouver etc.). Dessa forma, o revisor surge como um leitor que ocupa um lugar específico, pois, além de ler, também participa da escrita do texto, agindo também sobre a produção de seu(s) sentido(s).

¹ Na subseção 3.3, da terceira seção deste trabalho, discutiremos a respeito da questão autoral.

Na academia circulam diversos textos, principalmente os gêneros escritos, como: fichamentos, resumos, esquemas, apostilas, artigos, monografias, Trabalhos de Conclusão de curso (TCCs), dissertações de mestrado, teses de doutorado etc. Todos esses gêneros apresentam características que os definem como tal, ou seja, apresentam conteúdo, forma e estilo; além disso, apresentam uma linguagem própria do domínio discursivo acadêmico, com a primazia de uma linguagem mais formal, como já dissemos. Desse modo, consideramos, em nossa pesquisa, que a figura do revisor e a revisão textual se apresentam como uma necessidade nos casos de textos como aqueles apresentados como atividade de conclusão de curso – caso da tese de doutorado, gênero analisado nesta pesquisa.

De fato, todos os textos precisam passar por, no mínimo, uma leitura pelo próprio autor, para dirimir possíveis equívocos de natureza gramatical e/ou de digitação. No caso das produções para conclusão de curso, é comum na etapa de qualificação, ou após a defesa, a comissão examinadora aconselhar uma revisão do texto, a fim de ‘corrigi-lo’, pois, como afirmamos, escrever não é tarefa fácil; logo, é muito comum encontrar problemas de digitação, de concordância, de pontuação etc., questões para as quais o autor pode não atentar, em virtude de sua preocupação com a pesquisa e outras questões conceituais, ou mesmo por não possuir muita afinidade com a modalidade escrita da língua em sua variedade formal.

Assim, o revisor, na condição de leitor, possui objetivos diferentes do público leitor, visto que ele realiza sua leitura à procura de “deslizes” gramaticais, realizando *inferências* que resultam na sua *compreensão* – produção de sentido (MARCUSCHI, 2008). O trabalho do revisor consiste não somente em aspectos gramaticais, mas há também (ou deve haver) uma preocupação em relação ao(s) sentido(s), pois, de acordo com Ribeiro (2009), as interferências do profissional revisor alteram profundamente o texto dos autores, no entanto, são estes (os autores) que dão a última palavra, ou seja, que concordam ou não com suas propostas de revisão apresentadas. Ressaltamos também que o objetivo do revisor não é ensinar o autor a escrever, porém, sua atividade consiste muito mais em tornar o texto legível, a fim de que seja apresentado a um público (D’ANDREA; RIBEIRO, 2010, p. 69).

Sendo assim, parece-nos importante justificar o nosso interesse na pesquisa sobre a revisão textual. Ele parte, primeiramente, da experiência da própria pesquisadora que, no ano de 2012, quando cursava Letras Vernáculas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), teve a oportunidade, por meio de um projeto de extensão, de atuar como estagiária na editora da instituição, exercendo a função de revisora de textos. Foi amor à primeira vista. Mas representou, também, um tremendo desafio, com toda dedicação e responsabilidade que o trabalho exige.

Após o fim do estágio na editora e a concomitante conclusão do curso de graduação, a pesquisadora permaneceu atuando como revisora, trabalhando de forma autônoma, dedicando-se à revisão de textos acadêmico-científicos, principalmente. Foi nessa mesma época que surgiu o desejo de cursar o Mestrado em Linguística, a fim de se especializar em termos de conhecimentos sobre a língua e empreender uma pesquisa acadêmica sobre uma questão que lhe causava grande inquietação: lidar com o(s) sentido(s) presente(s) nos texto – o que o autor disse ou quis dizer e aquilo que foi interpretado ou não pelo revisor.

Ao tomar conhecimento da existência do projeto intitulado “A escrita do texto como processo”, então coordenado pela Prof^a Dr^a Márcia Helena de Melo Pereira, o qual “tem como objetivo geral investigar o texto sob a perspectiva processual, com a intenção de contribuir para a discussão da relação do sujeito com a linguagem, a partir de textos produzidos em gêneros diversos, seja em ambiente escolar [...] ou em outras esferas da atividade humana”² (UESB, 2016), este pareceu ser o caminho a ser percorrido para refletir sobre algumas questões.

Nessa perspectiva, nossa hipótese é a de que, ao atuar sobre o texto do autor, o revisor interfere no texto, podendo alterar seu sentido, prejudicando-o ou mesmo contribuindo; ademais, se o revisor não estiver atento, pode não perceber ‘deslizes’ cometidos pelo autor que também podem interferir no(s) sentido(s). Dessa forma, acreditamos que sem uma ‘negociação’ desse(s) sentido(s), sem a interação autor-revisor, podem ocorrer prejuízos para o texto. Assim, numa perspectiva sociointeracional, o diálogo empreendido entre autor e revisor, por meio da revisão do tipo interativa (com o auxílio da ferramenta “Novo Comentário” do editor de textos *Word*), pode ilustrar esse processo e contribuir para a negociação desse(s) sentido(s), especialmente quando não é possível uma interação presencial.

O trabalho se justifica pelo fato de que, na comunicação verbal, os indivíduos estão sempre utilizando a língua (BAKTHIN, 2011), e esta utilização ocorre mediante os gêneros textuais. Sendo assim, nossa investigação centra-se no gênero textual tese de doutorado – gênero primordialmente escrito. A produção de um gênero como a tese de doutorado, na academia, marca uma situação comunicacional sócio-historicamente situada nesse espaço, com seus objetivos próprios, um determinado contexto, e possui também um público específico, além da utilização de uma linguagem apropriada para o ambiente em que circula.

² Informações disponíveis em: <<http://www.uesb.br/ppglin/?pagina=projetos-de-pesquisa>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

Nesse contexto é que apresentamos a atividade de revisão textual, considerando-a parte do processo de produção do texto – sendo esse texto portador de sentido(s).

Portanto, por meio desta pesquisa, pretendemos investigar se os procedimentos e intervenções realizados em textos do gênero tese de doutorado, mediante revisão textual, podem interferir no sentido, seja comprometendo-o ou ampliando-o, refletindo, assim, sobre a interação entre autor e revisor na relação do sujeito com a linguagem. Além disso, desejamos discutir sobre a importância da revisão textual para a boa apresentação do texto; objetivamos delinear o gênero tese de doutorado na condição de gênero textual acadêmico; esperamos refletir a respeito da constituição do sentido, mediante as intervenções e questões que são colocadas pelo revisor, como suas sugestões; pretendemos, com base na interação estabelecida entre os parceiros, por meio do diálogo interativo, verificar a possibilidade de as intervenções, questionamentos e sugestões do revisor apontarem para a presença da figura autoral em textos acadêmicos, nesse processo de revisão.

Para tanto, na construção de nossas bases teóricas, discutimos a respeito de questões extremamente relevantes para esta pesquisa, ou seja: revisão textual, gêneros textuais (acadêmicos), construção de sentido(s), autoria e, também, sobre o gênero Tese de doutorado. Assim sendo, a fim de tratarmos da revisão textual, na condição de atividade profissional, ancoramo-nos nas contribuições de Oliveira (2007; 2016), Ribeiro (2009; 2016), D’Andrea e Ribeiro (2010), Coelho e Antunes (2010), Yamazaki (2009). Tomamos por base, para discutirmos a respeito dos gêneros textuais, Bakhtin (1997; 2011), considerando questões e conceitos, como os pilares do gênero, enunciado, enunciação, esferas da comunicação, dialogismo – temas tão caros para o estudo sobre a comunicação humana. Ainda nesse sentido, sobre o estudo dos gêneros textuais, distinguindo-os de tipos textuais, adotamos as contribuições de Marcuschi (2008; 2010), Ribeiro (2010), Barros (1997), além de Serrano (2011), no intuito de delinear o gênero tese de doutorado. Sobre o sentido – em nossa pesquisa, que adota uma perspectiva linguístico-discursiva, com base na noção de textualização³ –, realizamos a discussão teórica mediante autores, como: Koch (2015), Bentes (2001), Oliveira (2001), Ilari (2010), Marcuschi (2008), dentre outros. Ademais, quanto à questão da autoria, nossa discussão será pautada em Bakhtin (2011), Barthes (1984), Foucault (2002), Possenti (2001; 2002) e Salgado (2017).

³ Nesta dissertação, utilizamos o termo ‘textualização’ – que fora rediscutido por Beaugrande – para nos referir ao processo de produção e interpretação dos textos, conforme destaca Costa Val (2004); e, em outros momentos, utilizamos, também, o termo ‘textualidade’, ao tratarmos dos princípios/fatores que permitem que um texto seja considerado um texto (COSTA VAL, 1999).

Para proceder à análise dos dados, ou seja, de tese de doutorado submetida à revisão textual, decidimos coletar dois (2) textos de autores diferentes, tendo cada tese sido revisada por um profissional distinto; logo, também dois revisores⁴. Quanto ao processo de revisão acadêmica, destacamos que ocorre quase sempre de forma interativa, sendo o arquivo enviado por *E-mail*. Além disso, são geradas versões de um mesmo texto, ou seja: a primeira versão, a qual é produzida pelo autor e enviada ao revisor; este (o revisor), por sua vez, realiza procedimentos e intervenções linguístico-gramaticais, fazendo uso das ferramentas “Controlar Alterações” e “Novo Comentário” do editor de textos *Word*, gerando a segunda versão, sendo, em seguida, enviada para o autor; a terceira versão corresponde à apreciação do texto pelo autor, com suas respostas aos questionamentos e propostas do revisor dentro dos balões da ferramenta “Novo Comentário” – esta é novamente encaminhada para o revisor; e, por fim, a quarta versão, o texto “finalizado” pelo revisor, conforme o retorno dado pelo autor quanto aos questionamentos feitos a ele, sendo finalmente devolvida para o autor.

Esta quarta versão resulta de uma nova leitura, detida, minuciosa, no intuito de verificar se restaram problemas de digitação, falta de acentos, pequenos desvios que possam ter passado despercebidos na leitura anterior ou decorrentes dos ajustes empreendidos pelo autor. É possível, ainda, que entre a terceira e quarta versão possam haver outras, o que costuma ser raro, em virtude dos prazos muito curtos para a entrega do texto.

Nosso interesse reside, então, na terceira versão, uma vez que é nela que encontramos a negociação de sentido entre autor e revisor. Portanto, após a aprovação deste projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da UESB, por meio da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A) aos participantes, recolhemos as teses de doutorado para analisarmos, identificando os indivíduos como “autor 1”, “autor 2”, “revisor 1” e “revisor 2”.

Quanto à organização, esta dissertação apresenta, além desta introdução, na qual expomos nossas primeiras impressões sobre a pesquisa, outras seis seções. A primeira, intitulada “Revisão textual: percorrendo seus caminhos”, subdivide-se em duas subseções, nas quais discutimos, inicialmente, sobre a revisão textual, seu surgimento, como se apresenta no cenário nacional; e sobre a figura do profissional revisor, ou seja, como se caracteriza, qual a sua formação, em quais espaços atua etc.

A segunda, intitulada “A parceria autor-revisor e a construção do sentido”, constitui o nosso principal capítulo teórico. Este capítulo desdobra-se em três subtópicos, nos quais

⁴ Na quinta seção, dedicada à metodologia, discutimos mais detalhadamente a respeito das teses de doutorado, dos autores e revisores, além de outras questões relevantes.

abordamos os modos de intervenção realizados por revisores em textos alheios, a questão do sentido (em uma perspectiva linguístico-discursiva) e a noção de (co)autoria em textos de natureza acadêmica.

Na terceira seção, sob o título “Delineando o gênero textual Tese de Doutorado”, tratamos, em primeiro lugar, dos aspectos atinentes aos gêneros textuais, destacando os pilares que o sustentam, distinguindo-os dos tipos, dentre outras questões. Em segundo lugar, nas subseções seguintes, versamos a respeito da tese de doutorado, considerando-a um gênero acadêmico⁵; além disso, abordamos a noção de textualização na produção do texto, em etapa de revisão, e sua importância para a negociação de sentido(s) nessa etapa de produção.

Na quarta, “Metodologia – os passos percorridos”, apresentamos as principais ações para a realização de nossa pesquisa, descrevendo, principalmente, o *corpus* selecionado para análise e os procedimentos adotados.

Na quinta seção, com o título “Teses de doutorado em etapa de revisão – análises”, destacamos trechos das teses de doutorado, principalmente aqueles que representam situações de interação, nos quais o revisor promove intervenções, propõe alterações, reformulações etc., a fim de verificar o modo como ocorre a negociação de sentido(s) nessa etapa de produção textual, após definirmos categorias de análise para as interações.

E, por fim, as “Considerações finais”, na qual retomamos nossos objetivos e análises, propondo uma reflexão que possa responder (de forma satisfatória) às nossas indagações.

Assim sendo, na seção que se segue, iniciamos nossas discussões apresentando considerações a respeito da atividade de revisão textual e sobre o profissional revisor de textos.

⁵ Consideramos a tese de doutorado um gênero acadêmico, em virtude principalmente de o gênero em questão originar-se no domínio acadêmico, sendo este o seu principal campo de circulação, uma vez que é onde se concentram os programas de pós-graduação (Doutorado), ainda que possa ser difundido em outros espaços.

2A REVISÃO TEXTUAL: PERCORRENDO SEUS CAMINHOS

A revisão de textos caracteriza-se por ser uma atividade profissional e, também, uma das etapas pelas quais um texto pode passar, ainda que não se tenha o objetivo de levá-lo a público, como no caso de um simples texto escolar, uma vez que se trata também de um processo previsto nas escolas, conforme apontam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental (BRASIL, 1997), ao propor a revisão como um conjunto de procedimentos realizados até que o texto possa ser considerado bem escrito. Comumente, costumamos atrelar a revisão de textos e os revisores aos centros editoriais, porém, há profissionais revisores que atuam de forma autônoma e/ou *freelancer*.

Nas subseções seguintes, traçamos um breve histórico sobre a revisão textual, sobre o que favoreceu seu surgimento, sobre particularidades da atividade de revisão, além das ações que têm sido realizadas, em âmbito nacional. Nesse sentido, versamos, ainda, a respeito da figura do revisor, a fim de caracterizar esse profissional, sua profissão, sua formação escolar/acadêmica, seu processo de profissionalização nessa área etc.

2.1 UM BREVE HISTÓRICO DA REVISÃO TEXTUAL

A revisão textual caracteriza-se principalmente pelo trabalho com textos, sejam eles acadêmicos, científicos, literários, jornalísticos, dentre outros. Essa atividade representa mais do que ler um texto à procura de “erros” gramaticais. Para além de “uma ‘olhadinha’”, de “correção gramatical”, de “revisão de português” etc., a revisão textual, aqui especialmente, é considerada parte do processo de produção textual.

Assim sendo, neste trabalho, abordamos a revisão desse modo: como uma etapa da produção textual, uma vez que consideramos o texto, à luz da Linguística Textual, não como um produto, mas, sim, como um processo (BENTES, 2001), no qual o sentido não se encontra pronto, mas é construído pelos parceiros na comunicação – na interação. Dessa forma, trabalhar com textos significa lidar com a linguagem (no caso da revisão, em sua modalidade escrita), com a comunicação, ainda mais se considerarmos que “todos os diversos campos [ou esferas] da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (BAKHTIN, 2011, p. 261), que se materializa por meio de enunciados, sejam orais ou escritos (BAKHTIN, 2011).

Embora não seja possível precisar quando surgiu a revisão de textos, especialmente na condição de atividade profissional, conforme destaca Guedes (2013), podemos relacioná-la com os primeiros registros de escrita, uma vez que o trabalho do revisor é realizado em textos

primordialmente escritos. De acordo com Câmara Jr. (1975, p. 9), “ a invenção da escrita [...] é uma nova atitude social”, estando ligada, dessa maneira, à noção de *status* social, de poder. O estabelecimento da gramática implica, dessa forma, a existência de “traços lingüísticos [*sic*] mantidos pelas classes superiores como marca de seu *status*” (CÂMARA JR., 1975, p. 10), de seu destaque. Assim, em nossos dias, no mundo acadêmico, em relação à produção de textos, consideramos que graduandos e pós-graduandos ocupam lugar de destaque social, logo sua escrita deve “obedecer” à norma de prestígio.

Embora não pretendamos, aqui, apresentar o percurso histórico do surgimento da escrita, não deixaremos de mencionar este acontecimento como crucial para a existência da revisão. Sendo assim, a escrita é, certamente, uma das marcas de complexidade de sociedades desenvolvidas, sendo a invenção do alfabeto e o surgimento da escrita, de acordo com Melo (2005), marco da perpetuação da comunicação. Ainda conforme Melo (2005, p. 26),

O alfabeto, que permitiu a construção na história, foi uma conquista de muitas sociedades: Índia, China, Coréia [*sic*], Japão, Mesopotâmia, Egito, regiões da Europa e dos povos maias e astecas. Na Mesopotâmia, a escrita – ou a transcrição da língua falada – surgiu de início com a pictografia, que representava, pela associação de palavras, um objeto ou um ser. Essa associação exigiu do homem a capacidade de interpretar o signo para além do concreto, entrando numa realidade abstrata. Assim, a escrita se afastou da imagem e se associou a uma representação analógica dos objetos. Para melhor exercer a comunicação, o homem chegou ao alfabeto, à escrita, que são o suporte estável da comunicação.

Desse modo, a escrita passou a representar, além da fala, uma modalidade de comunicação, possibilitando a interação entre indivíduos, “confrontando, informando, transmitindo ideias, sentimentos e intenções”, firmando-se “como um dos principais canais de comunicação” (OLIVEIRA, 2016, p. 28). A escrita, portanto, permite o registro da história do homem e pelo homem; possui importância social, como na assinatura de contratos, por exemplo, como propõe Olson (1997 apud OLIVEIRA, 2016); decorre também das necessidades econômicas, de trocas e contabilidade (MELO, 2005), portanto, são muitos os usos da escrita nas situações de comunicação.

Segundo Oliveira (2016), em contribuição para o desenvolvimento das civilizações e da ciência moderna, a escrita propiciou o surgimento de duas perspectivas: instrumental e de mudança conceitual. Instrumental, porque a partir da prensa gutemberguiana, inventada no século XV, foi possível compor um vasto acervo de obras, livres dos erros dos copistas e reproduzidas em quantidade ilimitada; e de mudança conceitual, representando “uma nova compreensão da distinção conceitual entre o dado, encontrado nos textos ou na natureza, e as

percepções e interpretações subjetivas do leitor”. De acordo com Melo (2005, p. 29), o surgimento das “primeiras impressões sobre a humanidade: as gazetas, com informações úteis sobre atualidade; os pasquins, folhetos com notícias sobre desgraças alheias; e os libelos, folhas de caráter opinativo”, resultaram, no século XVII, no jornalismo.

É nesse contexto que surge a figura do revisor: da democratização da cultura, do sucesso da imprensa, do processo de industrialização, da regularidade das publicações – o que “aconteceu a partir da segunda metade do século XVI, mas a origem dos jornais modernos está situada nas duas primeiras décadas do século XVII, quando as notícias passaram a ter mais confiabilidade” (MELO, 2005, p. 29). Nesse sentido, autores como Oliveira (2007; 2016), Ribeiro (2009), Yamazaki (2009), Guedes (2013), entre outros, geralmente associam a revisão e o revisor a espaços como jornais e editoras, isto porque é nesses espaços que a atividade é formalizada e institucionalizada. Mas há que se considerar também os profissionais que trabalham como *freelancer*, ou seja, indivíduos que em algum momento tiveram contato ou tomaram conhecimento da revisão por meio do trabalho em um desses locais e, no entanto, prestam serviços sem que haja vínculo com alguma empresa – são autônomos.

Nas editoras e jornais, além da figura do revisor, há também outros profissionais no cenário editorial que realizam diferentes funções, como a normalização, a copidescagem, a diagramação (D’ANDREA; RIBEIRO, 2010), além daqueles que representam o setor administrativo da empresa, tais como diretores, vice-diretores, secretários – indivíduos que, muitas vezes, atuam como mediadores no contato entre autores e revisores, embora quase sempre ocorra o contato, mesmo que virtualmente, entre o autor e revisor. Acreditamos que, quanto à organização do trabalho realizado em editoras, revistas e jornais, a distribuição das atividades, a quantidade de funcionários, o papel exercido por cada indivíduo pode variar, ou seja, podemos encontrar a figura do diretor, do editor, do conselho editorial, do jornalista, do normalizador técnico, do revisor, do diagramador etc., sendo estas atividades desenvolvidas por diferentes profissionais ou diferentes funções sendo realizadas por um mesmo profissional.

Quanto à relação entre esses ambientes e a escrita, é importante apontar que, no espaço editorial e no espaço acadêmico, a preocupação com o texto livre de “erros” é partilhada, ou seja, o revisor atua, sozinho ou juntamente com outros profissionais, no sentido de deixar o texto “pronto” para ir a público; entretanto, no espaço editorial há uma maior flexibilização da escrita, pois em uma obra literária (contos, poemas, poesias de cordel, romances) e em um livro que seja resultado da adaptação de uma dissertação ou tese a escrita irá variar no que

tange à variedade formal da língua, à norma popular, à licença poética etc. No ambiente acadêmico, por sua vez, há a imposição de muitas sanções em relação a uma escrita correta, do ponto de vista da variedade formal da língua. De acordo com Possenti (1996), é papel da escola ensinar a língua dita padrão⁶, o que não significa desconsiderar a norma familiar, a norma popular, enfim, a forma de falar de cada grupo social; no entanto, sabemos que a língua padrão é a língua das classes dominantes; é por meio dela que podemos ter acesso a espaços de poder, como as universidades, por exemplo. Conhecer variadas normas linguísticas, assim como outras línguas, possibilita ao indivíduo transitar em espaços diferentes, onde (co)existem diferentes ideologias.

Dessa forma, sendo a escola responsável pelo ensino da língua padrão, não é de se estranhar que os espaços acadêmicos exijam dos graduandos e pós-graduandos, como condição para estarem ali, que saibam escrever utilizando a variedade formal da língua, uma vez que frequentaram a escola. Posto está que escrever “corretamente” faz parte da ideologia presente também na academia, desde que respeitadas as diferenças e particularidades de cada um. Assim, ter ou não o domínio da variedade formal da língua, na modalidade escrita, por parte do autor, não será motivo de discussão aqui, visto que, independentemente disso, consideramos que todos podemos cometer equívocos, deslizos, erros de digitação, ambiguidades, falta de clareza etc., ao produzir nossos textos, sendo o revisor um parceiro na escrita que possui habilidades no manejo da língua vernácula.

Ademais, é importante destacar que os revisores que atuam nas editoras, revistas, jornais, e na própria revisão acadêmica *freelancer* lidam com uma diversidade de gêneros textuais: livros, notícias, artigos científicos etc., apenas para ilustrar. Nesse sentido, Oliveira (2016) destaca o conhecimento de uma gama de gêneros textuais como uma característica dos revisores entrevistados em sua pesquisa, além da formação e da experiência – característica extremamente importante para o desenvolvimento de reflexões sobre a língua, sobre a comunicação.

Os gêneros textuais, sendo “os textos materializados em situações comunicativas recorrentes” (MARCUSCHI, 2008, p. 155), marcam a interação verbal entre os indivíduos, e esses textos possuem características que os definem e que diferenciam os textos uns dos outros, ou seja, características de forma, conteúdo e estilo, como no caso de um bilhete e um edital, por exemplo, nos quais o nível de formalidade/informalidade, com certeza, apresentará diferenças; consideramos, ainda, em relação ao exemplo anterior, que até mesmo as escolhas

⁶ Não pretendemos discutir a respeito de língua padrão ou não padrão; por esse motivo, adotamos “variedade formal da língua” para nos referirmos à escrita acadêmica, considerada formal.

lexicais, objetivos do texto, interlocutores terão suas especificidades. Nesse sentido, quanto mais o revisor conhece os gêneros, melhor rendimento tem o seu trabalho. Isso porque além de sua função, ambiente de circulação e parceiros envolvidos, os gêneros, sejam orais ou escritos, apresentam uma linguagem que deve estar adequada, isto é, um livro (romance) pode apresentar diálogos muito próximos da oralidade, com todas as suas marcas; já um discurso oral, previamente escrito, bem como um artigo científico, devem apresentar uma escrita formal, acadêmica.

Ao abordar a produção de textos acadêmicos, como artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado (gênero analisado neste trabalho) etc., podemos afirmar que, antes de levá-los a público, sem correr o risco de apresentar inadequações, aconselha-se que eles passem, no mínimo, por uma “correção” (SERRANO, 2011); caso contrário, alguns desvios poderão ser detectados, desvios provocados em função de desatenção, descuido, cansaço, dificuldades em manejar a língua vernácula em sua modalidade escrita (gramaticalmente), entre outras razões que podem comprometer a escrita e a apresentação formal do texto, visto que aqueles que apresentam desvios gramaticais graves geralmente são vistos com desconfiança quanto à sua qualidade.

No ambiente acadêmico, os revisores são, geralmente, conforme discutiremos na seção 2.2, indivíduos com formação acadêmica e experiência nessa atividade. Costumam ser contatados pelos próprios autores dos trabalhos acadêmicos, por meio de informações de sua própria clientela. Dessa maneira, a forma de trabalho, os prazos, os valores etc. são acordados entre autor e revisor informalmente, mas funciona, na prática, como a prestação de um serviço editorial. Firmado o acordo, o autor encaminha seu trabalho para o revisor que, a partir de então, se debruça sobre o texto, trabalhando em sua própria casa ou escritório, tendo, por vezes, que realizar seu trabalho em curto prazo de tempo, trabalhando em textos de diversas áreas do conhecimento e, muitas vezes, sem manter um contato presencial com o autor, seja por razões geográficas ou pelo curto prazo para entrega do texto ‘finalizado’.

Portanto, como vimos, a atividade de revisão textual foi possibilitada em virtude do estabelecimento da escrita, do surgimento de revistas, jornais e editoras; no âmbito acadêmico a revisão fez-se necessária também em razão de aspectos político-ideológico-pedagógicos, ou seja, em decorrência da tarefa da escola de ensinar língua padrão. Além disso, de acordo com Ribeiro (2009), a grande profusão de textos publicados em diversas mídias, no século XXI, beneficiou a atuação de bons profissionais de edição e revisão de textos.

Para finalizar, no cenário nacional, destacamos a relevância e reconhecimento do revisor profissional e de sua atividade por meio de cursos e eventos sobre revisão

desenvolvidos por profissionais que atuam diretamente nesse contexto, visto que há muitos pesquisadores, professores e profissionais desenvolvendo trabalhos. Nesse sentido, a fim de tratarmos da revisão, hoje, no Brasil, entrevistamos a Prof^ª Dr^ª Maíra Avelar Miranda – atualmente, docente da UESB e, também, do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGLin/UESB). Além disso, atuou como revisora, fez parte do quadro docente de um curso de pós-graduação a distância (Especialização) em revisão de textos⁷, na PUC-MG, e é membro da coordenação de um evento nacional sobre revisão textual: o Fórum do revisor.

De acordo com a Prof^ª Dr^ª Maíra Avelar, em entrevista, o Fórum do revisor, com três edições realizadas (2009, 2015 e 2017), foi pensado em decorrência da demanda da própria especialização, em Belo Horizonte-MG, sendo, inicialmente, um evento local. Já a segunda edição, surgiu do interesse da Prof^ª Maíra em desenvolver um evento que contemplasse sua área de pesquisa (o estudo do texto, e, neste caso, o texto visto na perspectiva de sua revisão), na instituição em trabalha atualmente; assim, em contato com professores da PUC-MG, foi realizado o II Fórum do revisor na UESB, na cidade de Vitória da Conquista-BA, reunindo profissionais do texto de todo o Brasil.

O III Fórum do revisor, por sua vez, foi realizado no ano de 2017, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na cidade de São Carlos-SP. Conforme a docente entrevistada, esta última edição representou uma expansão ainda maior do evento, saindo do âmbito apenas acadêmico, a fim de atingir, também, outros espaços, ou seja, agregando pessoal de espaços editoriais, profissionais de diversas áreas e da comunidade, reunindo teóricos que discutem questões sobre o texto (teoria de texto), profissionais do setor editorial, funcionários de editoras e indivíduos preocupados em discutir a respeito de assuntos pertinentes à atividade, como: a exploração no trabalho, a informalidade do serviço, como cobrar pelo serviço prestado etc.

Além disso, a professora nos informou a respeito da criação da Associação Brasileira de Revisores de Textos (ABRT)⁸, na qual atua como secretária, tendo a professora Luciana

⁷ “Este curso visa ao aprofundamento dos conhecimentos linguísticos e textuais, premissa básica para a atividade qualificada de revisão de textos, considerando gêneros diversos, em mídias impressa e digital. Simultaneamente dedicando-se à perspectiva da prescrição (domínio da língua padrão), sem descuidar da compreensão analítica da linguagem, fomentando oportunidades de praticar a atividade de revisão em situações diversas, similares àquelas deparadas no mercado de trabalho, o especialista terá a seu alcance o instrumental essencial a uma boa inserção no mercado de trabalho ou a possibilidade de obter valorização adequada da atividade que já exerce”. Disponível em: <http://www.pucminas.br/Pos-Graduacao/IEC/Cursos/Paginas/Revisao-de-TextosPra%C3%A7a%20da-%20Liberdade_5.aspx?moda=5&polo=7&curso=217&situ=1>. Acesso em: 30 abr. 2017.

⁸ “A Associação Brasileira de Revisores de Texto (ABRT) foi criada no ano de 2011 por professores e alunos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) a fim de reunir a categoria dos revisores de texto, de modo a fortalecer-la. [...] O principal objetivo da ABRT, portanto, é encontrar meios de compreender, proteger e divulgar

Salazar Salgado (Professora do Departamento de Letras da UFSCar) como presidente, uma vez que a atividade não é regulamentada nem reconhecida formalmente; sendo, portanto, esta ação, uma iniciativa em prol da regulamentação dos direitos, deveres, qualificação, treinamento e formação de profissionais para atuar nessa área. Destacamos, ainda, que a mestranda, também revisora, participou do curso de extensão intitulado “Revisão de textos: métodos e técnicas”, promovido pela Prof^a Dr^a Maíra Avelar, na UESB, em 2014, do Fórum do revisor realizado em 2015 e participou, também, do curso “Revisão de Texto”, ação do encontro ABEU Nordeste, na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), oferecido quando do Encontro Baiano de Editoras Universitárias (ABEU), no ano de 2015.

Enfim, esses encontros têm permitido discutir sobre os caminhos da revisão, sobretudo, institucionalizá-la, em âmbito nacional, no intuito de contribuir com a divulgação e reconhecimento dessa atividade, com a valorização e formação do profissional, com a produção científica a respeito da área e, principalmente, com o fomento à pesquisa e produção relacionada ao estudo do texto, em especial, os gêneros textuais, com ênfase na interação entre interlocutores, contexto de produção, construção de sentidos etc. – temas tão caros para todos nós.

Na seção seguinte, discutimos a respeito da figura do revisor de textos, ou seja, como se caracteriza esse profissional, especialmente sua formação profissional e relação com os textos com os quais trabalha.

2.2 A FIGURA DO REVISOR

Iniciamos esta subseção com os seguintes questionamentos: quem pode revisar textos? O que é necessário para estar apto à realização da atividade de revisão textual? Quem é o revisor, em aspectos profissionais e acadêmicos, especialmente no caso do indivíduo que atua como *freelancer*? Estes questionamentos são bastante pertinentes para se caracterizar esse profissional, uma vez que os autores desejam confiar seus textos para alguém que, além de possuir formação acadêmica, tenha, também, experiência no trabalho.

De modo geral, seja em jornais, revistas, editoras ou como *freelancer*, encontramos revisores de áreas como: Letras, Comunicação e Direito principalmente, e de outras áreas também. Independente da área de formação acadêmica, o que estes profissionais têm em comum é uma maior afinidade com a língua vernácula, trabalhando com textos veiculados,

a atividade de revisão de textos” (2015). Disponível em: <<http://www.associacaoderevisores.com.br/objetivos/>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

quase sempre, em sua modalidade escrita. Oliveira (2016), no livro *Revisão de textos: da prática à teoria*, apresenta trechos de entrevistas realizadas com três revisores experientes, sendo dois revisores formados em Letras e um revisor formado em Ciências Sociais e Comunicação Social, todos possuem formação acadêmica e vasta experiência, atuando na revisão de textos acadêmicos ou em espaços jornalísticos – formação e experiência foram alguns dos principais critérios utilizados por Oliveira na escolha dos entrevistados.

Quanto ao que chamamos afinidade com a língua, essa intimidade ou sensibilidade, estamos nos referindo a um conhecimento mais aprofundado de aspectos gramaticais (normativismo) e de uso da língua em aspectos discursivos especialmente (RODRIGUES, 2010), além do conhecimento e do trabalho com os mais diversos gêneros, principalmente escritos, como propõe Oliveira (2016), em circulações diferentes situações de comunicação (MARCUSCHI, 2008), uma vez que comunicação é mais do que regras: é uso, é interação; no entanto, sabemos que a escrita acadêmica não se pauta simplesmente no que está em uso, especialmente na oralidade, mas obedece à variedade formal da escrita que circula no domínio acadêmico, sendo esta a linguagem de prestígio, na sociedade, de acordo com Possenti (1996).

Conforme Cunha e Cintra (2013), ao abordar a noção de correto, todo o comportamento humano é regulado por regras ou leis, e é por meio delas que se estabelece aquilo que esperam de nós, ou seja, um comportamento correto. Considerando, portanto, que existe uma valoração da língua, uma língua de prestígio, também neste caso, submeter-se às regras significa comportar-se linguisticamente da forma como aquela comunidade espera, isto é, falar/escrever corretamente (CUNHA; CINTRA, 2003, p. 6), especificamente se pensarmos na comunidade acadêmica. Ressaltamos, porém, que conhecer e utilizar a linguagem de prestígio não diminui nem exclui as formas consideradas não padrão ou menos formais, não se trata de melhor ou pior, pois todo falar obedece a leis.

Essa afirmação é corroborada por Possenti, quando considera a questão das regras gramaticais, na condição de regularidade e constância. Em suas palavras, “as regras de uma gramática normativa se assemelham às regras de etiqueta”, baseadas em certo e errado; “as regras de uma gramática prescritiva se assemelham às leis da natureza”, tratam de observações; quanto às regras da gramática internalizada, “expressam [...] aspectos do conhecimento linguístico dos falantes” (POSSENTI, 1996, p. 73-74). Dessa forma, podemos dizer que, nas línguas, existem regras que podem apresentar variáveis, ou seja, “Por exemplo, em português, artigos vêm antes dos nomes; pode-se ouvir ‘nós vamos’ ou ‘nós vai’, mas não se ouve ‘eu vamos’. Ou seja, há combinações possíveis e outras impossíveis” (POSSENTI, 1996, p. 74, destaques do autor), sendo todas regidas por leis.

Assim, no âmbito da revisão de textos, em especial os acadêmico-científicos, ter à mão uma gramática, seja ela normativa/ou funcional, é de essencial importância, pois nenhum revisor conhece tudo, e, quando surgem as dúvidas, nada melhor do que pesquisar. Mas, se pensarmos na revisão como pura aplicação de fórmulas gramaticais, correremos o risco de não pensar no texto como discurso (a língua em uso). Não que estejamos separando uma coisa da outra (a gramática do discurso); na verdade, queremos destacar que, mais do que lidar com questões de ordem gramatical, os revisores lidam também, em sua atividade, com questões discursivas e ideológicas, com a produção de sentido(s), com interpretações, com as intenções/objetivos do autor etc., aspectos que não se explicam simplesmente pela gramática. Nesse sentido, é importante que o revisor tenha consciência da língua como interação, do discurso como seu uso (da língua), levando em consideração “a gramática como sensível às pressões do uso” (NEVES, 1997, p. 15).

A formação acadêmica e intelectual desse profissional, com certeza, contribuirá para a execução de seu trabalho, visto que ele terá de lidar, ainda, com textos que versam sobre temas variados, sendo necessário um conhecimento razoável dessas diversas áreas, pois revisar é mais do que corrigir supostos erros, mas, acima de tudo, é ler, a fim de compreender; é ter dúvidas que possam ser discutidas com o autor; é analisar para que possa apontar caminhos alternativos; implica “trabalhar com os aspectos formais do texto, identificar problemas que são de ordem discursiva, pois vários equívocos de ordem interacional interferem na funcionalidade do texto” (RODRIGUES, 2010, p. 159); enfim, significa participar, juntamente com o autor, da construção do(s) sentido(s) daquele texto, considerando que comunicação é interação entre os interlocutores.

Quando nos referimos ao trabalho com textos de diversas áreas, podemos supor que este revisor deva ser também um pesquisador, uma vez que, ao surgirem dúvidas sobre a escrita de palavras próprias da área em questão, vocábulos que, porventura, não conheça, ele naturalmente terá à mão dicionários impressos, digitais, artigos *on line*, tudo aquilo que possa contribuir para que compreenda o texto que está lendo.

Visto ser a academia um local que requer dos textos maior adequação linguística, destacamos que a ação reflexiva do revisor sobre o texto do autor abrange aspectos como observação de grafia das palavras, acentuação, concordância verbal e nominal, pontuação, fenômeno da crase, sugestões de substituições ou mesclagem de expressões (a fim de evitar equívocos e/ou repetições), propostas de reescrita, de retextualização, com o intuito de dar maior objetividade e clareza ao texto, adequação ao novo acordo ortográfico, manutenção de paralelismo linguístico (sintático e semântico), supressão do uso do discurso em primeira

pessoa, ou não (no caso de textos literários), utilização de discurso em primeira pessoa do plural ou uso de reflexivo (se), análise de trechos ambíguos e/ou obscuros⁹; respeito ao estilo do autor etc., além da preocupação, principalmente, com o(s) sentido(s) do texto – ponto de maior relevância neste trabalho, pois representa a dimensão global do texto.

Desse modo, pensando em “quem pode revisar textos”, levando em consideração a confiança depositada pelos autores, exigências das editoras e jornais, necessidade de comprovação de experiência e capacitação para o trabalho em seleções para concursos, acreditamos que os profissionais com formação acadêmica, principalmente em áreas como as citadas anteriormente (Letras, Comunicação e Direito), são considerados melhor qualificados para o trabalho de revisão de textos. Destacamos, ainda, que o revisor deva ser “um profissional cuja atividade [dependa] de uma formação que [ultrapasse] o conhecimento de algumas prescrições do padrão culto, incluindo um saber linguístico amplo e consistente” (MOURÃO, 2010, p. 176). Para tanto, é essencial que o profissional tenha clareza sobre o que é a língua¹⁰, sobre seu caráter interacional, pois escrever textos significa produção de sentido(s), e isso extrapola a superfície do texto, conforme assevera a Prof^a Dr^a Maíra Avelar Miranda, em entrevista a nós concedida.

Assim sendo, encontramos revisores trabalhando em revistas, em jornais, em editoras, em órgãos públicos ligados ao governo ou prestando serviços para empresas editoriais e, também, atuando na condição de *freelancer*, revisando textos para convites, para serem disponibilizados em *sites*, para publicação em *blogs*, e até discursos orais escritos a princípio, entre outras tantas situações. Tudo isto demonstra a importância do revisor, dado que essa profissão e a atuação desse profissional está intrinsecamente ligada à comunicação verbal (na modalidade escrita principalmente), tendo em vista a interação entre indivíduos.

Salgado (2010), no artigo *Ritos genéticos no mercado editorial*, disserta sobre a construção da autoria no processo da escrita até a publicação do texto, e ressalta, sobre a revisão, que

embora seja crescente a demanda por serviços de tratamento de textos qualificado, as atividades profissionais relacionadas ainda são frequentemente vistas como trabalho *free lancer* descompromissado ou, nas

⁹ Ressaltamos que, em textos literários, ambiguidade e/ou obscuridade podem ser intencionais, uma adequação ao ato comunicativo em questão. Conforme Costa Val (1999, p. 14), ao discutir sobre os fatores pragmáticos intencionalidade e aceitabilidade, “O que é qualidade num texto argumentativo formal poderá ser defeito num poema, ou numa estória de suspense, ou numa conversa de botequim, por exemplo”.

¹⁰ Sobre a noção de língua, partilhamos da posição adotada por Marcuschi (2008, p. 61), isto é, ainda que não se descarte seu caráter simbólico, “ela é tomada como uma atividade sociointerativa, desenvolvida em contextos sociocomunicativos [...] a língua é um conjunto de práticas sociais e cognitivas historicamente situadas”.

estruturas editoriais econgêneres, como cumprimento de regras e decisões elaboradas alhures, noutrasinstâncias institucionais – o que despotencializa o trabalho, claro. E pouco ajudaa entendê-lo (SALGADO, 2010, p. 145).

Esta maneira de considerar o tratamento de textos, especificamente a etapa de revisão textual, como uma atividade informal, é ainda uma realidade, no Brasil, porém, acreditamos que, aos poucos, poderá ser mudada. Para isso, é preciso que sejam ampliadas as discussões, que ocorram eventos nesse sentido, que o profissional busque se qualificar, entre outras ações já em andamento – é o caso de eventos nacionais de grande relevância, como o Fórum do revisor, a criação da Associação Brasileira de Revisores de Textos (ABRT) etc.

Nessa perspectiva, quanto àquilo que é necessário para estar apto à realização da atividade de revisão textual, mais uma vez reafirmamos a necessidade de formação acadêmica, além de cursos voltados para a área, a participação em eventos que permitam discutir sobre a atuação do revisor, além de cursos de pós-graduação que tragam conhecimento e qualificação para esse profissional. Em nossa pesquisa, em praticamente todas as bibliografias visitadas, os autores fazem referência a revisores que atuam nos espaços editoriais ou não, sendo sempre profissionais em formação (estagiários de cursos acadêmicos) ou formados. Dessa maneira, acreditamos que os revisores sejam pessoas formadas ou em formação em nível superior e que tenham tomado conhecimento dessa atividadea partir dessa fase de sua formação, passando a trabalhar nestes locais onde sua presença seja essencial, como parte do tratamento de textos dirigidos a um público consumidor.

O revisor que atua na condição de *freelancer*, como é o caso dos revisores que participam de nossa pesquisa, é aquele que revisa textos de natureza acadêmica, sendo contratado diretamente pelo autor (graduando ou pós-graduando) e costuma realizar seu trabalho em sua própria casa ou escritório, podendo atuar, também, como revisor em espaço editorial e/ou como professor, ou em outros espaços, pois ele mesmo tem a liberdade de administrar o tempo que dedicará à realização da revisão, sem ter a necessidade de cumprir horários pré-estabelecidos para sua atividade livre de revisor *freelancer*. Dessa forma, sem a mediação de um comitê editorial, como é comum em editoras, revistas e jornais, ele mesmo negocia com o autor questões como valores, prazos, como manterão contato, ou seja, ele é, ao mesmo tempo, seu próprio patrão e empregado, e oferece ao cliente, em alguns casos, serviços técnicos, isto é, submissão do texto às normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), mantendo um contato que pode ser totalmente virtual, em razão de estarem em localizações geográficas distintas (cidades ou estados diferentes), ou virtual e presencial – em horários e locais previamente combinados.

Assim, nesse contato direto com o autor, o revisor recebe o material a ser revisado, no caso de um texto acadêmico, como a tese de doutorado, via *E-mail*, seja por capítulos ou todo o trabalho, e tem a função de fazer uma leitura que vise a analisar a produção escrita, corrigindo equívocos gramaticais, refletindo sobre a construção dos enunciados, fazendo questionamentos próprios de um leitor-revisor, apresentando propostas e sugestões para a construção do texto, e, de forma global, tendo a preocupação de contribuir para a construção do(s) sentido(s), conforme almejado pelo autor do texto, o que só será possível mediante a interação entre esses parceiros (autor e revisor). Em consonância com Coelho e Antunes (2010, p. 207), acreditamos que o trabalho com o texto abarque “questões concernentes à textualidade, ao gênero textual, ao seu suporte e à esfera de circulação [...] aspectos que contribuem para a adequação global do texto”, até que seja divulgado.

Além disso, ter conhecimento das ferramentas do editor de textos *Word* pode contribuir para que essa interação aconteça, mesmo quando não ocorrem encontros pessoais, pois tem sido comum na revisão (do tipo interativa) a utilização da ferramenta “Novo Comentário”, ou seja, balões inseridos na margem do texto com a finalidade de fazer observações, para a ampliação do diálogo a respeito, especialmente, das questões que envolvem a compreensão dos enunciados presentes no trabalho acadêmico, conforme ilustraremos nesta dissertação, por meio de trechos retirados das teses que serão analisadas.

Portanto, neste trabalho de pesquisa, consideramos o aspecto discursivo e interacional da língua, a compreensão/interpretação do texto, a produção/apreensão do(s) sentido(s), além dos mecanismos de intervenção utilizados pelo revisor no texto do autor, os fatores mais importantes para a constituição global do texto em etapa de revisão.

Na seção seguinte, discutimos a respeito da relação que se estabelece entre o escrevente e o revisor, ressaltando aspectos como os modos de intervenção no texto, a questão do sentido do texto e a noção de (co)autoria.

3 A PARCERIA AUTOR-REVISOR E A CONSTRUÇÃO DO(S) SENTIDO(S) NO TEXTO

Conforme dissemos na seção anterior, a revisão textual é considerada uma das etapas da produção de um texto (OLIVEIRA, 2016), a fim de torná-lo adequado à publicação (D'ANDREA; RIBEIRO, 2010), sendo, também, uma das etapas do serviço editorial (YAMAZAKI, 2009); mas, acima de tudo, representa uma negociação de sentido(s). Assim sendo, envolve: aspectos gramaticais, aspectos discursivos, questões semânticas, lexicais, a construção de sentidos, o gênero em questão e seu respectivo registro (oral/escrito/formal/informal), o contexto de circulação etc. – a comunicação, enfim.

Nessa perspectiva, nas subseções seguintes, abordamos o trabalho realizado nessa etapa de construção do texto – a revisão –, dando ênfase às intervenções realizadas em trabalhos acadêmico-científicos, ilustrando as intervenções com trechos das teses de doutorado que serão analisadas aqui. Discorreremos, ainda, sobre o modo como se lida com a questão do sentido ou sentidos produzidos/construídos na produção de um trabalho acadêmico dessa natureza, no contato entre os parceiros, durante a revisão. Além disso, discutimos a respeito da noção de autoria e da possibilidade ou não de coautoria em textos acadêmicos ao longo do processo de revisão, a fim de investigarmos até que ponto o revisor pode ‘entrar’ no texto de um autor.

3.1 A INTERVENÇÃO EM TEXTOS DE OUTREM: COMO COSTUMA SER FEITA?

A revisão textual é caracterizada principalmente pelas intervenções do profissional revisor em um texto, seja ele de qualquer gênero, tanto do ponto de vista linguístico como discursivo, uma vez que não se trata apenas de correção gramatical, mas, também, dos efeitos e da construção do sentido. De acordo com Oliveira (2016), a revisão é considerada, em uma perspectiva tradicional, uma etapa seguinte à da escrita, a fim de corrigir o texto no que tange à variedade formal da língua. Essa concepção, conforme a autora, baseia-se no senso comum, ou seja, na crença de que revisão significa correção de ortografia, de pontuação, de concordância etc., visando ajustar apenas os aspectos estruturais do texto (OLIVEIRA, 2016). Entretanto, acreditamos que essa noção de revisão não esteja baseada apenas no senso comum, mas, ainda, na concepção de revisão prevista para ser ensinada/praticada nas escolas.

A respeito da revisão de textos na escola, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) afirmam ser esta uma atividade que propicia “as práticas de leitura, produção escrita e

reflexão sobre a língua (e mesmo de comparação entre linguagem oral e escrita)” (BRASIL, 1997, p. 54). Nesse sentido, a revisão é apresentada como um conjunto de procedimentos realizados no texto até que se possa dizer que ele está *suficientemente bem escrito*, o que pressupõe a produção de um rascunho, no qual são empreendidas alterações, “acrescentando, retirando, deslocando ou transformando porções do texto, com o objetivo de torná-lo mais legível para o leitor [...]” (BRASIL, 1997, p. 54).

Para nós, a proposta (ou definição) para a revisão de textos fornecida pelos PCNs é bastante semelhante ao que temos discutido até aqui, uma vez que tratamos da revisão do texto de outrem, como também propõem os PCNs, ao considerar que se trata de uma atividade complexa, na qual o escrevente iniciante deverá manter certo afastamento do próprio texto, sendo interessante que os alunos se debrucem sobre os textos alheios, de seus colegas, trabalhando coletivamente. No entanto, salientamos que a atividade realizada nas escolas, em geral, não pode ser caracterizada como revisão, e, sim, correção do texto, principalmente pelo professor, podendo ocorrer, após essa correção, a reescrita do texto pelo aluno, ou não.

Ressaltamos que, na modalidade de revisão da qual estamos tratando nesta dissertação, o revisor é um leitor profissional (SALGADO, 2017) e não um escrevente iniciante, como é o caso de estudantes das séries iniciais, ainda em processo de escolarização, adquirindo experiência com a língua escrita dita padrão, baseada principalmente no modelo de escrita praticado por alguns escritores do Romantismo (RIBEIRO, 2016). Ademais, o revisor de textos, como profissional, realiza uma atividade que não tem como objetivo principal ter uma experiência com a linguagem escrita, mas realiza um trabalho, sendo remunerado por isso, no intuito de ‘preparar’ um texto para que seja levado a público.

Reconhecemos que os objetivos do revisor profissional sejam diferentes dos objetivos dos escolares das séries iniciais, suas experiências com a linguagem são distintas, as situações de comunicação também se diferem, mas acreditamos que, no trabalho de reescrita de textos, nas escolas, quando damos destaque e preferência ao trabalho com aspectos como ortografia, em detrimento de questões de ordem discursiva (o posicionamento do aluno como indivíduo, como autor de seu texto), algumas dificuldades podem permanecer. Sobre essas dificuldades, não são uma possibilidade, mas uma realidade, visto que muitas pesquisas linguísticas têm demonstrado que a escola ainda se detém de maneira exagerada no ensino da gramática, sendo basicamente um ensino prescritivo (SILVA; PILATI; DIAS, 2010), apresentando, além disso, ineficácia nessa atividade – o que resulta no fracasso escolar¹¹ (WAAL, 2009).

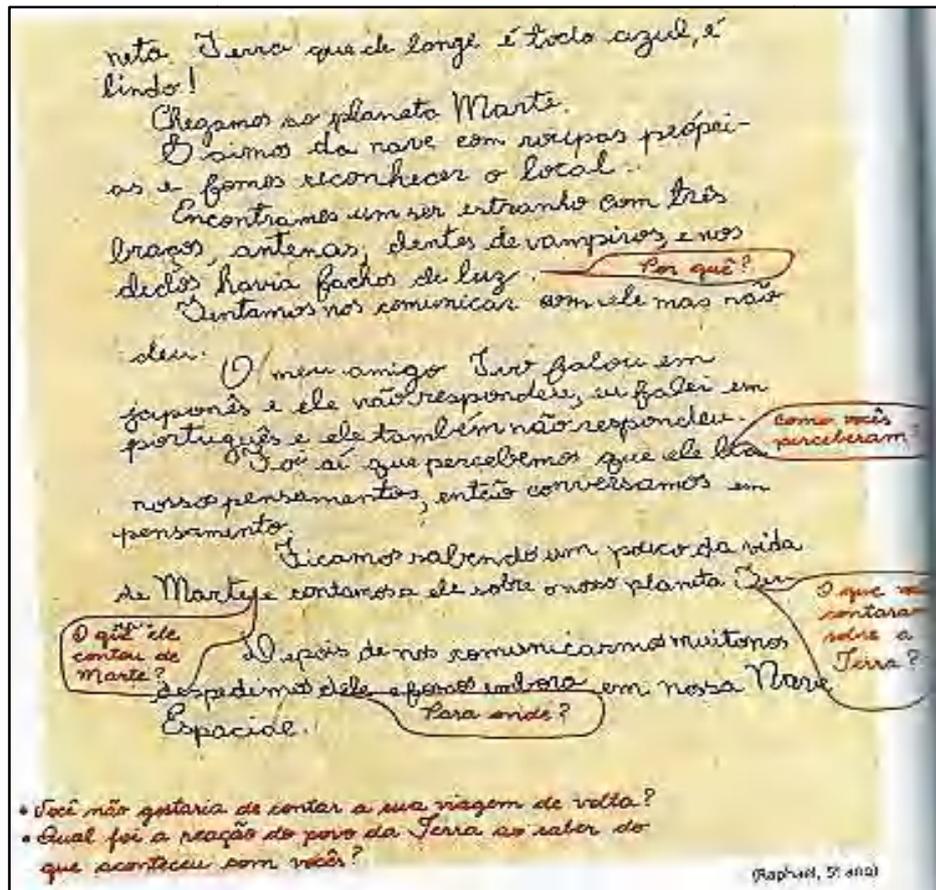
¹¹ Embora não seja nosso objetivo principal discutir a respeito do fracasso ou sucesso escolar, é relevante tratar dessa questão, pois, mediante o trabalho de revisão, muitas vezes, verificamos, em textos acadêmicos,

Apesar disso, há muitos profissionais, professores e pesquisadores interessados em desenvolver atividades que possam proporcionar ao aluno uma experiência de reflexão sobre a língua e sobre sua própria escrita, numa perspectiva de reescrita com base na revisão de seu texto pelo professor, sem ser a nota o único objetivo a ser alcançado. Paulo da Silva Lima, mestre em letras, propõe no artigo *A reescrita de textos mediada pela correção interativa*, publicado na Revista Virtual de Letras, que se trabalhe a correção de textos de forma interativa, para colaborar com os alunos quanto à produção de textos escritos, principalmente em decorrência do fato de que tem-se constatado que nas escolas públicas muitos estudantes estão enfrentando dificuldades para produzirem textos “dentro de uma situação específica de linguagem” (LIMA, 2014, p. 75).

Assim sendo, Lima (2014) apresenta a proposta e os resultados da aplicação de uma sequência didática, fundando-se na teoria de Bronckart (2007) e nos estudos de Dolz e Schneuwly (2010). Nessa atividade, foi trabalhada a produção do gênero dissertação escolar, em 10 encontros, com 30 alunos do 3º ano do Ensino Médio; um fator determinante para esse trabalho foi “a reescrita sendo mediada pela lista de constatações/controle e pela correção interativa” (LIMA, 2014, p. 79), ou seja, foi formulada uma lista de constatações de inadequações que poderiam ser encontradas nas dissertações, as quais foram corrigidas com base nessa lista, apresentando ‘comentários’ do docente. Depois disso, o professor sentou-se individualmente com cada aluno para discutir sobre suas principais dificuldades, sendo trabalhadas também em outras aulas com todos eles; e, por fim, foi solicitado que reescrevessem seus textos, os quais foram expostos no mural da escola e em um *blog*.

Com essas considerações, queremos dizer que a revisão é uma atividade que está presente não apenas no âmbito das editoras, revistas, jornais e universidades, mas, também, nas escolas, conforme apontam os PCNs, ainda que seja em um trabalho de correção, com opção por trabalhar alguns aspectos do texto (como ortografia), ou em atividades mais avançadas, com a aplicação/desenvolvimento de sequências didáticas, conforme Lima (2014). Nesse sentido, a fim de ilustrar a ocorrência da revisão em diferentes esferas, a Figura 1, a seguir, apresenta um texto escolar supostamente em processo de revisão.

Figura 1 - Texto escolar em processo de revisão



Fonte: Retirado do blog “A importância da escrita: necessidade social e manifestação artística”¹².

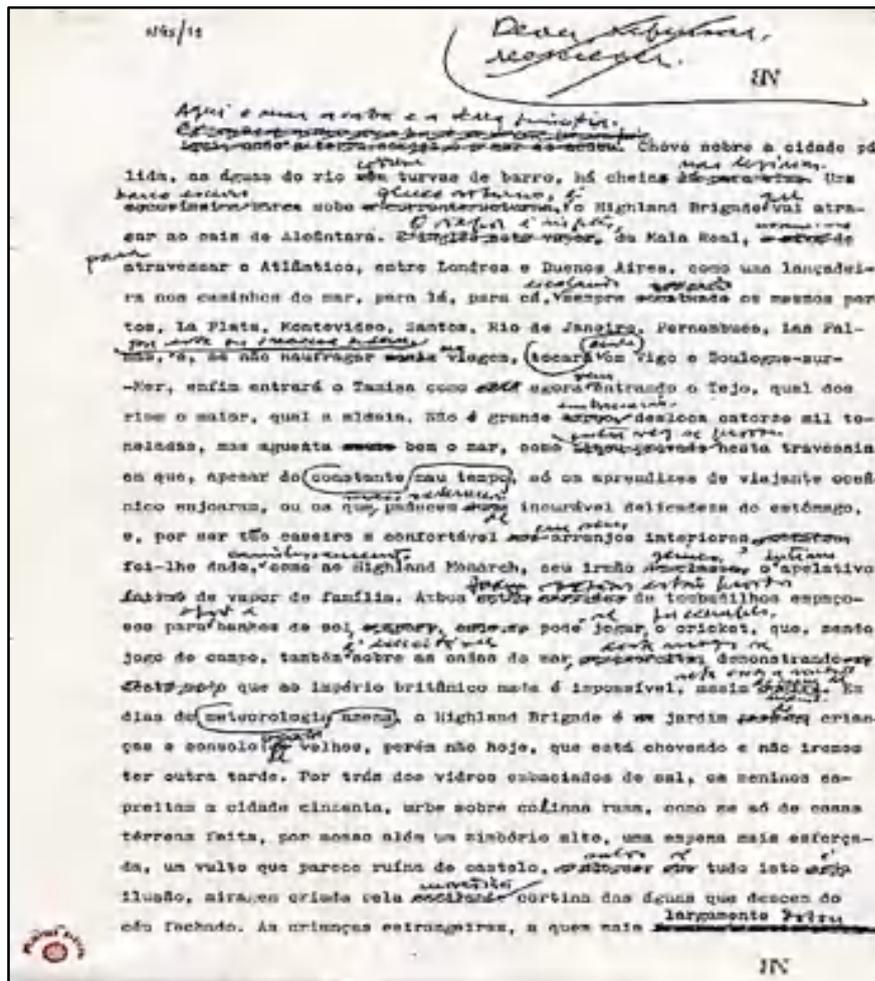
Na figura acima, vemos parte de uma narrativa, com balões e notas (na parte inferior do texto), em que o professor faz algumas sugestões e questionamentos ao escrevente, a fim de levá-lo à reflexão e tornar seu texto mais rico; entretanto, o texto da figura acima, que se encontra no *blog* de uma educadora, no qual apresenta discussões a respeito da leitura e da escrita, mais parece correção do que revisão propriamente dita, uma vez que a tarefa do revisor não é apenas o de fazer perguntas do tipo “por quê?”, “o quê?” e “onde?”, mas, além de identificar problemas, apresentar soluções, conforme ressalta Oliveira (2016). Destacamos que esse modo de corrigir o texto do aluno, com comentários que propiciam a interação, só farão sentido se, de fato, ocorrer uma reescrita do texto.

Nos espaços editoriais, especificamente no caso de livros a serem publicados, após o término de sua escrita pelo autor e envio para a editora, tem início um longo processo editorial, conforme destaca Yamazaki (2009, p. 88), ou seja, “As diversas etapas, que envolvem tanto aspectos artesanais como técnicos e industriais, [que] costumam ser invisíveis

¹² Imagem retirada do blog “A importância da escrita: necessidade social e manifestação artística. Disponível em: <<http://arteneecessidadeescrita.blogspot.com.br/2013/10/sexta-encontro-0409-avaliacao-da.html>>. Acesso em 26 jun. 2017.

aos leitores e até aos autores. E podem variar conforme a editora, o livro, o autor, o prazo para publicação, o orçamento e outros fatores prementes”. Assim, para se chegar ao livro pronto, ele (o livro) passa por algumas etapas, às quais a autora identifica como: edição, preparação, e revisões de prova, até sua impressão e lançamento. A Figura 2, a seguir, apresenta uma ilustração da revisão de originais¹³ – típica do meio editorial.

Figura 2 - Revisão de originais de José Saramago



Fonte: Retirada do site “Revisão para quê?”¹⁴.

Ainda sobre a figura anterior, destacamos, com base em Yamazaki (2009), que após o advento do computador, principalmente os de uso doméstico, tornou-se raro o envio de originais em papel, sendo mais comum o envio do texto para a editora em arquivo *Word*, por *e-mail*. No caso da revisão de trabalhos acadêmicos, realizada pelo revisor *freelancer*, o envio

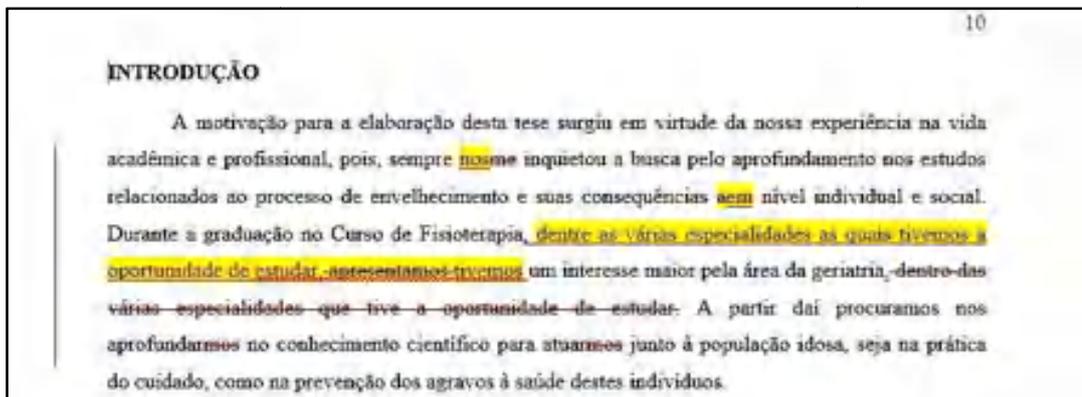
¹³ Nas editoras de livros, chama-se *original* o texto que o autor entrega para publicação e que será o texto base a ser editado.

¹⁴ Imagem retirada do site “Revisão para quê?": Incríveis revisões em originais de autores que você já leu. Disponível em: <<http://revisaoparaque.com/blog/incriveis-revisoes-em-originais-de-autores-que-voce-ja-leu/>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

do texto feito pelo autor para o profissional também ocorre dessa forma na maioria das vezes, ou seja, é enviada a versão considerada concluída pelo autor, a fim de que o revisor/normalizador dê ‘acabamento’ ao texto.

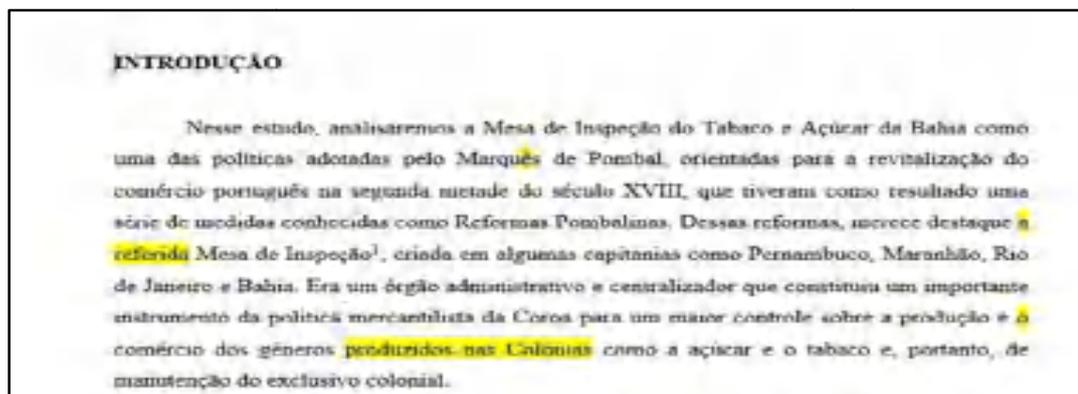
Assim sendo, as figuras seguintes, Figuras 3 e 4, são recortes das teses analisadas nesta dissertação. É possível perceber que os revisores trabalham de formas diferentes quanto à utilização de algumas ferramentas do editor de textos Word, ao destacarem suas alterações no texto, embora os dois recorram ao recurso dos comentários – os balões à direita, a fim de dialogarem com os autores, quando necessário. Dessa forma, é possível identificar as intervenções do revisor nos textos, com base em Ribeiro (2009), sendo dos tipos resolutivo, indicativo, classificatório e interativo.

Figura 3 - Trecho de tese de doutorado (1) em processo de revisão



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Figura 4 - Trecho de tese de doutorado (2) em processo de revisão



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

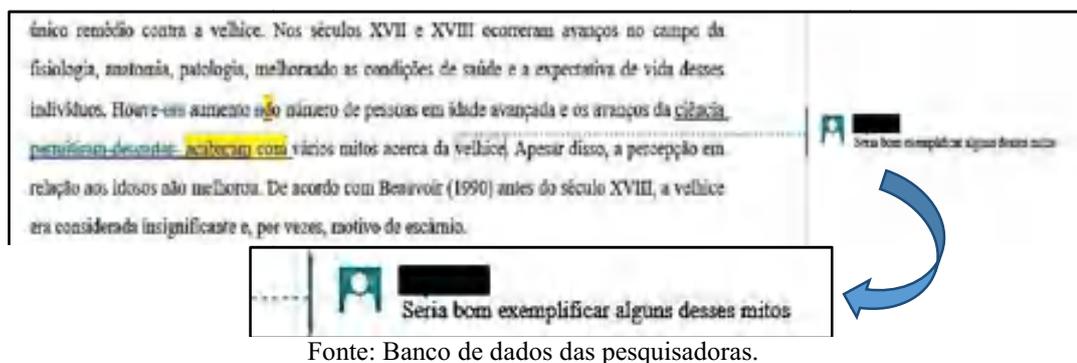
Sobre os tipos de revisão que costumam ser empreendidas no texto, Ribeiro (2009, p. 6) menciona que “Assis (2006) cita Serafini e Ruiz ao lembrar os tipos de correção propostos pelas duas autoras”, ou seja, de acordo com “Serafini (1989), as correções seriam de tipo resolutivo (quando o revisor resolve os problemas encontrados no texto), indicativo (o

revisor apenas marca os problemas) e classificatório (o revisor utiliza metalinguagem para indicar os problemas)”. Ruiz (2001), por sua vez, amplia essas categorias, propondo o tipo interativo, e que mais nos interessa aqui, mediante a inserção de balões no texto, por meio dos quais o revisor pode dialogar com o autor e vice-versa, “subsidiando muito mais a construção da autoria e a aprendizagem da escrita” (RIBEIRO, 2009, p. 6).

Vale destacar, ainda, de acordo com Coelho e Antunes (2010), que a atividade do revisor reúne outros tipos de revisão: “i) revisão gráfica: [...] apresentação e a composição visual e material do texto; ii) revisão normalizadora: ajusta o texto às normas bibliográficas e editoriais; e iii) revisão temática: verifica a propriedade e a consistência das formulações de um texto” (COELHO; ANTUNES, 2010, p. 206-207), sobre um assunto. Os tipos de revisão discutidos até aqui podem ser aplicados principalmente aos textos publicados pelas editoras, especialmente no tocante à revisão gráfica, se levarmos em consideração todo o projeto de apresentação gráfica do texto, quase sempre aquela adotada pela editora, e a concepção da capa do livro.

Quanto aos trabalhos acadêmicos, podemos relacionar a revisão normalizadora e a revisão temática com o que propõe Serrano (2011, p. 128), ao discutir sobre a produção da tese de doutorado e todo o desenvolvimento da pesquisa, ou seja, que o texto respeite as normas e estilo, entendendo por normas as diretrizes da ABNT, no intuito de se respeitar a própria estrutura do gênero (elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais); e que procedam-se leituras por “pessoas autorizadas (com conhecimento no tema)”, repercutindo em sua “solidez científica”. Por meio da Figura 5, a seguir, podemos observar, no balão, mediante revisão interativa, o revisor apresentando uma proposta de inserção de informação, no intuito de preencher uma possível lacuna no texto.

Figura 5 - Trecho de tese de doutorado (1) com exemplo de revisão temática



Dessa forma, ao registrar que “Seria bom exemplificar alguns desses mitos”, uma vez que o autor discute a respeito do “número de pessoas em idade avançada e os avanços da

ciência” terem acabado com “vários mitos acerca da velhice”, o revisor, além de atentar para a linguagem empregada no texto, também aponta a falta de informações que poderão ser relevantes para o leitor, ainda que esse mesmo revisor não possua profundo conhecimento sobre o tema.

No capítulo dedicado às análises, discutiremos sobre os tipos de revisão, conforme apresentados por Ribeiro (2009), quais sejam: resolutivo, indicativo, classificatório e interativo, no intuito de verificar o modo como os dois revisores trabalharam nas respectivas teses, dando destaque principalmente ao tipo interativo, pois nos parece ser o mais eficaz na negociação de sentidos entre esses parceiros.

A seguir, apresentamos uma reflexão a respeito do sentido, pensando principalmente como são negociados os sentidos no gênero acadêmico tese de doutorado.

3.2A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO(S) E A ETAPA DA REVISÃO

Como dissemos, no capítulo introdutório desta dissertação, nosso objetivo principal é refletir sobre a construção de sentido(s) na etapa de revisão textual, ou seja, sobre como lidar com *o que o autor disse* ou *quis dizer* (na escrita de um gênero acadêmico) com *aquilo que foi interpretado ou não pelo revisor*, uma vez que este – na condição de leitor profissional – poderá empreender ajustes/intervenções no texto daquele, promovendo alterações, modificações que poderão tanto contribuir quanto comprometer o(s) sentido(s) pretendido(s).

Assim sendo, neste trabalho, tomaremos a construção do sentido, no processo de produção de um gênero textual acadêmico, a tese de doutorado, numa perspectiva linguístico-discursiva, visto que o revisor, para processar sua compreensão do texto, se vale de recursos linguísticos; bem como, para ‘negociar’ o sentido com o autor, recorre a esses mesmos recursos, ou seja, o revisor atenta para a posição de uma vírgula, para a seleção de vocábulos, para o uso de conjunções, para questões como ambiguidades, obscuridades, falta de clareza etc., bem como propõe ajustes, reformulações, substituições, supressões etc., muitas vezes, lidando com uma temática e área sobre a qual não possui um conhecimento aprofundado. Dessa forma, os fatores de textualização nos permitem pensar sobre o modo como o sentido é construído mediante a interação autor-revisor – interlocutores nessa etapa de produção do texto.

Entretanto, antes de abordarmos a noção de textualização e os fatores que garantem seu estabelecimento, a fim de se constituir o sentido global de um texto, parece-nos necessário apresentar algumas considerações sobre a significação, sobre o sentido. Inicialmente, tivemos

a intenção de partir da Semântica, para fundamentar nossas reflexões, porém, ao verificarmos a existência de ‘semânticas’ e de uma pluralidade de perspectivas em seu interior (OLIVEIRA 2001), algumas dificuldades surgiram, pois, como nos informa Guimarães (2002), há muitas formas de se estudar a significação.

O professor Eduardo Guimarães, na obra *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem* (2002), propõe um estudo da significação, com base no funcionamento da linguagem no acontecimento da enunciação, ao mesmo tempo em que apresenta um percurso histórico desse estudo, “sob dois aspectos: “1) percorrer um caminho que mostre as incertezas da consideração do sujeito na linguagem; 2) percorrer um caminho que tenha produzido conceitos e descrições que interessem, de algum modo, a um tratamento enunciativo do sentido” (GUIMARÃES, 2002, p. 11).

Para tanto, o autor procura mostrar como a semântica lida com as três exclusões feitas por Saussure: sujeito, objeto e história¹⁵. Ademais, dando um tratamento enunciativo ao sentido, o autor adota duas filiações semânticas: a de Michel Bréal, marcada pelo historicismo do século XIX, além de “sua concepção sobre o elemento subjetivo na linguagem”; adota, ainda, “a concepção benvenistiana da intersubjetividade” – bastante relevante para a constituição desse percurso dos estudos sobre o sentido (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

Portanto, para nós, ao tratarmos da noção de autoria e de sua relação com o revisor, no processo de revisão, principalmente no que se refere à construção de sentido(s), o elemento subjetivo, a subjetividade do indivíduo revela-se como um fator preponderante, uma vez que a textualização refere-se não só ao texto, mas, também, aos interlocutores. De acordo com Benveniste (2005, p. 285), “É um homem que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem [...]”, e mais: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Para o linguista francês, a ‘subjetividade’ não se refere ao sentimento do indivíduo de ser ele mesmo, mas à “capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”(BENVENISTE, 2005, p. 286, destaque do autor), ressaltando que o indivíduo só tem consciência de si mesmo em contraposição com o outro – trata-se, portanto, da relação entre o *eu* e o *tu*, marcada pela reciprocidade. O *eu*, para Benveniste, “se refere ao ato do discurso individual”, uma instância do discurso que designa o locutor, permitindo que este se enuncie como sujeito, sendo isto possível somente porque, nas palavras do autor, “A linguagem está de tal forma organizada

¹⁵ Em virtude de questões teórico-metodológicas, nos concentraremos apenas na perspectiva do sujeito na linguagem, não nos detendo sobre outras questões.

que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*”(BENVENISTE, 2005, p. 288, destaques do autor).

Ademais, mencionamos, ainda, a distinção proposta por Benveniste sobre “os modos de significância que a língua combina: o semiótico e o semântico” (GUIMARÃES, 2002, p. 45). Nesse sentido, o semiótico considera a língua como um sistema de signos linguísticos que se distinguem por sua relação com os outros – seguindo uma perspectiva saussuriana; já o semântico, “diz respeito à língua como produtora de mensagens”, levando-se em consideração não a identificação das unidades, mas a compreensão do sentido global (GUIMARÃES, 2002, p. 46).

Conforme destaca Guimarães (2002, p. 47), para Benveniste, o aspecto semântico é “um pôr em funcionamento a língua”, nesse sentido, o autor francês propõe o conceito de enunciação como “uma relação do locutor com a língua”, pois, ao se apropriar da língua e colocá-la em funcionamento, ele a semantiza. O professor Eduardo Guimarães chama atenção para o fato de que alguns linguistas censuram esse tratamento dado à questão da subjetividade na linguagem, em virtude de essa passagem da língua para o semântico, em Benveniste, parecer um tanto automática, ou seja, a partir de sua apropriação.

Benveniste, ao discordar de Saussure a respeito da arbitrariedade do signo, “produz uma vinculação de necessidade entre significante e significado, ou seja, “ele fixa esta relação [...] que abre espaço para o tratamento do deslizamento do significado sobre o significante e vice-versa” (GUIMARÃES, 2002, p. 47). Dessa maneira, nas palavras de Guimarães, Benveniste

[...] ilumina a significação das línguas que estuda. Mostra que tratar a significação como algo meramente situacional é absolutamente pobre. É verdade que ele está envolvido em uma busca de origens, mas o que fica não é isto, é fundamentalmente a riqueza da questão da significação linguística como algo que não se reduz nem a vontades nem intenções, nem a meras relações com objetos. Interessa o que ele chama significação, ou seja, nas línguas interessam relações de linguagem.

Portanto, para nós, o sentido se dá no funcionamento da língua, na comunicação entre interlocutores, entre um *eu* e um *tu*, neste caso: autor e leitor-revisor, no processo de revisão do texto, levando em consideração a importância dos fatores de textualização para a construção de sentido entre esses parceiros, conforme discutiremos mais adiante.

Uma vez que estamos tratando da produção de sentido na escrita de um gênero acadêmico, texto produzido em âmbito de ensino, é válido ressaltarmos a relevância,

conforme destaca Ilari (2010), de atividades que favoreçam o estudo da significação desde a escola. Para esse autor, a pouca atenção dispensada ao estudo da significação pode comprometer o processo de ensino-aprendizagem, pois passamos muito tempo trabalhando questões ortográficas e gramaticais, baseadas em regras, em detrimento das questões referentes à interpretação, que, muitas vezes, é trabalhada de forma superficial (ILARI, 2010).

O professor Rodolfo Ilari ainda destaca sua preocupação em relação à prática escolar da leitura, interpretação e produção de textos, primeiro porque há variadas formas de trabalhar com textos, mas, na escola, ainda se praticam atividades voltadas principalmente para ortografia e gramática; depois, a atividade de interpretação praticada pela escola centra-se mais naquilo que os alunos depreendem do texto do que aos processos mobilizados nessa interpretação; além disso, o próprio ensino foi limitado a um conjunto de atividades, deixando de lado tantas outras possíveis (ILARI, 2010).

Desse modo, na escola, o ensino, muitas vezes, centra-se em atividades de análise gramatical (atividades que devem ser realizadas), sem a devida reflexão sobre a língua, sua utilização – na interação (ILARI; GERALDI, 1995). Na obra *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e no 2º graus*, Travaglia (1998, p. 68) destaca o fato de que a comunicação verbal humana ocorre por meio de textos, visto representarem “uma unidade complexa de sentido”, sendo, portanto, o “todo significativo em relação à situação”.

Assim, numa perspectiva sociodiscursiva, o autor aponta que o sentido mantém íntima relação com a intenção comunicativa, “com a função dos elementos lingüísticos [*sic*], entendendo-se função como o papel lingüístico-discursivo [*sic*] de uma marca formal que é dado pela interpretação dos usuários da língua [...]” (TRAVAGLIA, 1998, p. 68). Nessa perspectiva, destacamos que o(s) sentido(s) de um texto depende(m), então, não apenas da intenção de quem escreveu da interpretação seu leitor, mas resulta da interação que se estabelece por meio da comunicação.

No caso da tese de doutorado, gênero acadêmico analisado nesta dissertação, podemos identificar, pelo menos, quatro categorias de leitores envolvidos na construção/produção de sentidos: o orientador, sendo responsável pela supervisão do texto; a banca qualificadora/examinadora, que avalia o texto (SERRANO, 2011); o revisor, leitor profissional (SALGADO, 2017), que irá promover a adequação da linguagem no texto; e os futuros leitores da versão pós-aprovação, outros pesquisadores, estudantes e público interessado. Não discutiremos sobre cada um, uma vez que nosso interesse reside na parceria autor-revisor e também porque acreditamos que cada tipo leitor mantém uma relação distinta

com o texto – modos, estratégias, níveis, objetivos de leitura, os quais merecem ser estudados de forma particular.

Em nossa compreensão, vemos os três primeiros tipos de leitores de maneira distinta do último, pois este lê a versão final do texto, e suas considerações, seja no sentido de criticar, acrescentar, identificar falhas ou fragilidades, rechaçar etc., já não ‘entram’ no ‘corpo’ do texto; diferentemente daqueles leitores que, ainda durante a construção do texto, dialogam com o autor, propõem acréscimos, supressões, sugestões etc. que poderão ser (e geralmente são) aceitas pelo autor. Mas isso não faz do último tipo de leitor (da tese de doutorado, neste caso), um leitor “que apenas compreende passivamente” (BAKHTIN, 2011, p. 270).

De acordo com Bakhtin (2011, p. 270, destaques do autor), a Linguística do século XIX coloca a função comunicativa da linguagem em segundo plano, dando destaque à “função da formação do pensamento, *independente da comunicação*”; nesse caso, tem-se “*um* falante sem a relação *necessária* com *outros* participantes da comunicação discursiva”. Nesse sentido, o autor russo, de certa forma, critica a representação saussuriana do ‘circuito da fala’, pois apresenta falante e ouvinte em um processo passivo de transmissão, recepção e compreensão do discurso. Como ressalta o próprio Bakhtin (2011, p. 271), isso não significa que esses esquemas desenvolvidos, até então, sejam falsos, mas “quando passam ao objetivo real da comunicação discursiva eles se transformam em ficção científica”.

Nessa perspectiva, considerando a participação ativa dos interlocutores na comunicação discursiva, Bakhtin (2011) elege o diálogo como sua manifestação clássica e elementar, sendo o diálogo classificado como um gênero primário¹⁶, do cotidiano, mais simplificado, que exige uma atitude responsiva imediata por parte dos interlocutores. No caso dos gêneros secundários, eles resultam “[...] da complexa comunicação cultural, na maioria dos casos, foram concebidos precisamente para essa compreensão ativamente responsiva de efeito retardado” (BAKHTIN, 2011, p. 272); dessa forma, no evento comunicativo marcado pela leitura do gênero acadêmico tese de doutorado, seja pelo orientador, banca, revisor ou leitores seguintes, autor e leitores participam ativamente na construção de sentidos, por meio de sua intenção e compreensão nesse processo.

Destacamos, assim, em consonância com Barros (1997), que a concepção de linguagem em Bakhtin é dialógica. Dessa forma, o dialogismo é seu princípio fundador, sendo o sentido dependente da relação entre os indivíduos e desses com a sociedade. De acordo com Ribeiro (2010),

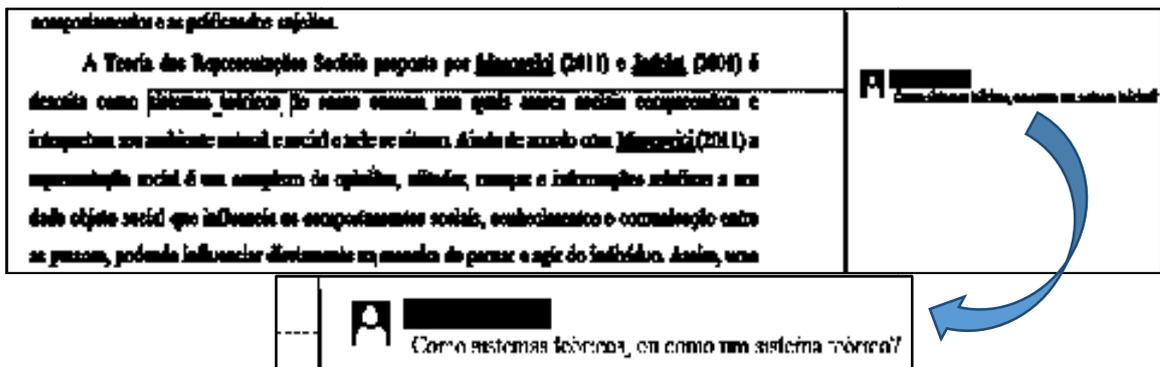
¹⁶ A respeito da definição de gêneros, discutimos mais detalhadamente no capítulo 4, ao descrevermos o gênero textual tese de doutorado.

o dialogismo é fator essencial da comunicação, ou seja, apresenta-se como o princípio através do qual há produção e compreensão de sentidos e, ainda, aderindo à tese de que todo ato comunicativo se realiza através de um dado gênero, faz-se necessário afirmar que os gêneros discursivos são essencialmente dialógicos.

Sobre o caráter dialógico dos gêneros textuais, seja o diálogo ou a tese de doutorado, lembramos, com base em Bakhtin (2011, p. 272), que “Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”. Em virtude de seu caráter responsivo, pressupomos a presença de, no mínimo, dois parceiros – o *eu* e o *outro* – para compor a cena enunciativa¹⁷. No caso da tese de doutorado, assim como em outros gêneros acadêmicos, destacamos, ainda, que seu processo de produção é marcado pela interação do autor com diferentes indivíduos e enunciados, uma vez que há interação/diálogo direto com o orientador, banca e revisor (mesmo que virtual), além disso, na construção do texto são tomadas como base para a discussão do tema uma série de referências – textos de autores que versam sobre assuntos que contribuem para a pesquisa do autor, pois os gêneros acadêmicos necessitam estar relacionados às pesquisas já existentes na área, uma vez que, apesar de ser necessária alguma originalidade, no caso da tese de doutorado, o objeto de estudo não é necessariamente desconhecido, sendo importante, dessa maneira, que seja realizada uma contextualização do conteúdo (MOTTA-ROTH; BARBOSA, 2010; SERRANO, 2011).

O trecho, a seguir, Figura 6, foi retirado de uma das teses de doutorado selecionadas para nossas análises e mostra um parágrafo construído pelo autor, utilizando as contribuições de outros autores para a discussão, além de um balão (à direita) no qual o revisor apresenta um questionamento.

Figura 6 - Trecho de tese ilustrando o dialogismo



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

¹⁷ A cena enunciativa ou enunciação refere-se ao contexto em que ocorre o enunciado, compreendendo o contexto não somente como o espaço físico, mas levando-se em consideração o locutor, o interlocutor, a situação, a intencionalidade, o ato de produzir o texto, sendo este irrepetível, portador de sentido(s).

Como vimos na figura acima, o autor da tese disserta a respeito de algo, apresentando em um único parágrafo dois outros autores e, sendo essa a etapa de revisão, dialoga, ainda, por meio da revisão de tipo interativa (RIBEIRO, 2009), com o revisor, o qual lhe faz questionamentos. Conforme Ribeiro (2010, p. 62), “De qualquer forma, no evento de interação, o locutor busca cúmplices e, nesse movimento, faz emergir vozes que permitem entender minimamente as formas de significar objetos discursivos” – no caso dos gêneros acadêmicos, as citações emergem conforme seu projeto de dizer, são selecionadas por ele, mas sempre numa atitude responsiva, corroborando suas palavras, preenchendo lacunas, apontando horizontes etc.

A partir desse momento, surge para nós uma questão: se um revisor, sendo da área de Letras, é contratado para revisar um trabalho de outra área, como da área médica ou de exatas, por exemplo, não possuindo conhecimentos específicos, como será capaz de lidar com o(s) sentido(s) do texto? Ao considerarmos o sentido o resultado de uma negociação, na etapa da revisão textual, e termos optado, aqui, por seguir uma perspectiva linguístico-discursiva para a construção/negociação desse sentido, decidimos adotar a concepção de textualização, discutindo principalmente sobre os fatores de textualidade, a fim de debater sobre o sentido nessa etapa de produção textual, para tecer considerações sobre se as intervenções realizadas pelo revisor no texto do autor poderão tanto contribuir quanto comprometer o(s) efeito(s) de sentido(s) pretendido(s).

Em consonância com Marcuschi (2008), dizemos que o texto, para funcionar como tal, se sustenta em seu contexto situacional e nas relações semânticas que se estabelecem em seu interior, lembrando que o contexto situacional, com destaca o próprio autor, não equivale ao entorno físico simplesmente, mas às questões referentes à cognição, às relações sociais, culturais, históricas etc. Assim sendo, o texto possui relações situacionais e cotextuais, sendo o contexto concebido como “uma rede de textos que dialogam tanto de modo negociado como conflituoso. Contrato e conflito fazem parte dos movimentos da produção de sentido” (MARCUSCHI, 2008, p. 87).

No âmbito da revisão textual, é possível verificarmos que os movimentos da produção de sentido entre os interlocutores – autor e revisor – possuem esse caráter negociativo e, ao mesmo tempo, conflituoso, uma vez que questões de ordem pragmática, cognitiva, cultural, de conhecimento de mundo, de conhecimento partilhado entram em funcionamento nesse processo de produção, recepção e interpretação dos textos, sendo o diálogo entre os parceiros, mesmo que de forma virtual, uma necessidade (BENTES, 2001).

Assim, tomando o texto como unidade comunicativa, assumimos a textualidade como um conjunto de características ou fatores que fazem com que um texto seja considerado um texto e não uma sequência aleatória de frases (COSTA VAL, 1999¹⁸; MARCUSCHI, 2008). Conforme destaca Antunes (2010, p. 30), “[...] a textualidade não acontece de forma abstrata. Acontece sob a forma concreta de textos, linguística e socialmente tipificados [...]”. A autora destaca, ainda, que todo texto expressa um propósito comunicativo, firmado em uma intenção, sendo o resultado de uma atividade social, portanto dialógica – sendo esta uma característica fundamental da linguagem (BAKHTIN, 2011; ANTUNES, 2010).

Dessa forma, como salienta Antunes, “Esforçamo-nos, quase sem notar, para sermos, em cada contexto, relevantes, *dizendo o que supomos ser da necessidade, do interesse e do gosto do outro*” (ANTUNES, 2010, p. 32, destaque da autora), muito embora, no contexto da revisão textual, o revisor não faça parte, necessariamente, do público leitor de uma tese de doutorado que não seja de sua área de conhecimento, por isso seus objetivos e sua maneira de construir o sentido, ao ler e buscar fazer interpretações, são distintos.

Sobre os fatores de textualidade, Marcuschi (2008) ressalta que devem ser considerados com algumas reservas, ou seja: i. não devem ser divididos de forma tão categórica e estanque, porque alguns são redundantes; ii. não devemos conceber o texto pautado na primazia nem do código nem da forma; e iii. não podemos considerar esses critérios como princípios para se produzir bons textos, como se fossem requisitos necessários a todos os textos, pois há textos, como os literários¹⁹, por exemplo, que podem não ser coesos e ainda assim serem textos coerentes, dos quais podemos depreender algum sentido (KOCH; TRAVAGLIA, 2004).

“Um texto é uma proposta de sentido e ele só se completa com a participação do seu leitor/ouvinte” (MARCUSCHI, 2008, p. 94). De acordo com Marcuschi (2008), citando Beaugrande (1997), a articulação do texto ocorre em três níveis, quais sejam: *linguístico*,

¹⁸ Em *Texto, textualidade e textualização*, Costa Vall (2004) esclarece que Beaugrande rediscute o termo ‘textualidade’, alertando sobre a necessidade de observância da relação entre ‘textualidade’ e o processo de ‘textualização’, visto que o primeiro é concernente aos princípios que fazem de um texto um texto e não uma sequência de frases e palavras; já o segundo, refere-se aos processos de produção e interpretação dos textos.

¹⁹ A primeira parte do texto *Circuito fechado*, de Ricardo Ramos, é um bom exemplo de texto que não apresenta elos coesivos, porém é um texto coerente: “Chinelos, vaso, descarga. Pia, sabonete. Água. Escova, creme dental, água, espuma, creme de barbear, pincel, espuma, gilete, água, cortina, sabonete, água fria, água quente, toalha. Creme para cabelo, pente. Cueca, camisa, abotoaduras, calça, meias, sapatos, telefone, agenda, copo com lápis, caneta, blocos de notas, espátula, pastas, caixa de entrada, de saída, vaso com plantas, quadros, papéis, cigarro, fósforo. Bandeja, xícara pequena. Cigarro e fósforo. Papéis, telefone, relatórios, cartas, notas, vales, cheques, memorandos, bilhetes, telefone, papéis. Relógio. Mesa, cavalete, cinzeiros, cadeiras, esboços de anúncios, fotos, cigarro, fósforo, bloco de papel, caneta, projetos de filmes, xícara, cartaz, lápis, cigarro, fósforo, quadro-negro, giz, papel. Mictório, pia, água. Táxi. Mesa, toalha, cadeiras, copos, pratos, talheres, garrafa, guardanapo [...]. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/gpt/substantivos.php>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

social e cognitivo; nesse sentido, supomos, no caso da produção/recepção de uma tese em processo de revisão, serem correspondentes a esses níveis, respectivamente, o *texto escrito*, os *lugares ocupados* por autor e revisor no âmbito acadêmico e os *conhecimentos investidos* para produzir/construir sentido(s) mediante a negociação que ocorre nessa etapa da produção textual. Marcuschi (2008) ressalta, além disso, que, na distribuição dos fatores de textualidade, encontramos, primeiro, a presença de um autor, de um leitor e de um texto; segundo, o acesso cognitivo por meio dos aspectos linguísticos (cotextuais: coesão e coerência) e por meio dos conhecimentos de mundo (contextuais: aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, intertextualidade e intencionalidade); terceiro, apesar de estarem divididos em dois blocos, esses fatores estão intimamente relacionados.

Ainda a respeito dessa classificação dos fatores de textualidade, Antunes (2010), com base em Beaugrande e Dressler (1981), assume serem 7 (sete) os critérios de textualidade: coesão, coerência, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, intertextualidade e intencionalidade; no entanto, divide-os em dois blocos, da seguinte maneira: coesão, coerência, informatividade e intertextualidade como “propriedades do texto” e a intencionalidade, aceitabilidade e situacionalidade como “condições de efetivação do texto”, alegando que a intencionalidade e a aceitabilidade remetem ao interlocutor e que a situacionalidade é uma condição para que o texto aconteça, uma vez que todo texto acontece em um “contexto sociocultural determinado” (ANTUNES, 2010, p. 34).

Costa Val (1999, p. 3), por sua vez, na obra *Redação e textualidade*, citando Beaugrande e Dressler (1983), ao definir o texto “[...] ou discurso como ocorrência linguística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal” (COSTA VAL, 1999, p. 3), entende por semântica a coerência e, por formal, a coesão, sendo a coesão e a coerência dois dos sete fatores de textualidade, caracterizando a textualização como o processo de produção e interpretação do texto, sua compreensão (COSTA VAL, 2004). A autora destaca principalmente os fatores coesão e coerência, assumindo que “a coesão é a manifestação linguística da coerência” (COSTA VAL, 1999, p. 6), o modo como os conceitos são expressos na superfície textual. Nesse sentido, discute sobre os critérios de coesão e coerência, ou seja, a continuidade, a progressão, a não contradição e a articulação, a fim de fornecer contribuições para o ensino de redação nas escolas, considerando esses dois critérios como de suma importância para a construção do sentido do texto, mas sem descartar os outros cinco.

Dessa forma, em nossas análises, não nos comprometemos a verificar os fatores de textualidade um por um na constituição das teses, mas nos concentraremos na discussão sobre

a construção do sentido na etapa de revisão, na negociação entre autor e revisor, sendo relevante observarmos os fatores que são efetivamente mobilizados nessa atividade. Assim sendo, adotamos, nesta dissertação, uma perspectiva de sentido (ou construção de sentido(s)) baseada na noção de textualização, pois

Considerando o texto como uma atividade sistemática de atualização discursiva da língua na forma de um gênero, os sete critérios de textualização mostram quão rico é um texto em seu potencial para conectar atividades sociais, conhecimentos linguísticos e conhecimentos de mundo (Beaugrande, 1997: 150). Eles são muito mais critérios de acesso à construção de sentido do que princípios de boa formação textual (MARCUSCHI, 2008, p. 97).

Assim sendo, na subseção seguinte, 3.3, discutimos a respeito da noção de autoria em textos de natureza acadêmica, apresentando, também, a noção de coautoria e sua possibilidade ou não na etapa de revisão textual, ao longo do processo de produção da tese de doutorado.

3.3 SOBRE A (CO)AUTORIA EM TEXTOS ACADÊMICOS

No âmbito da revisão acadêmica, revisores e pesquisadores costumam se remeter ao produtor do texto chamando-o *autor/autora*. Mas, de que modo se caracteriza esse autor? O que permite chamá-lo assim? Quais são as pistas que permitem essa conceituação? Seria possível, em alguma medida, na produção de uma tese de doutorado, considerar a participação do orientador, da banca ou do revisor, na construção do texto, uma possibilidade de coautoria, com base nas ‘marcas’ que deixam no texto?

Diante desses questionamentos, iniciamos esta subseção discutindo a respeito da noção de autoria, de especial modo em textos acadêmicos, uma vez que essa questão (da autoria) no âmbito da revisão ainda é pouco discutida – quiçá a possibilidade de coautoria. Para tanto, tomaremos como base as contribuições de autores como Bakhtin, Barthes, Foucault, Possenti, entre outros, a fim de apresentar considerações a respeito da figura do autor e, posteriormente, discutir sobre as características do coautor e sua possibilidade ou não em textos, sejam eles acadêmicos, literários, jornalísticos etc.

Dessa forma, mencionamos, aqui, conceitos-chave de grande relevância, tais como: autor-criador (BAKHTIN, 2011), morte do autor (BARTHES, 1984), função autor (FOUCAULT, 2002) e indícios de autoria (POSSENTI, 2001; 2002), para autorizar nossa discussão com base em uma perspectiva de autoria que se funda em marcas linguísticas, às

quais chamaremos *movimentos* (SALGADO, 2017), no interior de um texto. Visitamos, ainda, as considerações de Salgado (2017) sobre a autoria em textos sob tratamento editorial, apresentando o revisor como um *coescriba*.

Inicialmente, em consonância com Targino (2005), ressaltamos que a noção de autoria tem passado por mudanças. Assim, o modo de se conceber o autor pode estar fortemente ligado a uma noção romântica, uma vez que parece se remeter a uma pessoa, um ‘eu’, mas também pode se tratar de uma “entidade ou uma função histórica” (POSSENTI, 2001, p. 17). Para Barthes (1984, p. 49), “o autor é uma personagem moderna [...]” que surge da descoberta do “[...] prestígio pessoal do indivíduo, ou como se diz mais nobremente, ‘da pessoa humana’”.

Bakhtin (2011, p. 173), porém, define o autor como “participante do acontecimento artístico”, e essa participação ocorre mediante sua presença axiológica no mundo, isto é, numa relação com valores – morais especialmente. Dessa forma, o autor, sua posição e desígnios devem ser compreendidos com base nesses valores. “O autor deve estar situado na fronteira do mundo que ele cria como seu criador ativo, pois se invadir esse mundo ele lhe destrói a estabilidade estética” (BAKHTIN, 2011, p. 177). Verificamos, assim, que o autor russo, na obra *Estética da criação verbal*, discute sobre a figura autoral em uma perspectiva que aborda sua atividade criadora na obra literária, em relação aos seus valores, às personagens, ao seu mundo e ao mundo da ficção.

Nesse sentido, Cavalheiro (2008, p. 72) salienta o fato de que Bakhtin alerta para a confusão que costuma ser feita entre “autor-criador, elemento da obra, e autor-pessoa, componente da vida”. Para o autor russo, a autoria deve ser compreendida no acontecimento da obra, participando dela, na condição de “orientador autorizado do leitor” (BAKHTIN, 2011, p. 191), representando, para o leitor, “o conjunto de princípios criativos [...] vinculados à personagem e ao seu mundo”. Portanto, é o autor o responsável pelo acabamento dado à personagem na atividade estética.

Cavalheiro (2008), fundando-se em Chartier (1999), destaca que, antes do direito autoral ser reconhecido, as primeiras ações em prol do estabelecimento da identidade autoral aconteceram na Idade Média, principalmente em virtude do fato de que alguns livros, na época, eram censurados por serem considerados heréticos, aos olhos da Igreja, sendo necessária, portanto, a assinatura dos mesmos, no sentido de identificar e punir os responsáveis por essa transgressão. Daí, talvez, Barthes ter assinalado que “o autor é uma personagem moderna, produzida sem dúvida pela nossa sociedade, na medida em que, ao

terminar a Idade Média [...] ela descobriu o prestígio pessoal do indivíduo” (BARTHES, 1984, p. 49).

Conforme Barthes (1984, p. 51), a Linguística contribui para a destruição do autor quando mostra que a enunciação é “um processo vazio que funciona na perfeição sem precisar ser preenchido pela pessoa dos interlocutores”, ou seja, para ele, quem fala é a própria linguagem e não o autor. Dessa maneira, ao assumir a linguagem, o sujeito se constitui como algo já dado (CAVALHEIRO, 2008, p. 71); assim, o autor não é mais do que aquele que escreve, do mesmo modo que o *eu* não é mais do que aquele que diz *eu* (BARTHES, 1984). Nas palavras de Barthes (1984, p. 51, destaques do autor): “a linguagem conhece um ‘sujeito’, não uma ‘pessoa’, e esse sujeito, vazio fora da própria enunciação que o define, basta para fazer ‘suportar’ a linguagem [...]”.

Barthes (1984, p. 51), então, propõe o afastamento do autor, dando lugar, assim, ao *escriptor*, sendo caracterizado como aquele que “nasce ao mesmo tempo em que seu texto” (p. 52), não precedendo nem excedendo a sua escrita. Segundo Barthes (1984), a escrita não deve ser considerada uma atividade de registro, mas, sim, um performativo²⁰, um ato. Além disso, considera que “um texto não é uma linha de palavras, libertando um sentido único, de certo modo teológico (que seria a ‘mensagem’ do Autor-Deus) [...]”, e, sim, o espaço onde se encontram escritas variadas e nenhuma delas original, sendo o texto um “tecido de citações” (BARTHES, 1984, p. 51-52) advindas de várias culturas e que só podem fazer sentido em um único lugar: o leitor. Sendo assim, tanto o escritor quanto o leitor são produtores do texto; mas, para situar a escrita em seu lugar, propõe que “o nascimento do leitor tem de pagar-se com a morte do Autor” (BARTHES, 1984, p. 53).

Foucault, por sua vez, no ensaio *O que é um autor?*, apresenta o que seria uma resposta às considerações de Barthes a respeito do desaparecimento do autor. Para tanto, salienta seu desejo de se debruçar “tão só sobre a relação do texto com o autor, a maneira como o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e interior, pelo menos em aparência” (FOUCAULT, 2002, p. 34). Dessa forma, propõe que alguns discursos são providos da função autor, ou seja, o “modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior da sociedade” (FOUCAULT, 2002, p. 46); assim, o autor pode ser definido com base na relação com uma obra ou com uma discursividade. Foucault cita figuras como Marx e Freud, considerando-os os primeiros e mais importantes instauradores de

²⁰ Por “performativo” entendem-se os proferimentos que implicam não a descrição de algo que esteja sendo praticado, mas, sim, a realização do próprio ato. Por exemplo: “Quando digo, diante do juiz ou no altar, etc., ‘Aceito’, não estou relatando um casamento, estou me casando” (AUSTIN, 1990, p. 25).

discursividades, uma vez que afirma que os dois abriram espaço para algo diferente, permitindo, também, o surgimento de outros textos a partir dos seus. Cavalheiro (2008) ressalta o fato de que a autoria, em Foucault, não funciona de forma universal e igualmente em todas as formas discursivas, visto que ele diferencia o desenvolvimento das obras científicas das obras literárias.

Conforme Foucault (2002), a concepção de autor somente se aplicaria a indivíduos que tivessem uma obra em circulação ou que fossem fundadores de uma discursividade, apontando, assim, o seu funcionamento histórico na sociedade. Do mesmo modo que Bakhtin alerta para a distinção entre *autor-criador* e *autor-pessoa*, Foucault aponta para a distinção entre o *nome do autor* e o *nome próprio* (CAVALHEIRO, 2008), afirmando que “O nome de autor é um nome próprio [...] É mais que uma indicação, um gesto, um dedo apontando para alguém; em certa medida, é o equivalente a uma descrição”. E mais: “O nome próprio e o nome de autor encontram-se situados entre os polos da descrição e da designação; têm seguramente alguma ligação com o que nomeiam, mas nem totalmente à maneira de designação, nem totalmente à maneira da descrição: ligação específica” (FOUCAULT, 2002, p. 42-43).

Para o autor francês, o nome do autor funciona como a caracterização de “um modo de ser do discurso”; dessa forma, para um discurso, ter um nome ao qual esteja relacionado implica afirmar que não se trata de um discurso “quotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de uma certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto” (FOUCAULT, 2002, p. 45). Embora Foucault tenha fornecido importantes questões a serem investigadas, de acordo com Possenti seu tratamento deixa em aberto (ou até mesmo apaga) “a questão da autoria quando se trata de outros espaços que não sejam os de uma obra ou de uma discursividade” (POSSENTI, 2001, p. 16-17). Mais adiante retomaremos as considerações de Possenti.

Conforme dissemos, ao iniciar esta seção, a questão da autoria é pouco discutida no âmbito da revisão, mas isso não significa que os profissionais e pesquisadores estejam alheios. A professora da UFSCar Luciana Salazar Salgado, doutora em Linguística, com extensa experiência em edição de textos para publicação, aborda a questão da autoria ligada, especialmente, ao setor editorial, à cadeia de produção do livro. Nesse sentido, citando Chartier (2001, p. 39), aponta que o autor é sempre dependente e reprimido: dependente, porque não é o detentor do sentido e suas intenções não são impostas àqueles que lidam com seus livros (editores) e aos seus leitores; reprimido, pois se submete “às múltiplas

determinações que organizam o espaço social da produção literária” (SALGADO, 2017, p. 14). Para a autora,

as questões de autoria se delineiam à medida que se delineia o lugar que é posto à luz [...]: antes de qualquer outra coisa, é um lugar de alteridade explicitada, e só se constitui como um lugar na relação com um outro que é sempre um autor. Trata-se do lugar de leitor profissional que dá tratamento aos textos que se destinam à publicação; trata-se do revisor de textos, conforme a designação mais corrente no mercado editorial (SALGADO, 2017, p. 14).

Desse modo, o autor, no âmbito da cadeia editorial, define-se nessa relação com o outro, ou seja, com o profissional responsável pelo tratamento dado à sua obra, sendo o revisor considerado esse leitor profissional. É no processo editorial que se estabelece essa relação de alteridade entre autor e revisor, os quais são, nessa etapa de tratamento do texto, “escribas interlocutores, coescribas instituídos no trabalho sobre o texto, na sua tessitura” (SALGADO, 2017, p. 16).

Vale ressaltar que o revisor do qual trata Salgado (2017) é chamado, também, editor de textos. Isso nos leva a refletir a respeito do *status* do revisor-editor e do revisor-*freelancer*²¹, uma vez que o primeiro encontra-se ligado formalmente a uma instituição (editora privada, editora universitária, comissão editorial de revista ou jornal), enquanto o segundo realiza a revisão de textos informalmente, como uma atividade extra, além de outra atividade profissional, como a docência, por exemplo; às vezes como um “bico”.

Com isso, queremos dizer que há particularidades que podem distinguir revisores uns dos outros, embora sua ação no texto de outrem tenha o mesmo objetivo: torná-lo adequado para ir a público (D’ANDREA; RIBEIRO, 2010). Assim, acreditamos que existam grandes diferenças entre a realização do trabalho de revisor vinculado a espaços editoriais (formalmente) e a realização do trabalho de revisor sem vínculo institucional (informalmente); entre revisar livros (especialmente literários) e revisar textos de natureza acadêmica (TCCs, dissertações, teses); entre a produção/organização de um livro, especialmente de literatura, e sua função (estética) e a produção/organização de uma tese de doutorado e sua função (científica) – são experiências distintas para diferentes revisores ou para revisores que experimentem essas duas situações de comunicação.

²¹ Os revisores participantes de nossa pesquisa realizaram a revisão das teses de doutorado que serão analisadas aqui na condição de revisores *freelancer*, ou seja, foram contratados diretamente pelos doutorandos, sem a mediação de uma empresa, embora estivessem/estiveram ligados a uma editora em algum momento.

O revisor de textos, na condição de coescriba, é um dos “diversos profissionais [que] atuam como coenunciadores, trabalhando para garantir a autoridade do autor na proficiência do texto que lhe confere esse lugar” (SALGADO, 2017, p. 21). Ademais, conforme a autora, nesse tratamento editorial pelo qual os originais do autor passam, o texto se *movimenta*, podendo até tomar outra direção, porém, esses movimentos não configuram uma coautoria, não se trata de reescritura, mas “[...] Essa interlocução profissional é um ‘ofício de linguista’ na medida em que o escriba interlocutor calibra o texto do escriba autor enfrentando filosófica e pragmaticamente os desequilíbrios constitutivos da atividade de linguagem” (SALGADO, 2017, p. 32, destaque da autora).

Anteriormente, afirmamos que Possenti (2002) busca tratar da noção de autoria em textos que não representam uma obra ou o estabelecimento de discursividade, propondo ser a autoria efeito de um estilo e de uma posição enunciativa, como no caso de textos de escolares, por exemplo, nos quais seria possível apontar *indícios de autoria*, pistas que apontam para uma tomada de posição, que é ideológica. Para esse autor, ao considerar que um aluno não possui uma obra ou discursividade, abrem-se duas possibilidades: ou coloca-se um fim à discussão ou surge a possibilidade de introdução de uma nova perspectiva. Possenti opta pela segunda alternativa, apontando traços, marcas, indícios que apontam para o autor em outras esferas, “outros espaços que não sejam os de uma obra ou de uma discursividade”, como propõe Foucault (POSSENTI, 2001, p. 17).

Em Possenti (2001; 2002), encontramos uma discussão centrada especialmente em textos de escolares, a fim de apontar a presença da autoria – seus indícios. Quando o autor fala em *outros espaços que não sejam os de uma obra ou de uma discursividade*, considerando, então, o espaço escolar, vemos a possibilidade de ampliação do olhar para outros espaços, como o espaço acadêmico, o espaço jornalístico, o espaço editorial, por exemplo, textos de diferentes naturezas e com objetivos diversos, ou seja, para o fomento da produção científica, com vistas à informatividade/comunicação, entre outras finalidades. Desse modo, acreditamos na possibilidade de aplicação desses mesmos critérios a produções escritas acadêmicas²², aos textos que são produzidos e que circulam nos espaços acadêmicos.

Sobre esses outros espaços onde pode aparecer a figura do autor, Pereira e Lopes (2015) discutem sobre a autoria no âmbito jornalístico, analisando a coluna intitulada *Causos do Miltão*, da revista *Placar*, assinada pelo jornalista Milton Neves – comentarista esportivo

²² Aos textos produzidos na academia, chamaremos, aqui, gêneros acadêmicos, uma vez que estaremos abordando a Tese de doutorado, no quarto capítulo, na condição de gênero textual – um *tipo relativamente estável de enunciado*, forjado em uma determinada esfera de utilização da língua (BAKHTIN, 2011, p. 262).

bastante conhecido no Brasil. Com base em Bakhtin (1997), as autoras afirmam que a questão da autoria também está relacionada ao gênero, uma vez que “os efeitos de sentido pretendidos são construídos no interior de um gênero” (PEREIRA; LOPES, 2015, p. 207). O gênero causo origina-se da cultura popular e possui tradição oral; dessa maneira, os contadores de causos precisam ter algumas habilidades, a fim de criar e recriar a história narrada. Dessa forma, fundando-se nos indícios de autoria propostos por Possenti, Pereira e Lopes (2015) analisam certa quantidade de causos, identificando esses indícios no gênero, uma vez que o autor, Milton Neves, narra histórias, já contadas por outras pessoas, “de uma maneira singular, pois ele tem como estilo a capacidade de distanciamento, de olhar de fora, que se traduz textualmente por uma postura humorada, a qual autoriza a autoria, em seu caso” (PEREIRA; LOPES, 2015, p. 2015).

Quando Possenti se refere à autoria em outros espaços, outras esferas, conforme dissemos acima, apesar de aplicar os indícios a textos escolares, vemos aberta a possibilidade desses mesmos critérios serem aplicados a textos acadêmicos, como uma resenha crítica, um artigo científico, ou tese de doutorado, por exemplo, mesmo considerando que alguns desses textos não permitam uma maior aparição da singularidade²³ de quem escreve.

Nessa perspectiva, destacamos que o uso do verbo em primeira pessoa do singular é bastante rechaçado no âmbito acadêmico (embora alguns autores – já bastante renomados – estejam ‘autorizados’ ao seu uso), sendo “o mais indicado o uso do verbo na forma impessoal”, devendo-se “evitar o uso do verbo em primeira pessoa do singular ou plural” (ISKANDAR, 2012, p. 27-28). No entanto, ressaltamos, também, que o uso de primeira pessoa visa apenas suprimir a vivência do autor, uma vez que sua individualidade pode ser manifesta na própria escolha de um vocábulo (BAKHTIN, 2011), bem como por meio dos indícios de autoria (POSSENTI, 2001; 2002).

Em relação às pistas de autoria, assim afirma Possenti (2001):

quando se fala de autoria, pensa-se em alguma manifestação peculiar relacionada à escrita; em segundo lugar, não se pode imaginar que alguém seja autor, se seus textos não se inscreverem em discursos, ou seja, em domínios de ‘memória’ que façam sentido; por fim, creio que nem vale a pena tratar de autoria sem enfrentar o desafio de imaginar verdadeira a hipótese de uma certa pessoalidade, de alguma singularidade (POSSENTI, 2001, p. 17, destaque do autor).

²³ Os gêneros acadêmicos escritos são considerados mais complexos, formais, e exigem, muitas vezes, que aquele que escreve não se inclua no texto (não escrever em primeira pessoa do singular, por exemplo); porém, com base em Bakhtin (2011, p. 269), a própria escolha de uma construção gramatical pode resultar do estilo individual, da pessoalidade de quem escreve.

Sobre essa manifestação peculiar da escrita, vale ressaltar que não se trata simplesmente de obedecer às exigências de ordem gramatical, uma vez que um texto coeso nem sempre significa um texto coerente; no entanto, ressaltamos a importância, também, do aspecto gramatical na produção de textos acadêmicos, visto que no espaços de ensino superior é esperado do estudante, seja de graduação ou pós-graduação, que consiga se comunicar, na modalidade oral ou escrita, de acordo com as normas linguísticas vigentes nesses espaços. Além disso, “a chamada língua padrão [que é ensinada pela escola] é de fato o dialeto dos grupos sociais mais favorecidos” (POSSENTI, 1996, p. 18); nessa perspectiva, a apropriação dessa variedade da língua torna-se uma característica do posicionamento do sujeito em determinado contexto, independentemente do extrato social a que pertence, pois tanto a norma considerada padrão como a não padrão representam possibilidades de manifestação do falante em contextos distintos.

Quanto aos indícios de autoria propostos por Possenti (2002), são eles os seguintes: dar voz aos outros enunciadorees, manter distância em relação ao próprio texto, evitar a mesmice, proporcionar uma avaliação do autor do discurso, saber se posicionar no processo de enunciação, sem deixar para o leitor a tarefa de julgar do que se trata em determinado texto. Nessa perspectiva, para dar voz aos outros discursos, o sujeito que escreve necessita recorrer à utilização de recursos lexicais que proporcionem uma avaliação por parte desse autor do discurso (POSSENTI, 2002). Ademais, para manter a distância, o autor necessita, também, saber se posicionar em seu texto, refletindo singularidade e originalidade, que apontem para intervenções que só podem ser realizadas por ele, e, no intuito de evitar a mesmice, Possenti afirma tratar-se de variar, “mas de variar segundo posições enunciativas, segundo a natureza do discurso. Trata-se de uma intervenção do sujeito, que não deixa para o leitor a tarefa de julgar se se trata de uma confissão, de uma admissão, etc.” (POSSENTI, 2002, p. 120).

Assim, nos propomos, nesta pesquisa, a considerar a autoria em textos acadêmicos, em especial em teses de doutorado, a partir de uma perspectiva linguístico-discursiva, observada nos ‘movimentos’ realizados pelo autor, nas escolhas linguísticas, no modo como constrói sua escrita, como se posiciona. Refletimos, ainda, a respeito das intervenções do revisor, isto é, dos mecanismos linguísticos operados no texto, visando à construção do(s) sentido(s), e não apenas sua correção gramatical, considerando as intervenções do revisor ‘arranjos’ realizados no texto, novos *movimentos* que seguem e que apontam para essa autoria.

Nesse percurso da produção de textos, de modo geral, e dos gêneros acadêmicos, de modo específico, nos deparamos com um importante questionamento: muitos textos são

produzidos tendo a participação/envolvimento de outros indivíduos, além do *autor*; há casos de resenhas, artigos científicos, resumos que são produzidos por duas pessoas ou mais, levando a assinatura desses indivíduos (o que consideramos *coautoria*). Mas o que pensar no caso de uma tese de doutorado – resultado da pesquisa de um indivíduo – que conta com participação/contribuição/intervenção de um professor orientador, da banca de qualificação/avaliadora e (muitas vezes) de um revisor? Poderíamos considerar todos estes indivíduos coautores no processo de produção desse gênero acadêmico?

Se pensarmos que o autor de um texto pode ser identificado com base em indícios que apontem para ele, bastaria seguir estas mesmas pistas para que fosse possível identificar seu coautor, mas, para isso, teríamos de acompanhar todo o desenvolvimento do texto, o que nem sempre é possível. Embora a coautoria, como afirma Targino (2005), sempre tenha existido, acreditamos que sua ocorrência, especialmente no meio acadêmico, parece ser uma questão delicada: apenas uma terminologia para autorizar publicações que levam o nome de mais de um indivíduo, ou uma produção que resulta da pesquisa desenvolvida em parceria?

Maria das Graças Targino (2005, p. 9), doutora em ciência da informação, considera a autoria um processo que vem sofrendo mutações ao longo dos tempos e, em relação à coautoria, acredita que “sempre existiu”, tomando como exemplo dela a descoberta do DNA, em 1953, pelos cientistas Francis Crick e James Watson, sendo o resultado de uma pesquisa realizada em parceria. Desse modo, a coautoria não é uma novidade, visto que pode ser observada em vários momentos do desenvolvimento das sociedades, especialmente relacionada às descobertas técnico-científicas e, mais recentemente, ligada à produção acadêmico-científica, com vistas à publicação.

Targino (2005) discute especialmente sobre a ocorrência de coautoria em artigos científicos, e ressalta que a produção científica em coautoria ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, alcançando seu ápice na sociedade pós-moderna, “com a possibilidade de integração e interação entre usuário e periódico, autor e leitor, tônica da esfera eletrônica” (TARGINO, 2005, p. 9). A autora propõe conceituações como trabalho em colaboração, elaboração em equipe, pesquisa em colaboração, produção em parceria, a fim de tratar da produção em coautoria; no caso da produção de artigos científicos, ressalta ser essa produção com mais de um autor condicionada por uma pressão social e profissional (publicação).

Há ainda outro ponto que se coloca na produção textual colaborativa, isto é: para que haja coautoria é necessário que ambos os autores escrevam juntos, ao mesmo tempo? Se um escreve mais páginas que outro, isso terá relevância? Acreditamos que, no processo de produção textual realizado em dupla ou em grupo, um dos escreventes quase sempre se

sobressai em relação ao(s) outro(s), sendo aquele que dá o “pontapé inicial”. Acrescentamos, ainda, em consonância com Targino (2005, p. 11), que a coautoria “pressupõe, [...] no mínimo, a *participação efetiva* em todas as etapas de produção [textual], pelo menos na esfera dos impressos” (TARGINO, 2005, p. 11, destaque nosso).

Assumimos, portanto, que mais importante do que a quantidade de páginas escritas pelo autor e pelo coautor é a sua *participação efetiva* ao longo da produção do texto, suas contribuições, a qualidade de seus argumentos, observações, uma vez que o texto escrito nem sempre é a pesquisa em si, mas, sim, a representação de todo o processo que passou por várias etapas, trata-se de sua apresentação ao público-leitor por meio de um texto publicado. Para tratar dessa questão, sobre escrever mais ou escrever menos, como fato de menor relevância na coautoria, apresentamos considerações de Passarelli (2012), no livro *Ensino e correção na produção de textos escolares*, sobre o processo da escrita, seu ensino e como compreendê-la, no qual apresenta o testemunho de José Roberto Torero, autor de Terra Papagalli, juntamente com Marcus Aurelius Pimenta, dando testemunho de que a narrativa produzida por eles contou com treze etapas de produção conjuntas. Nas palavras de Torero:

– Nosso método, quando a gente trabalha em dupla, é que um de nós faz a primeira versão, geralmente o Marcus faz toda uma primeira versão. Eu pego o que ele fez, refaço tudo de novo, até o fim, reescrevo. Aí, ele pega... e reescreve. E nisso a gente vai conversando muito. [...] a gente faz algumas versões conjuntas [...] aí vai lendo em conjunto [...] (PASSARELLI, 2012, p. 152).

Do trecho acima, depreendemos que no trabalho dos autores o que importa, na atividade de escrita conjunta, são as contribuições de cada um e não a quantidade de páginas escritas.

Dessa forma, podemos supor que produzir um texto em coautoria significa participar de sua feitura, do projeto de escrita/dizer, do planejamento dos objetivos a serem alcançados, enfim participar das etapas de produção do texto até que seja apresentado ao(s) leitor(es), sendo a entrada/colaboração dos autores, no texto, significativa. Pensada a figura do coautor, retomamos a reflexão sobre as contribuições do orientador, da banca e do revisor na produção do gênero acadêmico tese de doutorado.

Francisco Perujo Serrano, doutor em jornalismo pela Universidade de Servilha, apresenta importantes considerações sobre a pesquisa, no percurso do doutoramento, na obra *Pesquisar no labirinto: a tese, um desafio possível* (2011). Seu objetivo não é apresentar um ‘manual do doutorando’, mas, sim, fornecer subsídios importantes ao pesquisador na etapa de

produção da tese, sendo esse um momento de grande desafio. Dessa forma, discute sobre projeto de carreira e pesquisa, sobre as particularidades da pesquisa, as partes do projeto de pesquisa, sobre a escrita/produção da tese de doutorado, além dos riscos e angústias impostos ao pesquisador durante todo o processo.

Serrano (2011, p. 27) aconselha que o pesquisador seja “escrevente da própria pesquisa”, isto é, que registre cada passo de sua pesquisa, sejam avanços, fragilidades, descobertas, progressos, no intuito de organizar sua investigação. Além disso, alerta que “Quando nos comportamos como escreventes, evitamos o caos [...] Uma situação caótica é sempre uma causa determinante para a inapetência e o excesso de incerteza em alguém que esteja escrevendo uma tese de doutorado” (SERRANO, 2011, p. 28). O autor destaca que no doutorado o indivíduo passa do papel de aluno receptivo àquele que deverá tomar a iniciativa como pesquisador; portanto, há uma maior independência, uma maior autonomia por parte desse indivíduo.

Em relação ao desafio de assumir a pesquisa, Serrano enfatiza que

[...] o candidato se torna a parte e o todo ao mesmo tempo. Dispõe apenas de algum auxílio. Ele tem de se administrar a si mesmo. Tem de encarar, como nenhum outro pesquisador, o prisma da *autonomia relativa* de todos os *seres individuais*, como diria Morin. Tem de buscar o sucesso para seu trabalho intenso no prisma da organização e da disciplina. Está só na peleja, no dia a dia da pesquisa, na busca e no rastreo de informação, no processamento e no ordenamento dos documentos, na observação e na análise dos dados estimados como pertinentes para os objetivos de seu trabalho investigativo [...] na investigação crítica das descobertas, na fundamentação das conclusões, na redação do documento que, ao final, será submetido à aprovação da banca (SERRANO, 2011, p. 46, destaques do autor).

Com base no excerto anterior, percebemos que o trajeto do doutorando é marcado pela autonomia e pela solidão. É ele o grande responsável por sua pesquisa, contando, por vezes, com algum auxílio. Nesse ínterim, “a solidão do doutorando durante a escrita de sua tese já não é absoluta. É quase” (SERRANO, 2011, p. 55). Para que a tese de doutorado seja realizada como pesquisa específica, é imperativa a presença dessa autoridade de apoio, ainda que se posicione fora da pesquisa, examinando-a, supervisionando-a, orientando-a e dirigindo-a em cada etapa, uma vez que a presença do orientador é uma normativa, pois, valendo-se de sua experiência, saberá conduzir o trabalho do doutorando dentro dos padrões científicos, formais e acadêmicos que devem fazer parte de todo o processo (SERRANO, 2011).

Segundo Serrano (2011, p. 60), “a inter-relação que se estabelece entre orientador e orientando é claramente simbólica”. Ambos somam sua experiência, mas o resultado é desigual, pois o candidato se arrisca muito mais. “A aposta é dele” (p. 61). Dessa forma, para Francisco Serrano, é ideal que o orientador seja uma figura vigilante, que se encontre regularmente com o doutorando, a fim de supervisionar seu trabalho, aconselhando, neutralizando erros, reorientando em alguns trabalhos, “para divisar os pontos de fraqueza antes de eles serem descobertos por outros (a banca), quando não há mais margem para consertá-los” (SERRANO, 2011, p. 59).

Quanto à banca examinadora,

Os participantes precisam ter aprovado prestígio na área de conhecimento a que pertence o objeto de estudo que desencadeou a elaboração da pesquisa [...] o crédito e o selo de aprovação científica são conferidos pela banca em virtude da qualificação que, justamente, seja ocasionada pela tese de doutorado (SERRANO, 2011, p. 67).

Trata-se, portanto, de profissionais renomados, conhecedores da teoria, possuidores de experiência e que “não assumem apenas um papel inquisitório, também atuam como conselheiros e assessores para pesquisas posteriores” (SERRANO, 2011, p. 73). Com isso, queremos dizer que a banca não existe somente para aprovar ou reprovar o trabalho de pesquisa do candidato, mas, também, para fornecer importantes contribuições no desenrolar de sua pesquisa, especialmente quando da qualificação, ao apresentarem sugestões de leitura e para a escrita, caminhos que possam ser seguidos.

Sobre a etapa de revisão textual, Serrano intitula a subseção dedicada a esse aspecto *Correção e homogeneidade. Ortografia e estilo*. O autor afirma que a correção ortográfica é requisito importante, uma vez que o texto “inadequado e cheio de anomalias da linguagem afeta diretamente a qualidade e a credibilidade de seu autor” (SERRANO, 2011, p. 128). Acrescentamos, ainda, que essas inadequações podem comprometer não só a qualidade e credibilidade, mas, além disso, a construção do(s) sentido(s) do texto. Serrano (2010) aconselha que seja feita uma leitura por “segundas e até terceiras pessoas autorizadas”, que tenham conhecimento no tema, a fim de destacarem lacunas científicas e incorreções de linguagem “tanto sintáticas quanto ortográficas” (SERRANO, 2010, p. 128), sendo o revisor um “leitor profissional” que dá tratamento aos textos, principalmente àqueles destinados à publicação (SALGADO, 2017, p. 14).

Nesse sentido, Serrano assevera a necessidade de uma fiscalização da pesquisa em relação a possíveis “erros”, equívocos e falhas, tanto linguísticas quanto conceituais. Assim,

[...] ao lado da sugestão de se utilizarem revisores externos, a fim de minimizar o impacto de déficits não observados em primeira instância pelo próprio pesquisador, convém proceder a um travamento argumental do documento a partir da mais absoluta e definida concreção terminológica. Este é o melhor inibidor para evitar interpretações inadequadas.

Serrano (2011, p. 129) aborda a revisão textual realizada pelo profissional com conhecimento em língua(gem) em um único parágrafo, principalmente quando se refere ao que chama “redação pouco precisa”, ao abordar inadequações como “repetições de expressões e de argumentos”, “uso de construções sintáticas desconexas”, “sintaxe arresvada”, termos que causam confusão, “festival de descuidos ortográficos”. No final da seção, ainda ressalta a necessidade de organização, o que acreditamos que esteja relacionado às normas técnicas (no Brasil, ABNT, APA, Vancouver).

Conforme dissemos, Targino (2005) se debruça sobre a autoria/coautoria em artigos acadêmico-científicos, afirmando ser a *participação efetiva* de ambos os autores a principal característica da coautoria, a contribuição não em nível de quantidade, mas de qualidade das contribuições em cada etapa de desenvolvimento de uma pesquisa/texto. No caso da produção do gênero acadêmico tese de doutorado, pretendemos, portanto, em nossas análises, verificar se há a ocorrência do evento de coautoria, principalmente por parte do revisor, mediante suas intervenções – mecanismos linguísticos –, que acreditamos apontar para a figura autoral dentro do texto, seguindo-a de perto.

No capítulo seguinte, quarto capítulo, delineamos o gênero acadêmico tese de doutorado, tomando por base, principalmente, as contribuições de Bakhtin sobre os gêneros do discurso (aqui chamados gêneros textuais).

4 DESCRIÇÃO DO GÊNERO TEXTUAL TESE DE DOUTORADO

Ao propormos uma descrição do gênero textual Tese de Doutorado, pretendemos refletir sobre seu processo de produção, levando em consideração aqueles que acreditamos serem os principais aspectos envolvidos nesse processo, ou seja: os interlocutores, a situação sociocomunicativa, o espaço em que circula, sua(s) finalidade(s) etc.; nesse sentido, assumimos o texto como “a unidade básica da comunicação/interação humana” (KOCH, 2006, p. 13), no qual, em sua produção, entram em funcionamento, ao mesmo tempo, questões de natureza pragmática, semântica, sintática, cognitiva, discursiva²⁴ etc. Nesse sentido, conforme Bentes (2001, p. 269) citando Koch (1997, p. 22), o texto pode ser caracterizado

como uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos falantes durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.

Ainda a respeito do que seja o texto, Marcuschi (2008) alerta para o fato de tratar-se de um fenômeno, de caráter enunciativo e não apenas formal, que extrapola a frase, constituindo, assim, uma unidade de sentido. Em *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*, Marcuschi (2008, p. 72) adota a noção de texto proposta por Beaugrande (1997, p. 10), ou seja, “o texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas”, para, dessa forma, poder tratar da produção textual numa perspectiva sociodiscursiva.

Nesta dissertação, por vezes, utilizamos terminologias como texto, produção textual, gênero textual (discursivo), gênero acadêmico, em especial para nos referirmos à tese de doutorado, elegendo, principalmente, gênero acadêmico, pois estamos analisando a tese a partir da perspectiva dos gêneros textuais (discursivos), com base nos postulados de Bakhtin, precursor dos estudos sobre gêneros como conhecemos hoje; ademais, a tese de doutorado é

²⁴ As chamadas disciplinas de domínio e fronteira constituem os estudos em torno da linguagem. Em virtude de questões metodológicas e de objeto de estudos de cada disciplina, elas estão divididas por áreas, porém, compreendemos que na comunicação, na interação dos indivíduos em sociedade, todas elas ocorrem ao mesmo tempo. Nesta dissertação, sendo nosso foco o texto, nosso estudo se baseia na Linguística Textual principalmente. Assim, para maiores informações, sugerimos consultar a seguinte referência: BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. v. 1/Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2001

um gênero produzido e que circula nos espaços acadêmicos. Destacamos, de acordo com Rojo e Barbosa (2015), que a reflexão a respeito da noção de gênero teve início na Grécia Antiga, com Platão e Aristóteles, pensando sobre poética e retórica. Aristóteles (1998, p. 56), em *Retórica*, tratando de suas três partes, a saber: “o orador, o assunto de que fala e o ouvinte [...]”, informa serem três os gêneros de discursos retóricos, ou seja, o deliberativo, o judicial e o epidítico. Na poesia, por sua vez, “Platão, pela boca de Sócrates, aponta três gêneros literários que apresentam suas especificidades: o **épico** (ou narrativo, como a epopeia), o **lírico** (como o **ditirambo**) e o **dramático** (como a tragédia e a comédia [...])” (ROJO; BARBOSA, 2015, p. 35-36, destaques das autoras).

Ainda conforme Rojo e Barbosa (2015), na *Retórica*, Aristóteles divide os argumentos retóricos em três classes, sendo elas relacionadas: i. ao caráter do falante (*Ethos*), ii. ao ‘sentimento’ da plateia (*Pathos*) e iii. ao próprio discurso (*Logos*), e ainda as distribui em três categorias, isto é, a primeira, que visa aconselhar/desaconselhar, com vistas ao futuro, em razão de sua natureza exortativa (deliberativo); a segunda, no intuito de acusar ou defender e voltada para o passado (judiciário); e a terceira, a fim de elogiar ou censurar, refletindo situações do presente (epidítico) (ROJO; BARBOSA, 2015; ARISTÓTELES, 1998).

Daí em diante, esses conceitos são retomados pelos renascentistas, distinguindo-se os gêneros literários dos gêneros da retórica. Já no século XX, teve início uma nova teorização “por meio dos estudos críticos literários do formalismo russo e, depois, do estruturalismo, por um lado, e da nova retórica, por outro” (ROJO; BARBOSA, 2015, p. 38). Assim, o primeiro autor a estender suas reflexões sobre gêneros a todos os textos, tanto da vida cotidiana quanto da arte, foi Bakhtin e seu círculo, do qual faziam parte Valentin Volochinov e Pavel Medvédev (ROJO; BARBOSA, 2015). De acordo com Barros (1997), Bakhtin forneceu importantes contribuições para as reflexões sobre texto e discurso, além do estabelecimento do princípio dialógico, tão caro a diferentes teorias do discurso.

De acordo com Bakhtin (2011, p. 261), “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo [ou esfera] da atividade humana”; sendo a enunciação a cena em que ocorre o enunciado, isto é, o dito/escrito carregado de uma intencionalidade inerente ao enunciador – indivíduo que transforma a língua em discurso. Dessa forma, “o enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, precisamente delimitada da alternância dos sujeitos do discurso”, sendo o diálogo, em virtude de sua simplicidade e precisão “a forma clássica de comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2011, p. 275).

Conforme propõe Bakhtin (2011), esses enunciados se estabelecem sobre três pilares: conteúdo temático, estilo da linguagem e estrutura composicional, sobre os quais discutiremos mais adiante. Assim, de acordo com a esfera comunicativa em que ocorre o enunciado e suas especificidades, têm-se, então, os gêneros textuais (discursivos) ou tipos relativamente estáveis de enunciados. Segundo Marcuschi (2008, p. 5),

Gênero textual [se] refere aos textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos concretizados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas.

Nesse sentido, os gêneros textuais podem ser caracterizados como modelos de textos (orais e escritos) que se adequam a determinadas situações comunicativas e podem apresentar, ou não, traços particulares do locutor/escritor, ou seja, há gêneros que são mais maleáveis, que podem se adequar ao estilo individual, como um texto literário ou uma carta pessoal, por exemplo, enquanto outros gêneros, mais padronizados, não permitem a aparição do estilo individual do autor, como a notícia, as cartas comerciais, as bulas de remédio, os trabalhos acadêmicos para conclusão de cursos etc. – o que não significa que não possuam estilo, pois todo gênero possui um estilo próprio, sendo a aparição da individualidade do autor mais ou menos admissível. Os gêneros textuais representam, então, a materialização e efetividade da comunicação humana – o homem se comunica por meio de textos, e esses textos possuem uma função específica em cada situação de comunicação ou esfera comunicativa (BAKHTIN, 2011).

Assim sendo, os gêneros são padrões sociocomunicativos que se manifestam por meio de textos, de acordo com necessidades enunciativas específicas. Trata-se de artefatos construídos sociocognitivamente para atender aos objetivos de situações diversas. Em consonância com Rojo e Barbosa (2015), os gêneros textuais permeiam toda a nossa vida e relação com o outro, seja no cotidiano ou nas situações mais formais, organizando a nossa comunicação. Enfatizamos, também, o aspecto interacional do gênero, visto que, na produção de um texto, levamos em consideração que a produção/construção de sentidos é sempre uma via de mão dupla, na qual os interlocutores atuam, como no caso da tese de doutorado, em que o revisor de texto atua como interlocutor do autor do texto, negociando o(s) sentido(s) em parceria.

O autor russo atenta para a diferenciação entre os gêneros primários, considerados mais simples (e não simplórios), e os gêneros secundários, mais complexos. Para ele, os

gêneros primários são aqueles que fazem parte do cotidiano, baseados no diálogo, formados em situações de comunicação imediata; os gêneros secundários, por sua vez, têm sua origem “nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado” (BAKHTIN, 2011, p. 263), sendo formados com base nos gêneros primários. “A inter-relação entre os gêneros primários e secundários de um lado, o processo histórico de formação dos gêneros secundários de outro, eis o que esclarece a natureza do enunciado [...]” (BAKHTIN, 1997, p. 282).

Sobre os elementos componentes dos gêneros – conteúdo temático, estilo da linguagem e estrutura composicional –, ressaltamos, com base em Bakhtin, que o conteúdo se refere não somente ao tema discutido, isto é, trata-se do elemento que funciona como orientador da *comunicação discursiva*, assunto em torno do qual gira a discussão, por meio da mobilização de conhecimentos que são ativados sociodiscursivamente, sendo esse tema contextual, ideológico (RIBEIRO, 2010); o estilo pode ser compreendido como a seleção dos recursos linguísticos, lembrando que alguns gêneros permitem mais a aparição da ‘pessoa’ do autor, do vivido pelo autor do que outros; e a construção composicional, relacionada com a maneira como o gênero se organiza, o padrão de organização de suas partes. Ademais, de acordo com Ribeiro (2010), é importante refletirmos sobre o gênero sem perdermos de vista o fato de que os elementos que o compõem estão intimamente relacionados, “indissolúvelmente ligados no todo do enunciado” (BAKHTIN, 2011, p. 262), sem que um se sobressaia em relação ao outro, mas, sim, que juntos constituem o gênero em questão.

Quanto ao gênero analisado nesta dissertação, a tese de doutorado, ao falarmos em conteúdo temático, nos referimos ao assunto sobre o qual versa, à luz de alguma teoria, estando o trabalho concentrado em uma determinada área do conhecimento; sobre o estilo de linguagem, podemos dizer que se trata de uma linguagem mais formal, científica, em que o autor deve primar pela impessoalidade, conforme se espera de trabalhos de natureza acadêmica; por fim, em relação à construção composicional, sua organização, ilustramos, na Figura 7, como ela deve ser, visando obedecer às exigências da situação comunicativa.

Figura 7 - Elementos que compõem a tese de doutorado

	Capa	Obrigatória
	Folha de rosto	Obrigatória
	Folha catalográfica	Obrigatória
	Índice	Opcional
	Folha de aprovação	Obrigatória
Elementos pré-textuais	Dedicatória	Opcional
	Epígrafe	Opcional
	Resumo em língua vernácula	Obrigatória
	Resumo em língua estrangeira	Obrigatória
	Letra	Opcional
	Sumário	Obrigatória
	Introdução	Obrigatória
Elementos textuais	Desenvolvimento	Obrigatória
	Conclusão/Considerações finais	Obrigatória
	Referências	Obrigatória
Elementos pós-textuais	Índice	Opcional
	Apêndices	Opcional
	Anexos	Opcional

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

Vale destacar, ainda, a diferenciação que deve ser feita entre gêneros textuais e tipos textuais, pois, como vimos, os gêneros são os modelos de textos acessados no exercício da comunicação, enquanto os tipos, de acordo com a concepção desenvolvida por Jean-Michel Adam, em trabalhos de 1980 e início dos anos 1990, ou sequências textuais, são vistos “como um conjunto de proposições psicológicas que se estabilizam como recurso composicional de vários gêneros” (BONINI, 2005, p. 208). Adam começou a desenvolver a noção de sequência textual a partir de 1990, de acordo com os pressupostos teóricos e respectivos autores com os quais dialogou fortemente em seus trabalhos: “os conceitos de gênero e de enunciado de Bakhtin (1929, 1953), o de protótipo (ROSCHE, 1978), os de base e de tipo de texto (WERLICH, 1976) e o de superestrutura (VAN DIJK, 1978)” (BONINI, 2005, p. 209).

Nesse sentido, as sequências textuais são concebidas, conforme Adam, como os principais componentes de um texto, sendo elas: narração, descrição, explicação, argumentação, injunção²⁵ (BONINI, 2015). Para o linguista Marcuschi (2008, p. 154), expoente linguista no Brasil, o tipo textual “designa uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição”. Os tipos, para Marcuschi, abrangem 5 categorias: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção – categorias que podem aparecer em um texto, com o predomínio de uma delas (MARCUSCHI, 2008; 2010). Sobre a definição de gêneros, o autor propõe serem eles “os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sociocomunicativas* definidas por conteúdos, propriedades *funcionais*, estilo e composição característica” (MARCUSCHI, 2010, p. 23, destaques do autor). Rojo e Barbosa (2015) também destacam a necessidade de diferenciação entre tipos de textos e gêneros, no intuito de dirimir as dúvidas que possam

²⁵ Esta categorização pode variar conforme a abordagem teórica.

surgir a esse respeito. Nesse sentido, assumem texto e enunciado como “um dito (ou cantado, escrito, ou mesmo pensado) concreto e único, ‘irrepetível’, que gera significação e se vale da língua/linguagem para sua materialização, constituindo o discurso” (ROJO; BARBOSA, 2015, p. 25, destaque das autoras).

Em nosso dia a dia, estamos em contato com uma grande diversidade de gêneros textuais, orais e escritos, sem nem ao menos nos darmos conta disso; sendo, portanto, na escola, especialmente nas aulas de língua portuguesa, que os gêneros ganham maior destaque na vida do indivíduo, ao se tornarem objeto de ensino-aprendizagem, desde as séries iniciais. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais²⁶ (BRASIL, 1997), para o ensino de Língua Portuguesa, as práticas educacionais devem ser organizadas de forma que o aluno possa ler, produzir e interpretar textos, estando em contato com os gêneros previstos para seu ciclo, a fim de que aprenda a utilizar a linguagem em sua modalidade oral e escrita de forma eficaz, participando, assim, das diferentes situações de comunicação.

Sendo assim, há gêneros textuais que aprendemos e utilizamos no dia a dia, há gêneros que conhecemos e (re)produzimos na escola, há gêneros que conhecemos, apreendemos, (re)produzimos e utilizamos ao longo da vida nos vários ambientes pelos quais circulamos, onde circula uma diversidade de gêneros, como, por exemplo, os gêneros acadêmicos nas universidades. Dessa forma, ressaltamos que muitos dos gêneros que conhecemos ‘pertencem’ a um determinado *domínio discursivo*, ou seja, alguns textos têm sua produção e circulação reguladas, determinadas pelos espaços em que circulam, são produzidos, em geral, por indivíduos ligados a esses espaços, além de um público-alvo (seus interlocutores) também ligado a esses espaços propensos.

Segundo Marcuschi (2008, p. 155, destaque do autor), numa perspectiva bakhtiniana, o domínio discursivo “constitui muito mais uma ‘esfera da atividade humana’[...] do que um princípio de classificação de textos e indica instâncias discursivas (por exemplo, discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc.)”. Dessa maneira, acreditamos ser possível pensar o ambiente escolar como uma esfera da atividade, um domínio discursivo, bem como o espaço acadêmico, que nem sempre abrangem gêneros textuais específicos, uma vez que eles “não são institucionalmente marcados” (MARCUSCHI, 2008, p. 155), no entanto, embora a tese de doutorado possa circular em escolas, jornais etc., sua origem ocorre no domínio discursivo acadêmico, seu espaço de produção.

²⁶ Optamos por tomar como base os parâmetros direcionados aos anos iniciais em virtude de estarmos abordando a introdução do indivíduo no espaço escolar e seus primeiros contatos com textos, conforme os objetivos educacionais no ensino de língua vernácula, não sendo esse o foco de nosso trabalho.

Na subseção seguinte, passamos à discussão sobre o gênero tese, especificamente, a fim de caracterizá-lo.

4.1 O GÊNERO ACADÊMICO TESE DE DOUTORADO

Acreditando ser o ambiente universitário uma ‘esfera da atividade humana’, consideramos que a tese de doutorado tem origem do domínio discursivo acadêmico (MARCUSCHI, 2008). Assim, embora não devamos tratar os gêneros como modelos estanques, rígidos, engessados, mas, sim, como entidades dinâmicas, uma vez que são “formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem” (MARCUSCHI, 2008, p. 156), não podemos desconsiderar, também, que os gêneros possuem identidade e, muitas vezes, condicionam nossas escolhas linguísticas (léxico, grau de formalidade, natureza dos temas), como lembra Bronckart (2001), citado por Marcuschi (2008, p. 156).

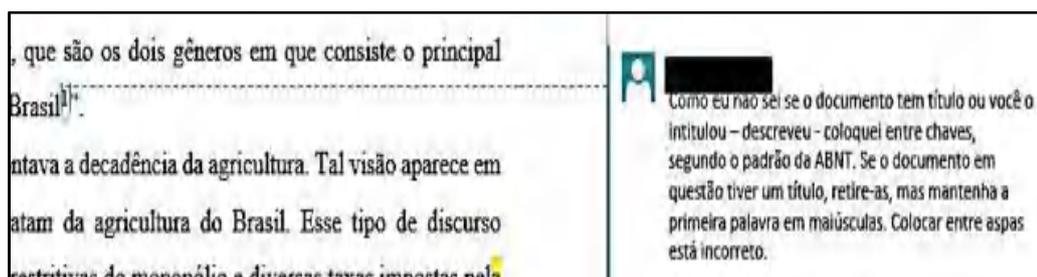
A tese de doutorado é um gênero textual acadêmico primordialmente escrito. Conforme dissemos na introdução desta dissertação, nos espaços de ensino superior tem primazia a variedade linguística denominada formal, sendo esta, de acordo com Possenti (1996), a linguagem utilizada pelas classes favorecidas, dos que detêm o poder. Ana Elisa Ribeiro, discutindo a respeito das representações do revisor, na obra *Em busca do texto perfeito: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão de textos* (2016), aponta que, nas sociedades consideradas “grafocêntricas”, o ideal de norma, a norma padrão, costuma atingir, principalmente, a modalidade escrita da língua. Citando Faraco (2004, p. 42), a autora destaca, ainda, que “[...] a elite letrada conservadora se empenhou em fixar como nosso padrão um certo modelo lusitano de escrita, praticado por alguns escritores portugueses do Romantismo” (RIBEIRO, 2016, p. 40). Para Possenti (1996), seria bastante vantajoso para a escola, no ensino de Português, considerar a língua padrão a ser atingida pelos alunos aquela dos jornais e textos científicos, e não o modelo de literatura antiga.

Independentemente dessa discussão, está posto que o indivíduo que produz um texto de natureza acadêmica, como a tese, necessita conhecer a variedade padrão de sua língua vernácula eleita, além, principalmente, de estar apto à carreira de pesquisador, em um processo bastante solitário: o doutorado, no qual poderá contar com algum auxílio (SERRANO, 2011). A respeito desse auxílio, podemos citar a figura do orientador, da banca qualificadora/examinadora e, por vezes, do revisor de textos ou algum leitor com conhecimentos teóricos, conforme discutimos na subseção 3.3, do capítulo anterior.

Dessa forma, podemos supor que o processo de produção da tese de doutorado, na condição de texto escrito, ocorre desde o início da pesquisa, quando o candidato constrói seu projeto de pesquisa, começa a cumprir os créditos, realiza seus primeiros apontamentos, toma nota de suas pesquisas e discussões teóricas que fundamentam o estudo em questão, até chegar à tese propriamente dita, organizada conforme os padrões exigidos pela academia e convencionados socialmente. Destacamos que, quanto à organização do texto, que corresponde ao pilar ‘estrutura composicional’ do gênero, trata-se da configuração própria desse tipo de enunciado, assim estabilizado sócio-historicamente e, também, da obediência às normas, no caso do Brasil, propostas pela ABNT, APA, Vancouver etc., pois o texto deve ser apresentado de forma ordenada, homogênea, articulado em uma só peça, sendo resultado de um estudo original, visando alcançar o título de doutor(a) em área específica (SERRANO, 2011; ISKANDAR, 2012).

Ao longo desse processo, a tese, assim como qualquer outro gênero acadêmico com vistas ao alcance de uma titulação específica, passa por etapas, ou seja, escrita, reescrita, textualização, retextualização, correção, revisão, até que se chegue a uma versão considerada ‘final’, para depósito junto ao curso/programa. É, pois, nas etapas finais que identificamos a participação/parceria do revisor de gêneros acadêmicos que atua na condição de *freelancer*, intervindo não só em questões linguísticas, mas, também, técnicas, como ilustra a Figura 8, a seguir, trecho de uma das teses analisadas aqui.

Figura 8 - Trecho de tese indicando ajustes técnicos

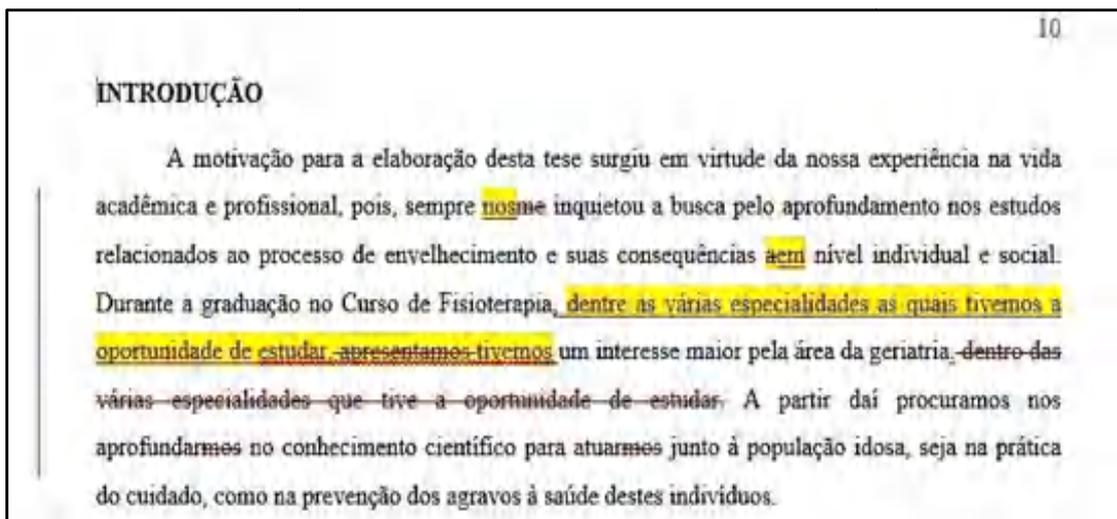


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Na figura anterior, demos destaque ao comentário do revisor, à direita, no qual diz ao autor: “Como eu não sei se o documento tem título ou você o intitulou – descreveu - coloquei entre chaves, segundo o padrão da ABNT. Se o documento em questão tiver um título, retire-as, mas mantenha a primeira palavra em maiúsculas. Colocar entre aspas está incorreto”. Com isso, vemos o revisor atuando, também, na organização do texto, sendo este um aspecto de estilo do gênero.

Sobre o estilo da linguagem no texto, é interessante ressaltar que os gêneros acadêmicos, como artigos científicos, TCCs, dissertações, teses etc., primordialmente escritos, são mais complexos, menos flexíveis do ponto de vista da aparição da individualidade do autor, que, por sua vez, deverá utilizar uma linguagem na modalidade escrita considerada acadêmica, científica e formal. No entanto, apesar de a tese ser um gênero relativamente pouco flexível, isso não significa dizer que o estilo individual não possa aparecer, pois “a própria escolha de determinada forma gramatical pelo falante [autor] é um ato estilístico” (BAKHTIN, 2011, p. 269); e, considerando o fato de estarmos nos debruçando sobre teses em etapa de revisão, vale dizer que, quase sempre, o revisor está atento à aparição do autor no texto, ainda que seja para suprimi-la, como na figura que se segue (Figura 9), sendo um trecho de uma das teses analisadas, na qual o revisor altera o “eu” para “nós”, tornando o texto menos pessoal, sendo esse um traço dos textos acadêmico-científicos.

Figura 9 - Trecho de tese apresentando ajustes de estilo



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

De acordo com Motta-Roth e Hendges (2010, p. 20), em *Produção textual na universidade*, tratando do estilo na redação de textos acadêmicos, existe “um formalismo geral no tom, alcançado por intermédio de certas estratégias, tais como escolher alternativas mais precisas e formais quando selecionamos o vocabulário”. Dessa forma, reafirmamos, mais uma vez, que o gênero tese de doutorado é considerado complexo, pouco flexível, no tocante ao estilo individual do autor, porém, mesmo quando seleciona um vocabulário ou construções ditas objetivas e formais, o autor ainda pode fazer escolhas, sendo regulado pelo olhar do orientador, da banca e do revisor, que estarão atentos a isso.

Nessa perspectiva dos pilares que sustentam o gênero tese, o conteúdo temático se refere à orientação discursiva, ao aspecto direcionador da comunicação (RIBEIRO, 2010). Como afirma Serrano (2011), “Se não houver tema, não existe pesquisa”. Dessa maneira, a temática a ser discutida representa o ponto de partida, pois é com base na escolha do tema que se desenvolve a redação do texto, ou seja, definem-se o local de desenvolvimento da pesquisa, a metodologia a ser seguida, objetivos a serem alcançados, análises e conclusão (SERRANO, 2011). De acordo com Motta-Roth e Barbosa (2010), na produção de textos acadêmicos é a leitura que alimenta a escrita; assim, é necessário, na produção da tese, que o pesquisador realize leituras relevantes, relacionadas ao tema desenvolvido. Além disso, aconselha-se que sempre procure consultar as fontes primárias.

Ainda conforme as autoras, seguindo esse percurso, algumas estratégias podem ser utilizadas ao expor seu ponto de vista na produção do texto: “(a) articular seu texto com a literatura já publicada na área; (b) estabelecer relações com pesquisas anteriores [...] (MOTTA-ROTH; BARBOSA, 2010, p. 16). Gêneros acadêmicos, como artigos científicos, TCCs, dissertações de mestrado, teses de doutorado, caracterizam-se por serem textos que dialogam com outros textos, primeiro porque o objeto a ser estudado não é desconhecido por todos (mesmo que haja originalidade na pesquisa); segundo, há necessidade de realizar uma contextualização teórica e histórica no campo pesquisado; por último, utilizar uma boa base bibliográfica significa reconhecer a autoridade científica e, portanto, atribuir autoridade ao próprio texto (SERRANO, 2011).

É importante ressaltarmos o caráter essencialmente dialógico, interacional do gênero acadêmico tese de doutorado, principalmente em virtude de sua produção ser resultante da interação, da relação entre indivíduos/discursos/enunciados, pois, conforme já afirmamos, o texto é construído com o olhar atento do orientador, com o olhar perscrutador da banca, com o olhar especializado do revisor, além de serem tomadas como base para discussão do tema uma grande variedade de referências, ou seja, produções científicas de autores que corroboram a pesquisa ou mesmo que sejam de opiniões adversas, a fim de contrapô-las. De acordo com Bakhtin (2011, p. 272), “Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”; com isso, destacamos o caráter responsivo do enunciado, pressupondo aí a presença de um *eu* e de um *outro* – no caso da tese de doutorado – completando, contrapondo, questionando, construindo sentidos (BAKHTIN, 2011). Segundo Ribeiro (2010), o dialogismo é um fator de grande importância para a produção e compreensão do sentido, sendo, portanto, os gêneros essencialmente dialógicos.

Ao produzir uma tese de doutorado, almeja-se a obtenção do título de doutor, além de maior qualificação no mercado de trabalho (SERRANO, 2011). Nesse sentido, para alcançar a aprovação, que resultará da avaliação da banca, mediante a leitura do texto-tese, é preciso que o gênero esteja adequado quanto aos pilares que o sustentam: conteúdo temático, estilo da linguagem e estrutura composicional (BAKHTIN, 2011). Essa *leitura-avaliativa* feita pela banca, bem como a *leitura-orientadora* feita pelo professor-orientador e a *leitura-profissional* feita pelo revisor de textos implicam momentos de interação entre interlocutores, considerando, ainda, a comunidade acadêmica – público-leitor desse texto.

A seguir, tratamos sobre a importância da textualização para a constituição do gênero acadêmico tese de doutorado em etapa de revisão, num contexto de produção, circulação e recepção de textos.

4.2 A TEXTUALIZAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DO GÊNERO TESE DE DOUTORADO

A partir dos anos de 1950-1960, com o surgimento de denominações de caráter interdisciplinar, como a pragmática, a sociolinguística, a psicolinguística, a análise do discurso, a análise da conversação, a etnolinguística e, especialmente a linguística textual, em virtude da virada pragmática, surgiram tendências que buscavam “observar a linguagem em seus usos efetivos” (MARCUSCHI, 2008, p. 39). No tocante à Linguística Textual, de acordo com Koch (2006, p. 14), citando Heinemann (1982), “os textos deixam de ser vistos como produtos acabados, [...] passando a ser considerados elementos constitutivos de uma atividade complexa, como instrumentos de realização de intenções comunicativas e sociais do falante [escrevente]”.

Sendo assim, pensando nessa perspectiva das intenções comunicativas e sociais do produtor do texto, neste caso o gênero acadêmico tese de doutorado, passamos a considerar, também, o seu interlocutor, levando em consideração o fato de que “a compreensão de um texto obedece a regras de interpretação pragmática, de modo que a coerência não se estabelece sem se levar em conta a interação, bem como as crenças, os desejos, as preferências, as normas e os valores dos interlocutores” (KOCH, 2006, p. 14). Dessa forma, assumimos a textualização como um dos principais componentes da constituição do(s) sentido(s) de um texto, sentido esse que não depende apenas da intenção do autor e não está preso à materialidade física do texto – as palavras escritas no suporte papel/tela do computador, conforme discutimos no capítulo anterior.

Visto que estamos refletindo, nesta dissertação, a respeito de teses de doutorado em etapa de revisão, levamos em consideração a existência de todo um contexto de produção, circulação e recepção desse texto, ou seja, trata-se de um gênero que tem origem no domínio discursivo acadêmico; é produzido por um pesquisador que possui uma carreira profissional-acadêmica; o pesquisador possui objetivos a serem alcançados (uma intenção); esse gênero circula no domínio discursivo acadêmico, mas também pode circular por outros domínios, desde que seja pertinente a outras esferas, como a escolar, jornalística etc.; em seu processo de produção/recepção, o pesquisador, por meio de seu texto, ‘dialoga’ com seus interlocutores (bibliografia citada, orientador, banca, revisor, leitores); os interlocutores, por sua vez, cumprem alguns requisitos, constituindo, nesse processo, o(s) sentido(s) possíveis e previstos nesse contexto. Diante disso, destacamos a importância de discutirmos a respeito da textualização, de especial modo para refletirmos sobre a negociação de sentidos entre autor e revisor, na etapa de revisão textual.

Marcuschi (2008) aponta que a textualização se insere em um contexto situacional e cultural, entendendo situação não apenas como a situação física ou entorno, mas, de modo amplo, envolvendo questões cognitivas, sociais, culturais, históricas etc. Desse modo, propõe que o contexto seja visto como uma rede de textos que dialogam de forma negociada e conflituosa, uma vez que “Contrato e conflito fazem parte dos movimentos da produção de sentido” (MARCUSCHI, 2008, p. 87). De acordo com o autor, não se pode produzir um texto ou compreendê-lo apenas com base na linguagem. Para que um texto seja considerado texto, numa perspectiva sociodiscursiva, como considera Marcuschi, é necessário que produza efeitos de sentido; assim, “a textualidade não depende, de um modo geral, da correção sintático-ortográfica da língua e sim da sua condição de processabilidade cognitiva e discursiva” (p. 91).

Conforme discutimos no tópico 3.2, sobre a construção do sentido na parceria autor-revisor, a textualidade pode ser compreendida como um conjunto de características que permitem dizer que um texto é um texto (COSTA VAL, 1999), sendo elas: a coesão e a coerência (material conceitual e linguístico), além daquelas consideradas de cunho pragmático, ou seja, a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade (COSTA VAL, 1999; ANTUNES, 2010; MARCUSCHI, 2008; COELHO, ANTUNES, 2010). Na revisão, de acordo com Coelho e Antunes (2010), o revisor de textos deve estar atento a estes fatores, a fim de proceder às modificações no texto de outrem.

Conforme Marcuschi (2008), os três grandes pilares da textualização são o produtor (autor), o leitor (receptor) e o texto (o evento), lembrando que os fatores de textualidade estão imbricados, funcionando nesse evento comunicativo que coloca em interação os interlocutores. No caso da tese de doutorado em etapa de revisão, o autor/pesquisador, ao escrever, propõe-se a produzir um texto claro, objetivo e bem escrito; em seu projeto de dizer, ele possui uma intencionalidade ao apresentar o texto aos seus leitores-alvo; produz seu texto de forma que seja aceitável, atendendo, ainda, à premissa da situacionalidade, da informatividade e da intertextualidade.

Acreditamos, que, quanto ao seu interlocutor, o autor se relaciona de maneiras variadas com os leitores, e vice-versa, uma vez que os objetivos dos leitores também são diferenciados; em outras palavras, quando o orientador lê o texto-tese, busca acompanhar a pesquisa, aconselhar, direcionar. A banca realiza uma leitura no sentido de avaliar o trabalho do candidato, sendo indivíduos que partilham dos conhecimentos da área pesquisada. Já o revisor realiza uma leitura profissional, no sentido de realizar intervenções que promovam a adequação linguístico-discursiva do texto à situação formal-acadêmica, interferindo, também, na construção do sentido. Sabemos que o nível de informatividade do texto não será da mesma proporção para a banca e para o revisor, pois a banca que avalia uma tese que versa sobre a área médica possui mais conhecimentos teóricos do que o revisor – profissional da área da linguagem.

Esse pouco conhecimento específico do revisor em relação à área de conhecimento e conteúdo sobre o qual versa o autor de um texto acadêmico parece autorizar, em parte, definições de revisão textual como ‘revisão de português’ ou ‘correção gramatical’, uma vez que o revisor nem sempre irá intervir em nível teórico-conceitual (o que pode ocorrer em trabalhos de áreas afins com a linguagem, como Letras, Linguística). Entretanto, há, no âmbito da revisão de textos, profissionais revisores que se especializam em revisar textos de uma determinada área do conhecimento; além disso, o revisor competente recorre a recursos, como dicionários e glossários especializados.

Em nossa pesquisa, independentemente de ter pouco conhecimento ou um conhecimento razoável da área em questão do texto revisado, e considerando o sentido numa perspectiva linguístico-discursiva (e também cognitiva, sociodiscursiva, interacional etc.), com base na textualização, acreditamos que o revisor, como um leitor com objetivos próprios, seja capaz de interpretar, compreender, identificar ambiguidades, obscuridades, falta de clareza, bem como se equivocar, realizando intervenções que possam prejudicar o(s) efeito(s) de sentido(s) do texto.

No t3pico seguinte, apresentamos a metodologia empreendida para a realiza33o desta pesquisa e produ33o desta disserta33o, para, depois, apresentar as nossas an33lises.

5 METODOLOGIA – OS PASSOS PERCORRIDOS

A pesquisa científica, quase sempre, origina-se de uma questão que causa inquietação. Em nosso caso: se as intervenções realizadas pelo profissional revisor em um trabalho acadêmico contribuem ou mesmo prejudicam o texto, no tocante ao sentido. Sendo assim, para alcançar nossos objetivos foi necessário estabelecer um percurso metodológico, tendo em vista que a “Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade” (PRODANOV, 2013, p. 14).

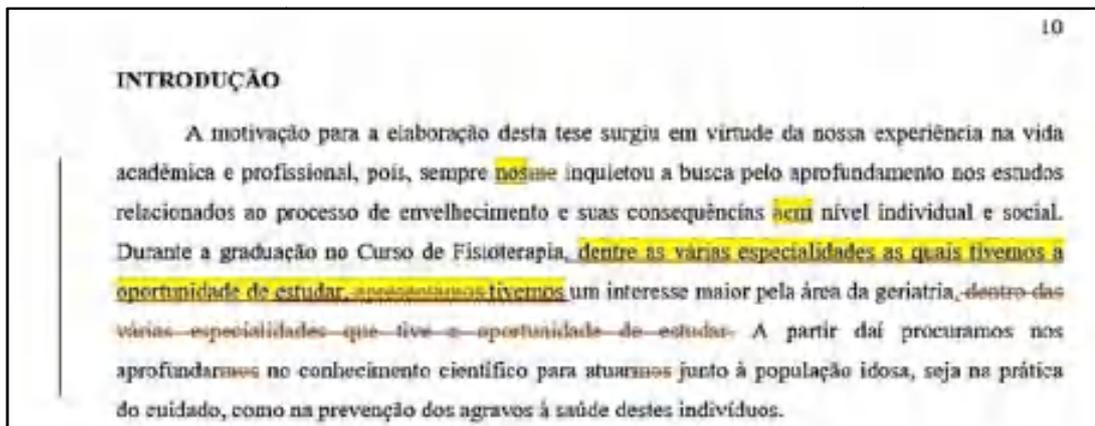
Dessa maneira, considerando a metodologia uma das principais etapas da pesquisa, pois possibilita a organização e execução de cada passo, iniciamos pela submissão do projeto de pesquisa à apreciação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da UESB, com cadastro no Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), número 65862417.3.0000.5578. Após a aprovação, procedemos à coleta das duas teses de doutorado, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes da pesquisa, ou seja: 2 (dois) autores/doutorandos e 2 (dois) revisores.

As duas teses de doutorado foram encaminhadas, via *e-mail*, para a pesquisadora, pelos autores, sendo uma versão em Word e outra em PDF. Solicitamos aos autores o envio da versão que nos interessava, uma vez que o texto pertence a eles, ainda que tenham dado autorização para que os revisores os enviassem para nós. Textos acadêmicos possuem, do ponto de vista da organização de sua estrutura, elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, em sua versão considerada final; assim sendo, visto que as teses analisadas aqui estavam em processo de finalização – etapa de revisão textual e técnica (ABNT) –, recebemos apenas os elementos textuais, ou seja, da introdução até a conclusão (uma delas foi enviada até o capítulo que antecedia a conclusão), tendo essas teses um total entre 100 e 150 páginas textuais.

Embora, na introdução desta dissertação, tenhamos informado que, na etapa de revisão, possam ser geradas duas ou mais versões revisadas do texto – o que corresponde aos retornos do revisor a esse texto –, os revisores das teses em questão fizeram uma única incursão nesses trabalhos, tanto o revisor 1 quanto o revisor 2, uma vez que o curto prazo para entrega dos textos impôs essa condição. Com base em nossa perspectiva, a versão inicial, enviada pelo autor ao revisor, é considerada a primeira versão; e a versão revisada e encaminhada pelo revisor ao autor, para apreciação e ajustes, é considerada a segunda versão.

Salientamos a importância de ter recebido uma versão em *Word* e outra em PDF, pois a versão em PDF, na qual não podemos fazer alterações, nos impede de fazer qualquer tipo de interferência no texto em *Word*, alterando, assim o original, caso sejamos confrontados a alguma comparação entre as versões. No tratamento dado aos textos, não fizemos nenhum tipo de interferência textual. Além disso, no intuito de transformar alguns trechos em imagem, para nossas análises, optamos por realizar capturas de tela (Ctrl+Alt+Prt) no próprio notebook utilizado para a produção desta dissertação, buscando apenas melhorar a resolução das imagens, utilizando as ferramentas de imagem do *Word*. É sobre a segunda versão que nos debruçamos: o texto em *Word*, apresentando marcas das intervenções do profissional revisor, conforme ilustramos, a seguir, com um trecho da tese do Autor 1/Revisor 1, na Figura 10.

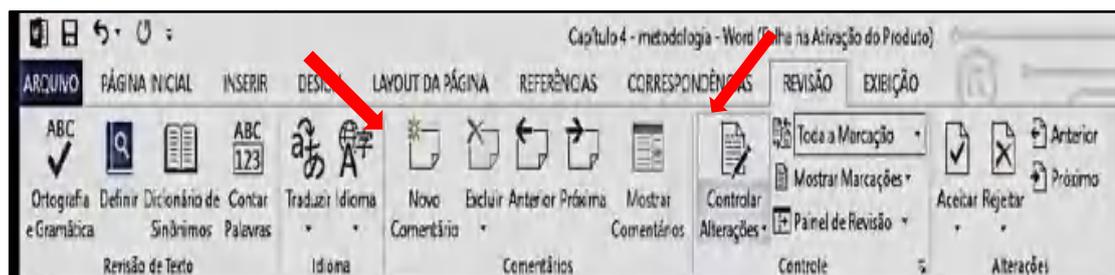
Figura 10 - Tese do Autor 1 com intervenções do Revisor 1



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

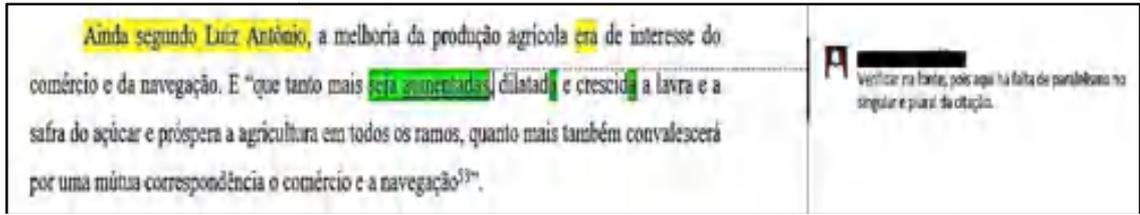
As intervenções nos textos, realizadas pelos revisores, podem ser acompanhadas pelos autores quando são feitas com o auxílio da ferramenta “Controlar Alterações”, na aba “Revisão”, no menu de ações do *Word* (Figura 11). Além disso, na mesma aba, encontra-se a ferramenta “Novo Comentário”, por meio da qual os interlocutores podem dialogar a respeito do texto, como mostra a figura seguinte (Figura 12) – trecho da tese do Autor 2/Revisor 2.

Figura 11 - Menu de ações do Word – aba Revisão



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Figura 12 - Tese do Autor 2 com intervenções do Revisor 2



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras

Na figura anterior (Figura 12), apresentamos um trecho da tese do Autor 2/Revisor 2, na qual podemos notar que o revisor optou pela utilização de destaques, mediante o recurso “Realce”, utilizando as cores amarelo e verde para indicar, respectivamente, suas alterações, correções, ajustes, e para indicar trechos considerados ‘confusos’, os quais necessitam do olhar e reflexão do próprio autor do texto. Quanto à inserção de balões no texto, comentários inseridos à direita, informamos que os dois revisores fazem uso desse recurso, a fim de dialogar com seu interlocutor, tecendo comentários, apresentando sugestões, fazendo questionamentos, colocando suas dúvidas na condição de leitor.

É, principalmente, sobre esses balões que concentramos nossa atenção, uma vez que representam a interação autor-revisor, sendo uma forma de comunicação interativa, uma parceria que se estabelece na etapa de revisão desse gênero acadêmico. Assim, pretendemos investigar se os procedimentos e intervenções realizados em textos do gênero tese de doutorado, mediante revisão textual, podem interferir no sentido, seja comprometendo-o ou ampliando-o, refletindo, assim, sobre a interação entre autor e revisor na relação do sujeito com a linguagem.

Além disso, desejamos discutir sobre a importância da revisão de linguagem para a boa apresentação do texto; objetivamos delinear o gênero tese de doutorado na condição de gênero textual acadêmico; esperamos refletir a respeito da constituição do sentido, mediante as intervenções e questões que são colocadas pelo revisor, como suas sugestões; pretendemos, com base na interação estabelecida entre os parceiros, por meio do diálogo interativo, verificar a possibilidade de as intervenções, questionamentos e sugestões do revisor apontarem para a presença da figura autoral em textos acadêmicos, nesse processo de revisão.

As duas teses analisadas aqui foram cedidas por dois indivíduos em fase final de doutoramento, com pesquisas voltadas para as áreas de ciências médicas e ciências humanas. Nesse sentido, optamos por identificá-los da seguinte forma: o indivíduo com estudo concentrado na área médica será chamado “Autor 1” e o indivíduo com estudo concentrado na área de ciências humanas será nomeado “Autor 2”, estando ligados aos seus respectivos

revisores que, por sua vez, serão nomeados “Revisor 1” e “Revisor 2”. Por vezes, no capítulo seis, o das análises, eles serão chamados “A1”, “A2”, “R1”, “R2”, sendo estas as abreviações das identificações.

Quanto aos revisores, ressaltamos que estes dois indivíduos são revisores profissionais, com formação acadêmica em Língua Portuguesa e também possuem experiência profissional em revisão, uma vez que o Revisor 1 atuou em uma editora universitária por algum tempo, até ser transferido para outro cargo/setor, em virtude de progressão de carreira, visto que trabalha no setor de serviço público. Embora não esteja mais atuando no ambiente editorial, o Revisor 1 ainda realiza atividade de revisão textual. Além disso, acumula a função profissional de docente, sendo responsável pela disciplina de Língua Portuguesa.

Já o Revisor 2, por sua vez, também possui formação acadêmica em Língua Portuguesa. Ademais, é servidor público e trabalha em uma editora universitária, na função de revisor de textos e ainda atua como docente, sendo professor de Língua portuguesa/Redação. Assim, conforme discutimos na subseção 2.2, sobre a figura do revisor, esses profissionais, quase sempre, têm ou tiveram, em algum momento de suas carreiras, contato com locais como editoras, revista, jornais; possuem formação acadêmica que apresente estreita relação com a língua, com a comunicação etc.; muitos, na condição de docentes, possuem conhecimento e trabalham com diversos gêneros textuais, principalmente escritos (OLIVEIRA, 2016), que circulam nas diferentes situações de comunicação (MARCUSCHI, 2008), considerando que comunicação é interação.

Assim sendo, as teses de doutorado analisadas nesta dissertação são consideradas, com base em Serrano (2011), o resultado de uma pesquisa com vistas ao título de doutor, sendo sua escrita um processo por meio do qual o candidato se torna escrevente de sua própria pesquisa (o autor). Porém, em nossa análise, tomamos como base as contribuições de Bakhtin (2011), discutindo sobre a tese de doutorado na condição de gênero textual – gênero discursivo –, ou seja, um tipo relativamente estável de enunciado; por ser escrito, é também mais complexo; formal, uma vez que na academia prima-se pela norma considerada padrão, de prestígio. No quarto capítulo desta dissertação, apresentamos a caracterização do gênero acadêmico Tese de doutorado, dando ênfase aos três pilares que sustentam o gênero e à situação de comunicação em que é produzido.

Para analisar as duas teses de doutorado coletadas, decidimos por fazê-lo separadamente, ou seja, no primeiro subtópico verificamos a tese do Autor 1 (A1), revisada pelo Revisor 1 (R1), concentrada na área do conhecimento das ciências médicas. Em seguida,

no subtópico seguinte, analisamos a tese do Autor 2 (A2), revisada pelo Revisor 2 (R2), com área de concentração do conhecimento em ciências humanas. Ressaltamos que a separação e ordenamento das teses foi motivada pela ordem de recebimento das teses, ao serem encaminhadas pelos autores. Para procedermos à análise de cada tese, tivemos, ainda, a necessidade de distribuir as interações (os balões) por categorias, ou seja, classificá-las, com base no tipo de ocorrência, a fim de manter a organização e, também, evitar a repetição de dados semelhantes, uma vez que optamos por verificar todas as interações, em cada tese. Dessa forma, identificamos as seguintes categorias: a) normalização (ABNT), b) correção, c) repetição, d) terminologia, e) exclusão, f) reformulação, g) especificação e h) (in)compreensão.

Portanto, na seção seguinte, apresentamos nossas análises, tomando por base as duas teses de doutorado selecionadas para este fim, discutindo especialmente sobre a etapa de revisão textual, a relação entre autor e revisor e destes com a construção do sentido.

6TESES DE DOUTORADO EM ETAPA DE REVISÃO – ANÁLISES

As teses de doutorado analisadas aqui, apesar de serem o registro escrito de uma pesquisa realizada em um período de 4 anos (tempo estimado para o curso de doutorado em nosso país), não devem ser consideradas um artefato ou produto da língua, exclusivamente, uma vez que “o texto é um evento comunicativo”, sendo a língua uma atividade interativa e não a pura transmissão de informações ou ideias (MARCUSCHI, 2008, p. 242). Como afirmamos no quarto capítulo desta dissertação, o gênero tese de doutorado pertence ao domínio discursivo acadêmico, pois seu processo de produção, circulação e recepção, em geral, ocorre nas universidades, onde se concentram os programas de pós-graduação do país.

Com base em Bakhtin (2011), podemos classificar o gênero acadêmico tese de doutorado como um gênero discursivo secundário, advindo de “um convívio cultural mais complexo e relativamente muito mais desenvolvido e organizado” (BAKHTIN, 2011, p. 263), além de ser um gênero essencialmente escrito. Ademais, assim como qualquer outro gênero, a tese se assenta nos três pilares apontados por Bakhtin (1997; 2011), quais sejam: conteúdo temático, estilo de linguagem e estrutura composicional. Nesse sentido, no caso das teses aqui analisadas, quanto ao conteúdo temático (RIBEIRO, 2010), versam sobre temas que se concentram nas áreas de conhecimento da ciência médica e ciências humanas; sobre o estilo, devem obedecer à variedade formal da língua, que caracteriza-se por ser científica e pouco flexível do ponto de vista da aparição de subjetividade, e, também, submetido às normas técnicas estabelecidas no país ou mesmo pelos programas de pós-graduação (ABNT, APA, Vancouver etc.); e, no que se refere à estrutura composicional, o gênero acadêmico tese de doutorado deve ser organizado conforme especificidades do campo de comunicação a que pertence, possuindo, assim, uma organização própria e apropriada, contendo introdução, desenvolvimento e conclusão, apresentando, ainda, uma problematização, justificativa, objetivos, metodologia, resultados/discussões, conclusão, referências etc.

Era nosso interesse trabalhar com uma versão das teses na qual os autores respondessem aos questionamentos dos revisores, dentro dos balões (Novo Comentário), pois, assim, teríamos uma versão mais completa da interação entre os parceiros na etapa de revisão, por meio de uma atividade responsiva (BAKHTIN, 2011). No entanto, em virtude do curto prazo para entrega das teses, com base nos comentários dos revisores, os próprios autores fizeram os ajustes, quando pertinentes aos seus objetivos; além disso, a falta de um retorno dos autores aos questionamentos dos revisores não significa ‘quebra’ na interação, pois a

realização dos ajustes conforme indicação do revisor, ou mesmo o fato de rejeitar e ignorar outros, já indicam uma resposta – interação.

Nesse sentido, tomamos por base, para nossas análises, os trechos das teses nos quais os revisores ‘dialogam’ com os autores, principalmente aqueles nos quais verificamos tratem-se mais de questões que envolvem a compreensão, a interpretação do dito, tendo em vista uma negociação do(s) sentido(s), pois, conforme Marcuschi (2008, p. 242), “O texto é uma proposta de sentido e se acha aberto a várias alternativas de compreensão”. Dessa maneira, tivemos o interesse de refletir sobre o modo como um revisor busca compreender um texto, mesmo não sendo necessariamente um leitor típico desse texto, mesmo não fazendo parte do público-alvo da temática em questão, sendo, portanto, um leitor que lida com textos de modo profissional, sobre aspectos referentes à normalização, ortografia, questões sintáticas e estruturais, aspectos de ordem semântica etc. (SALGADO, 2017; RIBEIRO, 2016), como é o caso do revisor *freelancer* de textos acadêmicos, assim como os que atuam em espaços editoriais.

Corroborando o que afirma Marcuschi (2008) sobre o texto ser uma *proposta de sentido com várias alternativas de interpretação*, neste caso uma tese de doutorado, dentro de um espectro de alternativas possíveis, sendo regulado pela intenção do autor, pelo contexto de produção, por questões socioculturais, pelo conhecimento do leitor etc., acreditamos que a compreensão (a construção do sentido) do orientador, da banca, de um estudante da área de conhecimento e do revisor sejam diferentes, especialmente em razão de questões referentes à interação que se estabelece entre estes e o autor, aos objetivos que têm, aos conhecimentos partilhados por eles etc. Assim,

Os efeitos de sentido são produzidos pelos leitores ou ouvintes na relação com os textos, de modo que as compreensões daí decorrentes são fruto do *trabalho conjunto entre produtores e receptores* em situações reais de uso da língua. O sentido não está no leitor, nem no texto, nem no autor, mas se dá como um efeito das relações entre eles e das atividades desenvolvidas (MARCUSCHI, 2008, p. 242, destaque nosso).

Ao considerar os efeitos de sentido o fruto desse trabalho conjunto, em parceria, acreditamos que, no caso da revisão, a negociação, por meio do diálogo, entre autor e revisor, seja extremamente relevante para que o profissional não mude as palavras do autor, uma vez que, de acordo com Ribeiro (2016, p. 74), as intervenções realizadas pelo revisor podem alterar “profundamente os dizeres do autor”. A autora, no livro *Em busca do texto perfeito: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual*, apresenta um exemplo no

qual o revisor atua de forma resolutiva, alterando as palavras do autor, substituindo termos por outros, de forma inadequada, o que pode implicar prejuízos para o texto, porém ressalta que estas alterações não puderam ser discutidas, devido ao prazo curto para fechamento da versão do texto – uma das principais problemáticas e entraves na etapa de revisão textual. Assim, Ribeiro (2016, p. 75) conclui que “é interessante conversar e negociar propostas de alteração, com certa orientação pedagógica, no sentido de que revisor e autor aprendam sobre aspectos da textualidade nesta interação”.

Nessa perspectiva, ressaltamos a relevância dos fatores de textualidade em todo o processo de produção textual, isto é, na textualização, bem como na etapa de revisão de textos primordialmente escritos, como uma tese de doutorado, na condição de gênero textual que marca uma situação comunicativa, na qual dialoga-se com a comunidade acadêmica a respeito de temas importantes para a sociedade, fornecendo contribuições, principalmente para a área de conhecimento em questão. Assim, acreditamos que o diálogo que se estabelece entre autor e revisor, na etapa de revisão, seja permeado pelos fatores de textualidade, na medida em que o revisor recorre a recursos linguísticos, pauta-se em questões de coesão e coerência, lida com fatores pragmáticos, a fim de construir sentido(s), para, dessa forma, poder identificar trechos obscuros, ambíguos, incoerentes, constatar incorreções do ponto de vista gramatical, fazer questionamentos, sugestões, propostas de reformulações e ajustes etc.

Como esclarecemos na metodologia, optamos por apresentar nossas análises em dois blocos: no primeiro, trataremos da tese do Autor 1 (A1), revisada pelo Revisor 1 (R1), concentrada na área do conhecimento das ciências médicas; no segundo, verificaremos a tese do Autor 2 (A2), revisada pelo Revisor 2 (R2), com área de concentração do conhecimento em ciências humanas. Dessa forma, tomamos como base para análise das interações virtuais as categorias: a) normalização (ABNT), b) correção, c) repetição, d) terminologia, e) exclusão, f) reformulação, g) especificação e h) (in)compreensão²⁷. Sobre essas categorias, esclarecemos que elas foram por nós definidas como resultado de uma classificação das interações, conforme as observações dos revisores, isto é, se se tratava da configuração do texto, de proposta de reformulação de um trecho, de evitar a repetição de palavras e/ou conceitos, da necessidade de ser mais claro e específico quanto a algumas informações, de negociar possibilidades de interpretações etc.

²⁷A respeito dessas categorias, destacamos que elas foram definidas para tornar possível o agrupamento de intervenções que apresentavam alguma semelhança, quanto à natureza de cada uma, embora, para nós, todas elas estejam relacionadas à construção do sentido, ao todo textual. Em ambas as teses, detectamos ocorrências dessas categorias espalhadas pelo texto, e, por vezes, muito próximas umas das outras, pertencentes a categorias diferentes; assim sendo, daremos destaque apenas para a interação em questão, deixando as outras para serem analisadas em suas categorias devidas.

Assim, a primeira categoria – normalização – foi definida levando-se em consideração o estileadotado para configuração do gênero, no caso das teses as normas da ABNT, e o pilar “estrutura composicional” (BAKHTIN, 2011), ou seja, os gêneros textuais compõem-se de elementos que se ligam uns aos outros, formando o todo do enunciado (RIBEIRO, 2010). No caso da tese de doutorado, o gênero acadêmico reúne elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, além disso, deve apresentar, claramente, justificativa, hipótese, objetivos, aspectos teórico-metodológicos, resultados e discussões/análises, conclusão etc., que organizam o tema, ou orientador do discurso, sendo este o pilar “conteúdo temático”. Ainda sobre a categoria “normalização”, destacamos a importância de se observarem as normas da ABNT, para que o texto seja apresentado à banca e, finalmente, ao programa de pós-graduação, estando bem articulado e ordenado (SERRANO, 2011; ISKANDAR, 2012).

Em nossas teses de doutorado, nos balões interativos, os ajustes classificados como “normalização” relacionam-se, principalmente, a questões de configuração tipográfica²⁸, como, por exemplo, organização de tabela, espaçamento entre linhas, referências, citações diretas curtas, notas de rodapé. Embora apenas R2 tenha realizado revisão textual e revisão técnica, discutindo sobre questões referentes às normas da ABNT ao longo do texto, também pudemos observar que R1 comunica a A1 a necessidade de se atentar para esse aspecto do texto, assumindo que não consegue ou não sabe fazê-lo, porém, sendo capaz de identificar desvios em relação às normas técnicas para estruturação e organização do texto.

A segunda categoria de análise, “correção”, relaciona-se, em grande medida, com aspectos ortográficos e/ou gramaticais, que poderiam ser ajustados de forma resolutiva, no entanto, apresentam a seguinte peculiaridade, em alguns casos: figuram como desvios, mas fazem parte de citações diretas, sendo necessária a verificação da fonte de onde foram retiradas; em outros casos, sugerem uma dependência da intencionalidade do autor, sendo preciso, ao revisor, fazer questionamentos.

Destacamos que, apesar de não reduzirmos a revisão textual à mera correção ortográfico-gramatical, também não negamos sua importância para a produção de um gênero como a tese, que circula em um espaço onde a escrita deve ser mais apurada, uma vez que é regulada por normas científicas e formais, sendo necessário um mínimo de adequação ortográfica, a fim de evitar inadequações (SERRANO, 2011). Nas teses analisadas aqui,

²⁸A tipografia refere-se à organização do texto para impressão, compreendendo o suporte – papel – a ser utilizado, a tinta, tamanho da folha, fonte e tamanho da letra, margens, espaçamentos, paginação etc., sendo estabelecido um padrão de organização e uniformidade desses textos, como no caso de livros produzidos por editoras, trabalhos acadêmicos nas instituições de ensino superior, jornais nos ambientes jornalísticos impressos, dentre outros.

verificamos, do ponto de vista da correção, questões referentes à concordância verbo-nominal, ao plural, à grafia de nomes próprios, representando casos em que o revisor não poderia intervir sem antes consultar o autor ou solicitar que verificasse as ocorrências.

Em relação à terceira categoria, ou seja, a “repetição”, sua classificação decorre da própria sinalização do revisor sobre o registro de uma mesma palavra, em um parágrafo ou período, três vezes ou mais ou quando uma citação direta ou uma paráfrase aparece muito próxima uma da outra, representando uma duplicação da mesma ideia. Para Serrano (2011), ao tecer considerações sobre a produção da tese de doutorado, é relevante contar com um profissional que possa realizar uma leitura detida, no intuito de identificar e sanar a repetição de expressões e de argumentos, visando, principalmente, tornar a leitura mais agradável.

Destacamos que nem sempre a repetição é considerada um fator prejudicial ao texto, uma vez que, no caso de textos literários, poderá ser utilizada como um recurso estético, por meio do qual pode-se atingir os efeitos desejados pelo autor. De acordo com Costa Val (1999, p. 13), a depender da “[...] intenção ilocucional, deve-se compor o texto dessa ou daquela maneira”. Dessa forma, o que pode ser relevante em um texto literário, como a própria repetição de palavras ou argumentos, pode parecer problemático em um texto científico, devendo ser evitada, sempre que possível, por meio da utilização de sinônimos, desde que não cause prejuízo para o sentido, como no caso de termos técnicos, científicos, específicos da área de conhecimento.

Nessa perspectiva, elegemos nossa quarta categoria: “terminologia”, identificada apenas na tese referente ao Autor 1/Revisor 1. Ela foi assim classificada, em virtude de representar as interações nas quais o revisor questiona o autor, no intuito de verificar se determinadas palavras ou conceitos são adequados; se possuem correspondência com outros termos, representando um sinônimo; se o registro de um vocábulo pode estar equivocado; ou, ainda, quando uma expressão soa estranha, truncada, incoerente.

Ressaltamos, também, sobre essa categoria, que outra motivação para sua classificação justifica-se pelas palavras do próprio revisor, nos comentários, quando pergunta se “a expressão é mesmo esta?”, se “é este mesmo o termo?”. Esta atitude do revisor, ao interrogar o autor sobre os termos em questão, ao invés de sugerir sua substituição, permite-nos inferir, em consonância com Ribeiro (2016), que se trata de uma interação com implicações para além da simples ‘correção’, a qual não necessitaria de negociação, uma vez que estaria ‘fundada na gramática tradicional’. Assim, salientamos que suprimir ou substituir um termo sem consultar o autor pode implicar prejuízos, no entanto, o revisor costuma (e necessita) ter consciência disso.

Quanto à “reformulação”, nossa quinta categoria, sua classificação difere um pouco das outras, isto é, em suas observações, nos balões interativos, os revisores aconselham que o trecho em discussão seja “trocado”, “refeito”. D’Andrea e Ribeiro (2010) salientam que

Parece não serem consenso entre os linguistas (e pesquisadores de áreas afins) as noções de/as nuances entre os conceitos e as ações de retextualização, revisão, edição e reescrita. Em várias ocasiões, dois ou mais desses conceitos são citados como sinônimos, conquanto em outros contextos alguns pesquisadores procurem, ainda que de forma pouco conclusiva, apresentar diferenças e limites entre eles (RIBEIRO, 2010, p. 65).

Assim sendo, em virtude dessa falta de consenso²⁹ entre um termo e outro, especialmente no âmbito da revisão de textos, e para não utilizarmos um termo em detrimento de outro, optamos por definir essa categoria como “reformulação”, caracterizando-a como um retorno ao texto, a fim de agir sobre ele, no intuito ‘refinar’ o efeito de sentido pretendido, alterando-o, conforme veremos nas análises.

Assim, a sexta categoria, nomeada “exclusão”, também se justifica pelas próprias palavras dos revisores, ao proporem a exclusão ou retirada de palavras ou trechos inteiros, para evitar a repetição ou tornar “o período mais compreensível”, conforme R1, em um de seus comentários. Embora, em alguns casos, a solicitação de exclusão se relacione, nas teses, com a repetição, a categoria “exclusão” foi assim definida, principalmente, porque o revisor foi explícito e quase imperativo ao solicitá-la; diferente dos casos da categoria repetição, nos quais pede ao autor que observe as repetições, que as substitua, modifique etc.

Já a sétima categoria, classificada como “especificação”, foi encontrada somente na tese do Autor 1/Revisor 1. A definição dessa categoria justifica-se pela própria recorrência desses termos, ao solicitar ao autor que seja específico, a fim de que o autor seja mais objetivo, mais claro. Ressaltamos, ainda, que, dentro da categoria “especificação”, encontramos a solicitação, pelo revisor, de clareza sobre aquilo a que o autor se referia, uma vez que a falta de clareza, nas interações, não implica, necessariamente, a não compreensão pelo revisor, mas apenas a falta de informações que, para ele, parecem relevantes na interpretação do texto.

Motta-Roth e Hendges (2010), ao discutirem sobre a apresentação final de um trabalho acadêmico, reforçam a necessidade de revisão, ainda que seja realizada pelo próprio autor, a fim de organizar as informações e identificar pontos que não estejam claros e objetivos – para

²⁹ Para nós, “retextualização”, “revisão”, “edição” e “reescrita” não se confundem, representando ações distintas, porém, não é nosso foco discutir, neste momento, a respeito desses conceitos.

si e para o leitor. Portanto, essa categoria pressupõe a necessidade de inserção/acréscimo de informações relevantes, principalmente, ao interlocutor, uma vez que o revisor ‘simula’ esse pertencimento ao público leitor, na condição de leitor profissional (SALGADO, 2017), identificando lacunas a serem preenchidas, com base em seus conhecimentos, em seus objetivos, que podem ou não ir de encontro com os objetivos do autor, que acatará ou não a observação.

Por fim, a oitava e última categoria, definida como “(in)compreensão”, foi classificada dessa maneira em virtude de: i. os revisores utilizarem, por vezes, as expressões “período confuso”, “não entendi”, “tornar compreensível”, “trecho sem sentido” etc.; ii. por acreditarmos que as interações classificadas conforme essa categoria se relacionam de forma mais profunda com a negociação/construção de sentido(s); iii. por considerarmos que o texto, em seu processo de revisão, apresenta ‘camadas’, ou seja, aspectos mais superficiais, como obediência às normas da ABNT, observáveis mediante uma ‘passada de olhos’ sobre o texto, aspectos intermediários, como a correção ortográfico-gramatical e a identificação de repetições, por exemplo, e, como aspecto profundo, a compreensão, o sentido, que é social, cultural, discursivo, cognitivo, ideológico.

Apesar de termos definido tais categorias com o propósito de organizar nossas análises, consideramos que haja uma inter-relação entre essas categorias e delas com o sentido global do texto, sendo todo ele (o texto) – as teses de doutorado – permeado pela interação, pela negociação, pela comunicação. Conforme dissemos, adotamos uma perspectiva de sentido com base na textualização, desse modo, os fatores de textualidade estão presentes em todos os momentos de interação entre autor e revisor.

Antes de iniciar nossas análises, ressaltamos que, ao longo da verificação da segunda tese e na seção posterior à sua análise, traçaremos algumas comparações entre R1 e R2, principalmente em virtude do estilo de revisão adotado por eles. A seguir, passamos a apreciar nossa primeira tese.

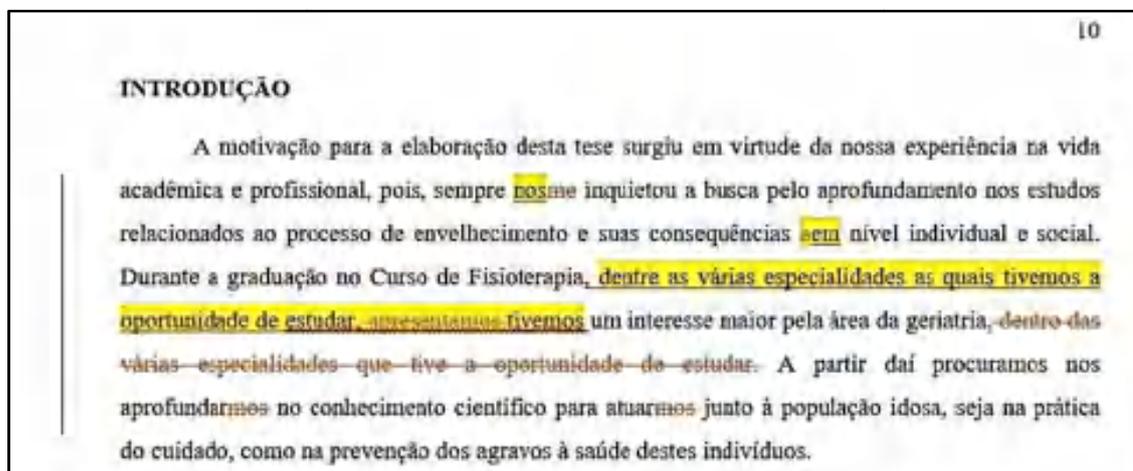
6.1 O REVISOR PROFESSOR E CORRETOR

Nossa primeira tese foi-nos encaminhada pela autora, via *E-mail*, em peça única, ou seja, todos os capítulos reunidos em apenas um arquivo. Uma vez que o texto completo ainda se encontrava em etapa de construção, o revisor se debruçou, nesse momento, somente sobre a parte textual: da introdução até as considerações finais, sendo, portanto, seis seções, com um total de 106 páginas textuais, nas quais localizamos 68 (sessenta e oito) balões interativos.

Destacamos, ainda, que recebemos da autora a versão final, pós-ajustes, com 165 páginas distribuídas entre os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais; esta versão nos permitiria, quando necessário, verificar se o autor havia acatado ou não as sugestões de ajustes.

O Revisor 1, realiza seu trabalho de revisão mediante a utilização de variadas ferramentas disponibilizadas pelo editor de textos *Word*, utilizando, principalmente, o controle de alterações, por meio do qual deslocamentos/inserções são destacados em vermelho e sublinhado, supressões/deslocamentos aparecem com um risco no meio das palavras (~~texto tachado~~), como mostra a Figura 13; esse profissional dá, ainda, destaque aos trechos por meio de realces em cores diferentes, além da inserção de balões no texto, nos quais dialoga com o autor, nesse caso, seu interlocutor. Esses recursos, disponíveis nas abas “Página Inicial” e “Revisão”, ao serem utilizados, funcionam como estratégias para chamar a atenção do autor quanto às ações do revisor³⁰, podendo variar de profissional para profissional, pois constitui, de certo modo, o estilo de revisão de cada um, conforme mostra a Figura 13.

Figura 13 - Exemplo de uso de ferramentas do Word na revisão



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

A respeito da revisão interativa, por meio da inserção de balões no texto, conforme definimos anteriormente, foram aplicadas oito categorias de análise, quais sejam: a) normalização (ABNT), b) correção, c) repetição, d) terminologia, e) reformulação, f) exclusão, g) especificação e h) (in)compreensão, com base, principalmente, nas próprias palavras dos revisores, ao fazerem suas observações, sugestões e questionamentos.

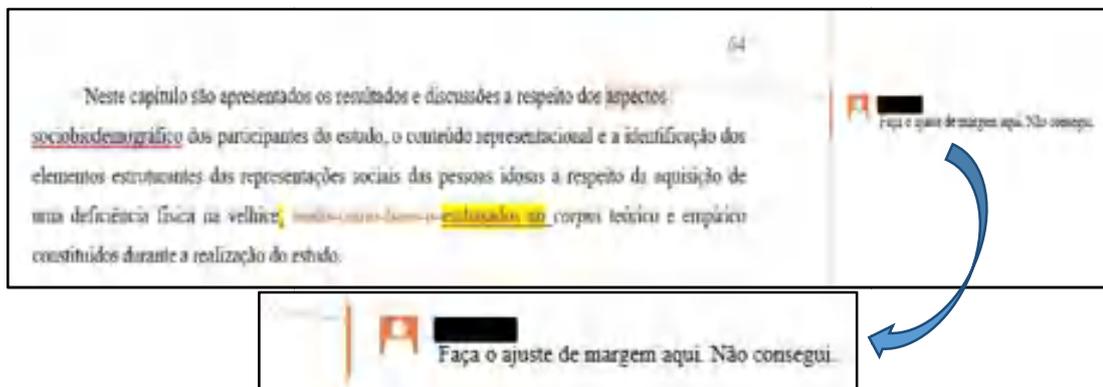
³⁰ Há revisores que defendem que a utilização do recurso controle de alterações, com várias marcações aparecendo no texto, ao mesmo tempo, podem ‘poluir’ o texto, prejudicando a conferência do texto pelo autor; por outro lado, trata-se, também, de uma maneira de mostrar todas as intervenções realizadas, para que ele (o autor) aceite ou rejeite, pois a decisão é sempre sua (RIBEIRO, 2016).

Assim sendo, iniciamos nossas análises pela categoria normalização, ou seja, pelas questões referentes às interações virtuais entre A1 e R1, a respeito da organização do texto, da configuração apropriada desse gênero, em obediência às normas da ABNT (ISKANDAR, 2012).

a) Normalização (ABNT)

Nossa primeira categoria foi pensada levando-se em consideração o estilo adotado para configuração do gênero, no caso das teses as normas da ABNT, eo pilar ‘estrutura composicional’, ou seja, a organização do gênero, de suas partes (BAKHTIN, 2011). Assim, na primeira tese, ainda que A1 não esteja realizando a normalização do trabalho acadêmico, solicita ao autor que “Faça o ajuste de margem aqui. [pois] Não consegui”, como ilustra a Figura 14.

Figura 14 - Normalização: ajuste de margem I

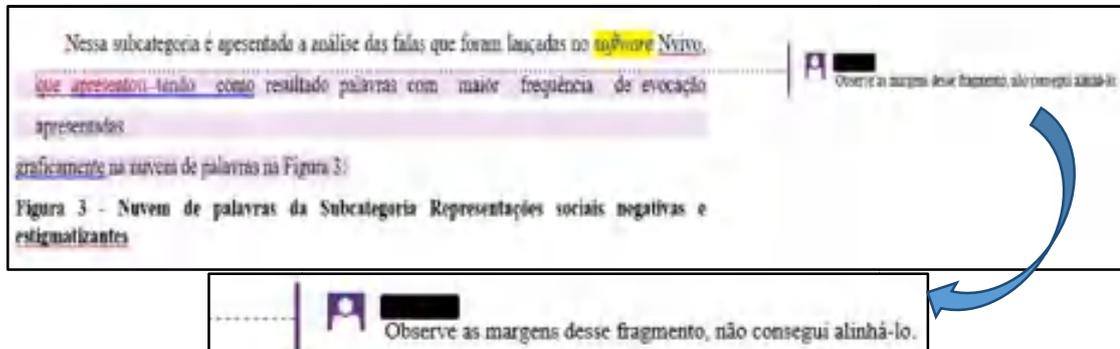


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ao assumir que não conseguiu ajustar a margem, R1 revela, com isso, não estar afeito à normalização, porém, é capaz de reconhecer o desvio, sinalizando para o autor. Após verificarmos o trecho referente à Figura 14, na versão considerada final, vimos que A1 realizou o ajuste da margem do texto e, também, aceitou a alteração resolutiva, destacada em amarelo. Nessa perspectiva, a ocorrência seguinte, como mostra a Figura 15, também se refere ao ajuste da margem do texto, conforme as palavras de R1: “Observe as margens desse fragmento, não consegui alinhá-lo”. Como podemos notar, o trecho em questão encontra-se um tanto bagunçado – havia um recuo desse parágrafo em relação aos outros, um deslocamento de parte do parágrafo (“graficamente na nuvem de palavras na figura 3:”) e,

ainda, ausência de um espaço em branco entre o parágrafo e o título da figura, que deveria estar centralizado.

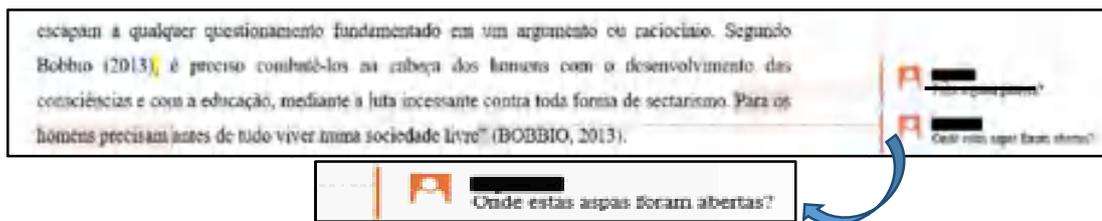
Figura 15 - Normalização: ajuste de margem II



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Semelhantemente ao caso anterior (Figura 14), ao visitarmos a versão final da tese, quanto à ocorrência apresentada na Figura 15, verificamos que A1 realizou os ajustes técnicos e também aceitou as pequenas modificações feitas por R1, no parágrafo. Já a Figura 16, que se segue, apresenta o seguinte questionamento, ou seja: “Onde estas aspas foram abertas?”. Destacamos, ainda, que, em se tratando de uma citação direta, seria importante indicar, também, o número da página de onde foi retirada.

Figura 16 - Normalização: aspas em citação direta



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Quando visitamos a versão final, pós-ajustes, vimos que a citação direta fora transformada em paráfrase, talvez em razão do fato de apresentar alguma dificuldade de compreensão, como observa R1 em interação anterior, neste mesmo trecho, que será analisada na categoria (in)compreensão.

Ao longo de nossa primeira tese de doutorado, detectamos apenas três momentos de interação a respeito de questões referentes à ABNT, podendo verificar que, mesmo não sabendo como solucionar o desvio, o revisor esteve atento a eles, pois conhece o gênero com

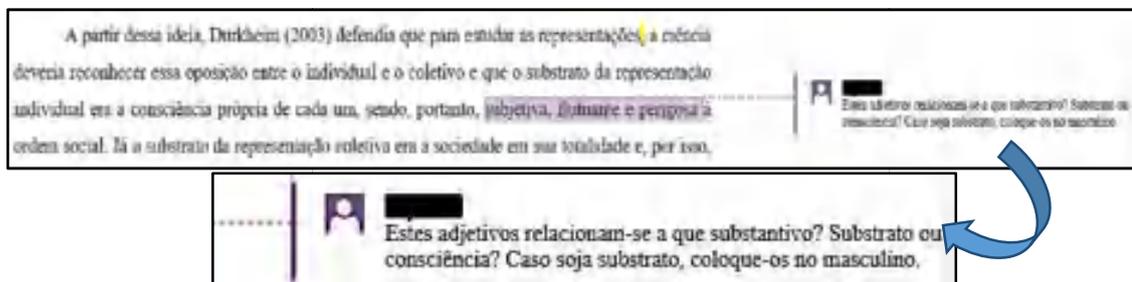
o qual está lidando e as particularidades do estilo adotado para configuração do gênero (OLIVEIRA, 2016). Vejamos, agora, as interações classificadas como correções.

b) Correção

Essa categoria foi assim definida por tratar-se de interações relacionadas a questões de natureza gramatical, ortográfica, enfim, quando o revisor julga necessário o ajuste do ponto de vista de sua própria interpretação/compreensão.

Assim, o excerto, a seguir (Figura 17), apresenta uma questão de ordem gramatical, em que R1 questiona o autor a respeito do trecho “A partir dessa ideia, Durkheim (2003) defendia que para estudar as representações, a ciência deveria reconhecer essa oposição entre o individual e o coletivo e que o **substrato** da representação individual era a **consciência** própria de cada um, sendo, portanto, **subjéctiva**, **flutuante** e **perigosa** à ordem social”. O revisor deseja saber se “Estes adjetivos [destacados em negrito] relacionam-se a que substantivo? Substrato ou consciência? Caso seja [sic] substrato, coloque-os no masculino”.

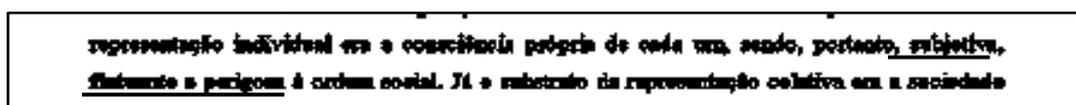
Figura 17 - Correção de paralelismo



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ao questionar o autor sobre a que se referem os adjetivos, R1 parece considerar ambíguo o trecho, pois demonstra incerteza em sua busca por compreender a informação e construir, assim, o sentido, ainda que informação e sentido não sejam uma mesma coisa (MARCUSCHI, 2008). A ilustração seguinte (Figura 18) apresenta o mesmo excerto, na versão finalizada, na qual podemos notar que os adjetivos se referem mesmo à consciência, pois o autor manteve as palavras no feminino, em resposta à R1.

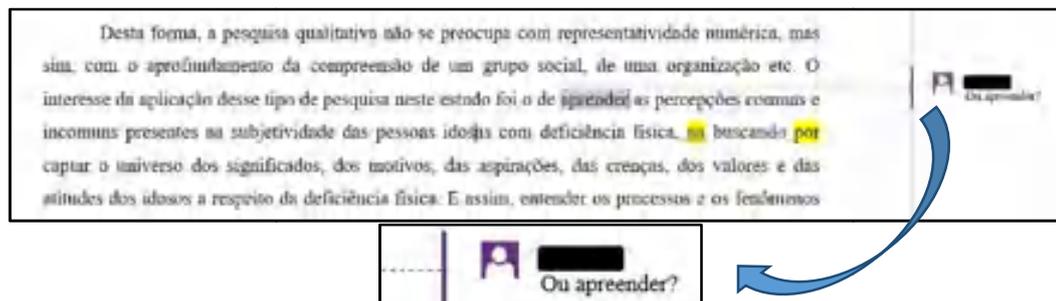
Figura 18 - Ajuste de paralelismo



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Na interação seguinte, como ilustra a Figura 19, R1 pergunta ao autor se a palavra em destaque é mesmo “aprender” ou se o correto não seria “apreender”. Ressaltamos que a preocupação de R1 não se refere somente à escolha entre uma palavra ou outra, mas sua indagação está ligada ao efeito de sentido produzido ao se utilizar uma ou outra naquele contexto, à adequação do vocábulo (MARCUSCHI, 2008).

Figura 19 - Correção de vocábulo I

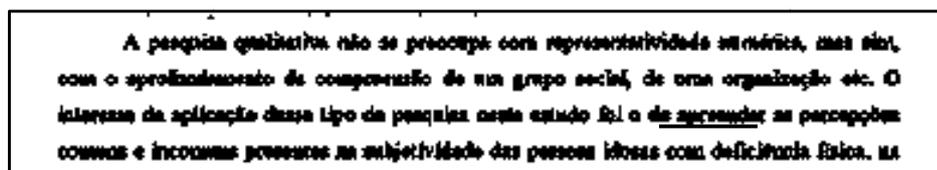


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Entendemos, ainda, que o questionamento do revisor ao autor permite-nos refletir a respeito dos fatores de textualidade intencionalidade e aceitabilidade, ou seja, o propósito do produtor do texto e o engajamento do recebedor, respectivamente, considerando que o produtor, conforme salienta Marcuschi (2008), não deve ser considerado uma fonte do saber. Daí, não parecer aceitável para o revisor o vocábulo ‘aprender’, mas ‘apreender’, significando a apropriação das impressões dos indivíduos, mediante a metodologia empreendida em sua pesquisa. Dessa forma, ao sinalizar para o autor, R1 está solicitando que se corrija a informação.

Como mostra a Figura 20, de fato, a palavra correta era ‘apreender’, visto que fora ajustada por A1. Acreditamos que esse registro possa ter sido decorrente de um desvio de digitação, deixando de duplicar o “e”, mas se não fosse a observação de R1, isso poderia ter permanecido, comprometendo, assim, o sentido.

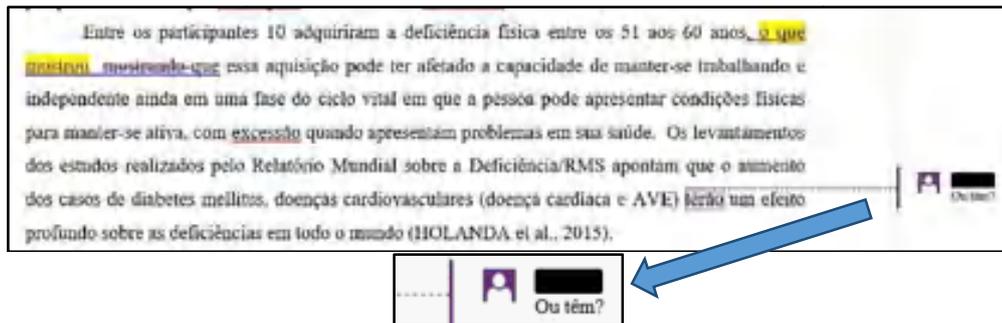
Figura 20 - Ajuste de vocábulo



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Na interação seguinte, representada pela Figura 21, vemos R1 sinalizar uma forma verbal, questionando se não seria “têm” em lugar de “terão”, quando o autor apresenta dados referentes a pesquisas realizadas “pelo Relatório Mundial sobre a Deficiência”, no qual são apresentadas previsões sobre a influência do diabetes.

Figura 21 - Correção de forma verbal

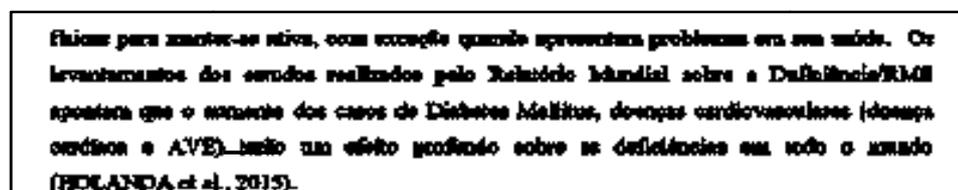


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Acreditamos que, partindo de nosso conhecimento de mundo, poderíamos afirmar, mesmo sem tomar como base os dados médicos, que o diabetes, associado a outras doenças, tem efeito prejudicial sobre as deficiências, agravam-nas, o que justifica a opção do verbo no presente, pelo revisor; entretanto, em se tratando de uma previsão, que pode ser contornada, mediante prevenção e adoção de hábitos saudáveis, esses dados podem mudar, no futuro, ficando implícito que “poderão ter” ou “poderão não ter”, caso ocorram mudanças no dia a dia dessas pessoas com deficiência.

Assim, a escolha de A1 se justifica em virtude desse efeito de sentido, ou seja, não estar afirmando que essa é uma realidade sem possibilidade de mudança. Mas, ainda assim, uma questão de correção apresenta-se aí, pois A1 registra “o aumento dos casos de diabetes, doenças cardiovasculares”, levando-nos a analisar, sob um ponto de vista gramatical, que o verbo deveria ser “terá” e não “terão”, ao concordar com “o aumento”. De qualquer forma, a interação entre A1 e R1 não foi completamente eficaz – nem sempre o é, apesar de nossos esforços –, ainda que tenham discutido sobre o “x” da questão: a forma verbal. A Figura 22 mostra-nos que não houve ajuste quanto a este caso.

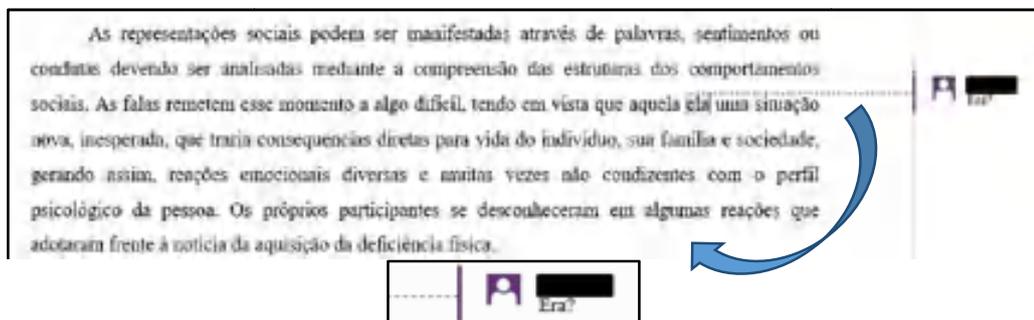
Figura 22 - Ajuste de forma verbal



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Fundando-se em aspectos como a pontuação, as escolhas lexicais, as construções sintáticas, o revisor identifica possíveis desvios, que, por sua vez, afetam a compreensão, sendo o sentido, na etapa de revisão, em grande medida, textual, como propomos. Nessa perspectiva, a Figura 23 mostra-nos uma ocorrência de interação na qual o revisor reconhece a necessidade de correção, mas, ao perguntar se se trata de “Era” em lugar de “ela”, deixa para o autor a tarefa fazer a correção, em: “As falas remetem esse momento a algo difícil, tendo em vista que aquela **ela** uma situação nova, inesperada, que traria consequências diretas para vida do indivíduo, sua família e sociedade, gerando assim, reações emocionais diversas e muitas vezes não condizentes com o perfil psicológico da pessoa. Os próprios participantes se desconheceram em algumas reações que adotaram frente à notícia da aquisição da deficiência física.”

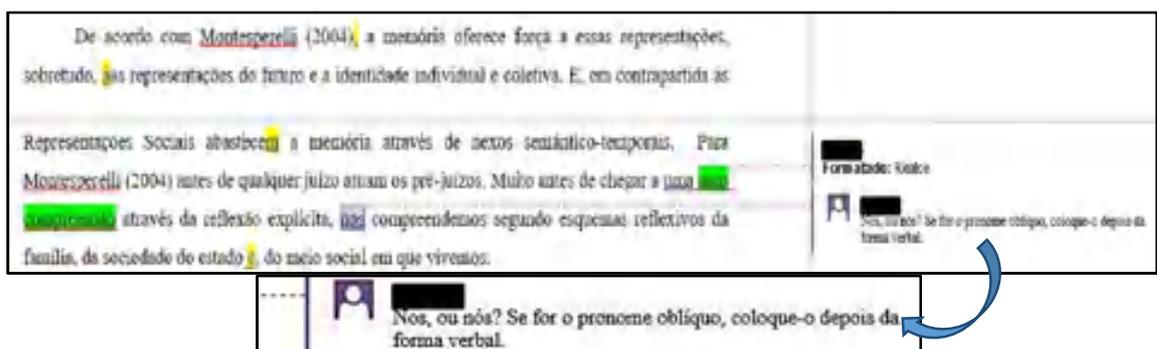
Figura 23 - Correção de vocábulo II



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Conforme verificamos na versão final, o revisor estava certo, pois o autor ajustou o ‘ela’ para ‘era’, o que, possivelmente, foi um desvio de digitação. Desse modo, em nova interação (Figura 24), R1 questiona sobre o registro de um pronome, se “Nos, ou nós?”, mas, diferentemente do caso anterior, em que parecia ter certeza do desvio, dessa vez, arremata: “Se for o pronome oblíquo, coloque-o depois da forma verbal”. Além disso, o revisor realiza intervenções de tipo resolutive, destacando-as por meio de realces, como na sinalização de “auto compreensão”, na cor verde.

Figura 24 - Correção de forma pronominal

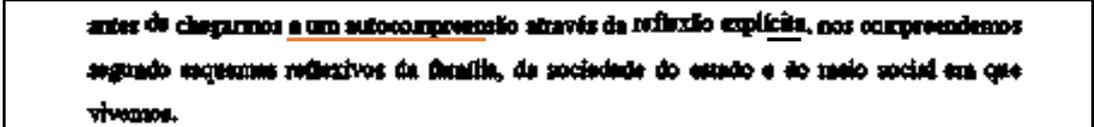


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ressaltamos que esse ‘arremate’ em seu questionamento possui traços de uma atitude normativa, de professor de português, visto como ‘corretor’ no âmbito da revisão (RIBEIRO, 2016), o que pode não ser muito proveitoso para o autor, uma vez que pode não estar afeito a termos quase técnicos, como ‘pronomes oblíquos’. O recorte que se segue (Figura 25), retirado da versão final, mostra-nos que o correto era mesmo o ‘nos’, registrado pelo autor, uma vez que discutia sobre as representações e identidade individuais, sobre a autocompreensão, ou seja, compreensão de si mesmo, logo, ‘nos compreendemos’, naquele contexto.

Sobre o realce em ‘auto compreensão’, na versão em revisão, acreditamos que o revisor chama a atenção para o fato de que, em conformidade com o novo acordo ortográfico, a palavra passara a ser registrada sem hífen (‘autocompreensão’), tendo sido ajustada pelo autor; no entanto, atentando para o sublinhado em azul feito pelo próprio *Word*, informando ser ‘um’ e não ‘uma’, A1 registra “um autocompreensão”, causando, desse modo, um novo desvio.

Figura 25 - Ajuste de forma pronominal



antes de chegarmos a um autocompreensão através da reflexão explícita, nos compreendemos segundo algumas reflexões da família, da sociedade do estado e do meio social em que vivemos.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Os casos definidos pela categoria correção, em nossa primeira tese, caracterizam-se pela identificação de um desvio, principalmente no tocante ao registro de alguns vocábulos, que causam estranheza ao revisor. Este, por sua vez, ao invés de corrigir de forma resolutiva, levanta questionamentos, a fim de deixar essa tarefa para o autor, visando, em todos os casos, contribuir para que o sentido não seja prejudicado, em decorrência desses mesmos desvios. Para nós, a correção e a normalização parecem constituir as ‘camadas mais superficiais’ do texto, no processo de revisão.

A seguir, analisamos as interações entre autor e revisor sobre a categoria definida como repetição.

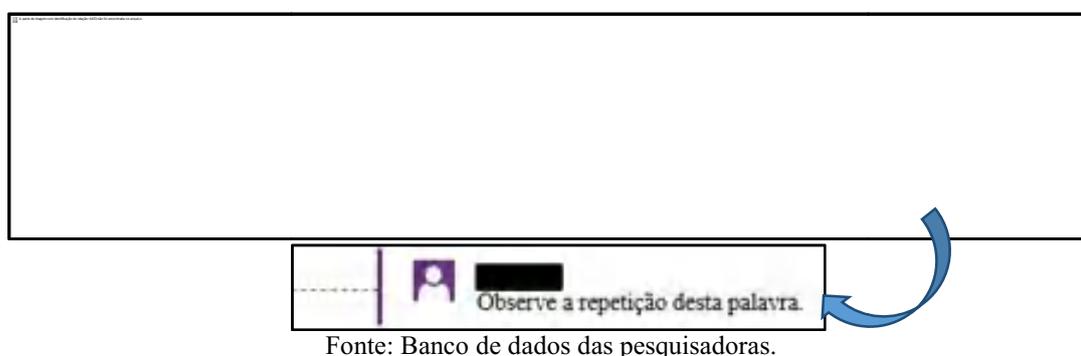
c) Repetição

A categoria de análise definida como repetição foi motivada pelas próprias palavras dos revisores, ao chamarem a atenção dos autores das teses para palavras, expressões e trechos/ideias repetidas. No caso de nossa primeira tese, todas as indicações de repetições

referem-se a palavras e expressões recorrentes em um mesmo parágrafo. Conforme destaca Serrano (2011), deve ser realizada uma leitura cuidadosa do texto, atenta às normas gramaticais, evitando-se a repetição de expressões e argumentos, sendo essa uma característica de gêneros acadêmicos escritos, diferentemente de gêneros literários (COSTA VAL, 1999).

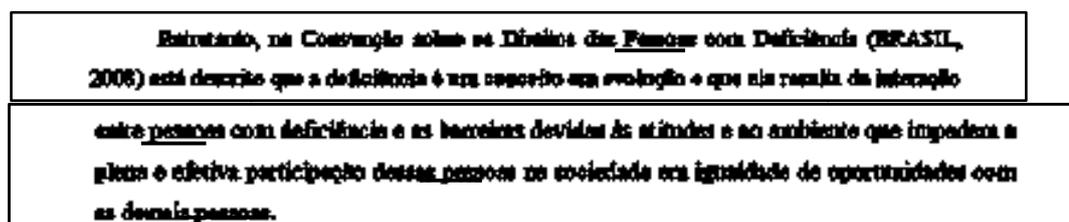
Assim, de acordo com a Figura 26, R1 destaca quatro ocorrências da palavra “pessoas” no parágrafo, e, ao dizer “Observe a repetição dessa palavra”, sua intenção é que o autor suprima, substitua por algum sinônimo, evitando sua excessiva repetição.

Figura 26 - Repetição de vocábulos I



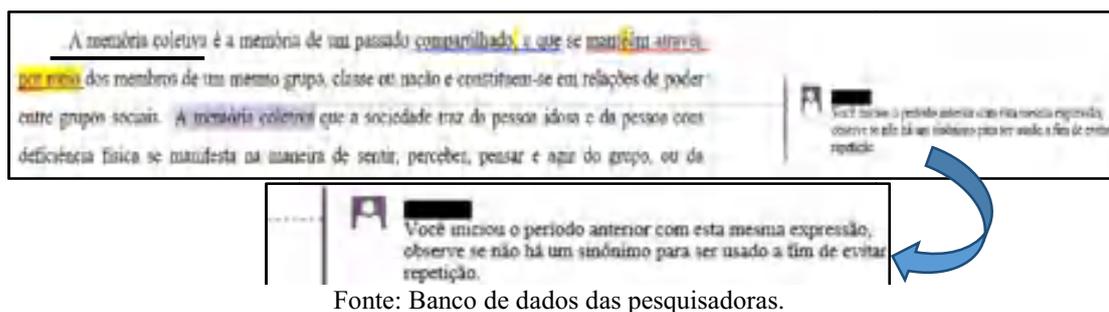
Ao conferirmos a versão final, percebemos que o autor não realizou nenhuma alteração, a fim de evitar a repetição da palavra, conforme ilustra a Figura 27. Acreditamos que o autor não tenha considerado esta repetição – sua primeira ocorrência – um desvio que pudesse comprometer o texto, porém, após a sinalização de outras situações semelhantes, pelo revisor, conforme veremos adiante, A1 passou a empreender ajustes, no intuito de suprimir algumas ocorrências. Ressaltamos que R1 poderia ter feito alguma sugestão, como “indivíduo”, por exemplo, apresentando outras possibilidades ao autor, visto que o problema desse tipo de sinalização, não resolutive, é que o autor geralmente não sabe como proceder, isto é, não sabe como ou pelo que substituir, sendo essencial alguma sugestão do revisor.

Figura 27 - Ajuste de repetição de vocábulos I



Em outra ocorrência, chama a atenção do revisor uma outra repetição, dessa vez de uma expressão: “A memória coletiva”, no início e no meio do texto, conforme mostra a Figura 28. R1 destaca: “Você iniciou o período anterior com esta mesma expressão, observe se não há um sinônimo para ser usado a fim de evitar repetição”.

Figura 28 - Repetição de expressão I



Embora R1 considere incômoda a repetição da expressão, merece destacarmos que nem sempre isso representará um problema ou um desvio da norma acadêmica, uma vez que a repetição é considerada uma das manifestações da coesão lexical, ou seja, um mecanismo coesivo, além da referência, da substituição, da elipse e da conjunção, sendo uma retomada do elemento que desencadeou as considerações (MARCUSCHI, 2008), promovendo, ainda, a continuidade e a progressão do texto, especialmente o texto escrito, ao estabelecer relações que contribuem para a interpretação (COSTA VAL, 1999).

Além disso, observamos que a expressão “memória coletiva” refere-se a um termo técnico-científico da teoria aplicada à tese revisada, não sendo necessário substituí-la. Ribeiro (2016, p. 70) destaca que o revisor costuma lidar com questões referentes à normalização, correção ortográfica, adequação sintática e estrutural, enfim aspectos formais do texto, e levanta, desse modo, a seguinte questão: “E o conteúdo, a quem cabe?”; além de discutir sobre os limites de suas intervenções e sobre como ocorre o diálogo entre autor e revisor, dando destaque ao âmbito editorial, onde essas questões são resolvidas de modo particular. Para Serrano (2011, p. 128), na produção da tese, devem ser feitas leituras por “segundas e terceiras pessoas autorizadas (com conhecimento no assunto)” e para verificação da redação do texto.

Sobre a repetição destacada anteriormente, na Figura 28 (“A memória coletiva”), acreditávamos que seria mantida pelo autor, porém, em resposta às considerações de R1, o trecho foi alterado, sendo suprimida a palavra “coletiva”, conforme destacamos na Figura 29, que se segue (trecho sublinhado), agora “Essa memória”.

Figura 29 - Ajuste de repetição de expressão I

A memória coletiva é a memória de um passado compartilhado, que se mantém através dos rituais de um mesmo grupo, classe ou nação e constitui-se em relações de poder entre grupos sociais. Essa memória que a sociedade tira da pessoa idosa e da pessoa

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

No trecho seguinte, encontramos novamente uma observação de R1, solicitando ao autor que, em suas palavras, “Observe a repetição da expressão ‘pessoas idosas’ neste parágrafo. Sugiro que procure algum sinônimo que mantenha o sentido da expressão dentro do estudo”, como ilustra a Figura 30, que se segue.

Figura 30 - Repetição de vocábulos II

Esta função é fundamental no processo de manutenção da identidade grupal, mostrando-se como elo vivo entre gerações transmitindo a história de um passado vivido e experimentado pela pessoa **idoso** que adquiriu uma deficiência física. A esse respeito, Bosi (2012) relata que a função da pessoa **idosa** é lembrar e aconselhar, unir o começo e o fim, ligando o que foi com o porvir. Os relatos dos **idosos** poderão servir de exemplo para outras pessoas **idosas** ou não, de como lidar, enfrentar e superar uma deficiência física na velhice.

A [comentário] Observe a repetição da expressão "pessoas idosas" neste parágrafo. Sugiro que procure algum sinônimo que mantenha o sentido da expressão dentro do estudo.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

A1 registra quatro ocorrências de “idoso” no trecho, o que parece incomodar R1, na condição de leitor autorizado a identificar desvios na redação do texto (SERRANO, 2011). Dessa vez, R1 ainda sugere que o autor procure um sinônimo que preserve o sentido da palavra no contexto do estudo; assim, o revisor revela preocupação com a intenção do autor, com os efeitos de sentido pretendidos por ele, ainda que o sentido global do texto seja construído em conjunto (MARCUSCHI, 2008). É importante destacar, conforme já dissemos, que nesse gênero acadêmico as repetições não são bem-vindas, como poderiam ser em um gênero literário, por exemplo, sendo necessário, conforme orienta Serrano (2011), uma leitura atenta para evitar palavras e conceitos repetidos.

Desse modo, como ilustra a Figura 31, vemos que A1 substituiu uma das ocorrências por “desses indivíduos”, permanecendo outras três ocorrências, para as quais é possível que não tenha encontrado um sinônimo que desse conta de preservar o sentido, e que poderiam ter sido sugeridos pelo revisor, que, nesse caso, age como professor, sinalizando os “erros”, sem apresentar soluções eficazes.

Figura 31 - Ajuste de repetição de vocábulos II

Esta função é fundamental no processo de construção da identidade grupal, encontrando-se como um eixo entre gerações, transmitindo a história de um passado vivido e experimentado pela pessoa idosa que adquiriu uma deficiência física. A esse respeito, Bosi (2011) relata que a função da pessoa idosa é lembrar a sociedade, unir o passado e o futuro, ligando o que foi com o porvir. Os relatos das vivências dessas indivíduos poderão servir de exemplo para outras pessoas idosas ou não, ajudando na construção de laços, sustentando e superando uma deficiência física na velhice.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Nessa perspectiva de evitar repetições, na interação seguinte os parceiros negociam sobre uma outra possibilidade de substituição, isto é, no excerto “Para ele, as **representações** coletivas têm suas leis próprias e pertencem à outra natureza diferente do pensamento individual, compreendendo que as **representações** individuais são apenas *representações* e que as **representações** coletivas explicitam-se por outra realidade [...]” há o registro da palavra, em negrito, quatro vezes e bastante próximas umas das outras. No entanto, “representações coletivas” e “representações individuais” são termos próprios da teoria; dessa forma, R1 propõe a substituição de pelo menos uma delas por um termo sinônimo (Figura 32).

Figura 32 – Figura 32 - Repetição de vocábulos III

experiência individual (MOSCOVICI, 2011). Para ele, as **representações** coletivas têm suas leis próprias e pertencem à outra natureza diferente do pensamento individual, compreendendo que as **representações** individuais são apenas *representações* e que as **representações** coletivas explicitam-se por outra realidade, assim, se explicitam pela maneira na qual o grupo pensa nas suas relações com os objetos que os afetam (NOBREGA, 2001).

Esta palavra pode ser substituída por um sinônimo?

Esta palavra pode ser substituída por um sinônimo?

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

O autor, por sua vez, em sua atitude responsiva ao questionamento de R1 (BAKHTIN, 2011), empreende alterações no trecho, no intuito de evitar a repetição, e reformula a parte final do parágrafo, tornando o texto mais ‘enxuto’, além de aceitar as intervenções resolutivas realizadas pelo revisor, conforme pode ser visto na Figura 33, a seguir.

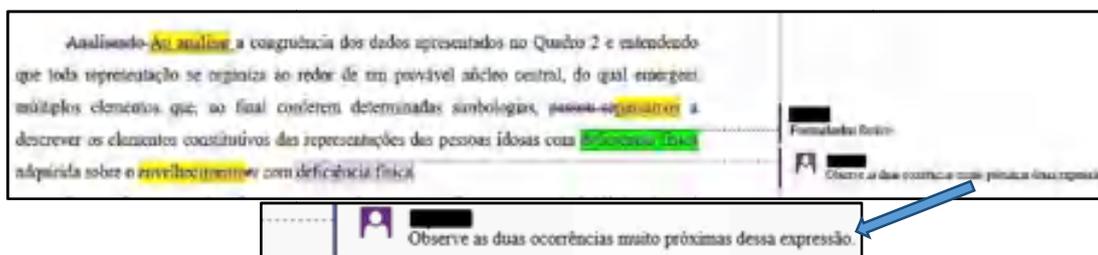
Figura 33 - Ajuste de repetição de vocábulos III

irredutível à experiência individual (LÉVINSKY, 2015). Para ela, as representações coletivas têm suas leis próprias e pertencem à outra natureza diferente do pensamento individual compreendendo que representações coletivas se explicitam por outra realidade, na qual o grupo possui sua própria relação com os objetos que os afetam (NÓBREGA, 2003).

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Já na interação seguinte (Figura 34), sobre a repetição, R1 solicita ao autor que “Observe as duas ocorrências muito próximas dessa expressão”, isto é, de “deficiência física”. Neste caso, vemos que o problema não está na quantidade de repetições em um mesmo parágrafo, mas, sim, na ocorrência muito próxima.

Figura 34 - Repetição de Expressão II



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Assim, após verificarmos a versão final, vimos que A1 fez o trecho final do parágrafo, ainda que o revisor não tenha feito esta sugestão, uma vez que solicitou apenas que observasse a ocorrência. Acreditamos que, nessa negociação, o autor considere/compreenda o ‘observe’ do revisor como um pedido de ajuste, a fim de tornar o texto mais aceitável ao(s) leitor(es), registrando, portanto, “representações das pessoas idosas a respeito da aquisição da deficiência física na velhice” em lugar de “representações das pessoas idosas com **deficiência física** adquirida sobre o envelhecimento com **deficiência física**”, como mostra a Figura 35.

Figura 35 – Figura 35 - Ajuste de repetição de expressão II

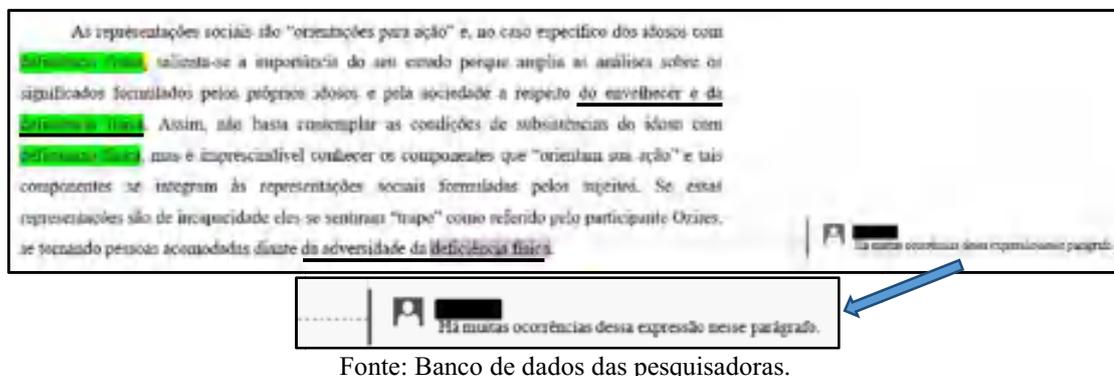
elementos que, no final conferem determinadas simbologias, passamos a descobrir os elementos constitutivos das representações das pessoas idosas a respeito da aquisição da deficiência física na velhice.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Em seguida, R1 destaca que “Há muitas ocorrências dessa expressão nesse parágrafo”, referindo-se às expressões destacadas em verde, conforme a Figura 36, que se segue. Ainda que o revisor, em alguns casos, não tenha dito objetivamente para que o autor realizasse

ajustes, quanto à repetição, o efeito de suas observações teve esse sentido, pois A1, novamente, empreendeu modificações, exatamente nos trechos por nós sublinhados, na figura.

Figura 36 - Repetição de expressão III

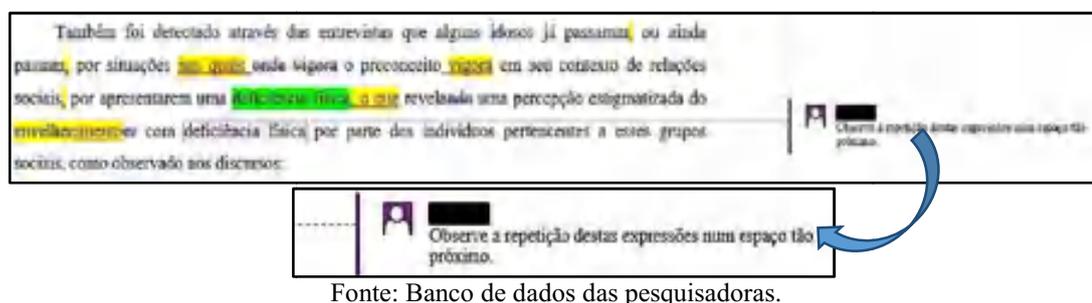


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Quanto aos ajustes do autor, a fim de evitar as repetições de 'deficiência física', nos trechos "do envelhecer e da deficiência física" e "da adversidade da deficiência física", no meio e no final do parágrafo, conforme sublinhados, destacamos que foram substituídos por "desses fenômenos", no primeiro caso, e suprimida, no segundo caso, fechando o parágrafo na palavra "adversidade", na última linha, conforme verificamos na versão final³¹.

Como mostra a Figura 37, a seguir, semelhante a interações anteriores, o revisor chama atenção para uma nova repetição, dizendo: "Observe a repetição destas expressões num espaço tão próximo"; além disso, realiza algumas intervenções de tipo resolutivo, dando destaque, em amarelo, utilizando, ainda, a ferramenta do *Word* 'Controlar Alterações'.

Figura 37 - Repetição de expressão IV



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Novamente, ao pedir que observe a repetição, acreditamos que a intenção do revisor seja orientar o autor a evitá-la, seja suprimindo, substituindo ou refazendo o trecho em

³¹ Assim como em outras ocorrências de interação, tanto na primeira tese quanto na segunda, optamos por descrever o ajuste realizado, a fim de promover uma 'economia' de figuras, dando prioridade para as ilustrações das interações, confrontando-as com a versão final somente quando julgamos essencial.

questão. Neste caso, como pudemos constatar na versão final, ilustrada pela Figura 38, A1 responde à observação de R1 por meio da supressão da segunda ocorrência de ‘deficiência física’, após a palavra ‘estigmatizada’, sublinhada. Ressaltamos, ainda, quanto às intervenções de tipo resolutivo, que as alterações no trecho foram todas aceitas pelo autor.

Figura 38 - Ajuste de repetição de expressão IV

Também foi detectado através das entrevistas que alguns textos já possuem, ou ainda possuem, por situações nas quais a preocupação vigente em seu contexto de relações sociais, por apresentarem uma deficiência física, o que revela uma percepção estigmatizada por parte dos indivíduos pertencentes a esses grupos sociais, como observado nos discursos:

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Em outro momento de interação, R1 destaca que o autor “[...] usou palavras com a raiz [sic] de ‘estigma’ num espaço muito próximo” e solicita que “observe se não gostaria de mudar uma das ocorrências”, referindo-se às palavras ‘estigmatização’ e ‘estigmatizantes’, além da própria palavra ‘estigma’, na primeira linha, com sublinhado (Figura 39).

Figura 39 - Repetição de vocábulo IV

discriminação devido a construção do seu estigma e preconceito. Diante de uma deficiência adquirida recentemente, Martins e Barsaglini (2011) chegaram a conclusão que a consciência de vir a ser “uma pessoa com deficiência” traz consigo a possibilidade de estigmatização, conflito e sofrimento para a pessoa que a adquire. O outro estigmatizante da deficiência física através da negação está se opondo ao direito da pessoa com deficiência física de viver na sociedade com

Se usar palavras com a raiz de “estigma” num espaço muito próximo, observe se não gostaria de mudar uma das duas ocorrências

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Destacamos, inicialmente, que foram detectados, neste trecho da tese, três interações – duas delas pertencentes a outras categorias, por isso foram ignoradas aqui. Apesar de não analisarmos as duas interações anteriores agora, salientamos que elas deram origem a outras mudanças no texto, ou seja, o trecho da primeira linha, onde continha a palavra ‘estigma’ foi reformulado, em virtude do primeiro questionamento, como pode ser visto na Figura 40, trecho da versão final; e o trecho final também foi refeito, conectando as ideias de maneira resumida, objetiva, a fim de ser evitada a palavra ‘estigmatizante’, sinalizada pelo revisor.

Figura 40 - Ajuste de repetição de vocábulo IV

insuperáveis em relação ao padrão vigente de produtividade da sociedade. Diante de uma deficiência adquirida recentemente, Martins e Barzagani (2011) observam à conclusão que a conscientização de vir a ser "uma pessoa com deficiência" traz a possibilidade de estigmatização, exclusão e estigmatização para a pessoa que a adquiriu e que pode ter outras consequências e enfrentamento, marginalização e isolamento social.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Seguindo com a análise de outra interação, como mostra a Figura 41, mais uma vez R1 solicita ao autor que “Observe a repetição desta palavra”, isto é, ‘categorias/categorizar’, destacadas na cor verde. Como vemos, a palavra é registrada uma vez em cada linha, totalizando quatro registros muito próximos, deixando a leitura cansativa, em razão dessa repetição de palavras (SERRANO, 2011).

Figura 41 - Repetição de vocábulo V

Ainda segundo Goffman (1988), a sociedade cria **categorias** nos quadros sociais, que possibilitam ao indivíduo classificar as pessoas em **categorias** conhecidas. Esse autor explica que isso ocorre porque a sociedade estabelece os meios de **categorias** as pessoas determinando os atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Deste

Observe a repetição desta palavra.

Observe a repetição desta palavra.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Conforme verificamos na versão final, as primeiras duas ocorrências de ‘categorias’ foram substituídas por ‘grupos’ e ‘divisões’, respectivamente; as duas seguintes foram mantidas: ‘categorizar’ e ‘categorias’ – forma verbal e forma substantivada da palavra, quebrando a sensação de repetitividade, no ato da leitura.

Do mesmo modo, nossa última interação, referente à repetição, também trata da recorrência de palavras, as quais são registradas quatro vezes em apenas três linhas, sendo o termo ‘sociais/social’. O revisor pede, então, ao autor para que observe a repetição desta palavra”, realçando-as na cor verde, como ilustra a Figura 42.

Figura 42 - Repetição de vocábulo VI

De acordo com Jodelet (2001) as representações devem ser estudadas **com a articulação de** elementos afetivos, mentais e **sociais** considerando as relações **sociais** que afetam as representações **sociais** e a realidade material, social e ideal sobre as quais elas vão intervir. Abuc (2000, p. 13)

Observe a repetição desta palavra.

Observe a repetição desta palavra.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Conforme ilustra a Figura 43, referente à versão final, correspondente a Figura 42, anterior, foram empreendidas várias modificações no trecho em questão: o autor que era citado de forma textual, no início do parágrafo (Jodelet), foi deslocado para o final do período, entre parêntesis; o trecho “considerando as relações sociais que afetam as representações sociais”, em que aparecia ‘sociais’ duas vezes, foi suprimido; e a parte “e ideal”, que havia após “realidade material, social”, na versão em revisão, também foi apagada.

Figura 43 - Ajuste de repetição de vocábulo VI

As representações devem ser entendidas como a articulação de elementos afetivos, narrativos e sociais e a realidade material e social sobre as quais elas vão intervir (JODELET, 2001). Abílio (2000, p.13) descreve que "as representações sociais funcionam como sistema de

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Dessa forma, A1 solucionou o ‘problema’ das repetições, sinalizadas por R1, empreendendo modificações que somente ele poderia realizar. Apesar de defendermos que o revisor poderia apresentar sugestões para os casos de repetição, em nossa primeira tese, levamos em consideração o fato de que por se tratar de terminologias da área de estudo, reescrever trechos ou mesmo suprimir expressões pode afetar a produção de sentido e disso o revisor demonstra ter consciência, ao alertar o autor, o qual, como vimos, ignorou a observação sobre repetição apenas uma vez, no primeiro caso de interação. No entanto, ao reformular o trecho, sem que seja revisto pelo revisor, há riscos de surgirem novos desvios e acabarem passando despercebidos pelo autor.

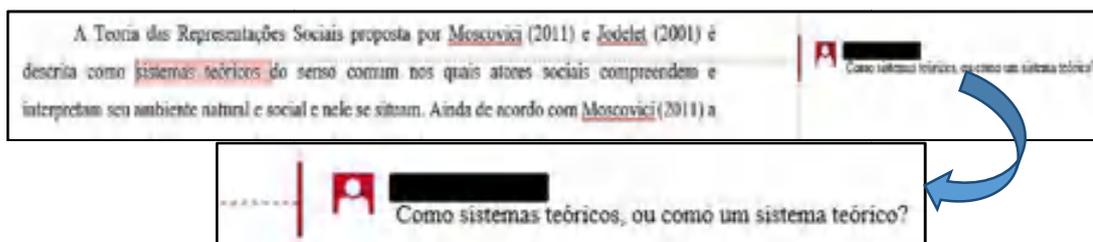
Na categoria seguinte, analisamos as interações definidas como terminologia – caracterizadas pela verificação de termos e expressões quanto à sua adequação ou não.

d) Terminologia

Sobre a categoria classificada como “terminologia”, identificada apenas na primeira tese, ressaltamos que foi motivada pelo fato de o revisor questionar o autor em relação a alguns termos, para saber se estavam adequados, uma vez que, em algumas situações, não se trata apenas de ‘corrigir’, mas é necessário estabelecer o diálogo com o autor, a fim de se certificar de que se trata mesmo daquele termo, daquela expressão ou mesmo de uma ideia, visto que pode estar relacionada com o conteúdo, do qual o revisor pode não possuir conhecimentos suficientes para solucionar o caso em questão (RIBEIRO, 2016).

Assim, na Figura 44, nossa primeira negociação referente à conferência de terminologia, R1 pergunta ao autor se seria “Como sistemas teóricos, ou como um sistema teórico?”, referindo-se ao trecho “A Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici (2011) e Jodelet (2001) é descrita como sistemas teóricos do senso comum nos quais atores sociais compreendem e interpretam seu ambiente natural e social e nele se situam. Ainda de acordo com Moscovici (2011) a

Figura 44 - Terminologia: plural

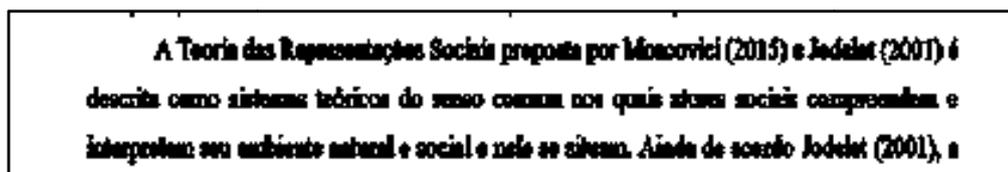


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ressaltamos, especialmente, a necessidade de refletir sobre o critério informatividade, pois, conforme Marcuschi (2008, p. 132), “não se pode confundir informação com conteúdo e sentido”. Como dissemos anteriormente, com base em Marcuschi, não podemos confundir informação com conteúdo e sentido. O questionamento de R1, portanto, origina-se de uma questão gramatical, de concordância, pois R1 procura saber se “sistemas teóricos” não deveria concordar com “A Teoria das Representações”, pois a informatividade de um texto diz respeito à sua capacidade de reduzir as incertezas, entretanto uma pergunta sobre qual seja o conteúdo de um texto não é a mesma coisa que seus efeitos de sentido, o qual não depende apenas da gramática, mas, também, de aspectos sociais, cognitivos, de conhecimentos de mundo e partilhados etc. (MARCUSCHI, 2008).

Na figura que se segue (Figura 45), recorte da versão final, vemos que o autor manteve o trecho intacto, significando, como resposta a R1, que está implícito algo como “[um conjunto] de sistemas teóricos”.

Figura 45 - Ajuste de terminologia: plural



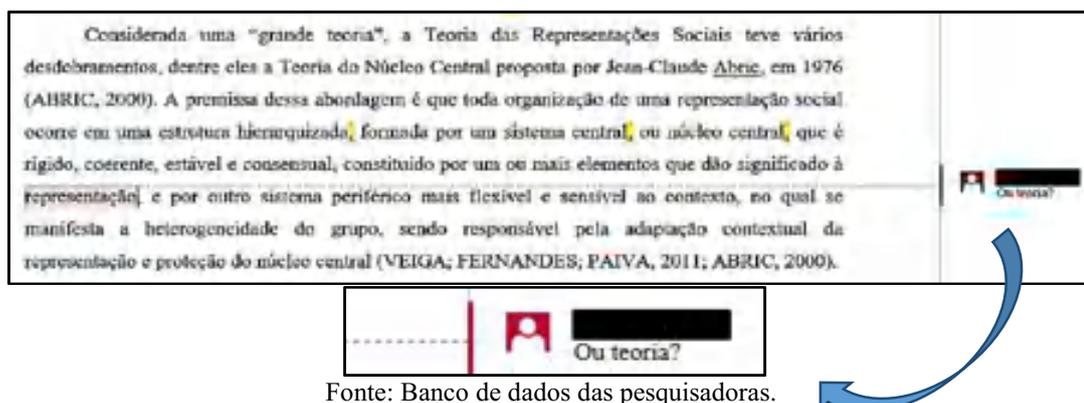
Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Destacamos, mais uma vez, de acordo com Serrano (2011), na produção da tese de doutorado, que o pesquisador não pode ser o único leitor de seu trabalho, principalmente

durante as etapas que antecedem a versão considerada final, para depósito junto ao programa, devendo recorrer a múltiplas revisões: de conteúdo, textual, técnica etc. Diante disso, é possível supor que o autor tenha mantido o trecho intacto, em virtude da revisão de conteúdo, do acompanhamento do orientador; em outras palavras, a utilização de algumas expressões decorre do fato de serem termos da própria área de estudo ou das teorias adotadas na pesquisa, sob a supervisão do orientador, não sendo necessário realizar mudanças, ainda que estranhas ao revisor, uma vez que este lida com um tema desconhecido ou pouco conhecido.

A interação seguinte, Figura 46, é semelhante à ocorrência anterior, uma vez que o revisor considera o tema discutido – a Teoria das representações –, para, assim, esclarecer se se trata mesmo da palavra “representação” ou se seria “teoria”.

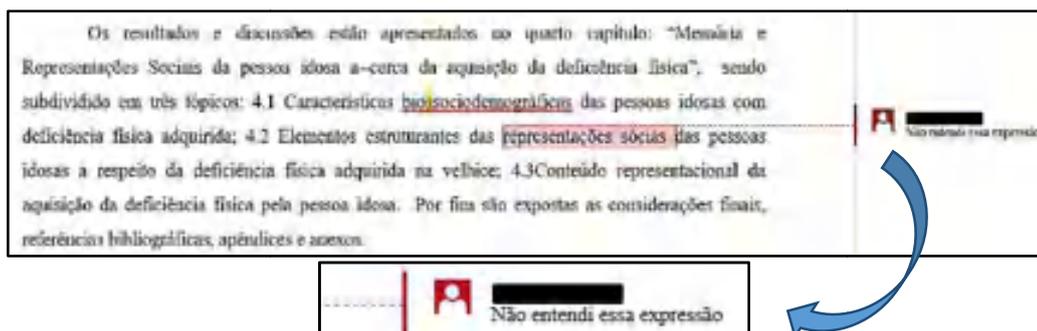
Figura 46 - Terminologia: sinônimo



Conforme verificamos na versão final, a atitude de A1 foi a mesma que a do caso anterior, pois o trecho permaneceu o mesmo, o que nos permite inferir que era intenção do autor registrar esse termo e não outro.

Em outro momento de interação entre os parceiros, na etapa de revisão (Figura 47), R1 busca, compreender o trecho “representações sócias”, destacado em negrito no excerto “4.2 Elementos estruturantes das **representações sócias** das pessoas idosas a respeito da deficiência física adquirida na velhice”. R1, então, informa: “Não entendi essa expressão”.

Figura 47 - Terminologia: confusa



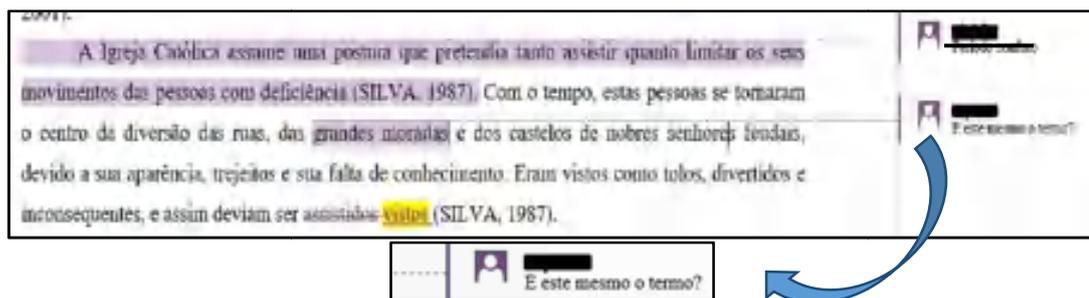
Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Acreditamos, de acordo com nossas análises, que, na verdade, a expressão pareceu estranha ao revisor, pois, ao fazermos uma busca textual (CtrlL) pela expressão, ao longo do texto, encontramos várias ocorrências de “representação social [dos idosos]”, o que nos faz acreditar que o revisor, ao sinalizar a ocorrência, teve a intenção de chamar a atenção do autor para o uso de uma combinação de palavras que soaram estranhas ao que vinha sido tratado até o momento. “Representações sócias [da pessoa idosa]”, se compreendida ao ‘pé da letra’, nos leva à compreensão de que se trata de representações que mantêm sociedade com os idosos.

Nessa perspectiva, Marcuschi (2008, p. 235) nos alerta a respeito do sentido literal, uma vez que se refere ao sentido “básico que entendemos quando usamos a língua em situações naturais”. O autor informa que o sentido literal não é o sentido dicionarizado, engessado, mas, sim, um sentido construído de forma preferencial. Assim, o linguista ressalta que, no funcionamento da língua, as palavras ganham sentidos, provenientes das relações socioculturais, cognitivas, históricas etc. (MARCUSCHI, 2008). Em razão disso, supomos que R1 não tenha considerado aceitável essa possibilidade de sentido preferencial, visto que, até então, não havia se deparado com uma expressão como “representações sócias”, e, sim, “representação social”, na tese, sendo o segundo o termo teórico específico. Ao conferirmos a versão final, verificamos que A1, em resposta à observação de R1, ajustou o vocábulo “sócias” para “sociais” (optamos, aqui, por não apresentar a ilustração da versão final).

Em seguida, o revisor busca se certificar sobre a expressão “grandes moradas”, se “É este mesmo o termo?”, conforme a Figura 48, que apresenta, ainda, outra categoria de interação.

Figura 48 - Terminologia: verificação I

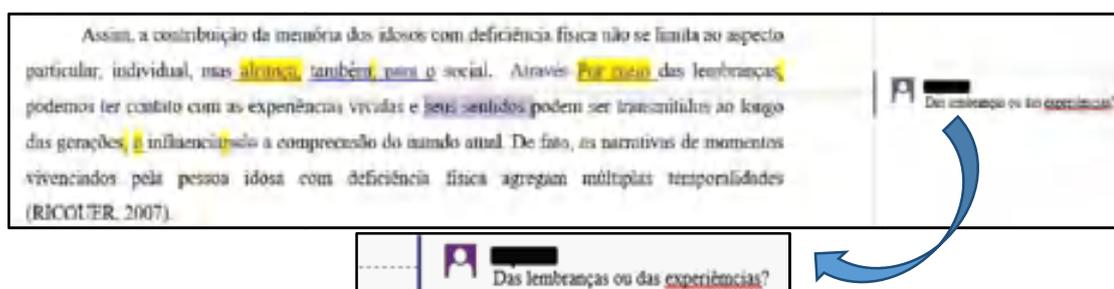


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Quando visitamos o mesmo trecho, na versão original, vemos que o autor não modificou a construção e que manteve a expressão “grandes moradas”. Neste caso, quanto à expressão, A1 baseou-se nas referências de outro autor que, possivelmente, adota o mesmo conceito ou um conceito sinônimo, o que não representa problemas.

Na interação seguinte, conforme a Figura 49, R1 se detém sobre o trecho “Através das lembranças, podemos ter contato com as experiências vividas e **seus sentidos** podem ser transmitidos ao longo das gerações, influenciando a compreensão do mundo atual” e, sobre a expressão destacada em negrito, questiona se se trata “Das lembranças ou experiências [sic]”.

Figura 49 - Terminologia: relação com outros termos



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

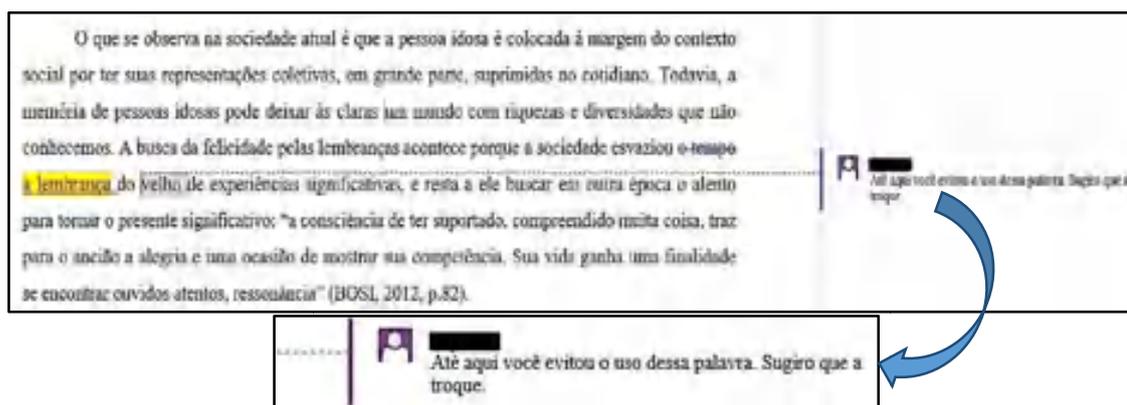
Acreditamos que o revisor tenha perguntado isso em virtude de as *lembranças* serem transmitidas por meio das narrativas que constituem a memória dos idosos e não as experiências, uma vez que estas são fatos vividos no passado, embora também possam produzir sentidos. Por certo, R1 identifica ambiguidade no trecho, por isso questiona o autor, a fim de ele próprio esclareça a questão, ao ajustar a construção, tornando-a mais objetiva.

Como pudemos constatar na versão original, não houve nenhum tipo de ajuste/modificação da informação, para evitar a ambiguidade notada pelo revisor. De acordo com Ilari e Geraldi (1995), a ambiguidade não resulta de palavras de duplo sentido, pois é a estrutura sintática que possibilita essa duplicidade de interpretações; assim, ao nosso ver, foi

justamente a estruturação sintática do período que possibilitou essa dupla compreensão de R1, o qual poderia ter sido também mais objetivo, alegando que a construção permite duas possibilidades de sentido que poderiam ser evitadas por meio de algum ajuste; além disso, o revisor poderia ter apresentado alguma sugestão.

No caso de interação representado pela Figura 50, a seguir, R1 observa no trecho “A busca da felicidade pelas lembranças acontece porque a sociedade esvaziou o tempo do **velho** de experiências significativas, e resta a ele buscar em outra época o alento para tornar o presente significativo [...]” que A1 utilizou uma palavra que considera inadequada. Em suas palavras, sobre o vocábulo “velho”: “Até aqui você evitou o uso dessa palavra. Sugiro que a troque”. Além de chamar a atenção para o vocábulo, R1 também suprime a expressão “o tempo” por “a lembrança”, a fim de adequar o trecho.

Figura 50 - Terminologia: sugestão de substituição

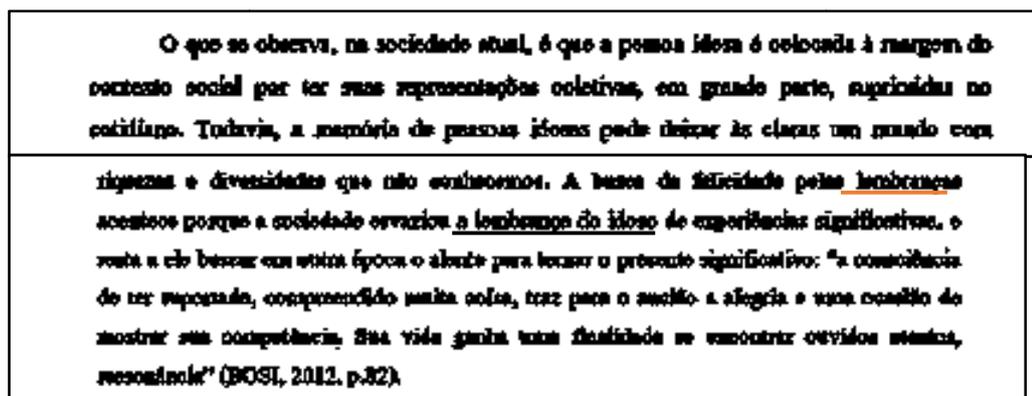


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ressaltamos que a escolha das palavras se relaciona com aquilo que se pode ou não evocar no interlocutor, isto é, se efeitos de sentido positivos e/ou negativos, se precisos e/ou imprecisos etc., como no caso do termo ‘velho’.

Ao verificarmos a versão finalizada, percebemos que A1 aceitou a substituição de ‘tempo’ por ‘lembrança’, porém criou uma repetição, pois já havia o registro da palavra, conforme sublinhado na cor laranja, na Figura 51, que se segue. Teria sido interessante registrar “memórias” na primeira ocorrência de “lembranças” (“A busca da felicidade por meio das memórias acontece...”), para evitar a repetição. Quanto ao vocábulo “velho”, que até então tinha sido evitado, como apontou o revisor, A1 substituiu por “idoso” – termo apropriado.

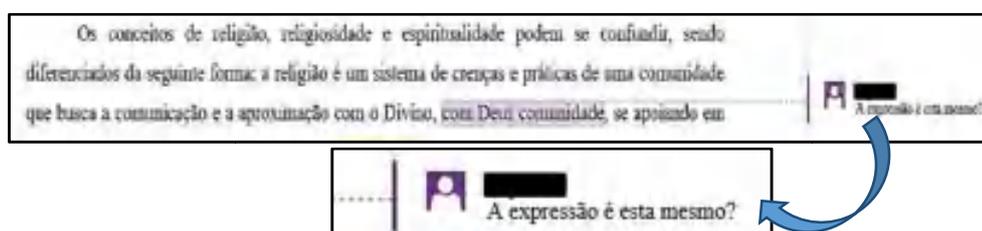
Figura 51 - Ajuste de terminologia: sugestão de substituição



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Em nossa última interação da categoria terminologia (Figura 52), R1 questiona se “A expressão é esta mesmo?”, referindo-se ao trecho “com Deus comunidade”, o qual soa bastante estranho, ao ser lido, em razão de sua estruturação sintática (ILARI; GERALDI, 1995).

Figura 52 - Terminologia: verificação



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Pensando nos fatores de textualidade, na estruturação do excerto analisado, acreditamos que, se fosse intenção do autor registrar “com Deus e com a comunidade”, nesse caso a ligação entre os termos estaria comprometida, pela falta dos elos necessários, prejudicando, assim, a coerência textual (COSTA VAL, 1999; MARCUSCHI, 2008); porém, na linha antecedente, A1 já havia mencionado a comunidade, sendo mais adequada a supressão da palavra. Ao verificarmos a versão final, constatamos que o autor ajustou o trecho por meio da supressão do termo ‘comunidade’, próximo a ‘Deus’.

Como vimos, as interações nas quais os parceiros negociam a respeito da pertinência ou não de alguns termos, em nossa primeira tese, dependem bastante do conhecimento de mundo, levando-se em consideração os fatores contextuais (aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, intertextualidade e intencionalidade) e dos aspectos linguísticos, em se tratando dos fatores cotextuais (coesão e coerência), como propõe Marcuschi (2008), além de

aspectos de natureza conteudista, dos quais o revisor pode não ter conhecimento, uma vez que o revisor faz questionamentos sobre aquilo que lhe soa desconexo, incoerente, pouco informativo ou aceitável, lidando com aquilo que pode ter sido ou não intenção do autor, no intuito de construir sentido e contribuir para a efetividade do texto – que chegará a outros leitores.

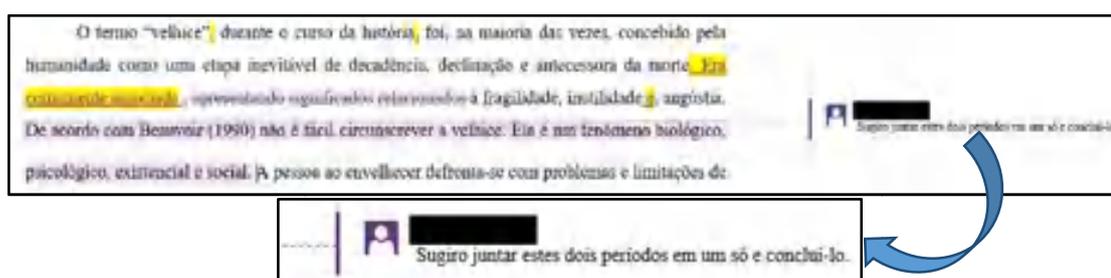
Passamos, agora, à categoria reformulação.

e) Reformulação

Conforme dissemos, não há entre os estudiosos da linguagem e profissionais do texto um consenso sobre a reescrita, a retextualização, a edição (RIBEIRO, 2010); diante disso, para não nos prendermos a uma ou outra definição, optamos por definir esta categoria como reformulação: casos em que os revisores solicitam aos autores que façam um retorno sobre determinado ponto do texto, a fim de ‘refinar’ o sentido.

Dessa maneira, em nossa primeira ocorrência de reformulação, R1 chama atenção de A1 para o trecho, sugerindo que sejam feitas duas coisas: juntar os “dois períodos em um só e concluí-lo”. O trecho em destaque diz o seguinte: “De acordo com Beauvoir (1990) não é fácil circunscrever a velhice. Ela é um fenômeno biológico, psicológico, existencial e social”, conforme ilustra a Figura 53.

Figura 53 - Reformulação de período I



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

O modo como as ideias foram pontuadas e apresentadas, ainda que não dificultem a compreensão, não nos permite afirmar qual seja a razão da dificuldade de circunscrição da velhice, no entanto, podemos inferir que seja pelo fato de ser um fenômeno enquadrado em diferentes categorias (biológica, psicológica, existencial e social), ainda que isto não tenha sido dito de forma objetiva. O revisor, diante dessa inferência, sugere ao autor que as ideias

sejam unidas (coesão) e concluídas (coerência), tornando o texto mais propício à compreensão de seu interlocutor (COSTA VAL, 1999; MARCUSCHI, 2008).

Assim, de acordo com a Figura 54, vemos que A1 acatou a sugestão de R1, conectando os dois períodos, mediante a inserção de ‘pois’, funcionando, aqui, como uma conjunção explicativa; além disso, A1 inseriu o trecho “que envolve múltiplos fatores como o”, complementando o efeito de sentido pretendido, intencionado por ele.

Figura 54 - Ajuste de reformulação de período I

~~morte. Era geralmente associada à fragilidade, inutilidade e angústia. De acordo com Beauvoir (1990), não é fácil compreender a velhice, pois é um fenômeno que envolve múltiplos fatores como o biológico, psicológico, existencial e social. A busca no envelhecer~~

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Na interação seguinte, conforme a Figura 55, em relação ao trecho “O século XVI se caracterizou por uma pela violência e um ataque **contra a velhice** devido a adoração e o culto da beleza e juventude”, R1 questiona se se trata de “Ataque à velhice ou às pessoas velhas?”, afirmando que “É bom refazer esse período para deixar a ideia mais clara”.

Figura 55 - Reformulação de período II

social.
 O século XVI se caracterizou por uma **pela** violência e um ataque **contra a velhice** devido a adoração e o culto da beleza e juventude. Erasmo de Roterdã, em sua obra “Elogio da Loucura” **concebia a velhice** como uma carga e a morte como necessária. Ele considerava que a loucura era o único remédio contra a velhice. Nos séculos XVII e XVIII ocorreram avanços no campo da

[?] **Ataque à velhice ou às pessoas velhas? É bom refazer esse período para deixar a ideia mais clara.**

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Percebemos, assim, que, para R1, “velhice” e “pessoas velhas” são entendidas como categorias distintas, ou seja, a primeira, uma fase, uma condição e, a segunda, a caracterização do indivíduo que se encontra em fase distinta em relação à criança e ao adulto.

Ao verificarmos a versão final, trecho ilustrado na Figura 56, a seguir, notamos que A1 não atentou para a sugestão de R1, uma vez que manteve o trecho intacto, o que pode estar relacionado com o fato de que, possivelmente, era sua intenção afirmar que se trata de preconceito contra toda uma categoria ou, ainda, para ele, sejam expressões sinônimas, produzindo o mesmo efeito, pois, como informa Marcuschi (2008), a intencionalidade é um fator que se relaciona com os objetivos pretendidos pelo autor do texto. Além disso, R1 havia

modificado, no início do parágrafo, o trecho ‘por uma’, substituindo-o por ‘pela’ – mudança rejeitada, também, pelo autor.

Figura 56 - Ajuste de reformulação de período II

O século XVI se caracterizou por uma violência e um ataque contra a velhice devido à adoração e o culto da beleza e juventude. Erasmo de Roterdã, em sua obra *Elógio da Loucura*, concebia a velhice como uma carga e a morte como necessária. Ele considerava que a loucura era o único remédio contra a velhice. Nos séculos XVII e XVIII ocorreram avanços

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Em seguida, o revisor questiona o autor sobre a significação de uma palavra, ou seja, ‘eliminadas’, e pergunta se não seria “Mortas?” (Figura 57). Conforme temos afirmado, o significado das palavras não está preso ao dicionário, mesmo assim, de acordo com os dicionários, o vocábulo eliminar possui significado de matar. Entretanto, reafirmamos que as palavras ganham sentido com base em seus usos, na interação entre os indivíduos (MARCUSCHI, 2008), ou seja, A1, ao tratar da cultura espartana relacionada à saúde e beleza, revela que não se tratava de algo relacionado ao ato considerado criminoso de matar, mas de um costume, para o qual não havia a terminologia e definição de leis que o enquadrassem como infanticídio; portanto, para A1, no contexto relatado, não parece adequado falar em matar, em morte, mas em eliminação, a fim de evitar um anacronismo.

Figura 57 - Reformulação: vocábulo

antiguidade nas sociedades Indiana, Grega e Romana. Em Esparta, sabe-se que, devido ao culto de um corpo atlético e perfeito, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram abandonadas ou eliminadas (SILVA, 1987; PESSOTTI, 1984). Acreditava-se na crença de que as deficiências eram causadas por espíritos e forças sobrenaturais.

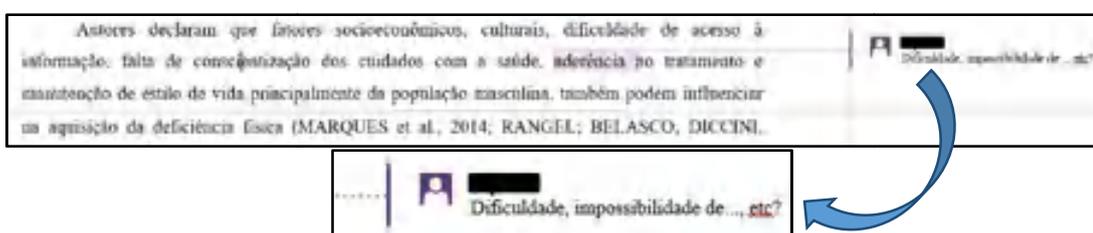
Mortas?

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Embora o revisor não tenha solicitado a reformulação do trecho, de forma objetiva, para nós, ter feito seu questionamento por meio de um sinônimo pode significar uma sugestão de alteração, de mudança de uma palavra para outra, agindo sobre o efeito de sentido da informação; desse modo, ao propor ‘mortas’ em lugar de ‘eliminadas’, R1 sugere uma substituição/reformulação que acarretaria prejuízos à produção, porém, sendo uma questão relacionada ao conteúdo, coube ao autor manter o que era sua intenção inicial (‘eliminadas’), conforme verificamos na versão final da tese.

Em seguida, R1 questiona o autor, novamente, utilizando-se de sua sugestão para preencher uma possível lacuna no trecho, pois A1 elenca uma série de fatores que, em suas palavras, “podem influenciar na aquisição da deficiência física”, representando carências quanto ao “acesso à informação, falta de conscientização” e, quando registra “aderência ao tratamento”, parece estar faltando uma palavra que apresente essa ideia de dificuldade, de falta, de carência – ao que R1 pergunta: “Dificuldade, impossibilidade de..., etc?”, como ilustra a Figura 58, que se segue.

Figura 58 - Reformulação: complementação de ideia

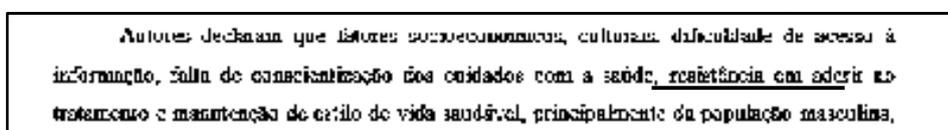


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Portanto, do modo como a estrutura se apresenta, podemos compreender que a adesão ao tratamento de saúde pode ter influência no desenvolvimento de deficiência física, ainda que não seja esta a intenção de A1, como bem observou o revisor, sendo, então, necessário retornar ao trecho, a fim de rever o que fora registrado, reformulando-o. Dessa forma, para tornar coerente a informação, é preciso uma operação na superfície textual, sua coesão, no intuito de ajustar o registro do autor à sua intenção, tornando-o aceitável ao leitor (papel assumido pelo revisor, nesse momento), calibrando, refinando a abertura para o sentido (COSTA VAL, 1999; MARCUSCHI, 2008; ANTUNES, 2010).

Assim, após ser alertado por R1, A1 reformula o trecho, conforme sublinhado na Figura 59, registrando, agora: “resistência em aderir ao tratamento”, sendo este um fator propiciador para a aquisição de deficiência, e não a adesão, como constava antes. Nesta interação, verificamos, de forma mais saliente, o acionamento dos fatores de textualidade na construção de sentidos pelo revisor, na identificação de desvios e negociação com o autor, e em seus ajustes.

Figura 59 - Ajuste de reformulação: complementação de ideia

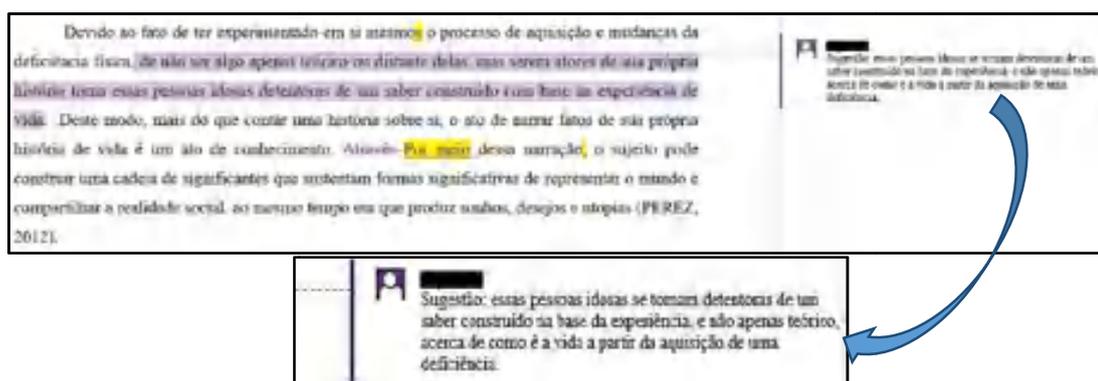


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Nossa próxima interação difere das anteriores, quanto à atitude de R1, uma vez que, dessa vez, não questiona se se trata daquilo mesmo, nem identifica uma lacuna, ou sugere outro vocábulo, mas apresenta uma proposta de reformulação para um trecho inteiro, uma reescrita do que fora registrado pelo autor, quando diz: “Sugestão: essas pessoas idosas se tornam detentoras de um saber construído na base da experiência, e não apenas teórico, acerca de como é a vida a partir da aquisição de uma deficiência”.

A sugestão apresentada por R1 refere-se ao trecho: “de não ser algo apenas teórico ou distante delas, mas serem atores de sua própria história torna essas pessoas detentoras de um saber construído com base na experiência de vida”, sobre o saber construído pela própria experiência. Notemos que se trata de um período longo, no qual são utilizadas muitas palavras para dizer uma mesma coisa, como se estivesse ‘dando voltas’; daí a sugestão de reformulação proposta por R1, o qual apresenta sua compreensão, reformulando o trecho (Figura 60).

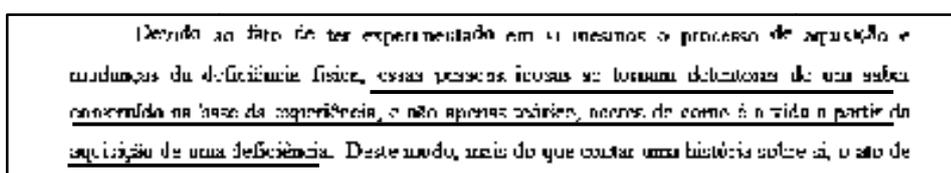
Figura 60 - Reformulação: sugestão I



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Sobre a atitude de A1, em resposta a R1, apresentamos a Figura 61, ou seja, ele acatou a sugestão, substituindo seu escrito pela reformulação do revisor, uma vez que representa uma sintetização, reorganização do que fora dito por ele, tendo sido conservado o sentido; não fosse assim, ele (o autor) teria rejeitado a sugestão ou modificado alguma coisa nela.

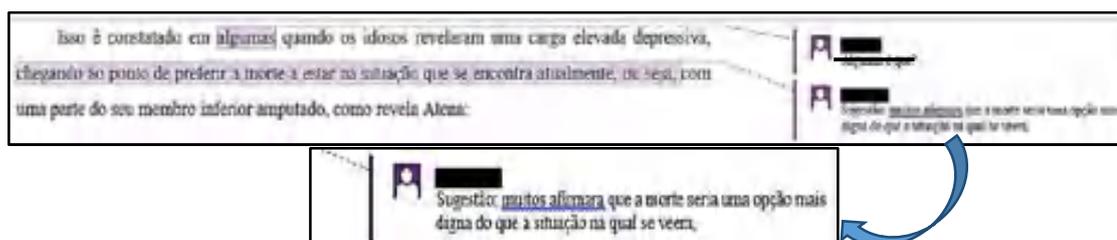
Figura 61 - Ajuste de reformulação: sugestão I



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

A interação seguinte, por sua vez, assemelha-se à anterior, pois o revisor apresenta, novamente, uma proposta de reformulação do trecho, ao destacá-lo. Assim sendo, para o excerto “chegando ao ponto de preferir a morte a estar na situação em que se encontra atualmente, ou seja,” R1 propõe que se registre: “muitos afirmara [sic] que a morte seria uma opção mais digna do que a situação na qual se veem” (Figura 62).

Figura 62 - Reformulação: sugestão II



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Esta interação nos leva a refletir a respeito do pilar do gênero estilo de linguagem: sendo a tese de doutorado um gênero secundário, portanto mais complexo, mais elaborado, e que circula em um domínio discursivo em que a linguagem obedece à norma considerada de prestígio (BAKHTIN, 1997, 2011; MARCUSCHI, 2008), uma vez que o trecho em questão soa um tanto coloquial, em virtude de o autor fundar-se em depoimentos dos entrevistados em sua pesquisa para tecer considerações. Portanto, acreditamos que a sugestão de R1 tenha decorrido dessa aparência de oralidade detectada nas palavras do autor; assim, se pensarmos na situacionalidade “como um critério de adequação textual”, como sugere Marcuschi (2008, p. 129), veremos que o revisor (e professor de língua portuguesa), sendo, também, um conhecedor dos gêneros textuais (OLIVEIRA, 2016), é capaz de verificar esse tipo de inadequação.

Além disso, com base nesse excerto, sobre a reformulação do dito do autor, sem modificar seu sentido, mas, sim, a construção, a estrutura, o modo como diz e não aquilo que diz (o conteúdo), podemos refletir, ainda, sobre a questão da autoria (POSSENTI, 2001; 2002) sob a perspectiva do revisor, isto é, quando se debruça sobre uma construção como a que vimos e sugere modificações, desde que preservem o sentido, o revisor está atuando sobre a manifestação de alguma peculiaridade, individualidade do autor, que, de alguma maneira se distancia do gênero e é “arrastado” pelo revisor, que, muitas vezes, procura “apagar” esse

autor, como quando, no início da tese, R1 suprimiu a aparição do “eu”, em nossa primeira tese³².

Constatamos que A1 acatou a sugestão de reformulação apenas em parte, visto que reformulou praticamente todo o trecho: juntou o parágrafo com o antecedente, deslocou o trecho final, no qual introduzia a ‘fala de Atena’, para o início do período, e aproveitou da sugestão de R1 somente o trecho sublinhado na Figura 63, correspondente à versão final.

Figura 63 - Ajuste de reformulação: sugestão II

incapazes. Isso é constatado na fala de Atena quando revela sentimentos depressivos ao afirmar que o mar é uma opção mais digna do que a situação na qual se encontra atualmente, ou seja, com uma parte do seu membro inferior amputado.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Em nossa última interação referente à reformulação, apresentamos parte de um parágrafo em que R1 faz mais de uma observação, pertencentes a categorias distintas, além de ajustes, como exclusão/substituição. Neste momento, interessa-nos apenas a interação na qual o revisor informa: “Estas palavras foram substituídas para evitar o eco criado com a repetição do som ‘ão’ no final das três palavras”. E acrescenta: “Se o sentido que pretendia foi alterado, desconsidere”, conforme mostra a Figura 64.

Figura 64 - Reformulação: evitar ‘eco’

deficiência física, ~~estas~~ ainda são vistas pelo que não tem, ou pelo que elas não são. Essa situação de negação pode ter como consequência ~~a~~ afastamento e exclusão marginalização e ~~o~~ isolamento discriminação devido a construção ~~do~~ seu estigma e preconceito. Diante de uma deficiência adquirida recentemente, Martins e Basaglia (2011) chegaram a ~~a~~ conclusão que a consciência de

Estas palavras foram substituídas para evitar o eco criado com a repetição do som “ão” no final das três palavras. Se o sentido que pretendia foi alterado, desconsidere.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Portanto o trecho encontrava-se do seguinte modo: “ter como consequência a exclusão, marginalização e discriminação”. Após as alterações, foi registrado: “ter como consequência o afastamento, a marginalização e o isolamento”. Ressaltamos que, assim como o próprio recurso da repetição de vocábulos, ou trechos inteiros, a repetição de sons pode representar uma qualidade em textos literários e/ou musicais, porém em gêneros acadêmicos,

³² Sobre a supressão da primeira pessoa do singular (eu), ver Figura 13, na página 91.

como a tese de doutorado, considerados mais formais e científicos, isso pode representar um problema, um desvio (COSTA VAL, 1999).

No entanto, neste caso, não sabemos se foi prudente e adequada a reformulação do trecho, com substituição dos vocábulos por sinônimos, pois, nem sempre, eles possuem os mesmos sentidos, uma vez que a significação mantém dependência com o contexto (MARCUSCHI, 2008). De qualquer forma, independentemente de ter sido adequada, ou não, essa reformulação, ao verificarmos a versão final, constatamos que todo o trecho foi suprimido pelo autor, pois fizemos uma busca textual por trechos dele e não o encontramos – na revisão, a palavra final pertence sempre ao autor (D’ANDREA; RIBEIRO, 2010).

Como vimos, nas interações referentes à categoria reformulação, ao questionar o autor, ao fazer sugestões, ao identificar lacunas e/ou excessos, R1 ‘convida’ A1 a um retorno ao texto, a fim de rever o seu dito e atuar sobre ele, modificando-o, complementando-o, porém, procurando preservar o sentido. Desse modo, ao analisar o texto e identificar desvios, notamos que o revisor atua muito mais sobre o *como* do que sobre *aquilo que o autor diz* (POSSENTI, 2002; 2001), visto que o conteúdo, por vezes, lhe escapa, mas o modo como esse conteúdo é transmitido, é escrito torna-se o foco de sua atenção – especialmente o pilar estilo do gênero (BAKHTIN, 2011).

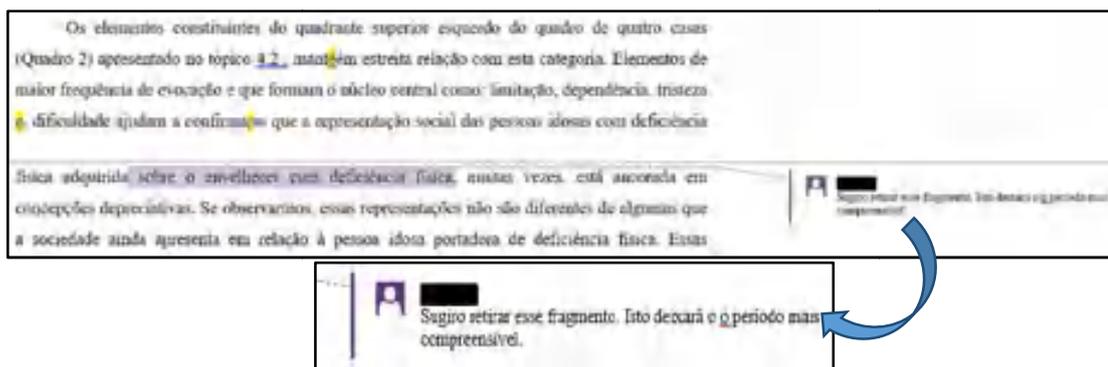
Dando seguimento às nossas análises, na categoria seguinte verificamos interações definidas como exclusões.

f) Exclusão

Esta categoria foi assim definida, principalmente, em virtude de os próprios revisores, tanto na primeira como na segunda tese, solicitarem a supressão de algum trecho do texto, seja por considerarem desnecessários ou por se repetirem, uma vez que na condição de leitores profissionais são capazes de identificar questões como essas, propondo caminhos a serem seguidos pelos autores (SALGADO, 2017; OLIVEIRA, 2016).

Dessa forma, conforme nossa primeira interação, representada pela Figura 65, R1 sugere ao autor a exclusão, o apagamento de um trecho, em suas palavras: “Sugiro retirar esse fragmento”, sob a justificativa de que “Isto deixará o o [*sic*] período mais compreensível”, referindo-se ao excerto, em negrito, dentro do trecho “[...] limitação, dependência, tristeza e dificuldade ajudam a confirmar que a representação social das pessoas com deficiência física adquirida **sobre o envelhecer com deficiência física**, muitas vezes, está ancorada em concepções depreciativas”.

Figura 65 - Exclusão de fragmento



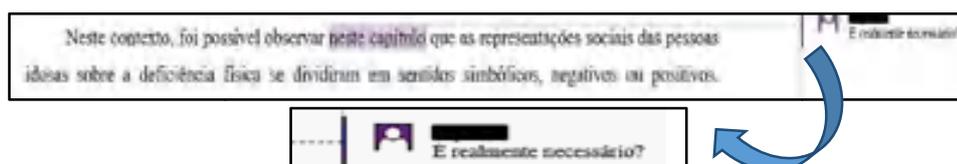
Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ao afirmar que a retirada do fragmento deixará o texto mais compreensível, R1 está chamando atenção, também, para a repetição da expressão ‘deficiência física’, muito próxima uma da outra, deixando o texto redundante e confuso. Ressaltamos que o registro de expressões e/ou ideias reiteradas vezes acaba não contribuindo para a informatividade do texto, mas pode torná-lo cansativo, no caso de gêneros como os acadêmicos (SERRANO, 2011).

Assim, ao verificarmos a versão final, vimos que A1 manteve o trecho como estava, ou seja, não excluiu o fragmento, conforme aconselhou R1. Se o revisor tivesse apontado a repetição de ‘deficiência física’, é possível que o autor tivesse reformulado sua escrita, pois, como vimos, apenas o primeiro caso de repetição foi negligenciado, tendo sido todos os outros ajustados.

Já na interação seguinte, segunda e última da categoria exclusão, R1 questiona a respeito de “neste capítulo”, se “É realmente necessário?”. Ao perguntar isto, R1 não espera um ‘sim’ ou ‘não’, mas está implícita sua proposta de exclusão, pois se o próprio revisor considerasse a informação importante não estaria lançando a pergunta, como ilustra a Figura 66.

Figura 66 - Exclusão de informação



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Para A1, então, parecia relevante informar que “Neste contexto”, no início do parágrafo, se tratava da discussão apresentada no capítulo em questão, porém para o leitor-

revisor essa informação é irrelevante, pois, com base na leitura do capítulo, ele demonstra ter condições suficientes para compreender qual seja ‘este capítulo’, sem a necessidade desse dado. De acordo com Marcuschi (2008), a informatividade diz respeito ao grau das informações dadas ao leitor e àquilo que se espera por parte do leitor; neste caso, o que o autor acreditava ser importante, para o revisor, ao simular esse lugar de público-alvo, era desnecessário. Desse modo, conforme verificamos na versão final, A1 excluiu o trecho de seu texto.

De acordo com nosso pensamento, sobre o texto apresentar camadas, propomos, no caso de nossa segunda tese, que a exclusão, juntamente com a repetição, a terminologia e a reformulação, faz parte das camadas intermediárias do texto, no tocante ao processo de revisão.

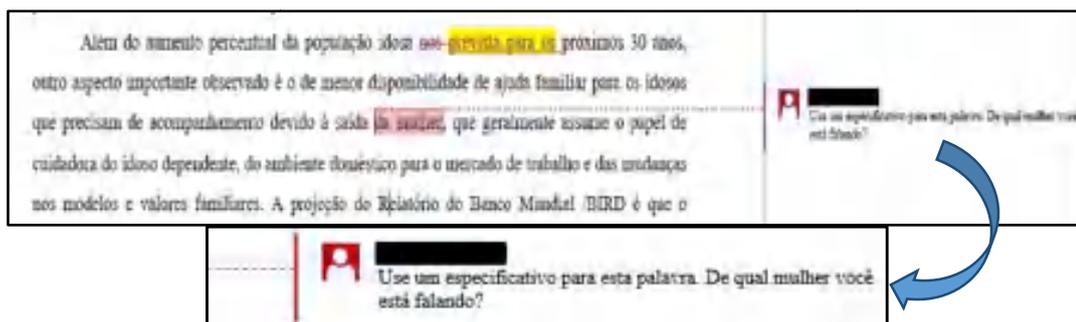
A seguir, veremos as interações classificadas como “especificação”, conforme observações do próprio revisor – categoria identificada apenas na primeira tese.

g) Especificação

Esta categoria foi identificada somente na primeira tese, com base nas palavras do próprio revisor que, por vezes, solicita que o autor seja mais específico, informando, ainda, a falta de clareza (o que, para nós, significa falta de objetividade, pois não se trata de total incompreensão, mas a falta de informações consideradas relevantes), lançando perguntas, a fim de obter informações que, para ele, na condição de leitor, são essenciais para a compreensão do trecho. Embora estejamos nos referindo a solicitações de informações, para preencher possíveis lacunas, não estamos considerando a informatividade de um texto sob a perspectiva de unidades informacionais, mas de sua importância para o todo textual (MARCUSCHI, 2008).

Dessa forma, em nossa primeira interação, R1 não informa ser o trecho confuso ou incompreensível, porém aconselha a inserção de novas informações, isto é, no período “[...] outro aspecto importante observado é o de menor disponibilidade de ajuda familiar para os idosos que precisam de acompanhamento devido à saída **da mulher**, que geralmente assume o papel de cuidadora do idoso dependente [...]”, o revisor procura saber à qual categoria de mulher (expressão em negrito no trecho) A1 se refere, pedindo para que “Use um especificativo para esta palavra”, uma vez que ‘a mulher’ pode ser a esposa, a filha, uma parenta, uma enfermeira etc., não deixando clara para o leitor a relação que aí se estabelece (Figura 67).

Figura 67 - Especificação de informação I



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Nesse contexto, dizemos que o revisor ‘alerta’ para o que seria um dos indícios de autoria propostos por Possenti (2001; 2002), ou seja, saber se posicionar no processo de enunciação, sem deixar para o leitor a tarefa de julgar do que se trata determinada informação, para que sua atividade inferencial não seja dificultada, em virtude de dados incompletos ou imprecisos. Ressaltamos o fato de que o parágrafo em questão não foi encontrado na versão final, tendo sido suprimido, deslocado ou mesmo ‘diluído’ em outra seção/parte da tese³³, por isso não temos como saber qual foi (ou teria sido) o procedimento do autor.

Ainda sobre os indícios, pistas da presença autoral, com base nas contribuições de Possenti (2001; 2002), o qual acredita haver a possibilidade de autoria em textos que não sejam necessariamente uma obra em circulação, abrindo espaço para se pensar a autoria em variadas esferas, cremos que quanto às outras pistas: dar voz a outros enunciados, manter distância do próprio texto, evitar a mesmice, proporcionando uma avaliação do autor do discurso, elas possam ser identificadas. Para Possenti (2002), um importante aspecto a ser observado nos textos não é apenas *o que é dito*, mas, sim, *como é dito*.

Dessa forma, quando nos referimos a *dar voz a outros discursos*, no caso da tese de doutorado, podemos ilustrar esse indício por meio do diálogo que esse gênero acadêmico mantém com outros textos, no intuito de validar e conferir autoridade à pesquisa do doutorando (MOTTA-ROTH, HENDGES, 2010; SERRANO, 2011), mediante a utilização de uma bibliografia que possua relação com a pesquisa. Além disso, as próprias escolhas lexicais do autor, como no caso dos verbos chamados verbos de citação (MOTTA-ROTH, HENDGES, 2010), por exemplo, indicam uma maneira particular de estar na escrita, uma vez que, ao utilizar verbos como “sugere”, “explica”, “estabelece” (como sublinhados na Figura 68, a seguir), no diálogo com outros enunciadores, esse autor demonstra um tipo de avaliação do discurso.

³³ Não sendo nossa intenção ler a tese inteira, pois o foco de nossas análises são os balões interativos, optamos por considerar o trecho em questão ausente na versão final.

Figura 68 - Índicios de autoria na tese de doutorado

O filósofo Adorno (1971), em sua obra: *La Naturaleza del Prejuicio*, estabelece uma afinidade entre preconceito e estereótipos a partir da consequência da desigualdade entre o processo de categorização e o preconceito. A categoria é a generalização pré-concebida para classificar algo, como por exemplo, categorias de "pessoas com deficiência física", como um conceito abstrato. Os estereótipos são imagens e juízos atribuídos a esta categoria, como incompetente, inerte, dependente. O estereótipo seria uma marca fixa sobre uma categoria, servindo para associação ou exclusão de um grupo social. Esse autor definiu o preconceito como uma atitude negativa em relação a uma pessoa, baseada na noção de que ela tem as características negativas atribuídas a sua determinação grupal.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ademais, Possenti (2002) elenca, ainda, uma outra pista importante: manter distância em relação ao próprio texto, evitando, assim, a ‘mesmice’; em outras palavras, na produção de uma tese, em virtude da necessidade de formalidade e impessoalidade características do próprio gênero acadêmico, o autor deve evitar sua aparição (ISKANDAR, 2012). Possenti (2002, p. 116) nos lembra que Bakhtin (1975) já havia dito que “metade do que dizemos diariamente são palavras de outrem”, desse modo, ao dar voz aos outros, evitando também a mesmice, é necessário, ao dialogar com outros enunciados/enunciadores, como na escrita de uma tese, empregar palavras que variem, não só em quantidade e diversificação, mas também nos modos de se construir o texto, a fim de não registrar ocorrências como “o autor diz”, “o autor fala”, o autor escreve”, por exemplo, mostrando ao leitor – seu interlocutor – que há ali uma verdadeira discussão sobre aquela matéria.

Seguindo com a análise da categoria “especificação”, nossa próxima interação revela a identificação de possíveis lacunas pelo revisor, em sua leitura, conforme a Figura 69. Assim, duas questões se colocam no trecho “Na sociedade romana os anciões tinham uma posição privilegiada e de autoridade, principalmente em relação aos membros **da família**. Nas sociedades antigas, ser o ancião era percebido como um privilégio sobrenatural que **lhe** concedia longevidade e estava associado à sabedoria e a experiência”, a partir da segunda linha, quais sejam: que seria “interessante especificar o motivo [dessa relação diferenciada]” e a necessidade de informar “A quem” se refere o pronome “lhe”.

Figura 69 - Especificação de informação II

Na Grécia Clássica, os idosos possuíam um lugar subalterno, sendo enaltecidos como a beleza, a força e a juventude. Na sociedade romana os anciões tinham uma posição privilegiada e de autoridade, principalmente em relação aos membros da família. Nas sociedades antigas, ser o ancião era percebido como um privilégio sobrenatural que lhe concedia longevidade e estava associado à sabedoria e à experiência. Assim também era **Ponto de vista semelhante ocorre** nas sociedades orientais, principalmente na China e Japão.

Com a queda do Império Romano, os idosos também foram perdendo o lugar de destaque no meio social. Nos períodos do Renascimento e do Barroco prevaleceu uma ideia da inevitável senilidade e do caráter deprimido da velhice.

Annotations on the right side of the text block:

- Interessante especificar o motivo.
- A quem?

Below the text block, there is a separate box containing the following text:

Interessante especificar o motivo.

A quem?

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Dessa forma, na condição de leitor profissional (SALGADO, 20017), R1 tem como objetivo identificar aquilo que pode representar lacuna, pois simula o papel de leitor-alvo do texto, fazendo os questionamentos que acredita serem pertinentes, como no primeiro comentário, em que solicita a especificação do motivo pelo qual a posição dos anciões era privilegiada em relação aos outros familiares, ou seja, seria isso em virtude dos costumes, tradições, crenças religiosas?

Oliveira (2016) destaca que as habilidades de leitura presentes no processo de revisão permitem ao revisor ler para compreender, a fim de avaliar e definir problemas (incoerências, ambiguidades, tom inapropriado etc.); assim sendo, acreditamos que, quanto ao segundo comentário do trecho da figura anterior, sobre a quem se refere o pronome pessoal “lhe”, tenha passado despercebida ao revisor sua relação com o “ancião”. Na Figura 70, a seguir, apresentamos o trecho, em sua versão final, na qual o autor não realiza nenhuma inserção ou modificação referente aos comentários de R1 e, além disso, ‘rejeita’ as alterações resolutivas, apenas juntando o parágrafo com o seguinte, uma vez que, na revisão, a palavra final será sempre do autor.

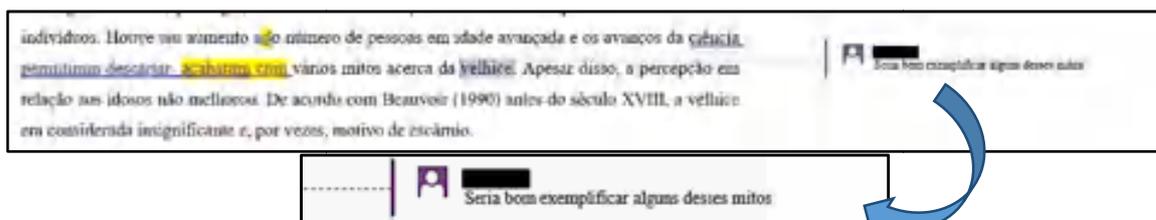
Figura 70 - Ajuste de especificação de informação II

Na Grécia Clássica, os idosos possuíam um lugar subalterno, sendo enaltecidos a beleza, a força e a juventude. Na sociedade romana, os anciões tinham uma posição privilegiada e de autoridade, principalmente em relação aos membros da família. Nas sociedades antigas o ancião era percebido como um privilégio sobrenatural que lhe concedia longevidade e estava associado à sabedoria e à experiência. Assim também era nas sociedades orientais, principalmente na China e Japão. Com a queda do Império Romano, os idosos também foram perdendo o lugar de destaque no meio social. Nos períodos do Renascimento e

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Na ocorrência seguinte (Figura 71), R1 propõe ao autor que “Seria bom exemplificar alguns desses mitos” referentes à ‘velhice’, buscando, como leitor, informações que considera relevantes para sua compreensão, a fim de preencher aquilo que ele identificou como uma lacuna, a falta de uma informação relevante ao leitor.

Figura 71 - Especificação: exemplificação

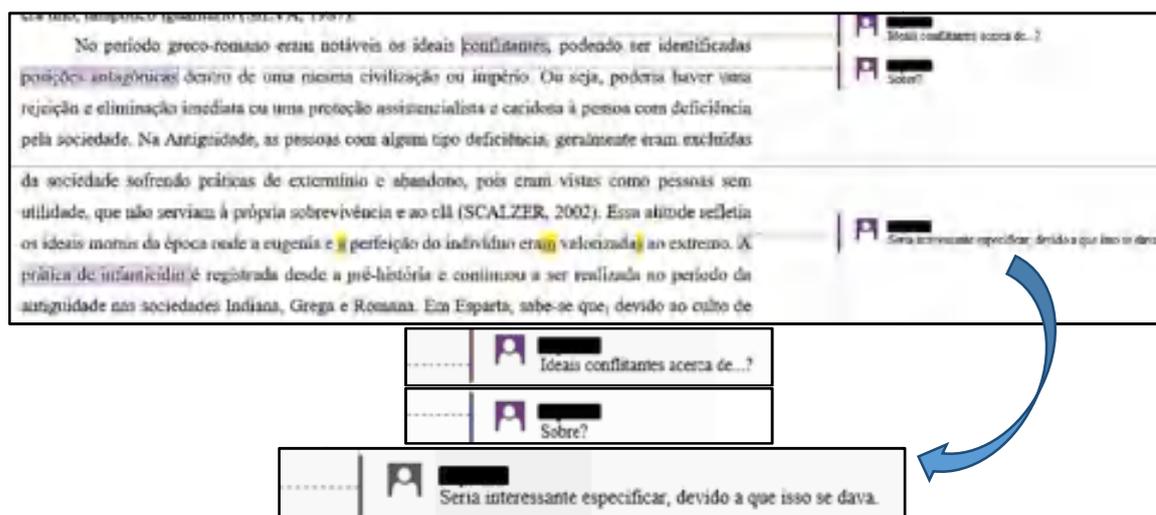


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Também neste caso, verificamos, conforme a versão final, que A1 manteve o trecho do mesmo modo, sem a inserção da informação solicitada pelo revisor; além disso, rejeitou as intervenções de tipo resolutivo.

Em novas interações, nas quais R1 busca informações, no intuito de promover maior clareza de ideias, por meio de questionamentos, seguem-se os seguintes comentários: “Ideias conflitantes acerca de...?”, “Sobre?” e “Seria interessante especificar, devido a que isso se dava”, em relação, respectivamente, aos “ideias conflitantes” de que trata, às “posições antagônicas” e à “prática de infanticídio” (Figura 72).

Figura 72 - Especificação: preenchimento de lacunas I

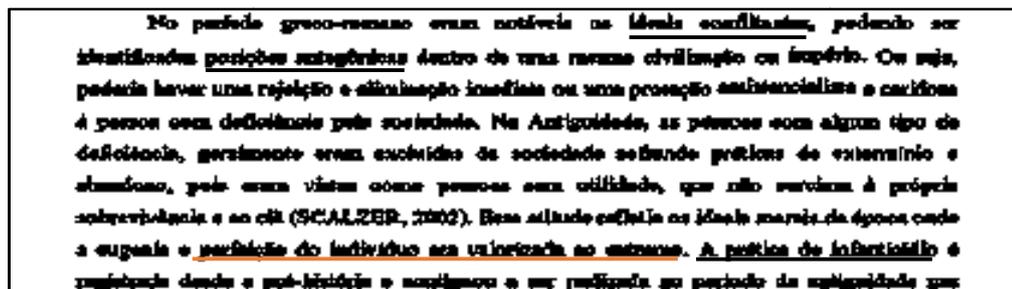


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

O revisor, portanto, apresenta três considerações que representam lacunas, a falta de informações, uma vez que o texto trata de fatos sócio-históricos conhecidos ao autor, provavelmente ao orientador e à banca, porém necessários ao revisor e, possivelmente, a alguns futuros leitores, como estudantes de graduação que, porventura, venham a utilizar o texto em suas pesquisas e estudos.

Ao observarmos o mesmo trecho na versão final (Figura 73), percebemos que, além de não fornecer as informações requisitadas pelo revisor, A1 rejeitou, também, a correção referente à concordância (sublinhado na cor laranja). Acreditamos que, diante da constatação de algumas ocorrências de rejeição dos ajustes de desvios gramaticais, o autor pode ter se confundido, rejeitando a alteração ao invés de aceitá-la, mediante navegação no texto possibilitada pelas ferramentas do *Word* que se relacionam com a ferramenta “Controlar Alterações”. Há entre os revisores uma preocupação com a ‘poluição’ visual causada por esse recurso, podendo prejudicar o autor, em alguns casos.

Figura 73 - Ajuste de especificação: preenchimento de lacunas I

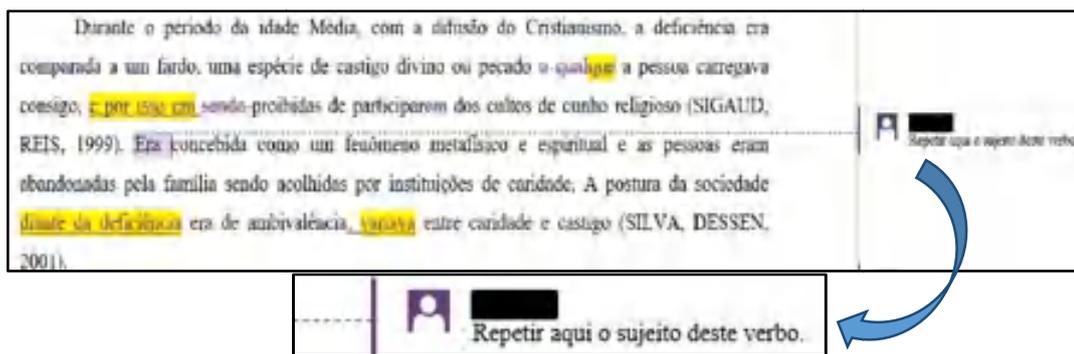


No período greco-romano eram notáveis as ideias conflitantes, podendo ser identificadas posições antagônicas dentro de uma mesma civilização ou império. Ou seja, poderia haver uma rejeição e eliminação imediata ou uma proteção assistencialista e cautelosa à pessoa com deficiência pela sociedade. Na Antiguidade, as pessoas com algum tipo de deficiência, geralmente eram excluídas da sociedade sobrando práticas de extermínio e abandono, pois eram vistas como pessoas sem utilidade, que não serviam à própria sobrevivência e ao cit (SCALZEB, 2002). Essa atitude refletia as ideias marcas da época onde a supun e participa do individuo em relação ao externo. A prática de infantiliz é regulada desde a pré-história e continua a ser reflexo no período da antiguidade greco

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Já a interação posterior, na tese, relaciona-se com o aspecto coesivo, ou seja, como ilustra a Figura 74, R1 pede a A1 para “Repetir aqui o sujeito deste verbo”, pois o período é iniciado com um verbo que permite recuperar vagamente seu antecedente em “Era concebida como um fenômeno metafísico e espiritual [...]”, no meio do parágrafo. O sujeito encontra-se elipsado, sendo possível recuperá-lo após uma nova leitura do trecho que o antecede, o que pode interromper a fluidez da leitura. É pensando no leitor que o revisor identifica problemas e propõe soluções/caminhos para o autor, como nesse caso em que a falta de um componente textual (o sujeito), seu registro explícito, pode dificultar a identificação daquilo a que a informação se refere – ‘a deficiência’.

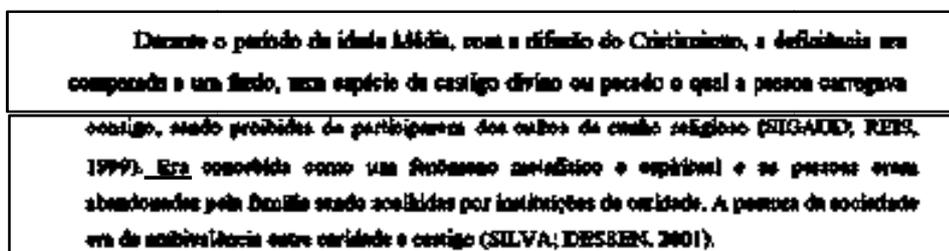
Figura 74 - Especificação: retomada de sujeito



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ao verificarmos a versão finalizada, como mostra a Figura 75³⁴, a seguir, notamos, mais uma vez, que o autor não retoma o sujeito, a fim de facilitar a leitura e compreensão do leitor, conforme aconselha o revisor de forma imperativa, e ainda rejeita as outras alterações promovidas por R1, mantendo o parágrafo em sua forma original. Desse modo, seria mais produtivo se o revisor sugerisse a palavra a ser inserida, ao invés de usar um termo gramatical, que pode ser opaco para o autor – não lhe diz nada.

Figura 75 - Ajuste de especificação: retomada de sujeito

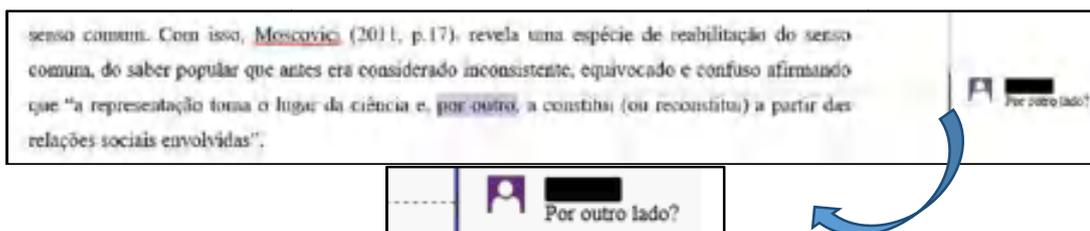


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

A ocorrência seguinte, por sua vez, apresenta a ocorrência de uma observação feita pelo revisor em um trecho de citação direta, registrado conforme o original, mas sendo uma importante questão a ser notada. No excerto “a representação toma o lugar da ciência e, **por outro**, a constitui (ou reconstitui) a partir das relações sociais envolvidas”, R1 desconfia da expressão “por outro”, se não seria, em suas palavras, “Por outro lado?”, acreditando estar incompleto; certamente no original deve haver o registro de “por um lado/por outro”, tendo sido a parte inicial desconsiderada pelo autor (Figura 76).

³⁴ Há um recorte na figura, pois no arquivo em PDF os trechos encontravam-se em páginas diferentes.

Figura 76 - Especificação: verificação de expressão

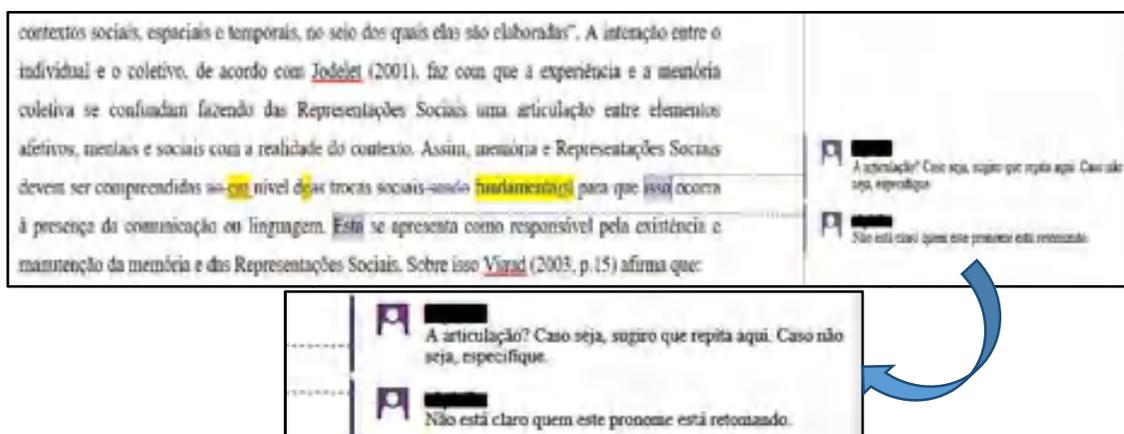


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

As expressões “por um lado/por outro lado” podem ser utilizadas para estabelecer um contraste entre proposições, sendo, portanto, um mecanismo de coesão e organização textual. Assim, a partir do questionamento do revisor, A1 atentou para o fato de ser desnecessária, visto que não havia em seu texto a intenção de contrapor ideias, mas, sim, complementar a proposição que vinha sendo desenvolvida por ele. Após verificarmos a versão final, vimos que o autor suprimiu a expressão, que deveria ter sido substituída pela simbologia ‘[...]’, conforme orientam as normas da ABNT, para supressões em citações.

O excerto seguinte, da tese, como mostra a Figura 77, apresenta duas interações, ou seja: “A articulação? Caso seja. Sugiro que repita aqui. Caso não seja, especifique” e “Não está claro quem este pronome está retomando”, referindo-se aos pronomes “isso” e “Esta”, respectivamente. Entretanto, ressaltamos que o funcionamento de ‘isso’ e ‘esta’, na tese, nesse contexto, não se dá na condição de pronome – classe gramatical –, mas de anáfora, de encapsulamento anafórico, ou seja, “um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto”, dando-se preferência aos determinantes demonstrativos (CONTE, 2003, p. 178).

Figura 77 - Especificação: esclarecimentos



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Para R1, essas anáforas, ou pronomes, como ele mesmo chama, mostram-se ambíguas, uma vez que ele, como leitor, não consegue relacioná-las àquilo a que se referem, qual porção precedente (CONTE, 2003). De acordo com a Figura 78, conforme trecho sublinhado, vemos que A1 reformulou todo o trecho sobre o qual R1 fez questionamentos, parafraseando suas próprias palavras, agora mais objetivas.

Figura 78 - Ajuste de especificação: esclarecimentos

opções sociais, espaciais e temporais, no solo das quais elas são elaboradas? A interação entre o individual e o coletivo, de acordo com Foucault (2001), faz com que a experiência e a memória coletiva se constituam ficando das Representações Sociais uma articulação entre elementos míticos, mágicos e sociais com a realidade do cotidiano. A presença da comunicação ou linguagem é responsável pela existência e manutenção de memórias e das Representações Sociais. Sobre isso, Vinod (2003, p.15) afirma que:

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Assim, conforme a Figura 79, que se segue, apresentamos outra interação na qual R1 solicita especificação a respeito de uma norma da qual se desviam aqueles que não se encaixam no padrão dos que cumprem e atingem metas relacionadas ao trabalho, em razão de doença: “É bom você citar qual norma”.

Figura 79 - Especificação de informação III

mercado de trabalho. Aquela pessoa que não estiver dentro dos padrões para cumprir e atingir metas, e não estiver apta para o trabalho e for classificada como doente, é considerado como um **desvio-desvio** da norma. Ele é uma ameaça à norma e a sua aceitação é a negação da normalidade enquanto único polo existencial (CANGUILHEM, 2009).

É bom você citar qual norma.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Em resposta ao questionamento de R1, A1 reformula a parte final do parágrafo, informando ser “a norma estabelecida pela sociedade capitalista”, além disso, aceita as pequenas alterações feitas pelo revisor, como mostra a Figura 80, adiante.

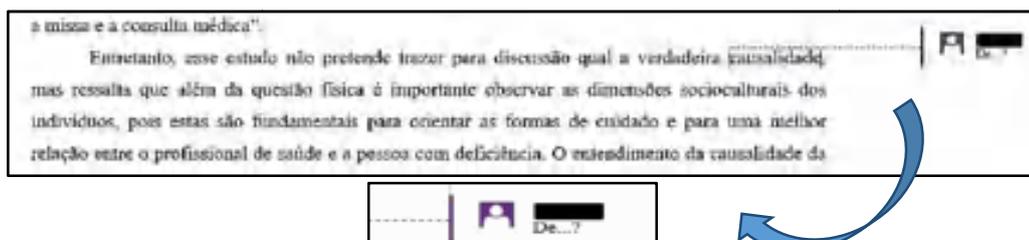
Figura 80 - Ajuste de especificação de informação III

trabalho. Aquela pessoa que não estiver dentro dos padrões para cumprir e atingir metas, e não estiver apta para o trabalho e for classificada como doente, é considerado como um desvio da norma estabelecida pela sociedade capitalista (CANGUILHEM, 2009).

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Na ocorrência seguinte (Figura 81), R1, desejando saber sobre o que seria a “verdadeira causalidade” mencionada pelo autor, pergunta: “[causalidade] De...?”, pois, em virtude de possuir um conhecimento mais aprofundado de questões gramaticais e de uso da língua, é capaz de identificar lacunas no texto (RODRIGUES, 2010).

Figura 81 - Especificação: preenchimento de lacuna II

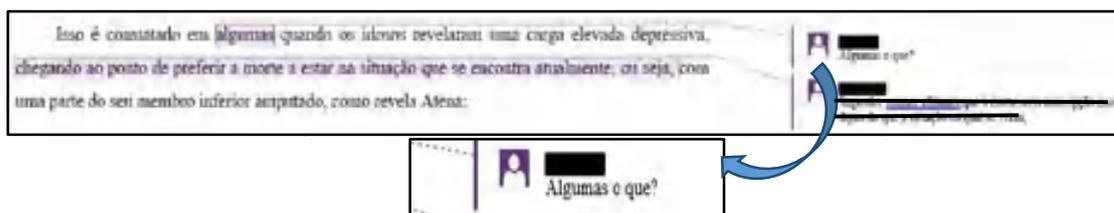


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Para solucionar essa questão, A1 reformula ‘verdadeira causalidade’, registrando “a causa da deficiência física”, permitindo ao leitor uma melhor compreensão, a partir do preenchimento de uma lacuna identificada pelo revisor.

Em seguida, R1 procura obter mais uma informação. Dessa vez, identifica não a falta de uma informação, mas de uma palavra, sendo, nesse caso, uma questão de coesão textual, de uma palavra que necessita ser registrada para manter a coerência textual (COSTA VAL, 1999; MARCUSCHI, 2008), pois A1 escreve: “Isso [retomando um dado precedente] é constatado em algumas quando os idosos revelaram [...]”, conforme a Figura 82.

Figura 82 - Especificação: preenchimento de lacuna III



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Percebemos, no ato da leitura, a falta de uma palavra que deveria acompanhar o pronome indefinido ‘algumas’, mas que não foi registrada. Assim, ao ser alertado por R1, o autor retorna ao texto, porém, ao invés de apenas incluir o que falta, ele reformula o trecho, uma vez que, além dessa interação, havia também uma sugestão de reformulação proposta pelo revisor. Desse modo, o trecho sofre alguns deslocamentos, o parágrafo é unido ao antecedente, mas a informação permanece sendo a mesma, ou seja, o estado emocional em

que se encontra uma entrevistada que teve um dos membros amputados: depressiva (Figura 83).

Figura 83 - Especificação: preenchimento de lacunas III

incapaz. Isso é constatado na fala de Azena quando revela sentimentos depressivos ao afirmar que a morte seria uma opção mais digna do que a situação na qual se encontra atualmente, ou seja, com uma parte do seu membro inferior amputado:

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Por fim, nossa última interação pertencente à categoria “especificação”, ilustrado pela Figura 84, apresenta um parágrafo com três interações, além de ajustes resolutivos destacados no texto. Interessa-nos, aqui, apenas o seguinte: “A quem você se refere com este pronome”, isto é, “do seu”.

Figura 84 - Especificação: questionamento

The image shows a screenshot of a text document with several annotations. The text discusses social discourse regarding physical disability. Annotations include: 'discriminação e exclusão' (highlighted in yellow), 'marginalização e [illegible]' (highlighted in pink), 'discriminação-devido a construção do ser estigma e preconceito' (highlighted in blue), and 'conclusão que a consciência de vir a ser "uma pessoa com deficiência" [illegible] conflitos e' (highlighted in green). To the right of the text, there are three small boxes containing redacted names. Below the main text, there is a separate box containing a question: 'A quem você se refere com este pronome?'. A blue arrow points from this question box to the text 'tratamos a possibilidade de [illegible] conflitos e'.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

De fato, a utilização do pronome torna o dado impreciso: seria a construção do estigma e preconceito da sociedade para com os idosos que possuem deficiência física ou construção do estigma e preconceito sofridos pelos idosos? Neste caso, é possível afirmar, ainda, que o trecho não é apenas impreciso, mas também ambíguo. Embora o texto seja uma proposta de sentido aberta a várias alternativas, como nos informa Marcuschi (2008), elas devem ocorrer dentro de um espectro de alternativas possíveis, que não devem se distanciar de forma extrema, imprecisa e ambígua, representando, no gênero acadêmico, um desvio.

Assim sendo, conforme verificamos na versão final, em decorrência desse e dos outros dois questionamentos do revisor, A1 reformulou toda a parte inicial do parágrafo, suprimindo o pronome, procurando manter a mesma ideia, ainda que parafraseando suas próprias palavras.

Portanto, como vimos, a categoria “especificação” apresenta interações nas quais o fator “informatividade” ganha relevância no processo de revisão, uma vez que, para compreender, para construir sentido(s), o revisor se vale de questionamentos, a fim de preencher lacunas no texto. Entretanto, por vezes, age como um professor-corretor, sendo impreciso em seus questionamentos (‘de...?’, ‘sobre?’ ‘Algumas o que?’), sem oferecer nenhuma sugestão, tendo, além disso, alguns ajustes resolutivos rejeitados pelo autor.

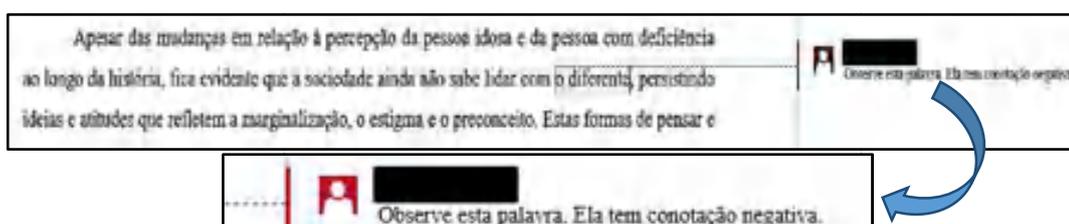
A seguir, apresentamos nossa última categoria de análise, definida como (in)compreensão, na qual os revisores explicitam, em suas palavras, a relação com o sentido.

h) (In)Compreensão

A categoria que definimos como “(in)compreensão” recobre as interações em que o revisor menciona sua maneira de compreensão ou sua não compreensão dos excertos, períodos considerados confusos e/ou sem sentido, tratando de questões que se aprofundam na negociação de sentidos, se comparadas a aspectos como os observados nas categorias “normalização”, “repetição”, “exclusão” ou “especificação”, tendo sido esta última muitas vezes rejeitada pelo autor. Nessa categoria, acreditamos ser possível observar, com maior nitidez, o acionamento dos fatores de textualidade, na negociação entre autor e revisor, a fim de fazer adequações de linguagem, no texto, incidindo sobre o sentido – as alternativas possíveis de interpretação (MARCUSCHI, 2008).

Assim, conforme a Figura 85, apresentamos o comentário de R1, no qual apresenta sua avaliação a respeito de um vocábulo, sendo esta sua compreensão do que é dito pelo autor, ou seja, nas palavras do revisor: “Observe esta palavra. Ela tem conotação negativa”. Seu comentário é feito sobre a palavra “diferente”, em negrito, no seguinte trecho da tese: “Apesar das mudanças em relação à percepção da pessoa idosa e da pessoa com deficiência ao longo da história, fica evidente que a sociedade ainda não sabe lidar com o **diferente**, persistindo ideias e atitudes que refletem a marginalização, o estigma e o preconceito. Estas formas de pensar e

Figura 85 - (In)Compreensão: palavra com conotação negativa



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ao consultarmos dicionários, como o *Aulete online* e o *Minidicionário da língua Portuguesa* (2007), de Silveira Bueno, encontramos as seguintes significações para ‘diferente’: “Que difere, que se distingue; desigual; diverso”; “Que não é o mesmo nem parecido, que é diverso, não semelhante”; “Em que houve uma mudança ou alteração”; “Fora do comum; especial”; e “Variegado, variado” – estas definições de diferente não parecem apontar objetivamente para uma noção negativa, principalmente aplicada às pessoas, mesmo porque ser idoso não é o mesmo que ser jovem, ser mulher não é o mesmo que ser homem etc.

Destacamos, novamente, que o sentido das palavras não está ligado simplesmente às definições dicionarizadas, mas ganham sentido mediante seu uso, que é discursivo; desse modo, conforme Ilari (2010, p. 41), a “conotação é o efeito de sentido pelo qual a escolha de uma determinada palavra ou expressão dá informações sobre o falante, sobre a maneira como ele representa o ouvinte, o assunto e os propósitos da fala em que ambos estão engajados etc.”. Assim sendo, notamos que a palavra ‘diferente’ desperta em R1 a compreensão de algo ruim, negativo se aplicado a pessoas, para o que possivelmente o autor não tenha se atentado. Ao solicitar que observe a palavra, R1 parece alertar para que seja observada essa conotação negativa e para que a palavra seja evitada ou substituída.

Nessa perspectiva, sobre a construção do sentido por parte do revisor, propomos que, nesse momento, entrem em cena os fatores de textualidade, especialmente aqueles que Antunes (2010, p. 34), considera “condições de efetivação do texto”, isto é, a intencionalidade, a aceitabilidade e a situacionalidade e que se relacionam em grande parte com o leitor, pois o trecho da tese em análise apresenta-se coeso, coerente, informativo, intertextual, pois dialoga com outros textos, porém, no contato com o leitor-revisor, encontra certa resistência, uma vez que vai de encontro aos conhecimentos, valores, intenções, sentidos construídos pelo interlocutor, neste caso R1.

A Figura 86, a seguir, trecho da versão finalizada, nos mostra que A1 atendeu à observação de R1, alterando a palavra ‘diferente’ para ‘esses fenômenos’, sendo essa uma atitude em resposta ao comentário desse leitor que atua de forma profissional (SALGADO, 2017), marcando a interação entre interlocutores (BAKHTIN, 2011).

Figura 86 - Ajuste de (in)compreensão: palavra com conotação negativa

Apesar das mudanças em relação à percepção da pessoa idosa e da pessoa com deficiência ao longo da história, fica evidente que a sociedade ainda não sabe lidar com essas frônemas, persistindo ideais e atitudes que refletem a marginalização, o estigma e o preconceito. Estas formas de pensar e agir limita e impede a participação destes grupos de

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Na interação seguinte, R1 dirige-se ao autor, dizendo: “Não entendi essa colocação”, ou seja, o trecho em destaque, “para si”, negrito no excerto “A pessoa idosa ao narrar suas experiências de vida e suas recordações sobre a aquisição de uma deficiência física em uma idade mais avançada pode revelar **para si**, para os outros e para a sociedade os desafios, preconceitos e dificuldades enfrentados por eles antes, durante e após esta aquisição” (Figura 87).

Figura 87 - (In)Compreensão: dificuldade de entendimento I

A pessoa idosa ao narrar suas experiências de vida e suas recordações sobre a aquisição de uma deficiência física em uma idade mais avançada pode revelar **para si**, para os outros e para a sociedade os desafios, preconceitos e dificuldades enfrentados por eles antes, durante e após esta aquisição. Entretanto, também pode revelar situações que remetem ao apoio familiar, adaptação,

— | A [redacted] Não entendi essa colocação.

— | A [redacted] Não entendi essa colocação.

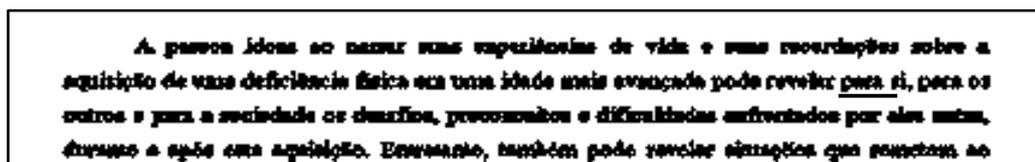
Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Quanto à assertiva de R1, sobre não ter compreendido tal colocação, temos duas questões importantes a destacar: primeiro, ele não foi claro sobre aquilo que não entendeu; segundo, é possível que tenha compreendido que, ao narrar uma história para alguém, as revelações sejam feitas para os outros e não para si mesmo. No entanto, a tese tem como aparato teórico as teorias da Memória, sendo a história oral – narração – um de seus métodos de análise, por meio do qual o indivíduo dá testemunho de sua história de vida, além de ser uma forma de trazer à tona lembranças (BOSI, 2007) e, portanto, construir sentidos.

Sendo assim, mais uma vez destacamos os critérios de textualidade, ou seja, acreditamos ter sido a intenção de A1 afirmar que a pessoa idosa, ao narrar sua história, faz revelações para si e para o outro, pois, como veremos na Figura 88, o autor não modificou o trecho. Conforme Marcuschi (2008, p. 126), a intencionalidade é um fator que se encontra “centrado basicamente no produtor do texto”, estando relacionado ao fator aceitabilidade, que, por sua vez, diz respeito “à atitude do receptor”, para quem o texto deverá ser considerado

interpretável do ponto de vista, principalmente, pragmático (MARCUSCHI, 2008, p. 127). Assim, acreditamos que para R1 a expressão utilizada pelo autor possa não ter sido aceitável, em virtude de desconhecer, naquele momento, as “teorias da Memória”, não partilhando, desse modo, dos mesmos conhecimentos. Como vemos, sublinhado na figura, a expressão foi mantida como estava.

Figura 88 - Ajuste de (in)compreensão: dificuldade de entendimento I

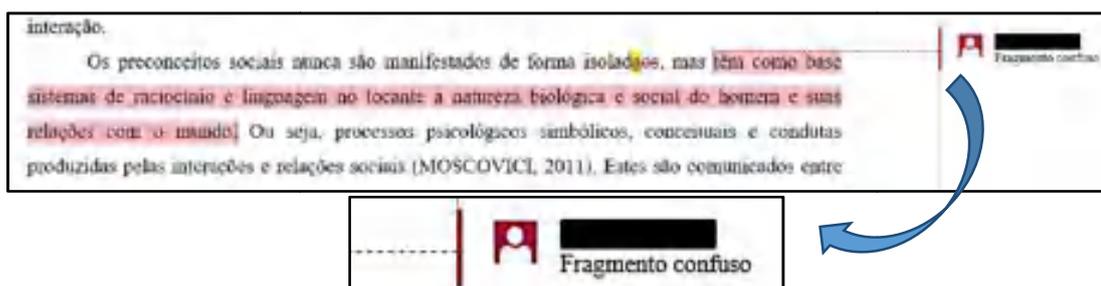


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Marcuschi (2008) afirma que os critérios de textualidade, embora não devam ser considerados princípios de boa formação de textos, podem ser observados como princípios de acesso ao sentido textual, o qual, para nós, compreende o sentido com o qual lida o revisor: numa perspectiva textual, uma vez que se pauta, quase sempre, em questões que envolvem pontuação, concordância, construções sintáticas, escolhas vocabulares etc. Entretanto, como esclarece Ribeiro (2016, p. 73), “a depender dos propósitos da revisão, a interação e a negociação entre autor e revisor têm muito mais implicações do que a simples ‘correção’, para a qual não haveria contra-argumentos [...]”.

Assim, no trecho seguinte (Figura 89), R1 sinaliza para o autor, quanto ao trecho “Os preconceitos sociais nunca são manifestados de forma isolados, mas têm como base sistemas de raciocínio e linguagem no tocante a natureza biológica e social do homem e suas relações com o mundo”, que considera o “Fragmento confuso”, porém, não é claro em relação àquilo que não compreendeu e, desse modo, não realiza nenhuma intervenção, além da palavra “isolados” alterada para “isolada”.

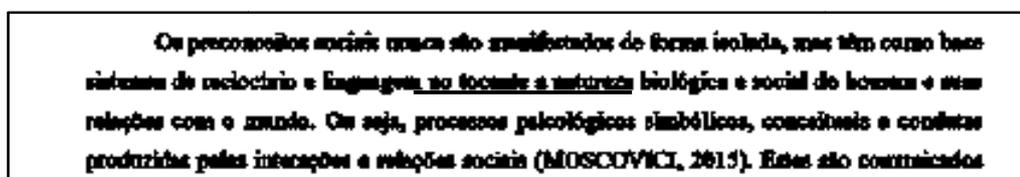
Figura 89 - (In)Compreensão: fragmento confuso



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Destacamos, ainda, sobre o trecho considerado confuso pelo revisor, na figura anterior, que, ao apontá-lo como incompreensível, sem tecer maiores considerações, a fim de torná-lo mais claro e objetivo, outra questão deixou de ser observada, conforme mostra a Figura 90, excerto da versão final, ou seja, deveria haver, no trecho sublinhado, a ocorrência do fenômeno da crase, representado pelo acento grave ('). Ao ignorar a advertência do revisor, o período permaneceu como estava. No domínio discursivo acadêmico, os gêneros textuais possuem um estilo particular de linguagem, eles possuem identidade, que condiciona as escolhas linguísticas, como, por exemplo, o grau de formalidade (BRONCKART, 2001 apud MARCUSCHI, 2008) – e necessidade de adequação conforme os padrões da gramática normativa.

Figura 90 - Ajuste de (in)compreensão: fragmento confuso

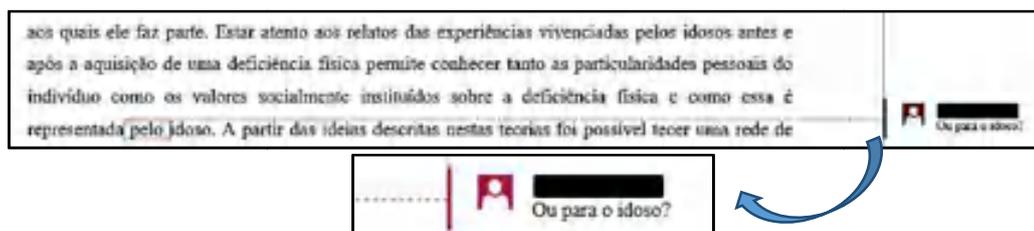


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Assim, se o revisor tivesse elaborado algum questionamento sobre o fragmento, ao invés de dizer apenas que estava confuso, o autor teria a possibilidade de reformulá-lo, quem sabe até evitando a permanência de uma incorreção, como a falta do acento grave.

Em seguida, apresentamos uma ocorrência de interação, na qual R1 se baseia em um elemento de ligação para construir o sentido. No final do trecho, R1 pergunta se não seria “para o idoso” em lugar de “pelo idoso”, entrevendo aí duas possibilidades: representações feitas pelo idoso e/ou representações que se apresentam ao idoso. Ao questionar A1, o revisor pode estar simplesmente se certificando da significação ou ainda sugerindo ao seu interlocutor que reflita sobre qual a aceção mais adequada, aceitável ao leitor – público-alvo de sua pesquisa, conforme mostra a Figura 91.

Figura 91 - (In)Compreensão: verificação de vocábulo



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Nessa direção, considerando esse caráter extremamente dialógico dos gêneros, uma vez que todos eles pressupõem a comunicação (RIBEIRO, 2010), em especial nessa etapa de produção da tese, em que, de fato, autor e revisor dialogam a respeito de questões formais do texto, em resposta à pergunta de R1, A1 mantém o trecho de acordo com o projeto inicial, confirmando a intenção do autor (MARCUSCHI, 2008), como mostra a Figura 92, que se segue.

Figura 92 - Ajuste de (in)compreensão: verificação de vocábulo

qualis ele faz parte. Estar stesso nos relatos das experiências vivenciadas pelas idosas antes e após a aquisição de uma deficiência física permite conhecer tanto as particularidades pessoais do indivíduo como os valores socialmente instituídos sobre a deficiência física e como esse é representado pelo idoso. A partir das ideias descritas nestas teorias foi possível tecer uma rede de interpretações na rica narrativa das pessoas idosas sobre suas experiências e percepções de adquirir e viver com deficiência física na velhice.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ainda que o revisor seja um profissional que lida com o texto, dominando um grande repertório de opções linguísticas, sabendo lidar com elas de modo adequado, no intuito de sugerir alternativas (MOURÃO, 2010), isso não significa que o autor irá acatar a todas as suas sugestões, exceto nos casos em que ele mesmo, ao ser interpelado, reconhece que necessita ajustar o texto, como no trecho seguinte (Figura 93). Nessa ocorrência, o autor informa que achou o “Período confuso”, sendo ele o seguinte: “Verifica-se na sociedade contemporânea, resulta uma nova imagem de idoso”.

Figura 93 - (In)Compreensão: período confuso I

Atualmente, as diferentes sociedades apresentam importantes mudanças de atitudes em relação à percepção da velhice através por meio do reconhecimento de uma série de potencialidades que contribuem para que seja redimensionado o lugar social da pessoa idosa. **Verifica-se na sociedade contemporânea, resulta uma nova imagem de idoso.** Com o aumento da população idosa no contexto demográfico atual e com o aumento da expectativa de vida, cresceram as oportunidades de realização e satisfação do idoso, promovendo-o que promoveu um movimento por parte de alguns indivíduos e grupos da sociedade pelo fim do estereótipo da velhice como incapacidade (BLESSMANN, 2004).

Período confuso.

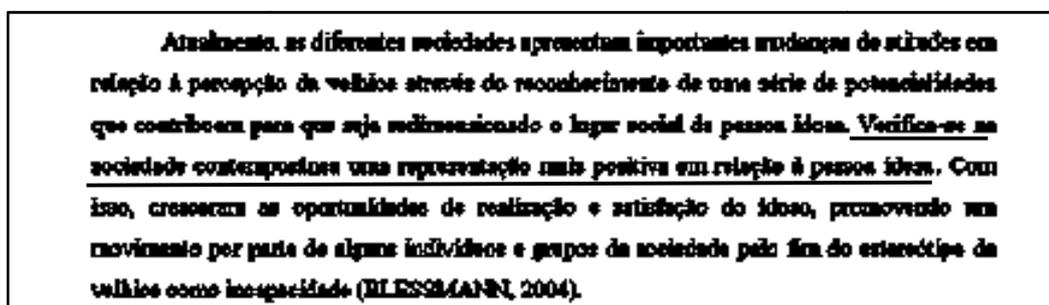
Período realista.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

É possível percebermos claramente que o problema no trecho refere-se ao fator coesão, a conexão entre as ideias, uma vez que, como assevera Costa Val (1999), a coesão é a manifestação linguística da coerência, por meio dos elementos dispostos na superfície textual.

Desse modo, verificamos que a falta de conexão, no plano textual, interfere na coerência e, também, na informatividade da ideia, uma vez que R1 não consegue ter acesso à informação ali contida (MARCUSCHI, 2008). Assim, com base na Figura 94, vemos que o autor considera o comentário do revisor e empreende o devido ajuste do trecho, registrando, portanto, o seguinte: “Verifica-se na sociedade contemporânea uma representação mais positiva em relação à pessoa idosa” (trecho sublinhado na ilustração), além de reformulação do trecho seguinte.

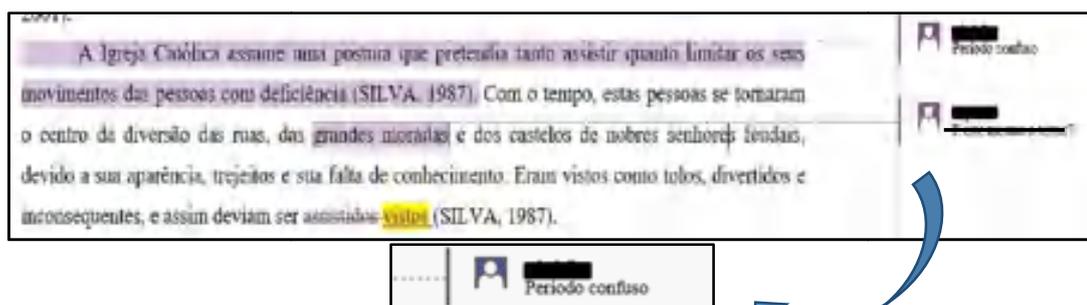
Figura 94 - Ajuste de (in)compreensão: período confuso I



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

O revisor possui um comportamento diferente no que tange à leitura de um texto, visto que busca detectar, diagnosticar e propor soluções para os problemas encontrados no texto (OLIVEIRA, 2016), embora nem sempre consiga apresentar uma solução; assim, busca chamar a atenção para o problema, como na Figura 95, em que R1 considera o trecho “A Igreja Católica assume uma postura que pretendia tanto assistir quanto limitar os seus movimentos das pessoas com deficiência” um “Período confuso”, pois “limitar os seus movimentos das pessoas” parece tratar-se dos movimentos da Igreja e/ou das pessoas, sendo ambíguo, além de aparentar possuir problemas de coesão que, conseqüentemente, recaem sobre a coerência, não sendo o trecho, portanto, aceitável a R1.

Figura 95 - (In)Compreensão: período confuso II



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Entretanto, em relação ao período confuso, acreditamos que R1 poderia ter sido mais claro ao perguntar se se tratava dos movimentos da igreja ou das pessoas, a fim de que o autor se concentrasse sobre a questão específica, uma vez que a ‘confusão’ se dá nesse aspecto. Em decorrência dessa imprecisão da observação do revisor, A1 mantém o trecho intacto, como ilustra a Figura 96, que se segue.

Figura 96 - Ajuste de (in)compreensão: período confuso II

A Igreja Católica sempre teve pessoas que pretendia tanto assistir quanto limitar as suas movimentações das pessoas com deficiência (SILVA, 1987). Com o tempo, estas pessoas se tornaram o centro da discussão das ruas, das grandes igrejas e dos castelos de nobres seculares frades, devido a sua aparência, traços e sua falta de conhecimento. Essas vistas como tolos, divertidos e incoerentes, e assim deviam ser assistidos (SILVA, 1987).

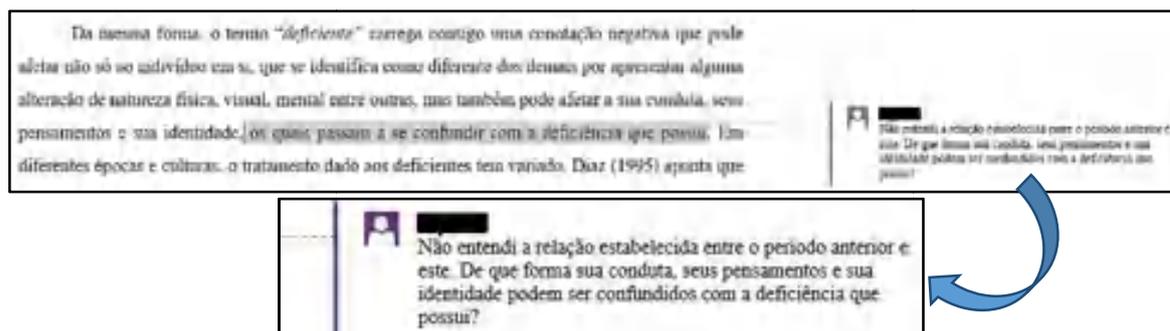
Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

De acordo com Bakhtin (2011), nas situações reais de fala, diferente dos esquemas de fala, em que os participantes possuem uma compreensão passiva, o processo de comunicação é bastante complexo. Se fosse possível um encontro pessoal entre autor e revisor ou uma nova interação, por meio de uma segunda revisão da tese, eles teriam a oportunidade de uma discussão mais detalhada a respeito dessa questão, pois, assim como R1 considerou o trecho confuso, A1 pode não ter compreendido o porquê dessa observação do revisor, o qual, sendo o profissional que lida com textos, limitou-se apenas a classificar o período como confuso, sem maiores explicações.

Dessa maneira, consideramos essa imprecisão de R1 em indicar o problema no excerto e a ambiguidade gerada por A1 em seu texto fruto dessa complexidade. Assim, encerrada a interação entre os parceiros (em virtude do curto prazo para finalização do texto), perde-se a oportunidade de reformulação dos enunciados do revisor, transformando-se em prejuízo, principalmente para o autor.

Na interação seguinte, como mostra a Figura 97, R1 dirige-se dessa maneira ao autor: “Não entendi a relação estabelecida entre o período anterior e este. De que forma sua conduta, seu pensamentos e sua identidade podem ser confundidos com a deficiência que possui?”, pois A1 disserta sobre a conotação negativa da palavra ‘deficiente’, podendo afetar o físico do indivíduo e também seu comportamento e sua identidade, os quais, segundo A1, passam a ser confundidos com sua deficiência.

Figura 97 - (In)Compreensão: dificuldade de entendimento II

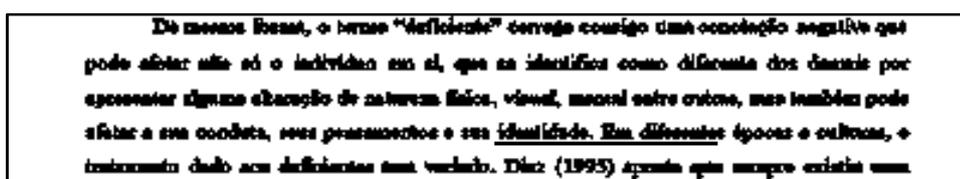


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Sendo o gênero tese de doutorado um gênero extremamente dialógico, estando ligado a outros enunciados (BAKHTIN, 2011), uma vez que é construído por meio do diálogo interativo do autor com outros textos de outros autores, além da participação ativa de seu orientador, banca e revisor (quando realizada esta etapa), destacamos o fato de que o revisor, na Figura 97, anteriormente, se apropria das palavras do próprio autor para, assim, desenvolver seu questionamento, sobre qual a relação entre as ideias, com a intenção de levar o autor a refletir sobre seu dito e (quem sabe) até considerar se “sua conduta, seus pensamentos e sua identidade” passariam a ‘ser considerados deficientes’ (falhos) ao invés de serem ‘confundidos com a deficiência’.

Ao dissertar sobre a textualização, Marcuschi (2008) afirma que o acesso ao texto, na condição de processo e produto, ocorre cognitivamente por meio de conhecimentos linguísticos (cotextuais) e conhecimentos de mundo (contextuais); assim, acreditamos que R1, buscando compreender a relação entre as informações, possa ter se pautado em seus conhecimentos linguísticos (sobre “confundir deficiência com conduta, pensamentos e identidade”), não sendo, portanto, aceitável o trecho em questão. Em resposta ao questionamento de R1, o autor decide suprimir o trecho, como destacamos na Figura 98 (sublinhado), ainda que não tenha sido essa a sugestão do revisor.

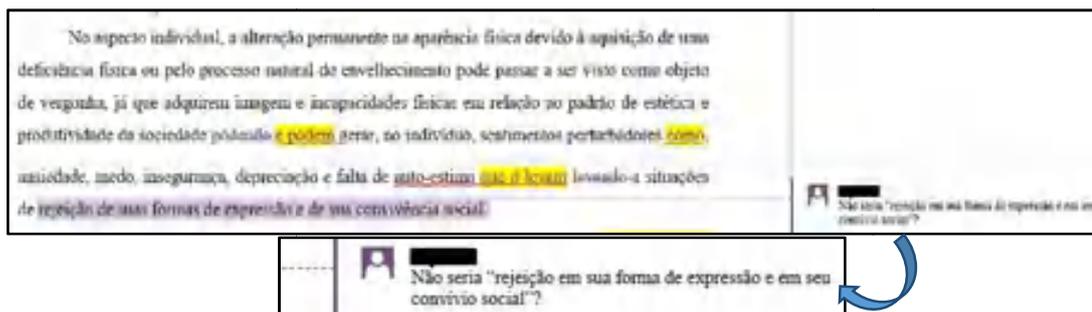
Figura 98 - Ajuste de (in)compreensão: dificuldade de entendimento II



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Em outro momento, partindo do aspecto coesivo, com base na Figura 99, que se segue, R1 pergunta ao autor se “Não seria ‘rejeição **em** sua forma de expressão e **em** seu convívio social’?” em lugar de “rejeição **de** sua forma de expressão e **de** sua convivência social”, ao abordar as consequências da velhice quanto à questão estética e o padrão de beleza almejado pela sociedade.

Figura 99 - (In)Compreensão: outra possibilidade de interpretação



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ao refletirmos sobre a produção do autor e sobre o questionamento do revisor, vemos duas possibilidades de significação, pois o texto é uma proposta de sentido, aberto a alternativas possíveis (MARCUSCHI, 2008), entretanto, não deve ser ambíguo, no caso de gêneros acadêmicos.

Assim sendo, cremos que A1 refere-se ao sentimento de rejeição de si mesmo, enquanto R1 o interpela sobre a possibilidade de ter rejeitadas as suas formas de expressão e sobre ser expulso da convivência com os outros; para tanto, R1 negocia com o autor a preposição ideal para a construção de um sentido ou de outro: se “de” ou “em”. Não se trata, portanto, de apontar um problema coesivo ou de coerência, mas de refletir sobre o sentido que se pode depreender da construção em questão, pois, como afirma Marcuschi (2008, p. 74), trata-se “do efeito do funcionamento da língua [...]”; com seu questionamento, R1 procura sondar qual seja a intenção do autor, o que pretende dizer, se é isto mesmo ou se o sentido pode ser ampliado.

Após visitarmos a versão finalizada da tese, verificamos que o autor não modificou a primeira ocorrência, permanecendo “de suas formas de expressão”, porém modificou a segunda para “em seu convívio”, permitindo a ampliação do sentido para provocar dois efeitos de sentido: a rejeição de si mesmo e a rejeição pelos outros, como demonstra a Figura 100, a seguir.

Figura 100 - Ajuste de (in)compreensão: outra possibilidade de interpretação

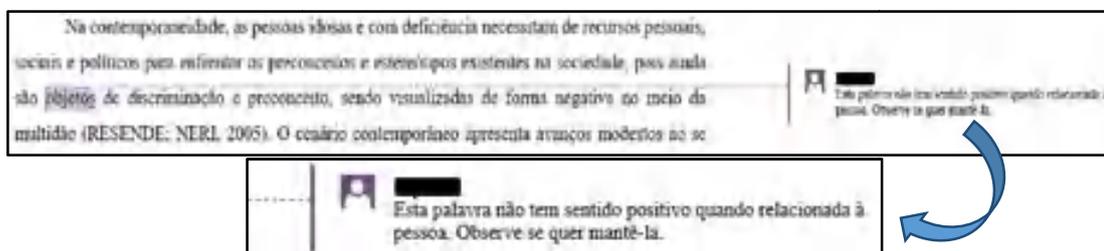
sociedade. Isso pode gerar, nessa pessoa, sentimentos perturbadores como ansiedade, medo, insegurança, depreciação e falta de autoestima que a leva à situações de rejeição de suas formas de expressão e em sua convivência social

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Sabemos que o significado das palavras não está preso ao que propõem os dicionários (MARCUSCHI, 2008); assim sendo, na revisão, por vezes, o revisor poderá atentar para o uso de uma palavra, se está adequada ou não à situação em que está sendo utilizada e se convém aos propósitos e intenções do autor, posto que o texto não é somente um artefato, mas comunicação, interação, inserida em um contexto no qual serão levadas em consideração as representações socioculturais dos interlocutores – autor e leitor.

Dessa forma, a Figura 101, a seguir, apresenta uma situação de diálogo entre os parceiros, na qual R1 atenta para a palavra ‘objetos’, referindo-se às pessoas idosas, afirmando que “Esta palavra não tem sentido positivo quando relacionada à pessoa”. E acrescenta: “Observe se quer mantê-la”.

Figura 101 - (In)Compreensão: palavra com sentido negativo



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Acreditamos que o revisor, ao se deparar com a construção, com base em seus conhecimentos tanto linguísticos quanto de mundo, considerou o fato de que seres humanos não são coisas e, sim, pessoas, logo, chamá-los de ‘objetos’ seria colocá-los na categoria “coisa” e não “pessoa”, pois essa ‘objetificação’ implicaria considerar os idosos ‘coisas’. Seria uma opção para o autor explicar o uso dessa palavra, alegando que, ao serem discriminados e rejeitados pelas outras pessoas, esses idosos são considerados desnecessários, ‘em desuso’, visto não serem considerados necessários à sociedade – um estorvo.

Se pensarmos conforme a perspectiva dos elementos necessários à efetivação do texto – os fatores de textualidade –, considerando que o autor modificou sua escrita, percebemos que não era intenção de A1 tratar os idosos de forma ofensiva, como objetos, não sendo aceitável para R1. O revisor, por sua vez, fez uma observação, levando em consideração a

adequação do “evento textual à situação”, que é social, cultural, na qual essa palavra aplicada a pessoas pode produzir um efeito de sentido negativo (MARCUSCHI, 2008, p. 128).

Como dissemos, A1 optou por modificar a construção, em resposta ao questionamento de R1, como podemos observar na Figura 102, no trecho sublinhado.

Figura 102 - Ajuste de (in)compreensão: palavra com sentido negativo

Na contemporaneidade, as pessoas idosas e com deficiência necessitam de recursos pessoais, sociais e políticos para combater os preconceitos e estereótipos existentes na sociedade, pois ainda são alvo de discriminação e preconceito, sendo visualizadas de forma negativa no meio da sociedade (RESENDE; NEELI, 2005). O cenário contemporâneo apresenta

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Portanto, de acordo com a figura 102, vemos que A1 responde à indagação de R1 substituindo o vocábulo “objetos” por “alvos”, afastando ou minimizando o sentido negativo suscitado no revisor mediante sua leitura e construção desse sentido, pois como salienta Marcuschi (2008), o sentido é construído em conjunto, sendo efeito das relações que se estabelecem entre os interlocutores.

No parágrafo seguinte da tese, posterior ao que acabamos de verificar, R1 identifica um trecho ao qual considera “Confuso”, conforme a Figura 103.

Figura 103 - (In)Compreensão: trecho confuso

política, atuação social, cultural e econômica (MEIHY; HOLANDA, 2013). Atividade Por meio dos relatos sobre situações de pessoas idosas com deficiência física pode vir à tona uma problemática pouco visível, convocando a discussão da produção do saber e fazer na política pública (MEIHY; HOLANDA, 2013). Para Bosi (2012, p.69): “Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu”. A

Confuso, este trecho.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Notemos que o trecho é uma citação indireta ou paráfrase, ou seja, o autor apresenta uma informação ou argumento baseado nas palavras de outros autores, com os quais dialoga. Aqui, salientamos, mais uma vez, o caráter dialógico do gênero acadêmico tese de doutorado, ou seja, sua relação com outros enunciados e a participação de pelo menos dois indivíduos na situação comunicativa – negociação entre autor e revisor, discutindo a respeito de um enunciado em que aparece um enunciado (citação indireta) de outro autor. Sobre a paráfrase, Ilari e Geraldini (1995, p. 50), em *Semântica*, afirmam que a ambiguidade é uma das características mais marcantes da paráfrase, uma vez que “tem um fundamento real em semelhanças de significação das palavras ou das construções gramaticais, mas essas

semelhanças nunca são completas [...]”, na verdade, a partir de uma análise aprofundada, muitas delas são bastante precárias.

Portanto, sobre o trecho “Através dos relatos sobre situações de pessoas idosas com deficiência física pode vir à tona uma problemática pouco visível, convocando a discussão e a **produção do saber e fazer na política pública**”, R1 destaca ser o final (destacado em negrito) um tanto confuso, de difícil entendimento. Motta-Roth e Hendges (2010, p. 19) ressaltam que, em trabalhos acadêmicos, “Uma estrutura textual clara facilita a leitura de informações”; assim sendo, na condição de leitor e também pensando no público-alvo, o revisor busca compreender as informações com base na estrutura sintática do texto, sua organização, para, assim, identificar e propor ajustes para ocorrências ‘confusas’.

Notamos, portanto, que não é identificada pelo revisor a falta de coesão, mas, ainda assim, para ele, o trecho não parece coerente, uma vez que não compreende o que o autor quer dizer com ‘a produção do saber e fazer na política pública’; dessa forma, o nível de informatividade torna-se baixo, para o revisor, em relação a suas expectativas e conhecimentos (MARCUSCHI, 2008). Ressaltamos, novamente, que R1 poderia ter sido mais preciso em suas palavras, formulando uma pergunta sobre aquilo que não entendeu.

Na Figura 104, abaixo, conforme o trecho sublinhado, vemos que o autor reformula o excerto incompreendido pelo revisor, explicando-se melhor, além disso modifica uma alteração realizada por R1 (substituição de ‘através’ por ‘por meio’), conforme destacamos com sublinhado, na cor laranja, substituindo ‘por meio dos’ pela expressão ‘mediante os’.

Figura 104 - Ajuste de (in)compreensão: trecho confuso

situação social, cultural e econômica (MEDIY; HOLANDA, 2013). Mediante os relatos sobre as situações vivenciadas pelas pessoas idosas com deficiência física pode vir à tona uma problemática pouco visível, convocando a discussão e a produção do saber e fazer, de ações no campo da política pública que garantam as demandas e direitos dessa população (MEDIY; HOLANDA, 2013). Para Neal (2012, p.69): “Uma história de vida não é feita para ser

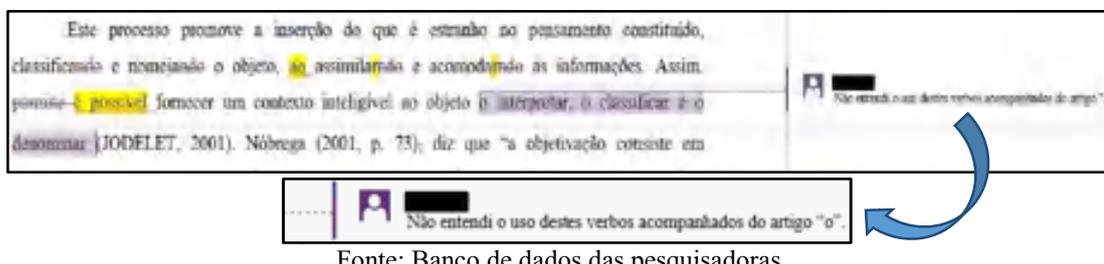
Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Sobre a ilustração anterior (Figura 104), da versão final, destacamos que o trecho reformulado “**ações** no campo da política pública **quegaranta** as demandas e direitos dessa população” foi registrado um problema com a concordância (‘garanta/garantam’), pois trata-se de ações que garantam, entretanto, o revisor não teve oportunidade de rever o trecho em questão.

Em nossa interação seguinte, sobre o excerto “Assim, é possível fornecer um contexto inteligível ao objeto **o interpretar, o classificar e o denominar**”, R1 afirma: “Não entendi o

uso destes verbos acompanhados do artigo ‘o’”, conforme a Figura 105.

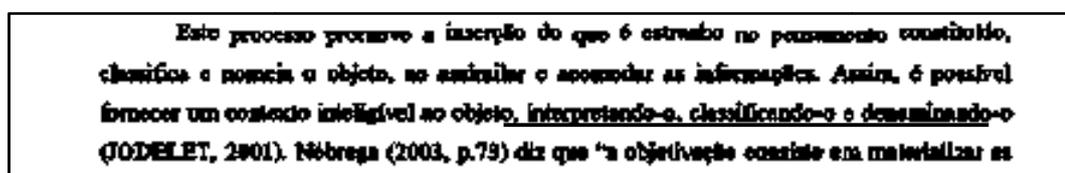
Figura 105 - (In)Compreensão: dificuldade de entendimento III



De fato, o período soa estranho, aparentando possuir desajustes de pontuação, de conexão, de construção sintática. Assim sendo, o revisor age como professor de português, apegando-se à classificação gramatical para apontar o que não entendeu, ainda que esses verbos estejam funcionando como formas substantivadas. R1 não diz que não entendeu a ideia contida ali, mas, sim, a maneira como foi feita a construção; desse modo, tomou como base seu conhecimento linguístico, para identificar uma construção sintática que causa estranheza, sugerindo, implicitamente, um retorno de A1 ao texto, a fim de ajustá-lo, pois uma escrita problemática pode prejudicar a compreensão do leitor (SERRANO, 2011).

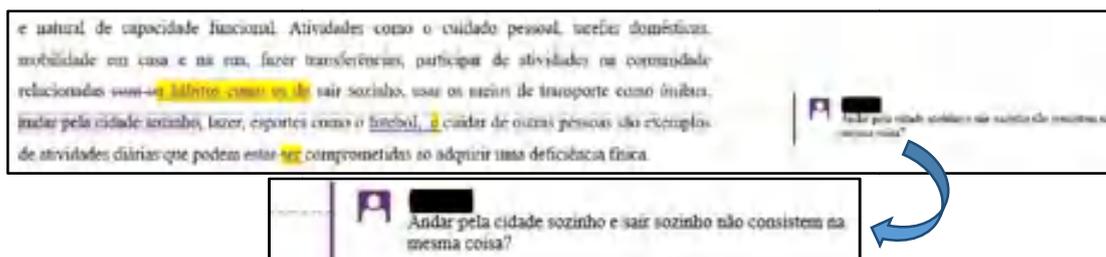
Após verificarmos a versão final (Figura 106), vimos que o autor inseriu uma vírgula, após a palavra ‘objeto’ e, em seguida, alterou os verbos, então formas substantivadas, para: “interpretando-o, classificando-o e denominando-o”, no gerúndio, conforme sublinhado, tornando a linguagem empregada adequada ao gênero acadêmico escrito tese de doutorado.

Figura 106 - Ajuste de (in)compreensão: dificuldade de entendimento III



Na interação que se segue, como mostra a Figura 107, R1 questiona o autor sobre se “Andar pela cidade sozinho e sair sozinho não consistem na mesma coisa?”, uma vez que foram identificadas as duas construções em um mesmo trecho, em que A1 disserta a respeito de atividades diárias realizadas pelo idoso e que podem ser comprometidas ao se adquirir uma deficiência física.

Figura 107 - (In)Compreensão: dois registros para a mesma ideia



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Como temos dito, fundando-nos nas palavras de Marcuschi (2008), o sentido não está no autor, no texto nem no leitor, mas se dá como efeito de uma relação; além disso, o sentido nem sempre é o mesmo para todos (autor, orientador, banca, revisor etc., no caso da tese), por isso, tomar uma coisa pela outra pode ser algo duvidoso, pois ‘sair sozinho’ não implica dizer que o indivíduo irá ‘andar pela cidade [sozinho]’. Nessa perspectiva, podemos pensar em sair sozinho como ir à casa do vizinho ao lado e andar pela cidade sozinho como ir ao médico, ao banco – locais mais distantes –, estabelecendo, assim, uma relação com o espaço, o tempo, a distância etc.

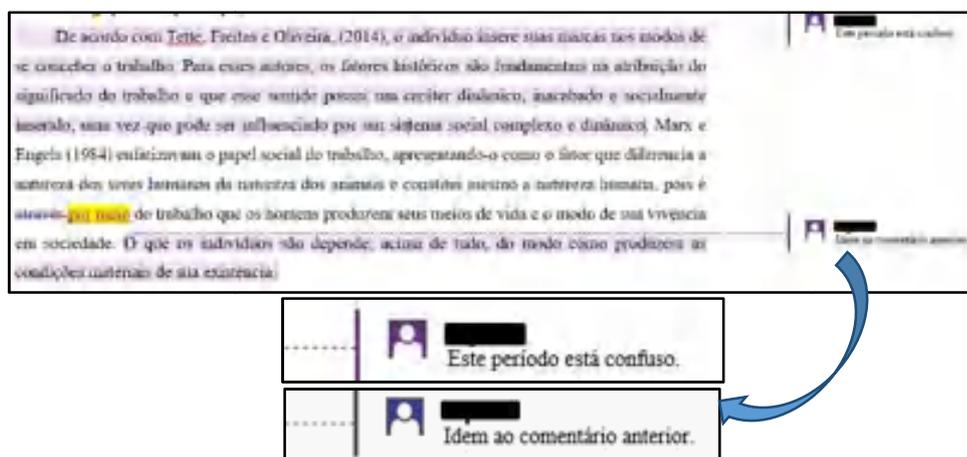
Esses dois registros podem ser frutos de uma repetição, por descuido, mas podem representar, também, possibilidades distintas de produção de efeitos sentido, sendo intenção, planejamento de A1, porém, para R1, na condição de leitor profissional, mostrou-se uma informação repetitiva, sendo desnecessária. No entanto, ele não aconselhou a supressão do trecho e, sim, lançou uma pergunta, entrevendo essa possibilidade de sentidos para o autor.

Conforme verificamos, na versão final, o autor suprimiu o trecho ‘andar pela cidade sozinho’. É possível que tenha compreendido no alerta do revisor que a informação parecia repetitiva, embora o sentido das duas assertivas não signifique a mesma coisa, para nós.

Assim, na interação seguinte, temos duas interações em um mesmo parágrafo relacionadas com a não compreensão. Novamente, R1 é impreciso em seus comentários, pois não elabora uma pergunta que oriente o autor para aquilo que não entendeu. No primeiro comentário, R1 diz que “Este período está confuso”, referindo-se a: “De acordo com Tette, Freitas e Oliveira, (2014), o indivíduo insere suas marcas nos modos de se conceber o trabalho. Para esses autores, os fatores históricos são fundamentais na atribuição do significado do trabalho e que esse sentido possui um caráter dinâmico, inacabado e socialmente inserido, uma vez que pode ser influenciado por um sistema social complexo e dinâmico”.

No segundo comentário, sobre o trecho “O que os indivíduos são depende, acima de tudo, do modo como produzem as condições materiais de sua existência”, R1 diz: “Idem ao comentário anterior”, ou seja, que o período está confuso (Figura 108).

Figura 108 - (In)Compreensão: período confuso III



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ao analisarmos o trecho, verificamos que há, no excerto em destaque, problema de natureza coesiva, o que reverbera na coerência; além disso, o revisor tem dificuldade de compreensão, também, em virtude de tratar-se de conteúdo e não apenas informação, pois o autor apresenta considerações com base em outros autores, outros enunciados (MARCUSCHI, 2008; BAKHTIN, 2011). Sem o necessário conhecimento desses outros enunciados, R1 não tem condições de apresentar uma sugestão, ainda que pudesse fazer questionamentos que especificassem sua incompreensão.

Assim, após consultar a versão final da tese, verificamos que A1 suprimiu parte do trecho, entre '(2014)' e 'os fatores', conforme sublinhado, na Figura 109, na cor preta, reformulando levemente o período. Destacamos que, quanto à coesão, conforme sublinhado, na cor laranja, o problema permaneceu, pois poderia ser suprimido o 'que' ou reformulado para 'além disso'. Em relação ao segundo comentário, referente ao trecho final do parágrafo, este foi excluído.

Figura 109 - Ajuste de (in)compreensão: período confuso III

De acordo com Tetz, Freitas e Oliveira (2014), os fatores históricos são fundamentais na atribuição de significado de trabalho e que esse sentido possui um caráter dinâmico, mutável e socialmente inserido, uma vez que pode ser influenciado por um sistema social complexo e dinâmico. Marx e Engels (1984) enfatizaram o papel social do trabalho, apresentando-o como o fator que diferencia a natureza dos seres humanos da natureza dos animais e constitui mesmo a natureza humana, pois é por meio do trabalho que os homens produzem seus meios de vida e o modo de sua vivência na sociedade. ←

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Diferente das ocorrências anteriores, nas quais R1 sinalizou incompreensões de modo bastante impreciso, dessa vez apresenta seu questionamento em forma de pergunta. Entretanto, essa interação é diferente das outras, pois não se trata de não ter compreendido todo o período, mas de identificar uma lacuna. Esta interação poderia ter sido classificada na categoria “especificação”, porém, como dissemos, as próprias palavras do revisor motivaram nossa classificação, ao tratar de questões que envolvem o sentido.

Assim, como mostra a Figura 110, R1 questiona: “Adota as ideias de que o indivíduo [sic] inativo sofre discriminação? Caso não seja esse o **sentido**, refaça o parágrafo”. Além disso, o revisor realça, em vermelho, a letra ‘e’ nas palavras ‘discrimina/discriminação’ (podendo significar imputação de crime ou falha), uma vez que não parece ser adequada, mas, sim, ‘discrimina/discriminação’ (podendo significar discernimento ou segregação).

Figura 110 - (In)Compreensão: verificação de sentido

Para Bossi (2012) a sociedade industrial é cruel com o idoso, pois lhe reserva o lugar da inatividade e o discrimina por isso, e se pretende à velhice estiver a deficiência física essa discriminação será ainda maior. Perdendo a força do trabalho ele já não é produtor nem reproduzidor e quando o indivíduo adota tais ideias age como louco porque delimita assim o seu próprio futuro, segundo Bossi (2012).

Formulador: [Redacted]

Formulador: Bossi

Adota as ideias de que o indivíduo inativo sofre discriminação? Caso não seja esse o sentido, refaça o parágrafo.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

O revisor procura saber se, no excerto “adota tais ideias age como louco porque delimita assim, seu próprio futuro”, essas ‘tais ideias’ são as de que o ‘indivíduo inativo sofre discriminação’, pois, para ele, a relação não está clara em relação ao que está sendo retomado, qual porção precedente (CONTE, 2003).

Para solucionar a questão, A1 acrescenta a ‘tais ideias’ a palavra ‘estigmatizantes’, a fim de ser mais específico quanto ao que se refere. Ademais, modifica as ocorrências ‘descrimina/discriminação’ para ‘discrimina/discriminação’, como mostra a Figura 111.

Figura 111 - Ajuste de (in)compreensão: verificação de sentido

Para Bovi (2012), a sociedade industrial é cruel com o idoso, pois lhe reserva o lugar da inatividade e o discrimina por isso, e se atrelada à velhice estiver a discriminação física uma discriminação será ainda maior. Para a maioria quando o idoso perde a força do trabalho ele já não é produtor nem reproduzidor e quando o indivíduo adota tais ideias estigmatizantes age como louco porque definia assim o seu próprio futuro como inegarz.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Já a Figura 112, adiante, apresenta-nos uma interação relacionada a uma escolha lexical, ou seja, o vocábulo ‘potente’, no seguinte excerto: “O problema é quando os próprios idosos internalizam [sic] esses sentidos, tornando-se menores e menos potentes do que poderiam ser”.

Figura 112 - (In)Compreensão: possibilidade para várias interpretações

produz e o quanto ganha. Dessa forma, as pessoas idosas com deficiência física que estão fora do mercado do trabalho, sem sendo que viver com uma escassa aposentadoria ou em dependência financeira dos filhos ou do Estado seria peso morto e inútil. O problema é quando os próprios idosos internalizam esses sentidos, tornando-se menores e menos potentes do que poderiam ser.

Esta palavra apresenta possibilidade de várias interpretações. Sugiro que a troque.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Nessa interação, dizemos que a significação de ‘potente’, para R1, não está relacionada simplesmente ao que propõe o dicionário, ou seja, “Que pode”; “que tem a faculdade de fazer ou produzir alguma coisa”; “que tem poderio ou importância”; “violento”; “enérgico”; “rude” (BUENO, 2007). Com base em seu conhecimento de mundo, suas experiências, sua cultura (MARCUSCHI, 2008), R1, embora não diga com suas palavras, está se referindo à acepção de ‘potência’ em cunho sexual, permitindo entender, da assertiva, que esses idosos, ao internalizarem esses sentidos, perdem a importância e se tornam impotentes sexualmente, pois são afetados profundamente, além de ser uma condição da própria velhice a diminuição do apetite sexual.

Para resolver a questão apontada por R1, A1 reformula o trecho, registrando: “e passam a se ver como pessoas impotentes e incapazes”, ou seja, que tem dificuldade de

produzir alguma coisa, como ilustra a Figura 113. Assim sendo, restringe as possibilidades de sentido, evitando, ainda, a dubiedade de sentido.

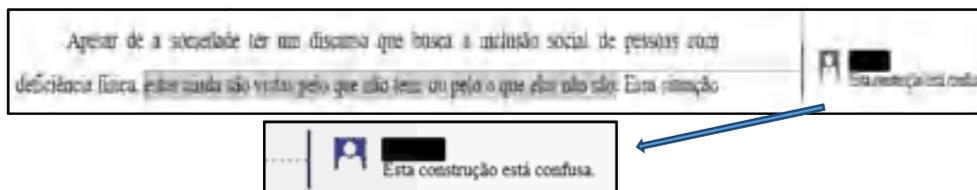
Figura 113 - Ajuste de (in)compreensão: possibilidade para várias interpretações

quanto produz e o quanto ganha. Dessa forma, as pessoas idosas com deficiência física que estão fora do mercado de trabalho, geralmente, precisam viver com uma extrema dependência ou sua dependência financeira dos filhos ou do Estado. O problema é quando os próprios idosos internalizam essas sentidas, e passam a se ver como pessoas inpotentes e incapazes. Isso é constatado na Ísis de Almas quando revela sentimentos depressivos ao

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Na interação seguinte, de acordo com o que mostra a Figura 114, a seguir, R1 informa ao autor: “Esta construção está confusa”, referindo-se ao trecho, destacado em negrito, no período “Apesar de a sociedade ter um discurso que busca a inclusão social de pessoas com deficiência física, **estas ainda são vistas pelo que não tem [sic], ou pelo que elas não são**”. Esta situação

Figura 114 - (In)Compreensão: construção confusa



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Sobre a interação acima, concordamos que esteja confusa, uma vez que não parece clara a relação entre ‘o discurso de inclusão de pessoas com deficiência e o fato de serem vistas pelo que elas não têm e não são’, como se se tratasse de bens materiais e *status* e não de sua condição física. Ademais, ao fazermos a leitura do trecho, sentimos a necessidade de ler mais uma vez, a fim de compreendê-lo, em busca de verificar a relação que ali se estabelece, pois, com base em nosso conhecimento de mundo (MARCUSCHI, 2008), nosso entendimento é o de que, ‘apesar do discurso de inclusão de pessoas com deficiência, elas ainda sofrem preconceito e exclusão social em virtude de sua condição física’.

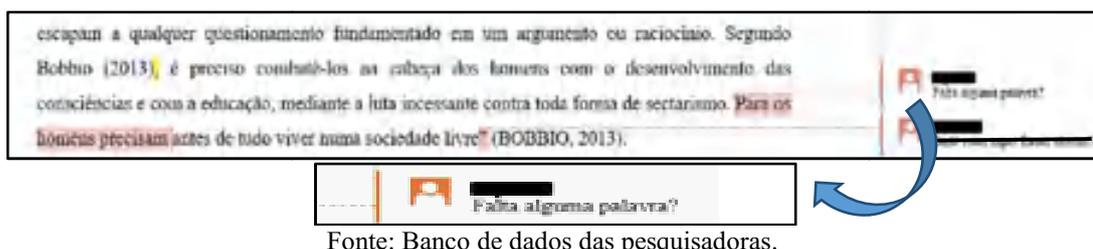
Embora o trecho apresente apenas uma incorreção (‘tem’, no singular, ao invés de ‘têm’, no plural), ele é coeso; coerente, se pensarmos que o ‘aquilo que elas não são’ implica não serem produtivas, em virtude da deficiência; há uma intencionalidade do autor ao apresentar informações dessa natureza (informatividade); esses dados, em um gênero acadêmico, como a tese de doutorado, quase sempre, se ancoram em pesquisas, em dados de

outros autores, portanto, há intertextualidade; a discussão é pertinente, pois discute sobre aspectos relacionados à cultura, aos costumes do país, no tocante ao trato de pessoas idosas com deficiência – o que nos revela, de certa forma, uma situacionalidade; porém, no encontro com o leitor (o revisor), a informação se esbarra com sua aceitabilidade, ao considerá-lo confusa (ANTUNES, 2010; MARCUSCHI, 2008).

Sobre essa interação, informamos que, ao buscar o mesmo trecho, na versão final, a fim de verificar a atitude de A1 em resposta ao comentário de R1, não o encontramos, uma vez que fizemos uma busca textual do período e de partes dele. Portanto, o autor optou pela exclusão de todo o período inicial do parágrafo.

Em nossa interação seguinte, representada pela Figura 115, interessa-nos o primeiro comentário, pois o segundo refere-se à falta de aspas iniciais (normalização). Nesse sentido, em relação ao período “Para os homens precisam antes de tudo viver em uma sociedade livre”, R1 pergunta: “Falta alguma palavra?”

Figura 115 - (In)Compreensão: trecho incompleto



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Apesar de sua pergunta, R1 sabe que falta uma palavra, pois “Para os homens precisam [...]” causa, no mínimo, estranhamento ao leitor, e, neste caso, para um leitor profissional (SALGADO, 2017), o qual busca identificar desajustes, apresentando, também, caminhos alternativos, para solucionar o problema (OLIVEIRA, 2016). Assim, R1 identifica a falta de uma palavra, o que fere a coesão textual, considerada a manifestação da coerência na superfície do texto (COSTA VAL, 1999). Em virtude do diálogo com outro autor, uma vez que as aspas no final do parágrafo e a referência ‘(BOBBIO, 3013)’ indicam se tratar de uma citação, identificamos uma intertextualidade explícita; sendo, portanto, palavras de outro autor, o revisor não tem a liberdade de realizar o ajuste.

Desse modo, ao questionar sobre a falta uma palavra e sobre onde começam as aspas, inferimos que R1 esteja sugerindo a A1 que visite o texto original e verifique o que pode estar afetando a textualização naquele trecho, uma vez que afeta o sentido e a organização do texto, quanto à norma técnica que trata da apresentação de citações diretas em trabalhos científicos.

Quanto ao procedimento do autor, em resposta ao revisor, destacamos, como mostra a Figura 116, o trecho correspondente à versão pós-ajustes. Como é possível observar, o autor acatou as intervenções iniciais, de tipo resolutivo, e, sobre o trecho em discussão, A1 o ‘transformou’ em uma citação indireta, paráfrase das palavras do autor citado por ele, conforme o trecho sublinhado na ilustração. Assim, com base nos questionamentos de R1, o autor resolveu dois problemas, ao incluir o nome do autor, de forma direta: a falta das aspas e a falta de conexão, de relação entre os elementos textuais, deixando o trecho mais compreensível.

Figura 116 - Ajuste de (in)compreensão: trecho incompleto

questionamento fundamentado em um argumento ou raciocínio. Segundo Bobbio (2013), é preciso combatê-los na cabeça dos homens com o desenvolvimento das consciências e com a educação, suficiente a luta incessante contra toda forma de sectarismo. Para Bobbio (2013), os homens precisam antes de tudo viver numa sociedade livre.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Por fim, em nossa última interação da categoria (in)compreensão, R1 sugere que “Este período não apresenta unidade de sentido com o anterior”, referindo-se ao trecho que destacamos em negrito, no seguinte período: “Em estudo realizado por Albrecht e Devlieger (1999), foram investigadas as atitudes de 153 pessoas com deficiência, 54,3% dos participantes responderam ter excelente ou ótima qualidade de vida, **o que levou a considerar uma atitude positiva frente à deficiência física**”.

Figura 117 - (In)Compreensão: falta de unidade de sentido

Em estudo realizado por Albrecht e Devlieger (1999) foram investigadas as atitudes de 153 pessoas com deficiência, 54,3% dos participantes responderam ter excelente ou ótima qualidade de vida, o que levou a considerar uma atitude positiva frente à deficiência física. Dessa forma, percebe-se que as atitudes das pessoas com deficiência estão relacionadas à sua percepção sobre sua qualidade de vida, entendida como noção geral de bem-estar.

Este período não apresenta unidade de sentido com o anterior.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Conforme nossas análises, não consideramos o excerto incoerente, no qual A1 tece suas considerações mantendo explícito diálogo com outros enunciados/enunciadores (‘Albrecht e Devlieger’), ao apresentar as seguintes proposições: foram investigadas as atitudes de pessoas com deficiência; sobre as atitudes, mais de metade dessas pessoas tem

excelente ou ótima qualidade de vida; portanto, há uma atitude positiva em relação à deficiência física.

No entanto, nos perguntamos uma coisa: esses dados levaram quem a considerar essa atitude positiva? Os pesquisadores, os próprios entrevistados ou A1? Nesse caso, não acreditamos em uma falta de unidade de sentido, mas, sim, que tenha sido produzida uma ambiguidade, em virtude da forma como foi concebida a construção sintática, que não nos permite recuperar a informação, incidindo sobre o fator informatividade, ou seja, aquilo que o interlocutor necessita saber, aquilo que ele espera (MARCUSCHI, 2008).

Ao verificarmos o mesmo trecho, correspondente à interação analisada anteriormente, na versão final, constatamos que ele foi mantido exatamente como estava, sem nenhum tipo de intervenção. Acreditamos que, se o revisor tivesse sido mais específico, se tivesse formulado uma pergunta, possivelmente o autor teria realizado uma reformulação.

Portanto, como vimos, ao longo da análise da categoria “(in)compreensão”, o revisor, na maioria das interações, foi bastante impreciso, sinalizando trechos confusos ou sem sentido. Apesar dessa imprecisão, foram momentos de interação bastante pertinentes, especialmente porque permitiu-nos observar o acionamento dos fatores de textualidade e verificar a negociação do sentido extrapolando a superfície textual, uma vez que o sentido é efeito da relação entre indivíduos, uma relação que é social (MARCUSCHI, 2008). Para nós, as categorias de análise “especificação” e “(in)compreensão” figuram como ‘camadas mais profundas’ do texto, no processo de revisão, por meio das interações entre autor e revisor, a fim de ter acesso à significação.

Concluída a análise de nossa primeira tese, seguimos para o tópico seguinte, no qual verificamos a segunda tese de doutorado, isto é, as categorias de análise encontradas quanto às interações entre autor e revisor.

6.2 O REVISOR TÉCNICO E RESOLUTIVO

A segunda tese de doutorado foi-nos enviada também por *e-mail*, tanto pelo autor quanto pelo revisor; no entanto, não a recebemos em peça única, pois o texto foi revisado capítulo por capítulo, conforme eram produzidos, com o acompanhamento do orientador, e encaminhados para o revisor, a fim de serem reunidos na etapa de finalização. Desse modo, considerando que o trabalho com muitos arquivos em *Word* poderia comprometer a organização e andamento de nossas análises, optamos por copiá-los e colá-los (CtrlT+CtrlC+CtrlV) no arquivo referente à introdução, sem, no entanto, realizar nenhum tipo

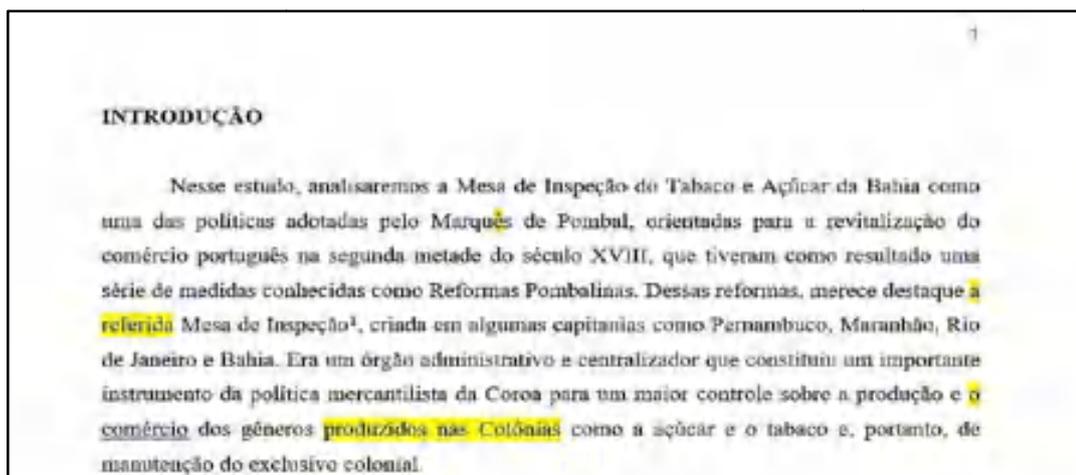
de intervenção no texto, copiando-o em arquivo único, conforme o original. Assim como a primeira tese, a segunda foi disponibilizada a partir da introdução até o sétimo capítulo, porém não tivemos acesso à conclusão³⁵, totalizando, após reunião dos arquivos em um só, 153 páginas textuais, contendo um total de 23 (vinte e três) balões interativos. Informamos, ainda, que, semelhante à primeira tese, recebemos uma versão final para conferir se o autor havia acatado ou não as propostas do revisor.

Ressaltamos, também, que o revisor de nossa segunda tese realizou, além da revisão textual, a revisão técnica, isto é, normalização ou adequação do trabalho às normas da ABNT. Assim, na etapa de revisão, R2 se debruçou sobre um texto maior que o revisado por R1, quase 50 páginas a mais, realizou dois trabalhos distintos (revisão textual e de ABNT), trabalhando, do mesmo modo que R1, com um prazo bastante curto, como acontece comumente no domínio acadêmico. Desse modo, acreditamos que essa dupla função de R2 e a necessidade de rapidez na entrega do trabalho justifiquem a menor quantidade de momentos de interação por meio dos balões no texto, ou seja: das 106 páginas revisadas por A1, constatamos a presença de quase 70 (setenta) balões nos quais autor e revisor discutem sobre aspectos textuais e, por vezes, técnicos; já no caso da tese revisada por R2, com 153 páginas textuais, encontramos pouco mais de 20 balões interativos, sendo quase a metade deles a respeito de questões técnicas, o que, ao nosso ver, pode impedir uma discussão mais ampla sobre o texto.

Quanto aos tipos de revisão realizados, destacamos que o estilo de revisão de R2 é bem diferente do estilo de R1, ou seja, ele opta apenas pelo realce (colorido) dos trechos, para sinalizar intervenções do tipo resolutivo, períodos e palavras repetidas, inserções de palavras ou períodos, acentuação de vocábulos, ajustes na pontuação etc., conforme ilustra a Figura 118; além da revisão interativa, por meio dos balões.

³⁵ Quando obtivemos essa versão da segunda tese, a conclusão não havia sido produzida. Não tivemos retorno posterior, e achamos por bem não requisitar essa parte do texto para não importunar a doutoranda em seu processo de finalização da produção textual. Além disso, a falta da seção “conclusão” não implica prejuízos para nossa pesquisa.

Figura 118 - Exemplo de uso de ferramentas do Word na revisão



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

No tocante à revisão interativa, ponto central de nossas análises, no caso da segunda tese, foram definidas as mesmas categorias para classificação das ocorrências, porém não identificamos apenas duas delas: conferência de “terminologia” e necessidade de “especificação”. Dessa forma, assim classificamos as interações presentes na segunda tese: a) normalização, b) correção, c) repetição, d) reformulação, e) exclusão e f) (in)compreensão³⁶.

A seguir, apresentamos nossas análises, iniciando pela categoria normalização (ABNT), correspondente à revisão técnica realizada pelo revisor de nossa segunda tese.

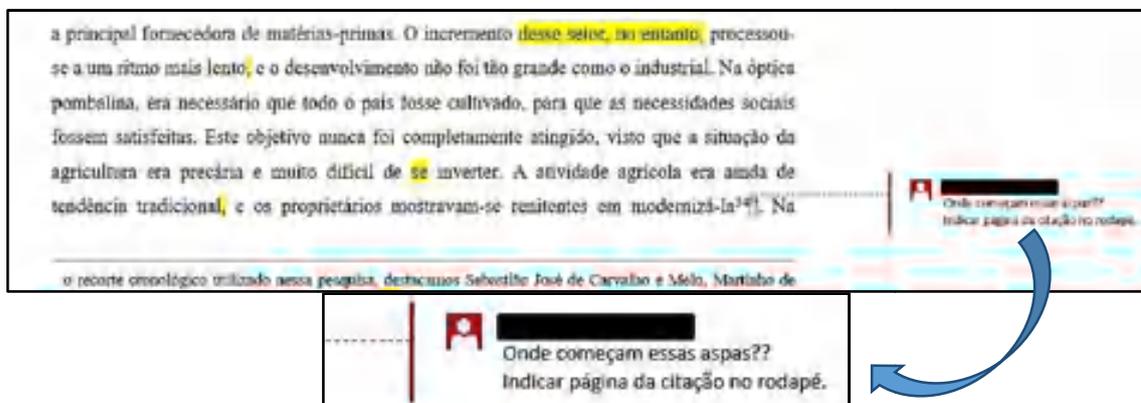
a) Normalização (ABNT)

Como dissemos, no início desta seção, quase a metade dos diálogos interativos entre o Autor 2 e o Revisor 2 diz respeito a questões de normalização. Ainda que o revisor-normalizador conheça as orientações a serem seguidas, para configuração de trabalhos acadêmicos, do ponto de vista do estilo adotado para configuração do gênero, há algumas questões que devem ser discutidas com o autor, pois as normas da ABNT, assim como as normas aplicadas à língua, também não se referem à pura submissão a regras. Dessa maneira, alguns detalhes precisam ser discutidos e complementados pelo autor. Esse é o caso da ocorrência ilustrada pela Figura 119, que se segue, na qual o autor coloca as aspas finais, porém não insere as aspas de abertura da citação, além de não indicar seu número de página

³⁶ Na análise de nossa segunda tese, alteramos a ordem de duas categorias, para melhor situar as ocorrências de interação, isto é, na primeira tese, apresentamos, primeiro, a exclusão e, depois, a reformulação. Aqui, no entanto, apresentamos, inicialmente, a reformulação e, em seguida, a exclusão.

no original, conforme aponta R2: “Onde começam as aspas?? Indicar página da citação no rodapé”.

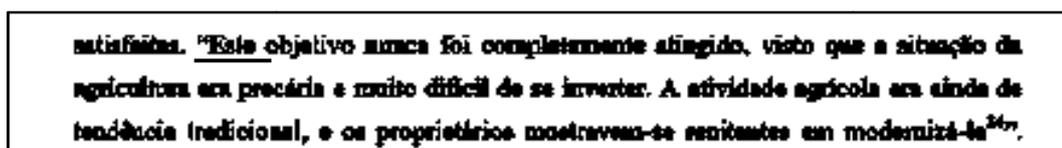
Figura 119 - Normalização de citação I



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Após verificarmos a versão final, como mostra a Figura 120, seguinte, vimos que o autor inseriu as aspas iniciais (trecho sublinhado), resultando na organização do texto e delimitação entre suas palavras e as palavras do autor citado. Para Serrano (2011), na produção da tese, bem como de outros trabalhos acadêmicos, é necessário que sejam observadas as normas de padronização dos textos, sendo uma atitude responsável creditar aos outros aquilo que lhes pertence, evitando-se o risco de plágio.

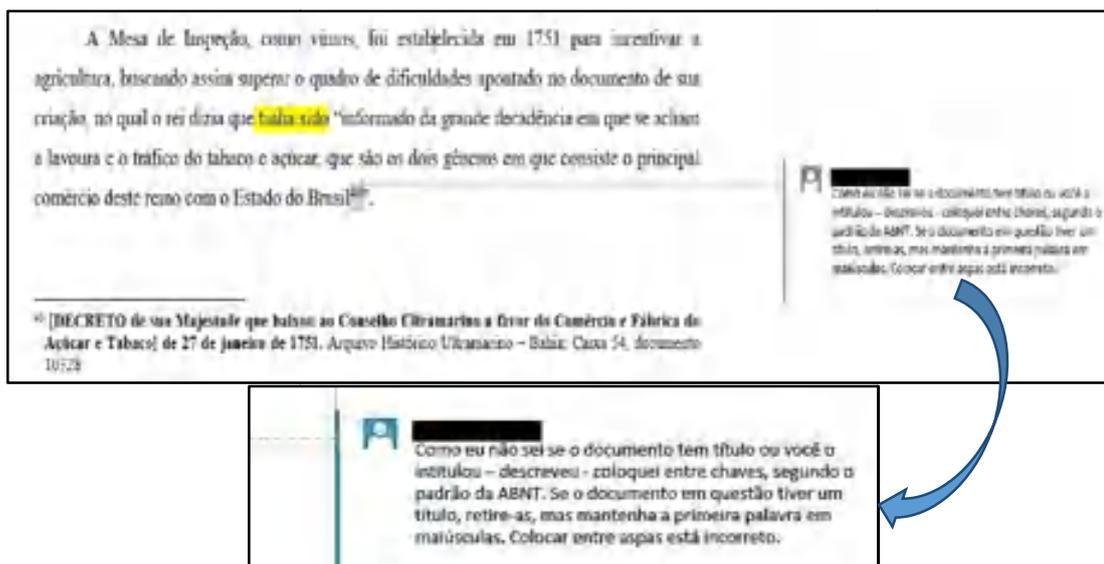
Figura 120 - Ajuste de normalização de citação I



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Na segunda ocorrência de interação da categoria normalização (Figura 121), R2 procura organizar uma referência (apresentada em sistema de chamada numérico, ou seja, em nota de rodapé), com base nas informações fornecidas pelo autor, aparentando incompletude. R2 assim destaca: “Como eu não sei se o documento tem título ou você o intitulou – descreveu - coloquei entre chaves, segundo o padrão da ABNT. Se o documento em questão tiver um título, retire-as, mas mantenha a primeira palavra em maiúsculas. Colocar entre aspas está incorreto”.

Figura 121 - Normalização de referência I

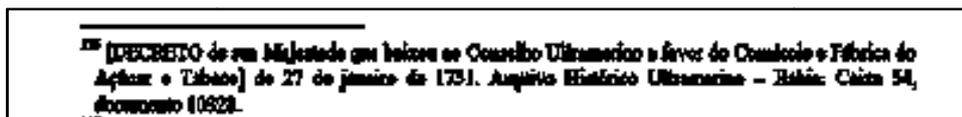


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Coelho e Antunes (2010) afirmam que “Para avaliar o texto é necessário, portanto, observar forma e conteúdo, bem como aspectos pragmáticos [...]”, uma vez que estamos tratando de gêneros textuais, textos situados em um contexto sociocomunicativo, os quais possuem propriedades que os constituem como tal – os fatores de textualidade (MARCUSCHI, 2008). Desse modo, quando o revisor lida com questões referentes às normas técnicas e à textualização, demonstra que sua avaliação do texto é feita para além de pura correção gramatical, pois demonstra estar atento ao gênero com o qual está lidando, ou seja, no caso da tese de doutorado, reconhece que possui um estilo de linguagem (acadêmico, científico e formal), conteúdo temático (área de conhecimento) e estrutura composicional (disposição e organização dos elementos do texto) específicos (MARCUSCHI, 2008; COELHO, ANTUNES, 2010; BAKHTIN, 2011).

Assim, em relação à Figura 121, anterior, na qual os parceiros discutem sobre a organização da referência, ressaltamos ser relevante atentar para a indicação completa (e correta) das referências bibliográficas, no sentido de permitirem ao leitor consultar a obra, caso deseje, tendo todas as informações necessárias para isso, além de dar reconhecimento ao responsável pela citação (SERRANO, 2011). A Figura 122, a seguir, mostra que o autor aceitou o ajuste de R2, confirmando que o material consultado não possui título específico.

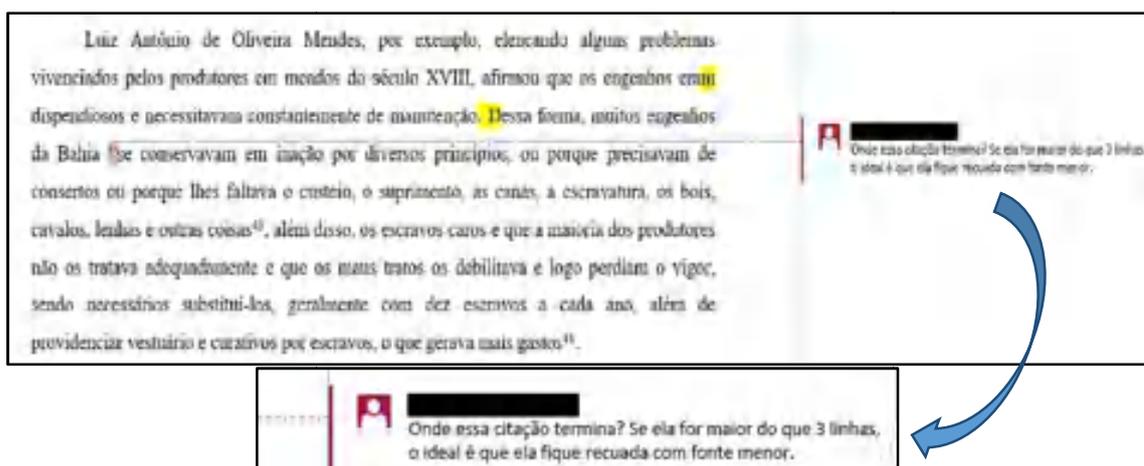
Figura 122 - Ajuste de normalização de referência I



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

A interação seguinte, ilustrada pela Figura 123, mostra outro questionamento de R2 em relação à questão técnica, sobre uma citação, novamente: “Onde essa citação termina? Se ela for maior do que 3 linhas, o ideal é que ela fique recuada com fonte menor”, pois A2 inseriu as aspas iniciais sem fechá-las. Além disso, há, em amarelo, dois destaques que julgamos serem referentes à concordância (“eram”) e pontuação do período (“... manutenção. Dessa forma...”), realizados de forma resolutiva.

Figura 123 - Normalização de citação II



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Em resposta ao questionamento de R2, o autor insere as aspas ao final da citação, conforme nos mostra a Figura 124, a seguir – trecho recortado da versão final da tese –, revelando tratar-se de uma citação direta curta, sem a necessidade de recuo, como alertou R2.

Figura 124 - Ajuste de normalização de citação II

Luiz Antônio de Oliveira Mendes, por exemplo, apontando alguns problemas vivenciados pelos produtores em meados do século XVIII, afirmou que os engenhos eram dispendiosos e necessitavam constantemente de manutenção. Dessa forma, muitos engenhos da Bahia “se conservavam em ação por diversos princípios, ou porque precisavam de conserto ou porque lhes faltava o custeio, o suprimento, as canas, a escravatura, os bois, cavalos, lenhas e outras coisas¹⁰³”, além disso, os escravos carem e que a maioria dos produtores não os tratava adequadamente e que os seus braços se debilitava e logo perdiam o vigor, sendo necessários substituí-los, geralmente com dez escravos a cada um, além de providenciar vestuário e outros por escravos, o que gerava mais gastos¹⁰⁴.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Notamos, portanto, que R2, ao fazer questionamentos e recomendações, analisa o texto, identifica desajustes, organiza aquilo que lhe compete, mas, também, conta com a participação de A2, na realização da revisão técnica, bem como da revisão textual, deixando ainda mais latente o caráter interacional do próprio gênero, em etapa de revisão.

O caso seguinte de interação entre os parceiros (Figura 125) diz respeito à falta de alguma informação referente à nota de rodapé sobre *a importância do algodão na diversificação agrícola, no Brasil, na segunda metade do século XVIII*, pois há um número remissivo (“103”) após o trecho, mas, como também observamos nessa versão, não havia nenhuma informação complementar ou indicação de referência. É possível que R2 tenha acreditado ser intenção de A2 acrescentar algo, porém possa ter se esquecido, uma vez que a informatividade de um texto corresponde ao grau de expectativa de seu interlocutor, em relação a informações, no caso da tese, que sejam relevantes para o leitor, mas que também seja intenção do autor fornecê-las, caso não sejam desnecessárias ou redundantes (MARCUSCHI, 2008).

Figura 125 - Normalização: ausência de nota de rodapé

O algodão foi também um item que recebeu atenção especial para se aumentar a sua produção e qualidade. O gênero é nativo do Brasil e ganhou especial importância no processo de diversificação agrícola na segunda metade do século XVIII¹⁰³ tornando-se um dos principais produtos de exportação do Nordeste. Na Bahia, o algodão era cultivado em duas regiões especialmente: Ao norte do Recôncavo, como Inhambupe, Itapicuru e Abadia, que

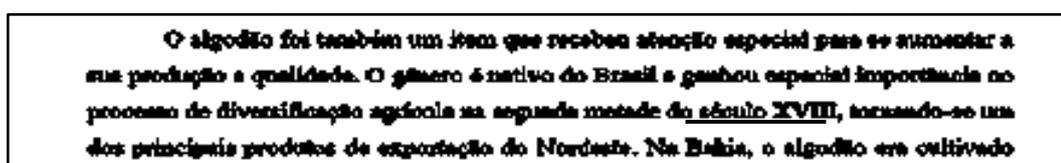
Está sem nota de rodapé.

Está sem nota de rodapé.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Após compararmos a versão em processo de revisão com a versão ajustada, verificamos, conforme demonstra a Figura 126, que o autor suprimiu o número remissivo, demonstrando não ser sua intenção, por alguma razão, inserir novas informações relacionadas ao trecho. A escrita de um texto representa um processo, sendo a revisão uma de suas etapas (OLIVEIRA, 2016), dentre as quais o texto poderá passar por transformações, por meio de inserções, supressões, deslocamentos, como este realizado por A2, ao ‘desistir’ de fornecer alguma informação, quando esta não interessa aos seus propósitos e objetivos comunicativos.

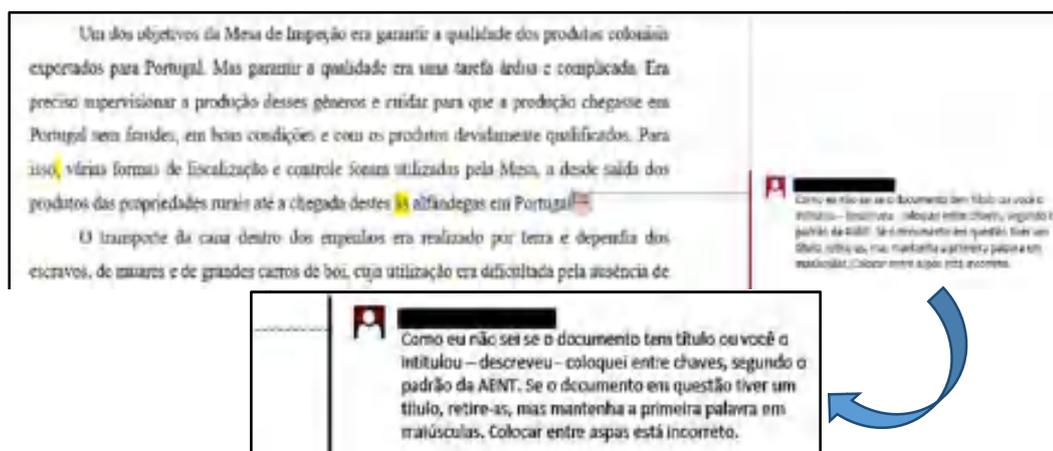
Figura 126 - Ajuste de normalização: ausência de nota de rodapé



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

A interação seguinte, por sua vez, representada pela Figura 127, é bastante semelhante a uma ocorrência já observada por nós, referente à organização de uma referência. Destacamos que o texto que se encontra dentro do balão é idêntico ao que verificamos na Figura 121, ou seja: “Como eu não sei se o documento tem título ou você o intitulou – descreveu - coloquei entre chaves, segundo o padrão da ABNT. Se o documento em questão tiver um título, retire-as, mas mantenha a primeira palavra em maiúsculas. Colocar entre aspas está incorreto”.

Figura 127 - Normalização de referência II



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

É possível que a utilização de um comentário idêntico seja resultado do pouco tempo de que dispõe o revisor, para dar conta da revisão textual e técnica, não podendo ‘perder’

tempo com a formulação de novo comentário sobre uma ocorrência semelhante à outra, já sinalizada. Nesse caso, ‘copiar e colar’ um comentário pode representar uma estratégia de revisão para poupar tempo. Após verificarmos a versão final, vimos que o procedimento de A2, em resposta à observação de R2, também foi semelhante³⁷, ou seja, manteve o trecho conforme ajuste do revisor: entre chaves, indicando não possuir título.

Na sequência, conforme a Figura 128, encontramos uma interação sobre a configuração de uma tabela, sendo um dos tipos de ilustrações que podem estar presentes em trabalhos acadêmicos, além de quadros, figuras, gráficos, fluxogramas etc. R2, portanto, informa, ao autor, que “A ABNT determina que as tabelas devem seguir este padrão estabelecido pelo IBGE”. Acreditamos que, quando diz “este padrão”, R2 está informando ao autor que realizou modificações/ajustes na tabela, devendo ser mantidos.

Figura 128 - Normalização de Tabela

Tabela 1 - Classificação e Identificação do Açúcar				
Tipo do açúcar	Qualidade	Marca da qualidade	Marca do local da mesa (1)	Preço da arroba (2)
Branco Fino	1ª sorte	BF	B	1.500,00
Branco Refinado	2ª sorte	BR	B	1.200,00
Branco Batido	3ª sorte	BB	B	900,00
Mascavado Macho	4ª sorte	MM	B	600,00
Mascavado refinado	5ª sorte	MR	B	?
Mascavado Bruma	6ª sorte	MB	B	400,00

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia.

A ABNT determina que as tabelas devem seguir este padrão estabelecido pelo IBGE.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Embora não tenhamos acessado a versão encaminhada pelo autor ao revisor, a primeira versão do texto, podemos supor que a tabela em questão tenha sido produzida à semelhança de um quadro. No entanto, há algumas diferenças básicas entre os dois tipos de ilustrações, isto é: basicamente, os quadros apresentam informações textuais e possuem todas as linhas – verticais e horizontais – visíveis, além de título acima e fonte abaixo, centralizados; já as tabelas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são uma “Forma não discursiva de apresentar informações, das quais o dado

³⁷ Optamos por não inserir ilustração correspondente à versão final, para evitar repetição, pois o ajuste também é semelhante ao representado na Figura 121.

numérico se destaca como informação central. [...] A moldura de uma tabela não deve ter traços verticais que a delimitem à esquerda e à direita” (BRASIL, 1993, p. 15).

Nesse sentido, vemos que R2 realizou uma intervenção, sem a necessidade de autorização do autor, mas, ainda assim, estabeleceu o diálogo, a fim de justificar uma mudança, fundamentando-se nas determinações de dois importantes órgãos: a ABNT e o IBGE. Desse modo, R2 parafraseia outros autores (autor-entidade), ‘chama-os’ para a ‘conversa’, dando força e confiabilidade ao seu argumento. Em atitude responsiva à recomendação de R2, ratificada pela ABNT e pelo IBGE, o autor acatou os ajustes, mantendo, na versão considerada final, a tabela ao modo do revisor (BAKHTIN, 2011)³⁸.

Seguindo a ordem das ocorrências da categoria normalização, nessa nova interação (Figura 129), R2 afirma: “Não entendi o final da referência”. Diante disso, então, questiona: “Isso é um site? ‘digitalizado: pt/tt/pbr/19/4’”. E, ainda, aconselha: “Se for coloque: Disponível em: < pt/tt/pbr/19/4’> Acesso: dia mês ano”. O revisor-normalizador, nesse ponto da tese, está se referindo à referência apresentada em chamada numérica, correspondente ao número 191, desejando saber se se trata de um site, pois referências *online* possuem particularidades, como a necessidade de informar o site visitado, além de data de acesso, comuns a textos disponibilizados em meio eletrônico, como salienta Iskandar (2012).

Figura 129 - Normalização de referência III

Para pesar novamente os produtos ao saída do Império, necessitava de trabalho extra e, portanto, um acréscimo no custo de cento e vinte reis pela nova passagem do açúcar e sessenta reis por cada feixo do Tabaco. A Mesa de Inspeção em reunião com os Senhores de Engenho e negociantes da Bahia determinou “que esta despesa saísse igualmente dos sobreditos senhores de engenho¹⁰⁰ e dos sobreditos comerciantes, pagando a metade dela o vendedor do açúcar e a outra metade o comprador”. Quando o produto chegasse à Alfindega em Portugal, deveria ser pesado novamente para conferir e, ao caso ficava confirmado que esta tinha ocorrido no navio e o capitão deveria responder por ela. Mas os comerciantes criticaram a

100 **MILHA, In: s.d.**
101 **DETERMINAÇÃO** da Mesa de Inspeção da Bahia, destinada a assegurar de pagar a açúcar antes e depois de sair das tripuladas, em 07 de abril de 1702. Arquivo Histórico do Banco de Tomba. Livro de Comércio: tomo 30, folio 78.
102 Os que ditaram já tinham despojado com o transporte das gatas de propiedade sua as tripuladas e a Mesa de Inspeção deveria obrigá-las a entregar a cada um tempo da saída de Bahia. **CF. CARTA** do Marquez de Fronteira Faria de São Sebastião Chaves sobre a suspensão da Jurisdição da Mesa de Inspeção, em 27 de janeiro de 1702. Arquivo Histórico do Banco de Tomba. Papéis do Brasil, Arquivo 4, nº 4 - digitalizado: pt/tt/pbr/19/4.

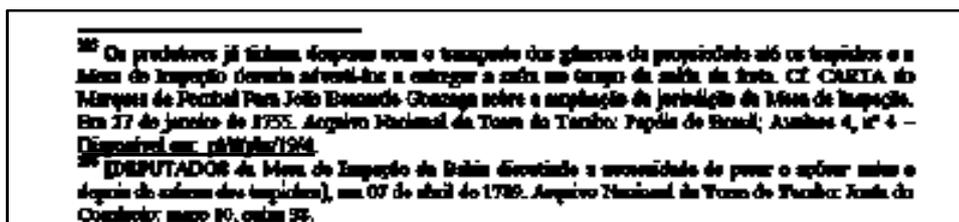
Não entendi o final da referência.
 Isso é um site? “digitalizado: pt/tt/pbr/19/4”
 Se for coloque: Disponível em: < pt/tt/pbr/19/4’> Acesso: dia mês ano.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

³⁸ Uma vez que a tabela foi conservada como propôs o revisor, não vimos a necessidade de apresentar seu recorte correspondente, na versão final.

Ao compararmos o trecho em questão, em revisão, com a versão final, como ilustramos por meio da Figura 130, notamos que o autor acatou as orientações de R2, em parte, ou seja, apesar de inserir “Disponível em:”, ele não incluiu os símbolos “<>”, antes e depois do endereço eletrônico; ademais, não informou a data de acesso (dia, mês e ano), deixando a referência incompleta, descaracterizada do ponto de vista da norma.

Figura 130 - Ajuste de normalização: referência III



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Embora o revisor tenha sido bastante objetivo, quanto ao ajuste que deveria ter sido feito, o autor pode tê-lo ignorado, em parte, em razão de não se lembrar da data exata de acesso ou por ter deixado para depois e acabou se esquecendo. De qualquer forma, sendo uma versão da tese a ser submetida à banca examinadora, há, ainda, a possibilidade de novos ajustes.

Em nossa última interação da categoria normalização, R2 dá destaque ao que considera uma “Referência confusa”. Dessa forma, solicita ao autor que “Verifique se o que está entre aspas é uma citação, ou seu comentário”, conforme suas palavras, como ilustra a Figura 131. Como podemos notar, R2 inseriu o balão interativo referente à nota de rodapé de número 484 – “GORENDER Jacob, *op. cit.*, p.521-523”; no entanto, seu questionamento está relacionado à nota 483, ou seja, “‘Ver capítulo VI, Conflitos de Jurisdição’. A correspondência entre os governos da Bahia e Angola que estão no fundo ‘Correspondência do governo de Angola (1786-1799)’. Arquivo Público da Bahia: seção colonial e provincial. Maço 195”, na qual há comentários do próprio autor, aspeados.

Figura 131 - Normalização de referência IV

Para *Gorender*, "o tráfico de escravos estabeleceu vínculo tão intenso entre as colônias portuguesas da África e o Brasil que Angola, em particular, tornou-se na prática *subcolônia brasileira*". As relações da Bahia com a Costa da Mena eram tão intensas que, mais de uma vez, os traficantes da praça de Salvador *pleitearam* a constituição de uma companhia monopolizadora do tráfico⁴⁸³.

Referência confusa. Verifique se o que está entre aspas é uma citação, ou seu comentário.

⁴⁸³[PROPOSTA de uma Companhia Geral do Reino de Angola]. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. Maço 499, caixa 622.
⁴⁸⁴"Ver capítulo VI, Conflitos de Jurisdição". A correspondência entre os governos da Bahia e Angola que estão no fundo "Correspondência do governo de Angola (1786-1799)". Arquivo Público da Bahia: seção colonial e provincial. Maço 195.
⁴⁸⁴*GORENDER Jacob, op. cit., p.521-523.*

Referência confusa. Verifique se o que está entre aspas é uma citação, ou seu comentário.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ao verificarmos o trecho correspondente, na versão final, constatamos a ocorrência de um mal-entendido entre A2 e R2, ou seja, o revisor referiu-se a uma nota de rodapé, mas selecionou o número remissivo referente à outra, levando o autor a modificar a referência seguinte e não aquela à qual se referia, na qual havia trechos aspeados. Destacamos que, após ajustes e reunião dos capítulos, as notas tiveram seus números alterados; assim, a nota 483 passou a ser 577 e a nota 484 passou a ser 578, na versão final. Como vemos na Figura 132, que se segue, a referência "*Jacob Gorender, op. Cit., p.521-523*" (nota 578), agora alterada pelo autor, antes "*GORENDER Jacob, op. cit., p.521-523*", deveria ser ajustada para "*GORENDER, op. Cit., p. 521-523*", sem o prenome do autor e sem destaque em itálico. Já a nota anterior, 577, com comentários do autor aspeados, permaneceu da mesma maneira, quando as aspas poderiam ter sido retiradas do trecho "Ver capítulo VI, Conflitos de jurisdição".

Figura 132 - Ajuste de normalização: referência IV

⁵⁷⁸[PROPOSTA de uma Companhia Geral do Reino de Angola]. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. Maço 499, caixa 622.
⁵⁷⁷"Ver capítulo VI, Conflitos de Jurisdição". A correspondência entre os governos da Bahia e Angola que estão no fundo "Correspondência do governo de Angola (1786-1799)". Arquivo Público da Bahia: seção colonial e provincial. Maço 195.
⁵⁷⁸*Jacob Gorender, op. cit., p.521-523.*

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Como vimos, as interações anteriores, classificadas como de normalização, se referem à revisão técnica – aparentemente, desvinculada da revisão textual, visto que pode ser

realizada por um profissional apenas normalizador. No entanto, quando observamos a normalização como relativa ao pilar estrutura temática, verificamos sua relevância para a construção do gênero e para a comunicação, pois as interações entre autor e revisor demonstram a mobilização de fatores de textualidade, como intencionalidade, informatividade, intertextualidade, responsáveis pela produção de sentidos.

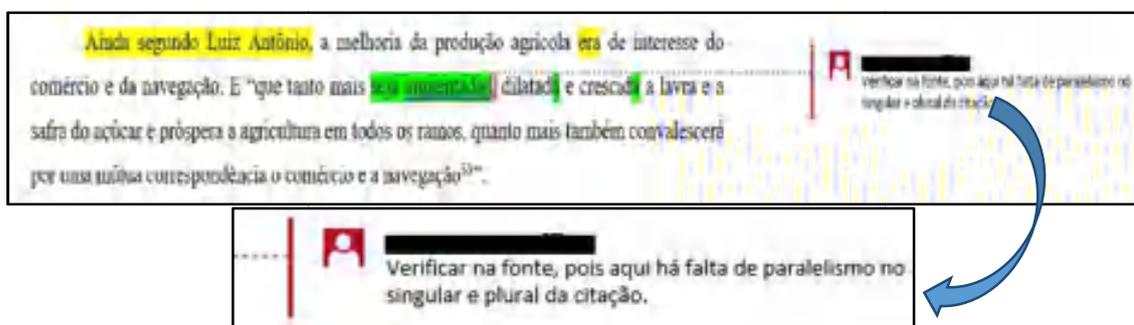
Vejamos, agora, nossa próxima categoria, na qual verificamos as interações referentes à correção.

b) Correção

Na categoria “correção”, que, conforme dissemos, refere-se a questões ortográfico-gramaticais, observamos que as interações giram em torno de paralelismo entre plural e singular e o registro de dois nomes de autores escritos de maneiras diferentes, referindo-se a autores citados na tese.

Assim, na Figura 133, R2 solicita ao autor a conferência não de suas próprias palavras, mas das palavras de um dos autores que cita, sendo o trecho “que tanto mais **aumentadas**, dilatada e crescida a lavra e a safra do açúcar e próspera a agricultura em todos os ramos, quanto mais também convalescerá por uma mútua correspondência o comércio e a navegação”. O revisor pede, então, para “Verificar na fonte, pois aqui há falta de paralelismo no singular e plural da citação”, demonstrando certo normativismo, comum a professores de língua materna, não sendo apenas um caso de correção gramatical, e, sim, uma homogeneização das palavras de outrem.

Figura 133 - Correção de paralelismo

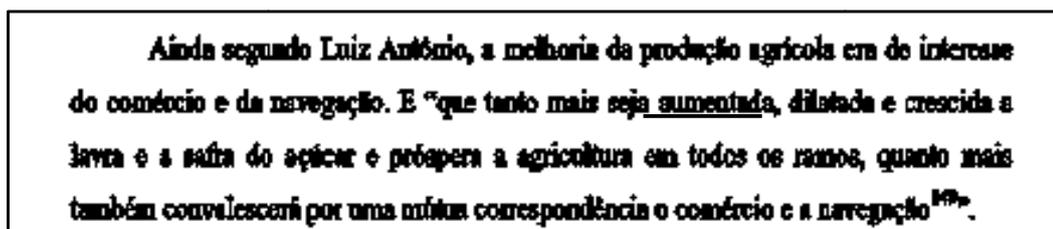


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ao verificarmos a versão pós-ajustes, versão finalizada da tese, vimos que A1 ajustou o trecho, retirando o plural da palavra “aumentadas”, agora “aumentada”, conforme o

original, a fonte, como mostra a Figura 134. Esse trecho é mais um exemplo da dupla tarefa de R2: a revisão textual, ao notar um desvio de natureza gramatical, e a revisão técnica, ao pedir que o autor verifique a citação direta, a fim de que seja registrada de acordo com o original do texto-fonte.

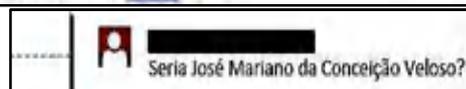
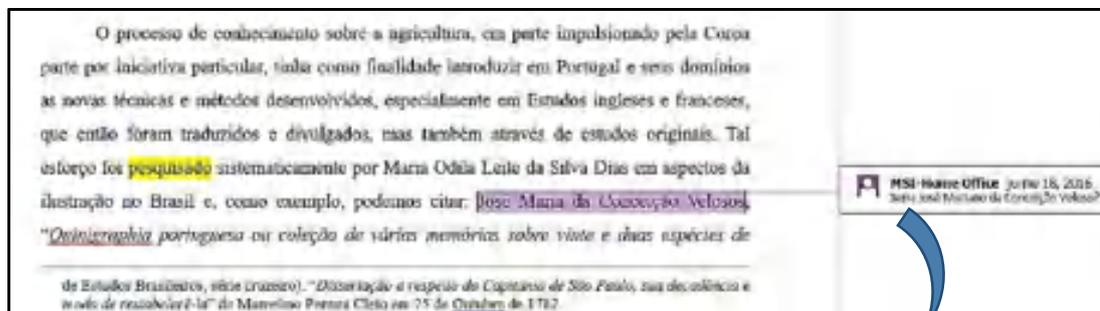
Figura 134 - Ajuste de correção: paralelismo



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Já o momento de interação seguinte, apresentado pela Figura 135, mostra-nos um questionamento de R2 em relação ao nome de um pesquisador citado por A2, ou seja: "Seria José Mariano da Conceição **Veloso**? [em lugar de José Maria da Conceição Velosos]".

Figura 135 - Correção de nome de autor I



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ao realizarmos uma busca textual (CtrlL) pelo nome em questão, verificamos que havia outras três ocorrências de José Mariano da Conceição Veloso; além disso, acreditamos que o revisor tenha considerado "Velosos" um equívoco de digitação, uma vez que é mais comum, em nosso país, o sobrenome "Veloso", esbarrando em sua aceitação quanto ao nome. Assim, evita realizar uma revisão do tipo resolutiva, negociando com seu interlocutor se se trata daquilo mesmo ou se não seria outra coisa (RIBEIRO, 2016), sugerindo que ele mesmo (o autor) corrija o nome.

Dessa forma, a Figura 136, trecho da versão final da tese, mostra-nos que o nome era mesmo José Mariano da Conceição Veloso, entretanto, o sobrenome continuou com o "s", no

final (“Velosos”), passando despercebido a A2. Ainda que o revisor tenha inferido que o nome não havia sido registrado da forma correta, ele não podia ter a certeza disso, por não saber com quais referências o autor da tese estava trabalhando, sendo bastante relevante manter o diálogo com o autor, a fim de não realizar intervenções do tipo resolutivo, correndo o risco de mudar as palavras do autor (RIBEIRO, 2016).

Figura 136 - Ajuste de correção: nome de autor I

estudos originais. Tal esforço foi pesquisado sistematicamente por Maria Odila Leite da Silva Dias em aspectos de história do Brasil e, como exemplo, podemos citar: José Mariano da Conceição Veloso, “Quadrupla portuguesa em coleção de várias memórias sobre vinhos e seus aspectos de qualidade, tendências ao seu desenvolvimento nos vastos domínios do Brasil, copiada de várias fontes modernas”. Lisboa: of. De Fato

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Já na Figura 137, o revisor verifica a necessidade de correção de um outro sobrenome de autor, ao perguntar: “É FONSECA ou FERREIRA?”. Dessa forma, R2 questiona sobre ser um sobrenome ou outro, pois, no início do parágrafo em análise, A2 cita o “Juiz de Fora Luiz Coelho Ferreira”, em seguida retoma-o, porém, agora, chamando-o “Juiz de Fora Luiz Coelho **da Fonseca**” (destacados em vermelho na figura), causando estranhamento, uma vez que, naquele contexto, não poderia ser outro indivíduo. Mesmo inferindo ser o sobrenome “Ferreira”, o revisor deixa para o autor a tarefa de corrigir a informação.

Figura 137 - Correção de nome de autor II

Em 1753 o Juiz de Fora [REDACTED] emitiu um parecer acerca das representações dirigidas ao rei pelos senhores de engenho, lavradores de cana e de tabaco e afirmou sobre os impostos lançados sobre os gêneros produzidos no Brasil e os fretes e cargas dos navios. A Mesa de Inspeção, nesse processo, era um projeto da Coroa para executar as decisões do governo português “em favor e benefício de seus habitantes”¹³. Segundo o Juiz de Fora [REDACTED] as principais reclamações dos agricultores estavam [REDACTED] E FONSECA ou FERREIRA??

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ao verificarmos a versão final, conforme mostra a Figura 138, vemos que o sobrenome correto era Ferreira e não Fonseca, porém, também neste caso, o nome não foi completamente retificado, pois o nome passou a conter um “da [Ferreira]” que deveria ter sido retirado.

Figura 138 - Ajuste de correção: nome de autor II

Coroa para executar as decisões do governo português “em favor e benefício de seus habitantes⁸⁸⁸”. Segundo o Juiz de Fora Luiz Coelho da Ferreira, na principal reclamação dos agricultores estavam contestadas sobre a taxa dos açúcares e tabacos, dos

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Nesses casos de correção, do paralelismo entre plural e singular e da verificação dos nomes dos autores, notamos que R2 identifica os desvios, porém não os resolve, principalmente por serem parte daquilo a que o revisor não teve acesso: o referencial teórico, as bases bibliográficas, sendo necessário sinalizar para o autor aquilo que lhe parece inadequado. Assim como no caso da primeira tese, consideramos as categorias normalização e correção ‘camadas mais superficiais’, porém necessárias, em virtude das demandas do próprio texto.

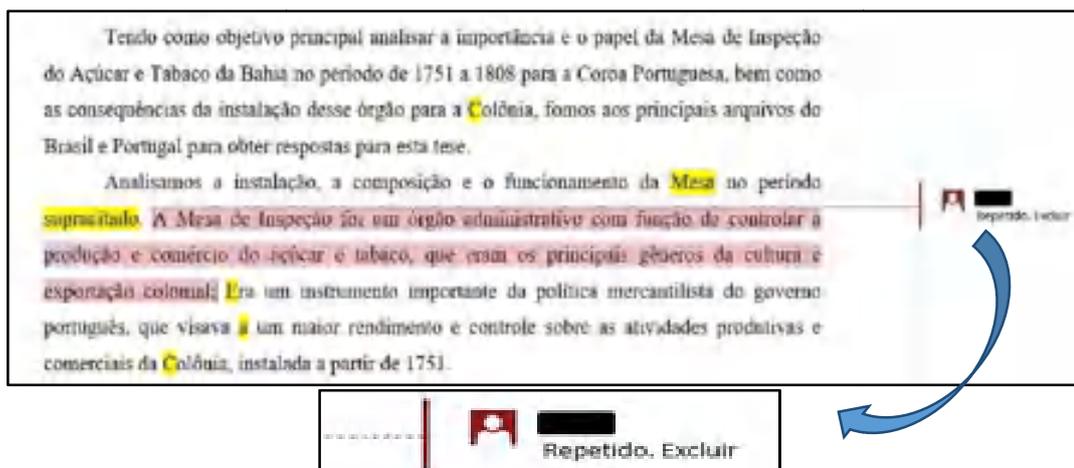
Seguimos, agora, com nossa próxima categoria de análise das interações: a repetição.

c) Repetição

No que tange à categoria “repetição”, em nossa segunda tese, as interações, mediante balões, indicam a repetição de ideias e de citação. Foram classificadas dessa maneira em virtude de o próprio revisor identificá-las como repetições de um mesmo argumento, aconselhando, posteriormente, sua exclusão.

Nesse sentido, como mostra a Figura 139, o autor alerta para o fato de o trecho em destaque tratar-se de uma repetição do que já havia sido dito no parágrafo anterior, portanto desnecessário. Acreditamos que, para R2, o trecho em questão seja redundante, pois o parágrafo que o antecede apresenta praticamente as mesmas informações sobre o que significava a “Mesa de Inspeção do Açúcar e Tabaco da Bahia”, portanto, deve ser excluído, conforme suas palavras: “Repetido. Excluir”. Serrano (2011, p. 129), referindo-se ao aspecto da correção e homogeneidade na produção de uma tese de doutorado, alerta para a importância de identificar e evitar “as repetições de expressões e de argumentos”, pensando principalmente na facilitação da leitura.

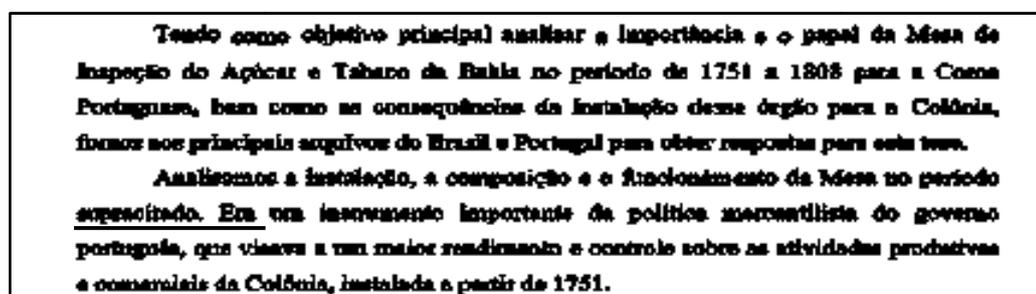
Figura 139 - Repetição de ideia



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

A Figura 140, a seguir, ilustra o mesmo trecho da tese, já em sua versão final, pós-ajustes. Vemos que, com base na proposta de exclusão do trecho, feita por R2, visto ser repetitivo, A2, em uma atitude de resposta (BAKHTIN, 2011), exclui a informação, ‘enxugando’, assim, o parágrafo, conforme sinalizamos no texto, com sublinhado, o local de onde o excerto foi suprimido.

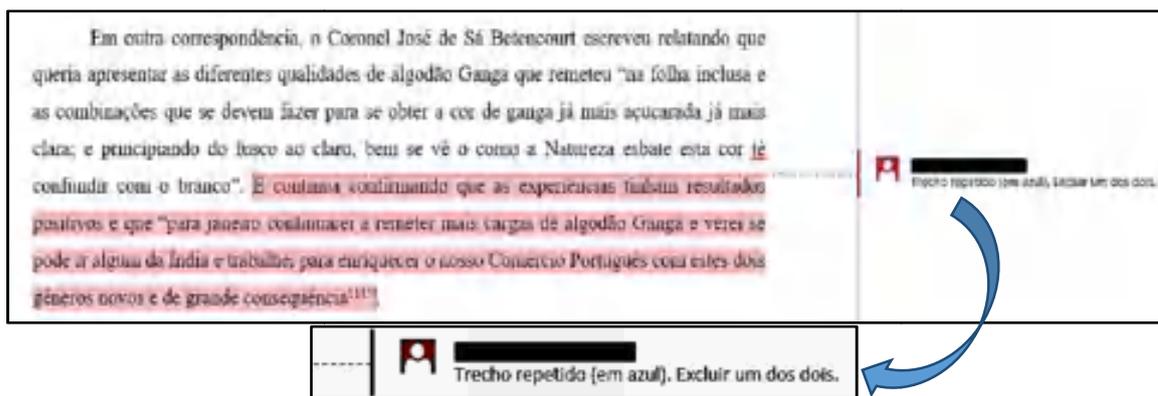
Figura 140 - Ajuste de repetição de ideia



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Na ocorrência seguinte, ilustrada pela Figura 141, R2 chama atenção para um trecho no qual há uma citação direta curta, assim dizendo: “Trecho repetido (em azul). Excluir um dos dois”. A expressão entre parêntesis, ou seja, “em azul”, refere-se a um trecho do parágrafo antecedente, no qual o autor utiliza a mesma citação para fundamentar suas ideias.

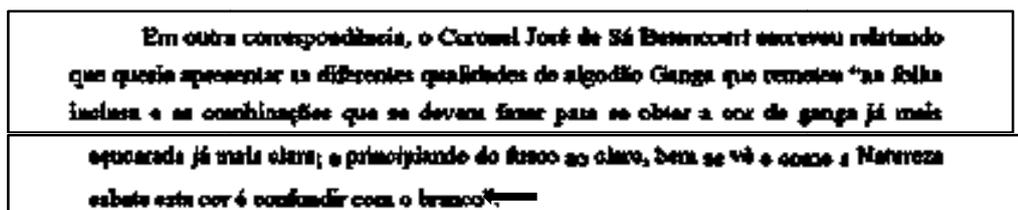
Figura 141 - Repetição de citação/ideia



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Como mostra a Figura 142, o autor excluiu o trecho destacado pelo revisor, mantendo a citação que havia no parágrafo antecedente.

Figura 142 - Ajuste de repetição de citação/ideia



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Embora o revisor identifique a repetição e constate a necessidade de exclusão, ele mesmo não o faz, mas deixa para o próprio autor a tarefa de fazê-lo, uma vez que a repetição da citação pode representar um ‘defeito’ em um texto como a tese, um gênero acadêmico de caráter científico, que pressupõe objetividade, “ir direto ao ponto”, não fazer “rodeios”.

A reformulação, por sua vez, é a nossa próxima categoria de análise, conforme apresentamos, a seguir.

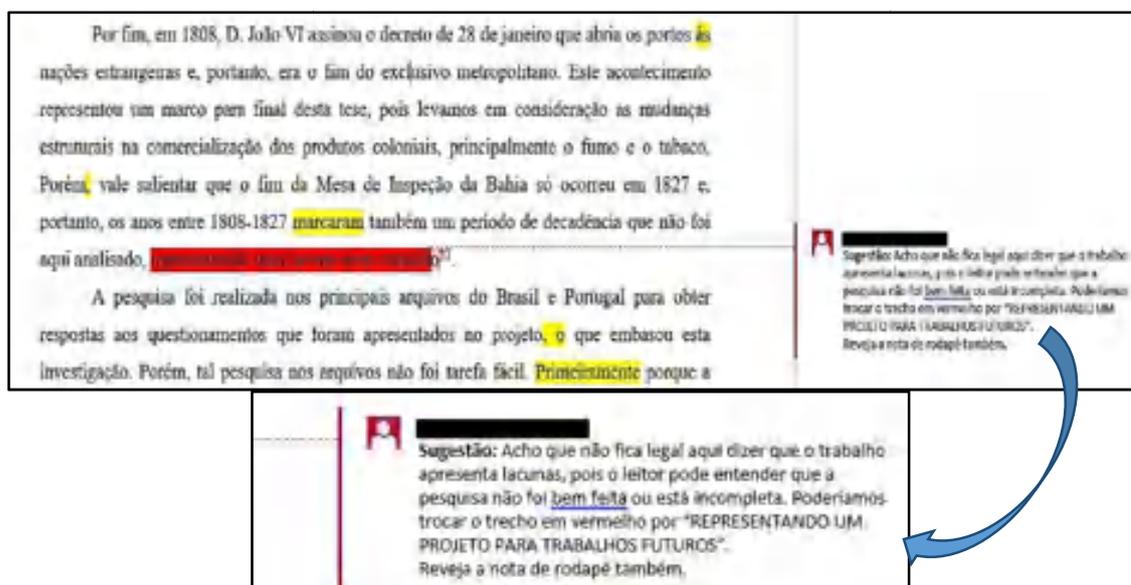
d) Reformulação

A categoria “reformulação” foi pensada no intuito de abarcar os casos que poderíamos classificar como reescrita, retextualização, edição do texto. Ao tratar esses casos como reformulação, sugerimos que se trate de um retorno ao texto, modificando seu registro e, também, seu sentido.

Assim, no caso classificado nessa categoria, em nossa segunda tese, ilustrado pela Figura 143, R2 apresenta a seguinte “Sugestão: Acho que não fica legal aqui dizer que o

trabalho apresenta lacunas, pois o leitor pode entender que a pesquisa não foi bem feita ou está incompleta. Poderíamos trocar o trecho em vermelho por ‘REPRESENTANDO UM PROJETO PARA TRABALHOS FUTUROS’. Reveja a nota de rodapé também”.

Figura 143 - Reformulação de informação



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Notemos que o revisor utiliza a expressão “trocar o trecho”, o que, para nós, significa a reformulação do trecho, uma vez que a ideia continua girando em torno de um mesmo dado, ou seja, o “período de decadência que não foi aqui [na tese] analisado”, como escreve o autor, modificando apenas a forma como se justifica essa ausência de informações sobre esse período, na pesquisa. Dessa forma, R2 alerta não ser adequado falar em ‘lacuna’, para não soar como falha de pesquisa ou incompletude, mas, sim, informar que se trata de algo a ser pesquisado em momento posterior, pois, sendo a pesquisa um recorte, não é possível abordar todos os seus aspectos e tudo o que se relaciona ao tema.

Embora, provavelmente, não tenha sido intenção do autor insinuar que sua pesquisa não tenha sido bem-feita ou que estivesse incompleta, foram essas as interpretações do revisor, pois, o sentido não está preso ao autor, ao texto ou ao leitor, mas ele é resultado de uma relação, na qual a compreensão é construída com base em aspectos linguísticos, em conhecimento de mundo e na própria configuração do gênero (MARCUSCHI, 2008), não sendo “legal dizer que o trabalho apresenta lacunas, como observa R2.

Após compararmos a versão revisada com a versão final, vimos que A2 optou por excluir o trecho que fora sinalizado pelo revisor, conforme nos mostra a Figura 144.

Figura 144 - Ajuste de reformulação de informação

principalmente o fumo e o tabaco. Porém, vale salientar que o fim da Mesa de Inspeção da Bahia só ocorreu em 1827 e, portanto, os anos entre 1808-1827 marcam também um período de decadência que não foi aqui analisado³⁷. ←

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Ressaltamos, ainda, que a sugestão de R2 vai de encontro com uma das observações de Motta-Roth e Hendges (2010, p. 16), em relação às estratégias de apresentação de seu ponto de vista, em trabalhos acadêmicos, isto é, “(d) Apontar falhas em sua própria pesquisa”; no entanto, para as autoras, ‘falhas’ significam não uma pesquisa mal feita e incompleta, mas, sim, o fato de que foram encontradas poucas referências, que ocorreram limitações para o estudo, que alguns aspectos não serão discutidos naquele momento etc., como propõe o revisor, conhecedor do gênero com o qual lida (OLIVEIRA, 2016).

Na interação, R2 solicita, ainda, ao autor que “reveja a nota de rodapé também”, na qual R2 insere o trecho “mas me comprometo a realiza-la em futuro próximo”³⁹, como mostra a Figura 145, que se segue.

Figura 145 - Reformulação de nota de rodapé

³⁶ PEDREIRA, Jorge. A Revolução Política do Sistema Colonial. In: FRAGOSO, João Luiz Ribeiro; GOUVEIA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 450.

³⁷ Embora a documentação tenha sido catalogada, principalmente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Apesar de ter sido parcialmente analisada, não podemos analisá-las no presente trabalho, devido ao marco inicial do projeto e à falta de tempo hábil para a escrita.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Portanto, essa ocorrência foi analisada pelo revisor, o qual apresentou um possível ‘caminho’ para solucionar aquilo que considerou um desvio, sendo a atitude do autor coerente com a sugestão, evitando produzir efeitos de sentido negativos à sua pesquisa e, também, comprometendo-se com a realização de pesquisa sobre a tal lacuna.

A seguir, apresentamos a categoria de análise definida como exclusão.

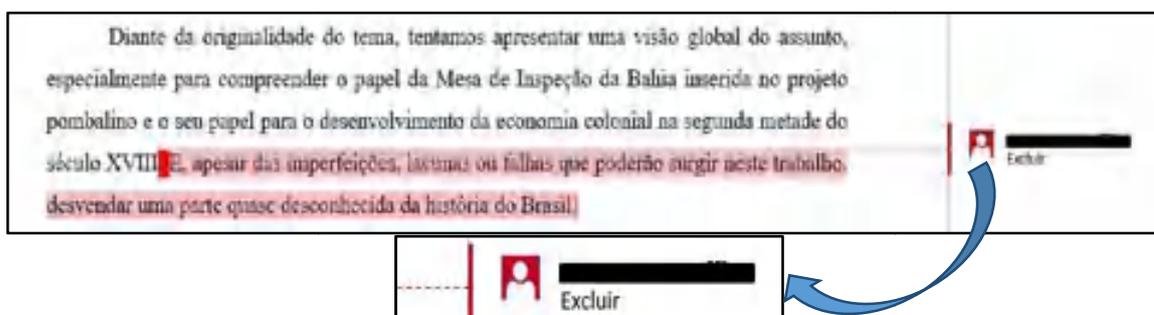
e) Exclusão

³⁹ Com base em nossas observações, informamos que o revisor utilizou, na tese, destaques em amarelo para suas intervenções resolutivas; azul para sinalizar as repetições; verde para indicar repetições; e vermelho para inserções.

A categoria “exclusão” tem como característica, nas teses, o fato de os próprios revisores terem aconselhado aos autores que fosse feita a exclusão, a supressão, o apagamento de palavras ou mesmo trechos inteiros, como no caso ilustrado pela Figura 146, na qual o revisor sinaliza uma ocorrência relacionada ao mesmo assunto sobre o qual propôs a reformulação, analisada na categoria anterior, sobre haver uma lacuna na pesquisa.

R2 propõe a A2 “Excluir” o trecho “E, apesar das imperfeições, lacunas ou falhas que poderão surgir neste trabalho, desvendar uma parte quase desconhecida da história do Brasil”, sem dar maiores explicações, uma vez que já havia aconselhado A2, em outro momento de interação, a comprometer-se com a realização de pesquisas futuras.

Figura 146 - Exclusão de informação



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Conforme observamos, na versão final, o autor acatou a observação do revisor, excluindo o trecho em questão, o qual suscita “imperfeições”, “lacunas” e “falhas” no trabalho, que retomavam os efeitos de sentido negativos atrelados ao estudo, que, ao mesmo tempo, é original – característica do gênero tese de doutorado –, como afirma A2, no início do parágrafo. De acordo com Marcuschi (2008), os gêneros possuem identidade, e isso, muitas vezes, condiciona nossas escolhas lexicais, além disso, estando situados em uma determinada situação sociocomunicativa, condicionam, também, aquilo que podemos dizer e o modo como dizemos.

Nessa perspectiva, em relação a esse *como dizer*, retomamos Possenti (2001; 2002), pois destaca que, quando tratamos de autoria, estamos nos referindo à manifestação de alguma singularidade relacionada à escrita, não sendo o diferencial, necessariamente, aquilo que diz, mas, sim, *como diz*, apresentando algumas pistas, ou indícios, dessa presença autoral, quais sejam: dar voz aos outros enunciadore, manter distância em relação ao próprio texto, evitar a mesmice, proporcionar uma avaliação do autor do discurso, saber se posicionar no processo de enunciação, sem deixar para o leitor a tarefa de julgar do que se trata em determinado texto.

Assim, podemos dizer que, na escrita da tese, é possível perceber que o autor dá voz a outros enunciados, à medida que traz para o seu texto outros autores, mediante citações diretas e indiretas, com os quais discute, seja afirmando ou contrapondo ideias, deixando claras essas relações, por meio de recursos lexicais que ressaltam essas relações, marcando, assim, sua posição em relação ao que dizem e em relação ao seu interlocutor, o que resulta em outro indício – manter a distância em relação ao próprio texto (POSSENTI, 2002).

Quanto às interações das quais tratamos, categorizadas como “reformulação” e “exclusão”, vemos que R2 reflete não apenas sobre o que diz o autor, mas a respeito do *como diz*, evitando produzir significações como ‘falha na pesquisa’, ‘lacuna no estudo’, ‘imperfeição’ e, sim, ‘aspecto a ser estudado em outra oportunidade’. Desse modo, acreditamos que o revisor, quando sugere a reformulação e a exclusão de informações, por vezes, está preocupado, também, com essa forma peculiar de o autor se manifestar na escrita, ainda que os textos acadêmicos, na condição de gêneros secundários, sejam mais fechados quanto à aparição do estilo do autor (BAKHTIN, 2011). Para Bakhtin (2011), nos gêneros mais fechados, a própria escolha de um vocábulo em detrimento de outro, desde que estejam dentro dos padrões de identidade que condicionam esse gênero (MARCUSCHI, 2008), já representa o resultado de uma escolha.

Para nós, as categorias “repetição”, “reformulação” e “exclusão” compreendem as ‘camadas intermediárias’ de acesso ao sentido na negociação entre autor e revisor, na etapa de revisão textual. Em seguida, passamos à última categoria de análise identificada em nossa segunda tese.

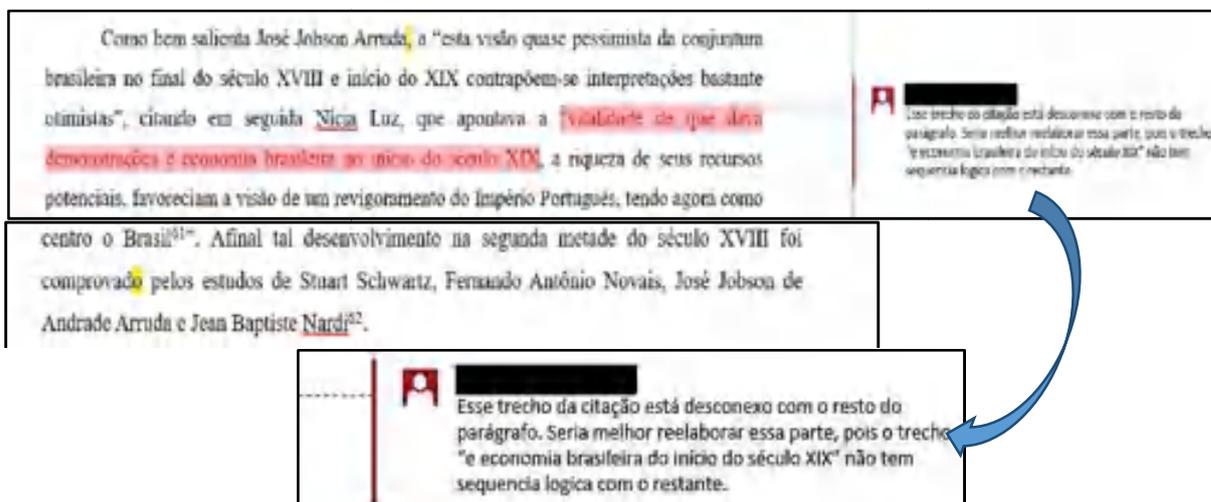
f) (In)Compreensão

A última categoria de análise identificada na segunda tese diz respeito a interações em que o revisor dialoga com o autor a respeito de trechos do texto que, conforme suas palavras, estão “desconexos”, “sem sentido”, “incompletos”, “faltando algo”, “faltando predicado”, “faltando um verbo para atribuir sentido”, sendo essas as interações aquelas em que o revisor parece se ‘aprofundar’ um pouco mais no texto, a fim de apreender o sentido pretendido pelo autor, um sentido que, na etapa de revisão textual, é linguístico.

Assim, como mostra a Figura 147, embora R2 esteja dando destaque a uma citação, dessa vez se atém à conexão, à lógica, quando salienta sobre a passagem “‘vitalidade de que dava demonstrações e economia brasileira no início do século XIX’” que “Esse trecho da citação está desconexo com o resto do parágrafo. Seria melhor reelaborar essa parte, pois o

trecho ‘e economia brasileira do início do século XIX’ não tem sequencia logica [sic] com o restante”.

Figura 147 - (In)Compreensão: trecho desconexo I



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Acreditamos que, nesse caso, teria sido interessante revisitar a fonte da citação direta, pois é possível que em lugar de “dava demonstrações e economia brasileira” seria “dava demonstrações a economia brasileira”, se nos guiarmos pela lógica – aquela de que fala o próprio revisor: uma “sequência lógica”, sendo, portanto, o processo de coesão responsável pela “estruturação da sequência [superficial] do texto” (MARCUSCHI, 2008, p. 99), manifestando, dessa forma, a coerência textual (COSTA VAL, 1999). A coesão textual, por meio de recursos conectivos ou referenciais, como nos informa Marcuschi (2008), apresenta padrões formais de transmissão de conhecimentos e de sentidos.

Dessa forma, com base na figura anterior, dizemos que R2 apercebeu-se de que havia algum problema com o trecho em questão, causando-lhe incompreensão, especialmente em relação à parte introduzida pela conjunção “e”, que, para nós, seria, possivelmente, o artigo “a” (“a economia”), sendo o mais esperado naquela construção. Supomos, ainda, que essa falta de lógica na sequência tenha ocorrido em virtude de um problema de digitação que poderia ter sido ajustado ao se conferir o texto original, visto ser uma citação direta. No entanto, como podemos constatar na Figura 148, o autor manteve o trecho como estava, uma vez que para reformulá-lo, como propôs R2, teria de transformá-lo em uma paráfrase, não sendo esse seu desejo, provavelmente.

Figura 148 - Ajuste de (in)compreensão: trecho desconexo I

Como bem salienta José Jobson Arratia, a “esta visão quase pessimista da conjuntura brasileira no final do século XVIII e início do XIX contrapõe-se interpretações bastante otimistas”, citando em seguida Nina Lez, que apontava a “vitalidade de que dava demonstrações e economia brasileira no início do século XIX, e riqueza de seus recursos potenciais, favoreceram a visão de um revigoramento do Império Português, tendo agora como centro o Brasil”¹³⁷. Afinal tal desenvolvimento os

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Assim, o revisor identificou um problema de conexão textual, o qual, de certo modo, prejudicou sua compreensão do texto, afetando, portanto, o sentido a ser depreendido; mas, ainda que tenha ocorrido alguma interação com o autor, a questão permaneceu, pois em uma situação como a etapa de revisão, com prazos apertados tanto para o autor quanto para o revisor, sem a possibilidade de o revisor retornar ao texto, identificando que o problema persistiu e tendo a possibilidade de ‘conversar’ novamente a respeito do trecho, isso acaba se tornando um prejuízo para a produção do sentido ou seus efeitos de sentido(s) para futuros leitores.

Na figura seguinte (Figura 149), apresentamos mais uma interação em que R2 se concentra mais uma vez sobre uma citação direta, afirmando ser um “Trecho desconexo com o restante da citação. É preciso revê-la”. Além disso, destaca, em amarelo, suas intervenções de tipo resolutivo e, em azul, uma outra citação que se repete no parágrafo subsequente a este (citação que se repetia no parágrafo seguinte).

Figura 149 - (In)Compreensão: trecho desconexo II

produtores¹³⁸. Foi acompanhado também por um relatório do Coronel José de Sa Bêncourt que o enviou à Mesa de Inspeção, informando como foi o processo e as dificuldades encontradas principalmente com as ocorrências de “moléstias e das visitas dos vizinhos patzós”, e, mesmo com as adversidades, remeteu as amostras das experiências de diferentes qualidades de algodão Gunga incluindo as folhas e as combinações que se deveria fazer para obter a cor de gunga, mais clara, bem próxima ao branco¹³⁹. Dessa forma, a sua produção é descrita destacando-se a sua qualidade com “um fardo de Gunga Branco, com a marca GB, uma de branco para mescla e torna mais agradável a sua cor”. O Coronel ainda afirmou, em suas palavras, que “para Jacinto continuare a remeter mais cargas de algodão Gunga e virem se pode ir alguns do Índia e trabalhar para entregar o mesmo Conserto Português com estes dois gêneros novos e de grande consequência” e também que “o Gungê Graiz tem produzido bastante e a pimenta tem morrido talvez pela ardência do clima¹⁴⁰”.

Trecho desconexo com o restante da citação. É preciso revê-la.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Para R2, o excerto “e torna mais agradável a sua cor”, parte de uma citação direta, não parece estar conectado ao restante da citação, embora o autor esteja tratando da produção e do processamento do algodão, ressaltando que ele passa por um processo de branqueamento e, em decorrência disso, são causadas doenças e outros problemas. De fato, embora possamos depreender algo do todo, do parágrafo antecedente, desse e do posterior, a citação em questão soa de forma estranha aos ouvidos, como se algo estivesse desconectado na informação, ou como se a citação não tivesse sido registrada de acordo com o original, apesar de que a citação é parte de textos históricos antigos, uma vez que a nota de rodapé referente à citação em questão informa tratar-se de um arquivo de 18 de novembro de 1805, podendo ser considerado arcaico, não sendo, por isso, aceitável ao revisor, que o considera desconectado, ao ferir a coesão e conseqüentemente a coerência do texto, sendo necessário um maior esforço para apreender o sentido (MARCUSCHI, 2008).

Quando conferimos a versão final, para verificar qual havia sido a atitude de A2 em relação à sugestão de R2, conforme a Figura 150, notamos que o trecho da citação foi mantido da mesma forma como estava, podendo significar que o trecho foi registrado em total conformidade com a fonte ou que o autor não verificou o original, uma vez que não foi interpelado pelo revisor a fazer isso, até porque, dependendo do documento, nem sempre é possível acessá-lo com tanta facilidade, além de ter pouco tempo para fazê-lo.

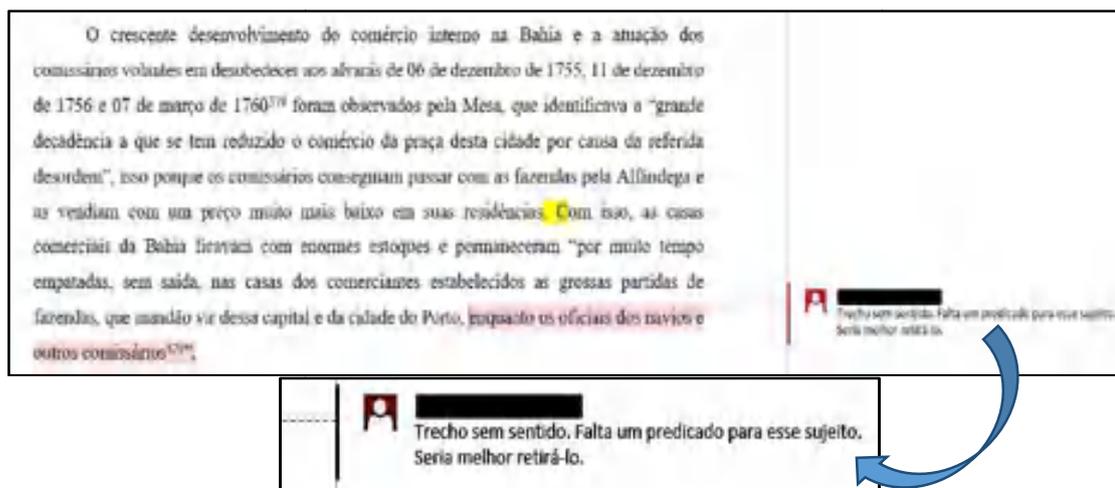
Figura 150 - Ajuste de (in)compreensão: trecho desconexo II

cor de gaza, mais clara, bem próxima ao branco²⁰. Dessa forma, a sua produção é descrita destacando-se a sua qualidade com “um fardo de Ganga Branco, com a mesma GE, uma de branco para mescla e torna mais agradável a sua cor”. O Coccol ainda afirma, em suas palavras, que “para janeiro continuarei a receber mais cargas de

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Na interação seguinte (Figura 151), sobre a (in)compreensão de um novo trecho da tese, R2 informa ao autor: “Trecho sem sentido. Falta um predicado para esse sujeito. Seria melhor retirá-lo”. Disse isso referindo-se à passagem ““enquanto os oficiais dos navios e outros comissários³²⁰” – parte de uma citação direta.

Figura 151 - (In)Compreensão: trecho sem sentido I



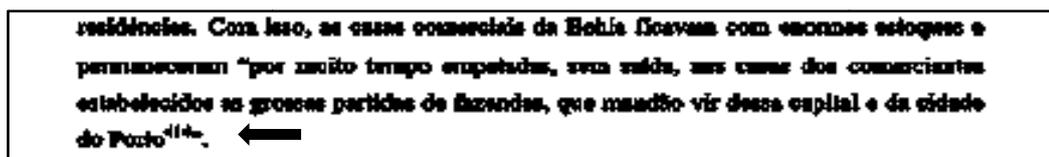
Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Notemos que a presença da conjunção ‘enquanto’ atrelada a ‘oficiais e comissários’ apresenta, de fato, uma incompletude, a falta de um predicado, visto que a informação anterior a este trecho se refere às ‘casas comerciais da Bahia’, mantendo, talvez uma relação de temporalidade ou proporcionalidade com o trecho destacado pelo revisor. Diante dessa incompletude, R2 sugere o apagamento do fragmento de texto – o que também poderia se resolver com a complementação da citação, pois há a criação de expectativa no leitor: *enquanto os oficiais e comissários o quê?*

Uma vez que o revisor não faz parte, necessariamente, do público leitor desse texto, mas simula essa participação, com objetivos próprios, é possível que não tenha considerado importante a informação ou “predicado para esse sujeito”, como ele mesmo disse, pois, como já dissemos, o nível de informatividade de um texto não será o mesmo para todos os leitores (orientador, banca, revisor, estudantes da área de conhecimento). Para Marcuschi (2008, p. 132), a informatividade “diz respeito ao grau de expectativa ou falta de expectativa, de conhecimento ou desconhecimento e mesmo incerteza do texto oferecido”; portanto, na condição de leitor especializado, o revisor julgou que seria mais adequado excluir o trecho ao invés de complementá-lo, talvez em razão de o próprio autor não ter tido a intenção de registrar o trecho da citação que completava seu sentido.

A Figura 152, que se segue, retirada da versão finalizada da tese, mostra-nos que o autor seguiu o conselho de R2, suprimindo, portanto, o trecho incompleto, levando-nos a acreditar que era intenção do autor registrar apenas a parte da citação que se referia às casas de comércio, sendo essas as informações mais relevantes para sua pesquisa.

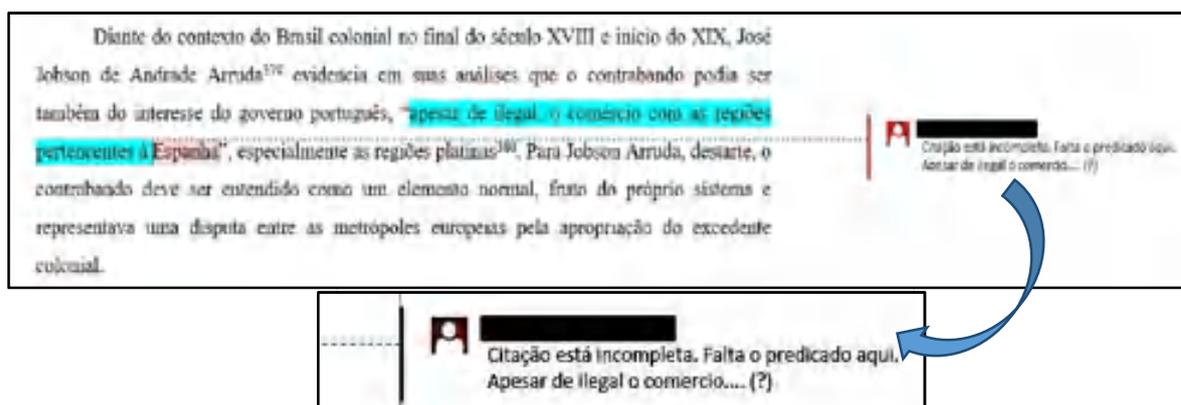
Figura 152 - Ajuste de (in)compreensão: trecho sem sentido I



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

A interação seguinte (Figura 153), nas palavras de R2, chama atenção para uma “Citação [que] está incompleta”, pois, segundo ele, “Falta o predicado aqui”. E ainda questiona: “Apesar de ilegal o comercio [sic].... (?)”. O revisor refere-se ao trecho, destacado em azul, “apesar de ilegal, o comércio com as regiões pertencentes à Espanha’, especialmente as regiões platinas”.

Figura 153 - (In)Compreensão: citação incompleta



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Neste caso, acreditamos que o revisor foi certo em seu questionamento, ao identificar a falta do predicado, levando o autor a retornar à fonte, a referência bibliográfica, ainda que não tenha dito isso, claramente. Ressaltamos, novamente, que a falta de um elemento textual (uma conjunção, um verbo etc.), interfere na coesão e, consequentemente, na coerência textual, interferindo na produção de sentido, na compreensão do leitor (MARCUSCHI, 2008; COSTA VAL, 1999). Por meio dessa incompletude detectada pelo revisor, que causou incompreensão do trecho em questão, foi possível apresentar um caminho para resolução do problema: retornar à fonte e complementar a citação, dando sentido ao trecho do texto.

Em resposta às observações do revisor, A2 ajusta a citação, ou seja, complementa o trecho da citação, deixando-o da seguinte maneira: “apesar de ilegal, o comércio com as

regiões pertencentes à Espanha **era praticado**’, especialmente as regiões platinas”, como mostramos na Figura 154.

Figura 154 - Ajuste de (in)compreensão: citação incompleta

Diante do contexto de Brasil colonial no final do século XVIII e início do XIX, José Jobson de Andrade Arruda⁶³ evidencia em seus estudos que o contrabando podia ser também do interesse do governo português, “apesar de ilegal, o comércio com as regiões pertencentes à Espanha **era praticado**”, especialmente as regiões platinas⁶⁴. Para Jobson Arruda, portanto, o contrabando deve ser entendido como um elemento normal, fruto do próprio sistema e representava uma disputa entre as metrópoles europeias pela apropriação do excedente colonial.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Em uma nova interação, envolvendo a (in)compreensão do que fora registrado pelo autor, R2 afirma que “O trecho está sem sentido. Parece estar faltando algo aqui. É preciso reelabora-lo”. O revisor refere-se ao trecho: “com aquelas diferenças acidentais existentes no mesmo cofre todo o resíduo, mas grande parte dele nos referidos depósitos das Inspeções” (Figura 155).

Figura 155 - (In)Compreensão: trecho sem sentido II

a exactidão das contas. Esta diligência se praticava e era indispensável e de maior importância no Real Erário. No fim de cada ano, a Tesouraria Geral fazia o ajustamento radical das contas, aplicável à Tesouraria Geral do Reino de Angola **com aquelas diferenças acidentais existentes no mesmo cofre todo o resíduo, mas grande parte dele nos referidos depósitos das Inspeções**.

O trecho está sem sentido. Parece estar faltando algo aqui. É preciso reelabora-lo.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Se nos guiarmos pela inferência, diremos que o problema se concentra, especialmente, no trecho “cofre todo o resíduo”, o qual poderia ser “cofre **de** todo o resíduo” – daí o revisor sugerir a falta de algo. Ressaltamos que o excerto em destaque é uma citação indireta, isto é, paráfrase de um texto histórico datado de 1772, conforme verificamos na nota de rodapé, com informações da fonte. Visto tratar-se de um texto mais antigo, a escrita apresenta-se um tanto arcaica, de difícil compreensão, mas o autor da tese busca tornar mais clara a informação, escrevendo-a de acordo com suas palavras, e, ainda assim, um tanto confusa, como aponta R2 (Figura 156).

Figura 156 - Ajuste de (in)compreensão: trecho sem sentido II

contas. Esta diligência se praticava e era indispensável e de maior importância no Real Erário. No fim de cada ano, a Tesouraria Geral fazia o ajustamento radical das contas, aplicável à Tesouraria Geral do Reino de Angola com algumas diferenças accidentais existentes no mesmo cofre, mas grande parte dele nos referidos depósitos das Inspeções⁵⁹⁸.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Em outra interação (Figura 157), em mais uma citação direta, R2 alerta: “Parece faltar algo aqui. Verificar”, referindo-se a “No entanto, foram infinitos os clamores contra esta **tão** providência [...]”. Ao chamar a atenção para a falta de algo, o revisor sinaliza problemas relacionados à coesão, à ligação, à conexão de elementos do texto, mas, principalmente, coloca em relevo o fato de que a falta de um único elemento, ainda que seja uma preposição, afeta a compreensão, a apreensão do sentido.

Figura 157 - (In)Compreensão: trecho incompleto I

Companhia do Marabão e Grão Pará. No entanto, “foram infinitos os clamores contra esta **tão** providência, bem como costuma acontecer em todos os estabelecimentos novos, enquanto não se conhece a sua utilidade⁵⁹⁷”. Fatos assim eram recorrentes, inclusive aos relacionados à Mesa de Inspeção.

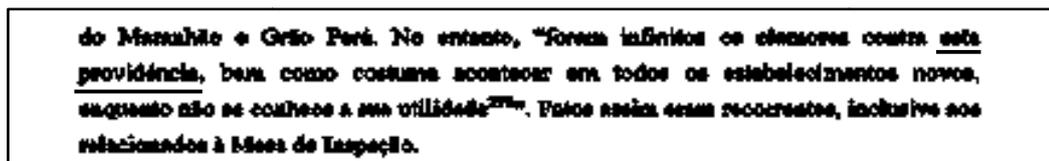
Parece que falta algo aqui. Verificar.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Na Figura 157, portanto, R2 destaca o advérbio “tão”, que, neste caso, deveria funcionar como o modificador de um adjetivo (*tão grande providência*, por exemplo), mas que, sozinho, acaba tornando-se desnecessário, inadequado na comunicação, ou seja, parece não ter uma função, um sentido claro. O revisor, infere, dessa forma, que falta algo (um adjetivo) para completar o dito, principalmente por se tratar de uma citação direta, podendo ter ocorrido um problema de digitação.

Ao verificarmos a versão pós-ajustes, percebemos, com base na atitude responsiva de A2 ao revisor, que, na verdade, não faltava algo, mas, sim, que o advérbio ‘tão’ não deveria estar ali, uma vez que fora suprimido, apagado do texto, como ilustra a Figura 158.

Figura 158 - Ajuste de (in)compreensão: trecho incompleto I

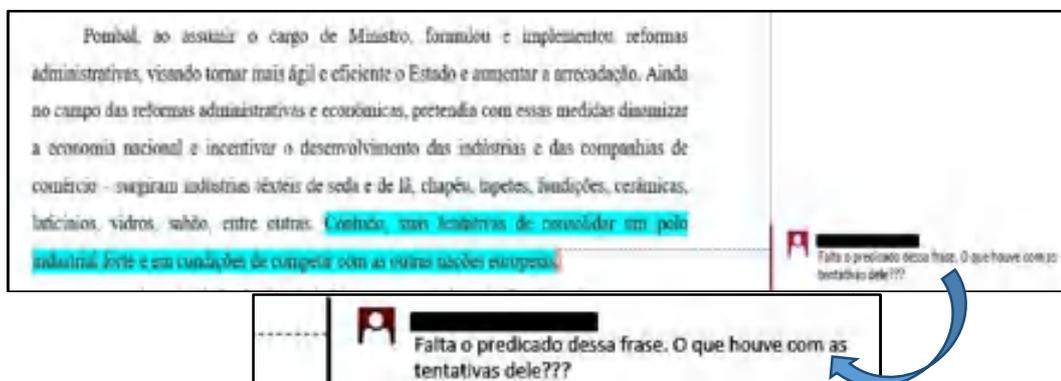


Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Embora o revisor tenha acreditado que o problema fosse a falta de conexão, e não a presença de uma palavra que deveria estar ali, sua atitude em solicitar a verificação da citação foi bastante acertada, pois, quando se trata das palavras de outros enunciadores – as citações diretas –, não temos a liberdade de alterá-las.

Em nossa penúltima interação, o revisor novamente se atenta para uma incompletude no trecho, com destaque em azul, na Figura 159. Em suas palavras: “Falta o predicado dessa frase”, ou seja, o trecho da tese “Contudo, suas tentativas de consolidar um polo indústria forte e em condições de competir com as outras nações europeias”; R2 acrescenta, ainda: O que houve com as tentativas dele???”.

Figura 159 - (In)Compreensão: trecho incompleto II



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

No parágrafo em questão, da tese, A2 aborda as atitudes do Ministro Pombal, ao assumir o cargo e, para finalizar, passa a tecer considerações sobre suas tentativas de consolidação da indústria, porém não completa, não diz como foram, o que ocorreu, se deram certo ou não, se a consolidação foi imediata ou não. Acreditamos que, por meio desse questionamento, R2 tenha sido bastante objetivo, não deixando para o autor a tarefa de tentar descobrir sozinho qual era o problema do trecho, caso dissesse apenas que estava sem sentido. Assim, o autor completou a informação, afirmando que ‘as tentativas de consolidação industrial’ “foram aos poucos se efetivando”, completando, portanto, o sentido a ser depreendido pelo leitor (Figura 160).

Figura 160 - Ajuste de (in)compreensão: trecho incompleto II

Pombal, ao assumir o cargo de Ministro, formou e implementou reformas administrativas, visando tornar mais ágil e eficiente o Estado e aumentar a arrecadação. Ainda no campo das reformas administrativas e econômicas, pretendia com essas medidas dinamizar a economia nacional e incentivar o desenvolvimento das indústrias e das companhias de comércio – surgiram indústrias têxteis de seda e de lin, chapéus, tapetes, fábricas, cerâmicas, latifúndios, vidros, sabão, entre outras. Contudo, suas tentativas de consolidar um pólo industrial forte e em condições de competir com as outras nações europeias foram nos poucos se efetivando.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Finalmente, em nossa última interação da categoria (in)compreensão, na qual o revisor levanta questionamentos sobre passagens que apresentam comprometimento do sentido, em virtude de desvios que afetam a coesão, a coerência, e que mostram, muitas vezes, interdependência de fatores pragmáticos, como intencionalidade, aceitabilidade, além da informatividade textual, apresentamos a Figura 161. Nela, R2 informa ao autor que “Falta um verbo aqui para atribuir sentido a esse trecho”, referindo-se ao período: “[...] as medidas adotadas na Colônia eram para resolver os ‘problemas efetivos que a manutenção e a exploração do ultramar apresentavam à metrópole’ e que ‘no plano da política e dos mecanismos estruturais que atuavam no conjunto do sistema e promoviam, nessa base, reajustamentos fundamentais’”. Assim como salienta Francisco Calazans Falconi, “as providências e medidas tomadas pelo reformismo pombalino podem

Figura 161 - (In)Compreensão: trecho incompleto III

Para Fernando Novais as medidas adotadas na Colônia eram para resolver os “problemas efetivos que a manutenção e a exploração do ultramar apresentavam à metrópole” e que “no plano da política e dos mecanismos estruturais que atuavam no conjunto do sistema e promoviam, nessa base, reajustamentos fundamentais”. Assim como salienta Francisco Calazans Falconi, “as providências e medidas tomadas pelo reformismo pombalino podem

Falta um verbo aqui para atribuir sentido a este trecho.

Falta um verbo aqui para atribuir sentido a este trecho.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Destacamos que A2 dá voz a outros enunciados/enunciadores, numa atitude reveladora de autoria (POSSENTI, 2001; 2002), creditando aos outros suas palavras, dando autoridade ao seu próprio texto (SERRANO, 2011), revelando o caráter dialógico do gênero tese (BAKHTIN, 2011); entretanto, no plano da textualização, percebemos que há um problema na conexão entre a parte destacada em azul e a anterior, em que são articuladas duas citações diretas. Uma vez que falhas na coesão podem afetar a coerência (COSTA VAL, 1999), e, por

sua vez, a compreensão, o sentido, R2 chama atenção para o desvio, a fim de melhor articular as ideias presentes no trecho.

Nessa perspectiva, o autor da tese revisita seu texto, tendo em vista o alerta do revisor para a falta de sentido pela ausência de um verbo, ligando as duas citações por “se davam”. Notemos, porém, que, apesar de ter incluído o verbo mencionado por R2, o autor suprimiu a parte “e que”, persistindo o problema coesivo, como podemos constatar na Figura 162.

Figura 162 - Ajuste de (in)compreensão: trecho incompleto III

Para Fernando Novais as medidas adotadas na Colômbia servem para resolver os “problemas efetivos que a manutenção e a exploração do utilitarismo apresentaram à metrópole” se devam “no plano da política e dos mecanismos estruturais que atuaram no conjunto do sistema e promoviam, nesse caso, reajustamentos fundamentais”¹⁰.

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras.

Como vimos, em quase todas as ocorrências em que o revisor alegou falta de sentido, o problema esteve ligado, principalmente, à coesão, à superfície do texto, recaindo, por sua vez, sobre a coerência, mobilizando, também, os fatores intencionalidade e aceitabilidade, ou seja, os efeitos de sentido pretendidos pelo autor e as expectativas/conhecimentos do revisor, na condição de leitor. Nesse sentido, propomos que essa categoria possa ser considerada, na etapa de revisão textual, referente à ‘camada mais profunda’ do texto.

Na subseção seguinte, apresentamos um apanhado geral sobre o processo de revisão da primeira e da segunda tese, dando destaque para algumas características do trabalho dos profissionais R1 e R2.

6.3 BREVES CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE R1 E R2

Nossa primeira tese de doutorado concentra-se na área de conhecimentos das ciências médicas, tendo sido produzida pelo Autor 1 e revisada pelo Revisor 1. O texto, na versão em processo de revisão, apresenta 106 páginas, desde a introdução até a conclusão. Destacamos que R1 realizou apenas revisão textual e, em virtude do curto prazo para entrega do trabalho, não realizou uma conferência dos ajustes empreendidos pelo autor.

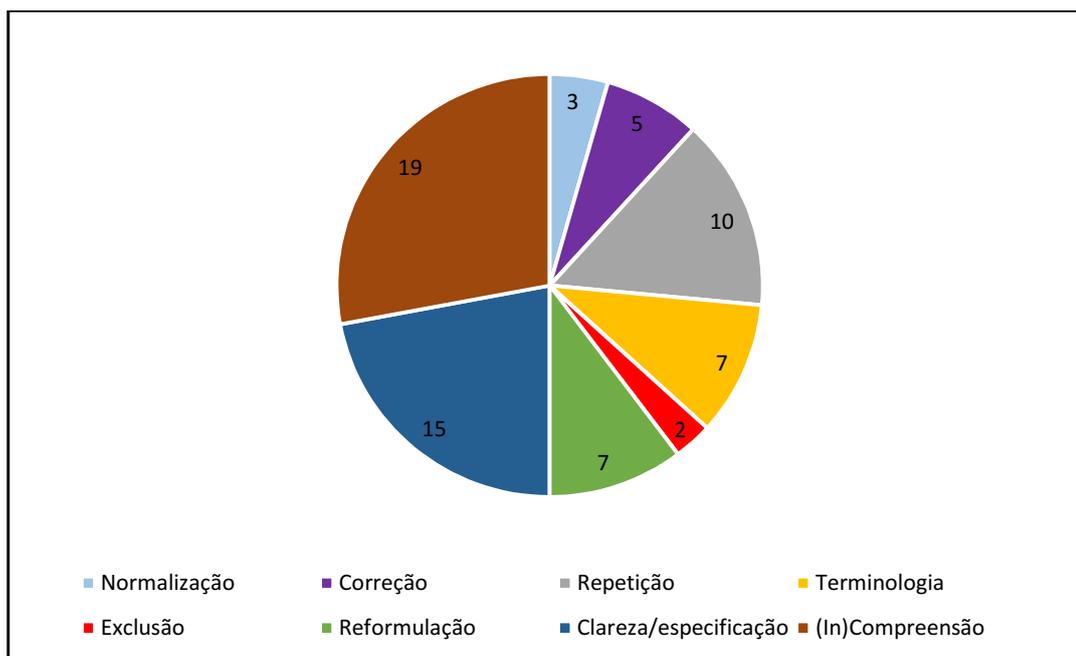
A segunda tese de doutorado, por sua vez, concentrada na área de conhecimento das ciências humanas, pertencente ao Autor 2 e revisada pelo Revisor 2, possui 153 páginas textuais, compreendendo a introdução até seu último capítulo. Na realização de seu trabalho, o profissional de texto realizou duas funções distintas: a de revisor textual e a de revisor

técnico (ABNT), dando conta, ainda, de um texto com quase 50 páginas a mais do que a tese do Autor 1, cumprindo prazo semelhante para entrega do texto, caracterizado por ser bastante curto.

Quanto aos tipos de revisão empreendidos por R1, identificamos os tipos resolutivo, mediante a ferramenta “Controlar Alterações”, em que as alterações ficam todas aparentes no texto, com destaques em cores diferentes, sublinhado, tachado, além do tipo interativo, por meio da inserção de balões; já R2, utilizou o resolutivo, ao fazer ajustes diretos, sem a necessidade de comunicá-los textualmente ao autor, apenas destacando-os por meio de realce na cor amarela, e o tipo interativo, por meio do qual, assim como R1, fez questionamentos, apresentou sugestões e propostas para trechos do texto nos quais foram identificados desvios que não poderiam ser solucionados de forma resolutiva; além disso, ambos os revisores utilizaram destaques coloridos – realces – para sinalizar: resoluções (em amarelo), repetições (azul), inserções (em vermelho), conforme nossas análises.

No processo de revisão da primeira tese, identificamos a presença de oito categorias de análise, quais sejam: a) normalização, b) correção, c) repetição, d) terminologia, e) reformulação, f) exclusão, g) especificação e h) (in)compreensão – duas a mais que a segunda tese. O Gráfico 1, a seguir, mostra a distribuição das categorias, conforme a quantidade, na primeira tese.

Gráfico 1 – Distribuição quantitativa das categorias – A1/R1



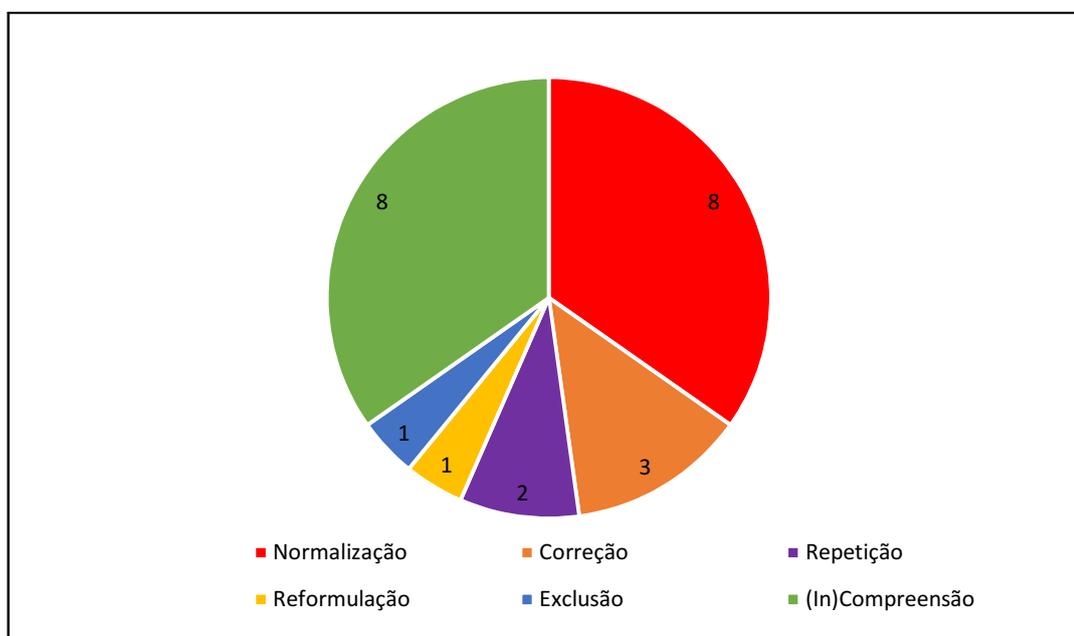
Fonte: Produzido pelas pesquisadoras.

De acordo com o que ilustra o nosso gráfico, sobre as categorias das interações, foram detectadas, em ordem crescente, duas (2) exclusões, três (3) questões referentes à normalização, cinco (5) correções, sete (7) verificações de terminologia, sete (7) questões de reformulação, dez (10) repetições, quinze (15) interações a respeito de especificação de dados e dezenove (19) negociações sobre (in)compreensão de informações. Portanto, foram encontrados, na primeira tese, 68 balões interativos.

No caso da segunda tese, R2 trabalhou com uma quantidade maior de páginas, em relação a R1, além realizar dois serviços concomitantes. Apesar disso, foi encontrada uma menor quantidade de balões interativos, por meio dos quais discutiu com o autor a respeito de questões classificadas nas seguintes categorias: a) normalização, b) correção, c) repetição, d) reformulação, e) exclusão e f) (in)compreensão. Ressaltamos que duas categorias não foram identificadas na segunda tese: verificação de terminologia e solicitação de especificação de informações, uma vez que essas duas categorias não foram mencionadas por R2, pois, conforme dissemos, nossa classificação foi motivada pelas palavras dos próprios revisores.

Desse modo, o Gráfico 2, que se segue, apresenta a distribuição quantitativa das categorias identificadas na segunda tese.

Gráfico 2 – Distribuição quantitativa das categorias – A2/R2



Fonte: Produzido pelas pesquisadoras.

Conforme o gráfico, percebemos que as questões de normalização aparecem em grande número, porém, se referem à atividade de revisão técnica, não sendo este o foco de

nossas análises, mas, sim, a revisão textual. Se separarmos as duas atividades e colocarmos de lado as questões referentes às normas da ABNT, veremos que, quanto à revisão textual, temos uma maior quantidade de interações relacionadas ao sentido, nomeada como “(in)compreensão” (8 ocorrências), seguida da correção (3 ocorrências), da repetição (2 ocorrências), da reformulação (1 ocorrência) e da exclusão (1 ocorrência). Em termos quantitativos, a segunda tese apresentou 1/3 (um terço) da quantidade de balões encontrados na primeira tese, totalizando 23 (vinte e três) balões interativos.

Ao verificarmos as ocorrências de interação entre os revisores, em relação à normalização, ainda que não seja nosso foco, vimos que R1, apesar de não (saber) realizar os ajustes, identificou desconfigurações no texto e, ainda, as sinalizou para o autor; enquanto R2 realizou a revisão técnica sendo todos os ajustes pertinentes, ainda que alguns, que dependiam do autor, mencionados nos balões, indicando o que deveria ser feito, mantiveram alguns pequenos problemas.

Em relação aos balões interativos referentes à revisão textual, sendo 65 (sessenta e cinco) de R1 e 15 (quinze) de R2, vimos que a maioria deles foram relativos à (in)compreensão e, em menor quantidade, os relativos à exclusão, em ambas as teses. Constatamos, ainda, que, dos quinze questionamentos de R2, apenas dois foram ignorados pelo autor, na categoria (in)compreensão; enquanto, entre os sessenta e cinco questionamentos de R1, 24 (vinte e quatro) foram ignorados, ou seja, mantidos como estavam. Além disso, por vezes, o Autor 1 rejeitou até mesmo os ajustes resolutivos, principalmente nas duas últimas categorias: especificação e (in)compreensão.

No caso de A1, reconhecemos que o revisor, em virtude da maior quantidade de interações, mantém um amplo diálogo com o autor, fazendo questionamentos, sugestões, e, além disso, sinaliza todas as suas ações no texto, para que o autor tenha a dimensão do que foi feito em sua produção, ainda que essas marcações possam ‘poluir’ o texto. No entanto, R1, em vários momentos, parece ser um corretor de texto, que sinaliza, de maneira muito imprecisa, como o autor deveria ajustar o texto. Um sinal disso foi o fato de o autor ter rejeitado muitas de suas sugestões, provavelmente por não saber como fazê-las.

Com base em nossas análises, verificamos que R2 mostra-se um profissional mais resolutivo, tendo em vista os realces em amarelo, no texto, que mostram suas intervenções, além do fato de apresentar um número menor de interações, ainda que estivesse realizando dois serviços, porém dispondo de pouco tempo para realizar seu trabalho. Além disso, diferentemente do Revisor 1, R2 mostra-se mais preciso, mais específico, quando sinaliza o problema, levantados, também questionamentos e sugestões, como, por exemplo, nos

seguintes comentários: “Falta o predicado dessa frase. O que houve com as tentativas dele???”; “A citação está incompleta”. Falta o predicado aqui. Apesar de ilegal o comercio [sic].... (?)”; “Sugestão: Acho que não fica legal aqui dizer que o trabalho apresenta lacunas, pois o leitor pode entender que a pesquisa não foi bem feita ou está incompleta. Poderíamos trocar o trecho em vermelho por ‘REPRESENTANDO UM PROJETO PARA TRABALHOS FUTUROS’. Reveja a nota de rodapé também”.

Portanto, ressaltamos que a tarefa do revisor não é apenas a de corrigir erros de ortografia e gramática, mas, acima de tudo, trata-se de ler para compreender e, com base em suas dúvidas discutir com o autor, propor sugestões, lidando com aspectos formais do texto, a fim de identificar problemas discursivos, os quais podem interferir na funcionalidade do texto (RODRIGUES, 2010), considerando que comunicação é interação. Nesse sentido, apontamos, também, que pode haver desvantagem nessa objetividade, pois, por vezes, alterar as palavras do autor pode implicar mudanças de sentido, ainda que seja a alteração de uma preposição, sendo muito importante estabelecer um amplo diálogo com o autor do texto (RIBEIRO, 2016).

Para finalizar nosso trabalho, porém sem esgotar por aqui com as nossas discussões, reflexões e, possíveis contribuições, seguimos para as considerações finais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas reflexões apresentadas ao longo desta dissertação, verificamos que a atividade de revisão textual compreende muito mais do que correção ortográfica ou aplicação de regras gramaticais, uma vez que a tese, na condição de gênero textual, representa um artefato construído cognitivamente, em um contexto sócio-histórico, a fim de atingir objetivos enunciativos específicos em diversas situações (MARCUSCHI, 2008). Assim sendo, revisar textos implica lidar com a comunicação verbal, principalmente em textos escritos, promovendo adequação de linguagem, de sua organização (revisão técnica) e, sobretudo, implica negociar sentidos, pois a compreensão nem sempre ocorre em total harmonia. Na verdade, de acordo com Marcuschi (2008), fazem parte da construção de sentidos o contrato e o conflito.

Dessa forma, identificamos o revisor como um leitor diferente dos leitores que fazem parte do público-alvo de um texto, isto é, um leitor especializado, profissional (SALGADO, 2017), o qual, conforme dissemos, assume esse papel com objetivos específicos – promover adequação de linguagem, por exemplo –, sendo ainda um indivíduo com formação acadêmica (Letras, Comunicação, dentre outras), experiência na área de revisão, além de ser um conhecedor de diversos gêneros textuais (OLIVEIRA, 2016). Ressaltamos, desse modo, que ter conhecimento dos gêneros, no caso do revisor, é de extrema relevância, pois ele terá condições de lidar com textos de diferentes domínios discursivos, reconhecendo as especificidades de cada um.

Ao discutirmos sobre gêneros textuais, fundando-nos em Bakhtin (2011), vimos que ele conceitua o gênero como um *tipo relativamente estável* de enunciado, assentado sobre três pilares: estilo de linguagem, estrutura composicional e conteúdo temático. Vimos, ainda, que a tese de doutorado, gênero essencialmente escrito, caracteriza-se por ser mais complexo, desenvolvido e organizado; em alguns casos, são menos flexíveis em relação à aparição da individualidade de quem escreve, como é o caso dos gêneros produzidos no domínio acadêmico, em especial os trabalhos para conclusão de curso, tais como: TCC, monografia, dissertação de mestrado, tese de doutorado etc.

Nessa perspectiva, pensando especialmente na revisão de gêneros acadêmicos, tivemos o interesse de refletir sobre o modo como o revisor, geralmente formado na área da linguagem, trabalha com textos de diferentes áreas, supondo que, ao atuar sobre a produção escrita, o revisor interfere no texto, podendo alterar seu sentido, prejudicando-o ou mesmo contribuindo. Para isso, selecionamos duas teses de doutorado (tanto a versão em etapa de

revisão quanto a versão pós-ajustes): a primeira, concentrada na área da ciência médica e, a segunda, na área das ciências humanas, sendo pertencentes a dois autores distintos e revisadas por profissionais também diferentes. Assim, ao autor e ao revisor da primeira tese, chamamos A1 e R1, respectivamente; na segunda, nomeamos, também respectivamente, o autor e o revisor como A2 e R2.

Nas teses de doutorado, nosso foco principal foram os balões interativos inseridos nos textos pelo revisores, nos quais identificamos interações, ainda que virtuais, entre autor e leitor-revisor, para, assim, podermos verificar a ocorrência de negociação de sentido(s) e se essa negociação e procedimentos realizados pelo revisor interferem ou não no sentido. Ademais, interessamo-nos sobre a construção de sentido na etapa de revisão, ou seja, sobre a compreensão do revisor do texto lido. Destacamos que, ao revisarem as teses, tanto R1 quanto R2 utilizaram-se de dois tipos de revisão principalmente: resolutivo e interativo (RIBEIRO, 2009).

Para nossas reflexões em relação ao sentido, partimos de uma concepção benvenistiana da significação, considerando que o aspecto semântico da língua encontra-se na sua apropriação e no colocá-la em funcionamento pelo indivíduo (GUIMARÃES, 2002). Desse modo, a significação resulta do funcionamento da língua; de modo especial, da interação entre interlocutores, ou seja, da relação entre o *eu* e o *tu*, marcada pela reciprocidade – intersubjetividade (BENVENISTE, 2005). Vale ressaltar que, para Benveniste, a subjetividade não implica o sentimento do indivíduo de ser ele mesmo, além disso, não se trata de um sujeito psicológico ou pragmático, mas, sim, que se apropria da linguagem e, ao colocá-la em funcionamento, semantiza-a (BENVENISTE, 2005; GUIMARÃES, 2002).

A fim de analisarmos as interações entre autores e revisores, levando em consideração os propósitos dos autores e a compreensão dos revisores, propomos, aqui, uma perspectiva linguístico-discursiva de sentido, que é, também, uma perspectiva textual. Nossa proposta decorre do fato de acreditarmos que o revisor, como um leitor distinto, que lida com um conteúdo sobre o qual não possui domínio, se vale de recursos linguísticos para estabelecer a compreensão do texto. Dessa forma, para negociar o sentido com o autor, o revisor recorre a esses recursos, ao observar a pontuação, a seleção de vocábulos, o uso de conjunções, além de atentar para ambiguidades, obscuridades, falta de clareza etc., propondo, ainda, ajustes, reformulações, substituições, supressões etc.

À luz da Linguística Textual, para que o texto funcione como tal, é necessário que se sustente em um contexto situacional (envolvendo a cognição, as relações sociais, culturais, históricas etc.) e nas relações que se estabelecem em seu interior (cotexto). Nesse sentido,

destacamos a relevância do processo de textualização e dos fatores de textualidade para a efetivação do texto (COSTA VAL, 1999, 2004; MARCUSCHI, 2008; ANTUNES, 2010), na interação entre autor e revisor, especialmente.

Sendo assim, no caso da tese, lembramos que o texto foi produzido no domínio acadêmico, por um doutorando, para a conclusão do curso de pós-graduação, ou seja, está inserido em uma situação (situacionalidade); o autor possui objetivos (intencionalidade); trata-se de um texto verbal, escrito por um indivíduo devidamente alfabetizado, com conhecimento sobre a língua (coesão e coerência), na condição de usuário; a produção representa uma troca de conhecimentos acadêmico-científicos (informatividade); é endereçada a interlocutores, como o orientador, a banca examinadora, a comunidade acadêmica e o leito-revisor – nos casos em que é realizada, por isso é importante que seja bem aceita pelo público (aceitabilidade); a tese de doutorado deve representar uma contribuição original e relevante (informatividade); além disso, como característica de textos acadêmicos, deve apresentar sólida fundamentação teórica (intertextualidade).

Marcuschi (2008) alerta que esses fatores não devem ser tomados como elementos estanques; por isso, nossas considerações, no parágrafo anterior, servem apenas para ilustrar nossa visualização dos fatores de textualidade no processo de produção textual da tese, bem como em outros textos, na etapa de revisão principalmente. Uma vez que há, no processo de efetivação do texto, a relação entre interlocutores – autor e leitor –, e na etapa de revisão definimos o revisor como um leitor especializado, com objetivos distintos, tivemos a necessidade de caracterizar, também, o autor, no intuito de refletirmos sobre a presença da figura autoral em um gênero acadêmico como a tese de doutorado, a respeito daquilo que nos permite apontar sua presença no texto, ainda que seja em um gênero pouco flexível do ponto de vista da aparição da subjetividade (BAKHTIN, 2011). Ademais, buscamos refletir, também, sobre a possibilidade de coautoria, da parte do revisor, uma vez que o trabalho de escrita em colaboração (a coautoria) caracteriza-se pelo fornecimento de contribuições relevantes ao texto (TARGINO, 2005).

Desse modo, para tratar da autoria, visitamos as contribuições de importantes autores, ou seja: de Bakhtin (2011), para quem o autor é um participante do acontecimento artístico, um orientador autorizado do leitor, responsável pelo acabamento estético dado às personagens; de Barthes (1984), uma vez que define o autor como o indivíduo que escreve, o *escriptor*, e nasce ao mesmo tempo que seu texto, propondo, ainda, o seu afastamento, ao defender que o texto só faz sentido no leitor, desse modo o nascimento do leitor “paga-se com a morte do autor”; de Foucault (2002), pois defende que ao autor deve corresponder o

estabelecimento de uma discursividade, além de possuir uma obra em circulação, que aponte para um funcionamento histórico na sociedade; e de Possenti (2001; 2002), visto que propõe a existência de indícios de autoria, os quais aplica a textos de escolares, permitindo-nos visitar esses mesmos indícios em textos que circulam em outras esferas, como a acadêmica.

Sobre os indícios de autoria propostos por Possenti, vimos que são eles: dar voz aos outros enunciadores, manter distância em relação ao próprio texto, evitar a mesmice, proporcionar uma avaliação do autor do discurso, saber se posicionar no processo de enunciação, sem deixar para o leitor a tarefa de julgar do que se trata em determinado texto (POSSENTI, 2001; 2002).

Com base em nossas análises, verificamos, na primeira e na segunda teses de doutorado, que tanto A1 quanto A2 deixam pistas nos textos que nos permitem defini-los como autores, pois dão voz a outros enunciadores, ao apresentarem em seus textos uma discussão teórica com base em outros autores, que fundamentam a pesquisa. Os autores das teses mantêm, ainda, a distância em relação ao próprio texto, ao se posicionarem de forma singular e original – característica do gênero tese (SERRANO, 2011) –, evitando, também, a mesmice, quando, por exemplo, variam na seleção de verbos de citação (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010).

É válido ressaltar, em uma perspectiva bakhtiniana, sobre os pilares que sustentam o gênero acadêmico tese de doutorado, ou seja, estilo, estrutura composicional e conteúdo temático, que se eles se caracterizam da seguinte maneira: o estilo de linguagem, nesse gênero, é mais fechado quanto à aparição da individualidade, e, visto ser produzido em um espaço onde predomina a linguagem de prestígio, exige uma linguagem correta do ponto de vista normativo (BAKHTIN, 2011; POSSENTI, 1996). Na revisão da primeira tese, vimos que A1, além de realizar ajustes visando à adequação linguístico-gramatical do texto, ainda suprimiu, na introdução, o uso do pronome em primeira pessoa do singular (eu), substituindo-o pela primeira pessoa do plural (nós), considerada mais adequada ao gênero em questão (ISKANDAR, 2012).

Quanto à estrutura composicional da tese de doutorado, ou seja, o modo como o gênero se organiza, o padrão de apresentação das partes que a compõem, é comum apresentar elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, sendo os elementos textuais obrigatórios, nos quais deve conter uma introdução, justificativa, hipótese, objetivos, aporte teórico-metodológico etc., e alguns dos elementos pré e pós-textuais podem ser obrigatórios (capa, folha de rosto, referências etc.) e outros opcionais (epígrafe, listas de ilustrações, apêndices etc.).

Já o pilar “conteúdo temático”, não se refere apenas ao tema tratado, mas representa o aspecto orientador da comunicação (RIBEIRO, 2010). Assim, na tese, o conteúdo funciona como aquilo que integra e orienta os objetivos a serem alcançados, o local de desenvolvimento da pesquisa, a metodologia a ser seguida, a conclusão a que se pode chegar etc., sendo necessárias leituras de variadas fontes relacionadas ao tema pesquisado. Quanto a esse pilar, constatamos a participação efetiva do orientador e da banca no sentido de identificar incorreções e/ou lacunas, sendo a participação do revisor de textos bem menor.

Nesse sentido, destacamos o caráter essencialmente dialógico do “gênero tese de doutorado”, uma vez que, em seu processo de produção e circulação, apresenta a interação entre as palavras do autor e as palavras de outros autores, por meio de citações ao longo do texto; entre o autor e o orientador, quando este acompanha a produção do doutorando; entre o autor e a banca, que examina a peça, na qualificação e na defesa; entre o autor e o revisor, nos casos em que o texto é revisado, a fim de promover sua adequação à situação sociocomunicativa; e entre o autor e o público leitor, quando, enfim, o candidato é aprovado e seu texto torna-se público (BAKHTIN, 2001; RIBEIRO, 2010; SERRANO, 2011; MARCUSCHI, 2008). De acordo com Bakhtin (2011), cada enunciado representa um elo na corrente complexa de outros enunciados, possuindo, por sua vez, um caráter responsivo, sendo a interação relevante para a produção e compreensão do sentido (RIBEIRO, 2010).

A respeito das teses aqui analisadas, em suas versões revisadas, relembramos que a primeira (ciências médicas), produzida por R1, possui 106 páginas e apresenta 68 balões interativos; já a segunda (ciências humanas), produzida por A2, possui 153 páginas, contendo 23 balões interativos. Ademais, enquanto R1 empreendeu apenas a revisão textual, R2 realizou a revisão textual e técnica, em um número maior de páginas, porém inserindo apenas 1/3 (um terço) da quantidade de comentários. Para procedermos às análises das interações entre autor e revisor, definimos categorias de análise, baseando-nos, principalmente, nas palavras dos próprios autores, ao proporem sugestões e ajustes.

Desse modo, as categorias foram classificadas da seguinte maneira: a) normalização, b) correção, c) repetição, d) terminologia, e) exclusão, f) reformulação, g) especificação e h) (in)compreensão. Na revisão empreendida por R2, não identificamos as categorias “terminologia” e “especificação”, pois não foram mencionadas por ele. Com base nessas classificações, verificamos que, ao passo que avançávamos nas categorias, era observado um aprofundamento no texto, iniciando por questões mais superficiais (como normas técnicas), passando por aspectos intermediários (como reformulações), até chegar em pontos de maior profundidade, em relação ao sentido, à compreensão do revisor ((in)compreensão).

Ainda que A1 não tenha realizado a revisão técnica, fez três observações, a fim de que o autor as ajustasse; das cinco interações sobre a correção, apenas duas foram ajustadas; no caso das repetições (10 ocorrências) apontadas, apenas a primeira foi rejeitada por A1 e todas as outras ajustadas; em relação à conferência de terminologia, quatro foram rejeitadas e três aceitas pelo autor; das sete reformulações, quatro foram ajustadas, duas foram ignoradas e uma suprimida, após apreciação de A1; sobre a “exclusão”, uma intervenção foi acatada e a outra rejeitada; das 15 ocorrências da categoria “especificação”, sete foram acatadas, sete foram rejeitadas e uma foi suprimida; por fim, na categoria “(in)compreensão”, das dezenove interações, dez foram ajustadas, seis foram ignoradas e três tiveram o trecho suprimido.

No caso da segunda tese, todas as intervenções e solicitações de ajustes de R2 relacionados à normalização (oito ocorrências) foram acatadas pelo autor; as três interações sobre a correção foram consertadas, no entanto, uma delas permaneceu com algum desajuste; quanto à repetição, suas duas ocorrências foram ajustadas; uma única solicitação de reformulação foi acatada; uma única sugestão de exclusão também foi aceita; finalmente, na categoria (in)compreensão, sendo oito ocorrências, cinco delas foram ajustadas, duas foram ignoradas e uma teve o trecho suprimido.

Portanto, como vimos, o Autor 1 rejeitou vinte e quatro questionamentos do Revisor 1, ou seja, algo em torno de 35% das interações, principalmente em relação às duas últimas categorias: especificação e (in)compreensão, por meio das quais havia uma negociação mais aprofundada do sentido, além de rejeitar, também, algumas intervenções resolutivas. Mediante nossas análises, verificamos que, nessas últimas duas categorias, R1, em alguns momentos, mostra-se um tanto impreciso em seus questionamentos, especialmente nas ocorrências em que diz: “Sobre?”, “De...?”, “Algumas o que?”, “Fragmento confuso”, “Período confuso”, etc., sem a formulação de perguntas mais objetivas e/ou sugestões de reformulação.

Já o Autor 2 ignorou apenas dois questionamentos do Revisor 2, o que representa apenas 8% das interações, sendo, também, referentes à categoria (in)compreensão, por meio da qual eram negociadas questões mais aprofundadas no sentido, sendo, entretanto, trechos articulados a citações diretas curtas, portanto, às palavras de outros autores. Em nossas análises, constatamos que R2 mostrou-se bem mais preciso em seus comentários, fazendo questionamentos e apresentando sugestões, como em: “Esse trecho da citação está desconexo com o resto do parágrafo. Seria melhor reelaborar essa parte, pois o trecho ‘e economia brasileira do início do século XIX’ não tem sequencia logica [*sic*] com o restante”, “Trecho

sem sentido. Falta um predicado para esse sujeito. Seria melhor retirá-lo”, “Citação está incompleta. Falta o predicado aqui. Apesar de ilegal o comercio [*sic*]... (?)” etc.

Diante disso, retomamos nossos objetivos de pesquisa, buscando tecer nossas considerações a respeito deles, conforme elencamos, a seguir.

De maneira mais específica, nos propomos a discutir sobre a importância da revisão textual para a boa apresentação dos textos, a fim de corroborar o que afirmam os pesquisadores e revisores, ou seja, que, como uma das etapas de produção do texto, a revisão consiste em conferir legibilidade à produção escrita, uma vez que ele passa por um tratamento que visa não apenas à sua adequação ortográfico-gramatical, mas, também, a adequação técnica (normalização), de questões sintáticas e estruturais, de aspectos de ordem semântica (OLIVEIRA, 2016; D’ANDREA; RIBEIRO, 2010; SALGADO, 2017).

Enfim, a revisão é, de fato, uma etapa essencial para a produção textual, uma vez que aquele que lê (o leitor-revisor), busca compreender, identificar lacunas, propor sugestões, lidando, principalmente, com problemas de ordem discursiva, que podem comprometer a funcionalidade do texto (RODRIGUES, 2010). Nas teses de doutorado aqui analisadas, as interações relacionadas à necessidade de especificação e à (in)compreensão foram identificadas em maior número, representando, como dissemos, negociações sobre aspectos mais profundos do texto, sendo a compreensão, a construção de sentido, pelo revisor, o foco principal.

Buscamos, ainda, delinear o gênero “tese de doutorado”, na condição de gênero textual acadêmico, visto ser produzido e ter circulação principalmente no domínio acadêmico (MARCUSCHI, 2008). Para tanto, discutimos sobre os pilares que o sustentam, destacando ser a tese de doutorado: um gênero que possui uma linguagem científica e formal do ponto de vista das normas gramaticais (estilo); estar organizado de modo que apresente em sua estrutura elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, além de possuir introdução, desenvolvimento e conclusão, ao longo dos quais devem ser apresentados outros elementos – hipótese, objetivos, metodologia etc. (estrutura composicional); ter um tema, o qual deve considerado o orientador da discussão, o eixo sobre o qual se organizam e são definidas todas as etapas da pesquisa (conteúdo temático) (BAKHTIN, 2011; RIBEIRO, 2010).

Por meio deste estudo, quisemos, também, refletir a respeito da construção do sentido, mediante as intervenções e questões que são colocadas pelo revisor, como seus questionamentos e suas sugestões. Nessa perspectiva, apresentamos uma noção de construção de sentido que se funda no aspecto linguístico-discursivo, ao salientar que o revisor, para compreender aquilo que lê, visto ser um texto de área do conhecimento diferente da sua,

recorre à pontuação, às escolhas vocabulares do autor, às construções sintáticas etc., para, assim, construir sentidos e apontar aquilo que, porventura não tenha entendido. Nesse ínterim, destacamos a relevância dos fatores de textualidade – coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, intertextualidade e situacionalidade – para a efetividade do texto, a fim de que seja considerado como tal (MARCUSCHI, 2008; ANTUNES, 2010; COSTA VAL, 1999).

Dessa forma, em nossas análises, verificamos que os revisores, muitas vezes, se pautaram em elementos textuais, ou na falta deles, para tentarem compreender as informações fornecidas. Assim, quando eles detectavam problemas coesivos, que, por sua vez, reverberavam sobre a coerência, faziam questionamentos – como no caso em que A1 escreve: “Isso [retomando um dado precedente] é constatado em algumas quando os idosos revelaram [...]”; e no caso em que A2 registra: “[...] foram infinitos os clamores contra esta tão providência [...]” – informavam estar “faltando algo” que completasse o sentido.

Em cada caso de interação, foi-nos possível verificar, ainda, outros fatores, como a intencionalidade do autor, a aceitabilidade (ou não) do leitor-revisor, a informatividade do texto, além de sua intertextualidade, dentro da situação em que as teses foram produzidas – asituacionalidade. Assim, em nossa pesquisa, consideramos a construção de sentidos pelo revisor, na inter-relação com o autor, resultado do acionamento dos fatores de textualidade (MARCUSCHI, 2008).

Desse modo, em relação à autoria, com base em Possenti (2001; 2002), verificamos a existência de indícios que apontam para sua presença. Sugerimos, ainda, a possibilidade de coautoria da parte do revisor, uma vez que a escrita em colaboração, especialmente no âmbito acadêmico, caracteriza-se pelo fornecimento de contribuições relevantes para a produção do texto (TARGINO, 2005). Entretanto, ressaltamos que, no caso da produção da tese de doutorado, de modo especial na etapa de revisão, não houve a ocorrência de coautoria pelas seguintes razões: as teses representam as pesquisas realizadas por A1 e A2, durante os anos de seu doutoramento; as peças foram enviadas aos autores estando praticamente prontas, necessitando apenas de ajustes de linguagem e organização em aspectos técnicos; R1 e R2 não escreveram juntamente com os autores, uma vez que não atuaram sobre o conteúdo, mas, sim, sobre a linguagem utilizada; além disso, e principalmente no caso de R1, muitas das interações/intervenções foram rejeitadas pelos autores das teses.

Ressaltamos, porém, que o revisor, ainda que não seja coautor, acaba se tornando um colaborador importante para a instauração da autoria, uma vez que atua não sobre “o que” diz o autor, mas, sim, sobre “como” ele diz (POSSENTI, 2002; 2003). Constatamos isto nos

seguintes casos: quando R1 suprimiu o uso de primeira pessoa no texto de A1; quando R2 aconselhou o autor a reformular a informação sobre existirem lacunas no texto, dizendo que seria mais adequado informar que se tratava de algo para futuras pesquisas; quando os revisores se preocuparam com as repetições de palavras e conceitos, pois deixavam o texto cansativo; quando apresentaram propostas de reformulação ou exclusão de determinados trechos, sem que interferissem no sentido, dentre outros casos. Portanto, os revisores não interviram no conteúdo (o que), e, sim, na escrita do texto (o como), colaborando com a produção, visto que a maioria das intervenções e sugestões foram acatadas.

De modo geral, nos propomos a investigar se os procedimentos e intervenções realizados pelo revisor, no gênero “tese de doutorado”, podem interferir no sentido, seja comprometendo-o ou ampliando-o. Desse modo, conforme nossas análises, baseadas em categorias sob as quais classificamos as interações, notamos que há gradações de sentido nas negociações estabelecidas entre os interlocutores, na etapa de revisão textual, ainda que todas elas estejam relacionadas à compreensão do todo textual.

Por isso, consideramos as categorias “normalização” e “correção” mais superficiais, visto serem referentes à organização dos elementos textuais e correção ortográfico-gramatical. Quanto às categorias “exclusão”, “repetição”, “terminologia” e “reformulação”, foram consideradas camadas intermediárias, pois, quase sempre, os revisores se referiam à seleção de vocábulos e, ao fazerem alguma sugestão, poucas vezes mencionavam a compreensão, mas, ao invés disso, a maneira como havia sido construído o texto, sintaticamente. Dessa forma, as categorias definidas como “especificação” e “(in)compreensão” representam, para nós, camadas mais profundas do texto, uma vez que, nessas interações, houve uma maior preocupação com o sentido.

Acreditamos que os procedimentos e intervenções realizados pelos revisores estão fortemente relacionados ao sentido, até porque houve um número maior de interações de categorias mais profundas quanto ao sentido (especificação e (in)compreensão), porém não promovem alterações de sentido, uma vez que eles atuam muito mais sobre a linguagem empregada do que sobre o conteúdo abordado nas teses. Ademais, diante da quantidade de interações rejeitadas e ignoradas, no caso de R1, nas quais menciona o sentido, constatamos que imprecisões na comunicação do problema, ao autor, fizeram com que alguns trechos permanecessem do mesmo modo como eles se encontravam: com desajustes que podem afetar a compreensão de outros leitores. No caso de R2, se comparado a R1, notamos que o revisor mostrou-se mais preciso, mais específico em relação aos problemas detectados, apresentando, ainda, sugestões, e, conseqüentemente, teve um número bem menor de interações ignoradas.

Portanto, ressaltamos que o trabalho realizado por revisores de gêneros acadêmicos, que, geralmente, ocorre em caráter *freelancer*, é bastante prejudicado pelo pouco tempo de que dispõem autores e revisores, em virtude dos prazos estabelecidos no ambiente acadêmico – característica do trabalho do revisor –, a fim de se deterem sobre esses pontos que merecem maior atenção, pois, se fosse possível um novo retorno do texto para o revisor, após ajustes do autor, por exemplo, os trechos que permaneceram desajustados poderiam ser revistos, além disso, o profissional que lida com o texto teria a oportunidade de reformular seus questionamentos.

Finalmente, esperamos ter contribuído para as reflexões acerca da atividade de revisão textual, torcendo para que sua relevância seja reconhecida como muito mais que correção ortográfico-gramatical e, também, para que se torne uma profissão devidamente formalizada. Além disso, desejamos colocar em relevo a figura do revisor que atua em caráter *freelancer*, muitas vezes obscurecido e diminuído perante os profissionais que atuam em espaços editoriais, no intuito de defender que o profissional revisor seja valorizado não por seu *status*, mas, sim, pela grandeza de seu trabalho minucioso com a linguagem.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. **Análise de textos**: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução do grego e notas de Manuel Alexandre JÚNIOR, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: INCM, 1998.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REVISORES DE TEXTOS (ABRT). **Objetivos**. 2015. Disponível em: <<http://www.associacaoderevisores.com.br/objetivos/>>. Acesso em: 30 abr. 2017.
- AULETE VIRTUAL. **Dicionário Caldas Aulete**. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. – 6ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- BARROS, D. L. P. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, B. **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 27-35.
- BARTHES, R. A morte do autor. In: BARTHES, R. **O rumor da língua**. Tradução de António Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1984, p. 49-53.
- BENVENISTE, É. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, É. **Problema de lingüística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão do prof. Isaac Nicolau Salum – 5ª edição – Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BRASIL. IBGE. Centro de documentação e disseminação de informações. **Normas de apresentação tabular**. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: IBGE, 1993, 62p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: língua portuguesa /Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, 1997. 144p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- BENTES, A. C. Linguística Textual. In.: **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras, v. 1/ Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2001, p. 245-282.

BONINI, A. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desirée (orgs). **Gêneros, Teorias, Métodos, Debates**. São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa** /Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, 1997. 144p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BUENO, S. **Minidicionário de Língua Portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2007.

CÂMARA JR., J. M. **História da Lingüística**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

COELHO, S. M.; ANTUNES, L. B. Revisão textual: para além da revisão linguística. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, p. 205-224. 1º sem. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4361/4506>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

CONTE, M-E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto: Cortez, 2003, p. 177-190.

COSTA VAL, M. G. **Redação e textualidade**. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Texto e linguagem)

COSTA VAL, Maria da Graça. Texto, textualidade e textualização. IN: CECCANTINI, J.L. Tápias; PEREIRA, Rony F.; ZANCHETTA JR., Juvenal. **Pedagogia Cidadã: cadernos de formação: Língua Portuguesa**. v. 1. São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria de Graduação, 2004. p. 113-128. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/143600620/COSTA-VAL-Maria-da-Gra%C4%B1a-Texto-textualidade-textualiza%C4%B1%C4%B1o>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. – 6ª edição. – Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

D' ANDREA, C. F. B.; RIBEIRO, A. E. Retextualizar e reescrever, editar e revisar: Reflexões sobre a produção de textos e as redes de produção editorial. **Revista Veredas on line – atemática** – 1/2010, p. 64-74 – PPG Linguística/UFJF (ISSN 1982-2243). Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/08/ARTIGO-5.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

FOUCAULT, Michel. **O que é um Autor?** Coleção Passagens, Vega, Lisboa, 2002.

GUEDES, L. F. **Revisão de textos: conceituação, o papel do revisor textual e perspectivas do profissional do texto**. [2013] 13 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Portugêses) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7265/1/2013_LeticiaFigueiredoGuedes.pdf>. Acesso em: 4 set. 2016.

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. – Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 2002, p. 284-293.

ILARI, R. **Introdução à semântica** – brincando com a gramática. 7ª ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010.

ILARI, R.; GERALDI, J. W. **Semântica**. 7ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1995.

ISKANDAR, J. I. **Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos**. 5ª edição. Curitiba: Juruá, 2012, 98p. – 2ª impressão.

KOCH, I. V. **Introdução à Linguística textual**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.

KOCH, I. V. **Introdução à linguística Textual: trajetória e grandes temas**. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. 16ª ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

LIMA, P. S. A reescrita de textos mediada pela correção interativa. **RevLet** – Revista Virtual de Letras, v. 06, nº 02, ago./dez, 2014, p. 74-89. Disponível em: <<http://www.revlet.com.br/artigos/233.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 63-92.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p.: - (Educação linguística; 2)

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARQUES, M. H. D. O objeto da semântica. In: MARQUES, M. H. D. **Iniciação à semântica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 15-24.

MELO, P. B. **Um passeio pela História da imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço**. Comunicação e Informação, V 8, nº 1: p. 26-38. - jan/jun. 2005. Disponível em: <<file:///C:/Users/patri/Downloads/24592-103588-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MOURÃO, E. A hipercorreção na escrita formal: dilemas do revisor de textos. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, p. 163-178. 1º sem. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4358/4503>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

NEVES, M. H. M. A gramática de usos é uma gramática funcional. **Alfa**, São Paulo, 41 (n. esp.), 15-24, 1997. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/4029/3693>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

OLIVEIRA, R. P. Semântica. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v. 2 – São Paulo: Cortez, 2001, p. 17-45.

OLIVEIRA, R. R. F. **Um olhar dialógico sobre a atividade de revisão de textos escritos: entrelaçando dizeres e fazeres.** [2007] 173 f. Tese de Doutorado (Estudos da linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16265/1/RisoleideRFO.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

OLIVEIRA, R. R. F. **Revisão de textos: da prática à teoria.** Natal, RN: EDUFERN, 2016. 159p.: PDF. Disponível em: <<http://repositorio.eufrn.br/jspui>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

PEREIRA, M. H. M.; LOPES, E. M. B. Autoria em casos contados por Milton Neves sobre futebol. **Revista ALED**, volume 15, número 2, Maio/jun. 2015, pp. 201-218. Disponível em: <<http://raled.comunidadeled.org/index.php/raled/article/view/15/18>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA. **PUC Minas** – Pós-graduação Lato sensu. Revisão de textos. Disponível em: <http://www.pucminas.br/Pos-Graduacao/IEC/Cursos/Paginas/Revisao-de-Textos-Pra%C3%A7a%20da%20Liberdade_5.aspx?moda=5&polo=7&area=69&curso=217&situ=2>. Acesso em: 30 abr. 2017.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996. (Coleção Leituras no Brasil)

POSSENTI, S. Enunciação, autoria e estilo. **Revista da FAEBA** / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação. Salvador, nº 15, p. 15-21, jan./jun., 2001. Disponível em: <<http://www.uneb.br/revistadafaeba/files/2011/05/numero15.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

POSSENTI, S. Índícios de autoria. **Perspectiva**, Florianópolis, 1-20, n. 01, p. 105-24, jan./jun. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10411/9677>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. Ebook – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

RIBEIRO, A. E. Revisão de textos e “diálogo” com o autor: abordagens profissionais do processo de produção e edição textual. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Educação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 - 7 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2050-1.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

RIBEIRO, A. E. **Em busca do texto perfeito questões contemporâneas da edição, preparação e revisão textual.** - 1ª ed., Divinópolis, MG: Artigo A, 2016.

RIBEIRO, P. B. Funcionamento do Gênero discursivo. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 54-67, 1º sem. 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/download/3370/2240>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

RODRIGUES, D. L. D. I. Aspectos interacionais dos textos institucionais. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, p. 151-162. 1º sem. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4357/4502>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

ROJO, R. H. R.; BARBOSA, J. P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. 1ª ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2015. 152 p.

SALGADO, L. S. Ritos genéticos no mercado editorial. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, p. 139-150. 1º sem. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4356/4501>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

SALGADO, L. S. **Quem mexeu no meu texto?** Questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. 1ª ed. Divinópolis, MG: Artigo A, 2017. 146 p.

SANT'ANA, R. M. T.; GONÇALVES, J. L. V. R. Reflexões acerca das práticas de tradução e revisão de textos e de parâmetros para a formação de tradutores e revisores. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, p. 255-234, 1º sem. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4362/4507>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

SERRANO, F. P. **Pesquisar no labirinto**: a tese, um desafio possível. Tradução: Marcos Marcionilo. – São Paulo: Parábola Editorial, 2011. 160 p.

SILVA, K. A.; PILATI, E.; DIAS, J. F.. O ensino de gramática na contemporaneidade: delimitando e atravessando as fronteiras na formação inicial de professores de língua portuguesa. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 10, n. 4, p. 975-994, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v10n4/a08v10n4.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

TARGINO, M. G. Artigos científicos: a saga da autoria e co-autoria. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0277-1.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

WAAL, D. V. D. Gramática e o ensino da língua portuguesa. **IX Congresso Nacional de Educação** – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 26 a 29 de Outubro de 2009 – PUCPR, p. 983-994. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2003_1006.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2017.

YAMAZAKI, C. **Edição de texto na produção editorial de livros**: distinções e definições. [2009] 231f. Dissertação de Mestrado (Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, SP, 2009. Disponível em:

<file:///G:/Textos%20sobre%20revisão/Edição%20de%20textos%20Cristina%20Yamazaki.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE - FAINOR

Credenciada pela Portaria MEC nº 1.393, de 04 de julho de 2001

Publicado no DOU de 09 de julho de 2001

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado(a) Senhor(a), sou Marcia Helena de Melo Pereira e estou realizando juntamente com Patrícia Souza Lemos o estudo sobre “**A escrita acadêmica e a revisão textual: a construção do sentido em teses de doutorado**”.

O Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), desta pesquisa. Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, também não receberá qualquer vantagem financeira. Suas dúvidas referentes a esta Pesquisa serão esclarecidas e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelos pesquisadores, que tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores.

Este **Termo de Consentimento livre e Esclarecido – TCLE**, encontra-se impresso em duas vias originais de mesmo teor, sendo que uma será arquivada pelos pesquisadores responsáveis, e a outra será fornecida ao senhor. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões

profissionais de sigilo, atendendo a Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

A Pesquisa tem por objetivo: verificar como se dá a construção do(s) sentido(s) no processo de produção do texto acadêmico, por meio das intervenções do revisor no texto do autor, especialmente mediante a revisão interativa. Sendo assim, os participantes da pesquisa serão autores de teses de doutorados e profissionais revisores de textos, parceiros no processo de revisão do texto, da cidade de Vitória da Conquista, na Bahia.

O interesse em estudar esse assunto decorre do fato de acreditarmos na importância dessa atividade para a comunidade acadêmica, uma vez que a revisão contribui para a produção escrita do pesquisador, pois o revisor, na condição de leitor com objetivos específicos, identifica desvios de natureza linguístico-gramaticais, além disso, muitas vezes, interfere no(s) sentido(s) do texto, seja prejudicando ou contribuindo. Ademais, considerada parte do processo de produção textual, a revisão de linguagem ajuda a promover a adequação dos textos à norma acadêmica.

Para este estudo, adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): coleta de duas teses de doutorado submetidas à revisão de linguagem, nas quais nosso maior interesse encontra-se no uso da ferramenta “novo comentário”, do editor de textos Word, onde autor e revisor dialogam a respeito de trechos do texto, a fim de compreendê-lo, de apreender seu sentido. Dessa forma, pretendemos analisar esses trechos, buscando verificar como ocorre a negociação de sentido entre esses parceiros.

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou orientador(a). Os resultados gerais obtidos nesta pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos propostos, incluída sua publicação.

Considerando que toda pesquisa oferecer RISCOS e BENEFÍCIOS, nesta pesquisa o mesmo pode ser avaliado como:

RISCOS: Este estudo apresenta risco mínimo. Caso você sinta algum desconforto em participar da pesquisa, poderá deixar de participar a qualquer momento. Apesar disso, você tem assegurado o direito à compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

BENEFÍCIOS: Os benefícios deste estudo são: destacar a importância da revisão de linguagem como parte do processo de construção de textos acadêmicos, primordialmente escritos; permitir ao profissional refletir sobre sua prática e ancorar seu trabalho tanto em aspectos teóricos quanto práticos, ao compreender que sua ação sobre o texto faz parte do processo de sua construção, sendo extremamente relevante para a adequação do texto às

normas acadêmicas; além disso, promover uma reflexão a respeito dessa parceria autor-revisor, sobre o modo como o revisor, sendo um leitor diferenciado, pode dar ao autor um retorno da sua interpretação/compreensão do texto, a fim de que ele trabalhe na otimização desse texto que, posteriormente, será dirigido a um outro público.

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. Sua participação implicará o fornecimento do texto, ou seja, da tese de doutorado, revisada, para análise do pesquisador, que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação, uma vez que os objetivos são estritamente acadêmicos.

Por este meio, _____, AUTORIZO o uso dos meus dados neste Projeto de Pesquisa, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com os(as) pesquisadores(as) envolvidos (as), concordo em participar deste estudo como voluntário(a). Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo(a) pesquisador(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Compreendo que não irei receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus em troca, e participarei com a finalidade exclusiva de colaborar para as conclusões acadêmicas e científicas da mesma. Foi garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento até a publicação dos dados, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento) e que se houver necessidade, as despesas para a minha participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores.

Assinatura do Participante

Patrícia Souza Lemos
(Pesquisador responsável)
(77) 98844-6831
patricianoslemos@hotmail.com

Marcia Helena de Melo Pereira
(Orientadora)
(77) 98861-4285
marciahelenad@yahoo.com.br

O que é CEP/FAINOR? O CEP/FAINOR é um colegiado interdisciplinar e independente, com “munus público”, isso é, uma obrigação de acordo com lei, de caráter consultivo, deliberativo e educativo. Foi criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade. Além disso, tem, também, o propósito de contribuir no desenvolvimento da pesquisa, dentro de padrões éticos.

ENDEREÇO	INSTITUCIONAL	DOS	ENDEREÇO DO COMITÊ DE ÉTICA:
PESQUISADORES: Patrícia Souza Lemos			Av. São Luiz, nº 31 – Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa Extensão 2º Andar.
ENDEREÇO: Estrada do Bem Querer, km 4, Caixa Postal 95. Vitória da Conquista - BA CEP: 45083-900			Vitória da Conquista - BA CEP: 45055-080
FONE: (77) 98844-6831	/	E-mail:	Telefone: (77) 3161-1071
patricianoslemos@hotmail.com			E-mail: cep@fainor.com.br
			Horário de Funcionamento: Segunda a sexta, em horário comercial.